



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
Programa de Pós-Graduação em História

---

**U**NIRIO  
*história*

---

**GISELE OLIVEIRA AYRES BARBOSA**

**QUANDO O DIVINO CELEBRA O HUMANO:  
RELIGIÃO, POLÍTICA E PODER NAS MOEDAS  
REPUBLICANAS ROMANAS (139-83 AEC)**

**VOLUME I**

**2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**QUANDO O DIVINO CELEBRA O HUMANO: RELIGIÃO, POLÍTICA E PODER  
NAS MOEDAS REPUBLICANAS ROMANAS (139 – 83 AEC)**

**VOLUME I**

**Autora: Gisele Oliveira Ayres Barbosa  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Claudia Beltrão da Rosa**

**Rio de Janeiro  
2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**QUANDO O DIVINO CELEBRA O HUMANO: RELIGIÃO, POLÍTICA E PODER  
NAS MOEDAS REPUBLICANAS ROMANAS (139 – 83 AEC)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – PPGH/UNIRIO, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História Social.

Integrantes da Banca examinadora:

---

Prof.a. Dra. Claudia Beltrão da Rosa – UNIRIO (orientadora)

---

Prof. Dr. Vagner Carvalheiro Porto – USP

---

Prof.Dr. Deivid Valério Gaia - UFRJ

---

Prof. Dr. Alexandre Carneiro Cerqueira Lima - UFF

---

Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva - UFES

---

Prof.a. Dra. Sonia Regina Rebel de Araújo – UFF (membro suplente)

## AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho de doutorado representou a conclusão de um projeto de vida há muito acalentado e várias pessoas, direta ou indiretamente, contribuíram para sua efetiva execução.

Gostaria de agradecer inicialmente a minha orientadora, Profa. Dra. Claudia Beltrão da Rosa, um convívio iniciado há muito tempo, fomentado pela paixão comum pelos romanos, interrompido pelo tempo e que este retorno à vida acadêmica me deu a oportunidade de retomar. Desde a definição do *corpus* documental da pesquisa até a elaboração da conclusão final, este trabalho não teria sido possível sem sua orientação competente, paciente e segura. Obrigada por confiar em mais do que eu mesma.

Aos Prof. Dr. Vagner Carvalheiro Porto e Prof. Dr. Deivid Valério Gaia, que integraram a banca do Exame de Qualificação, agradeço as críticas e sugestões formuladas na ocasião e que foram consideradas na elaboração final da tese. Ao Prof. Vagner, agradeço ainda a gentil acolhida em São Paulo e as preciosas indicações e sugestões no tratamento com as moedas romanas, que muito me auxiliaram na elaboração do Repertório.

Antes, porém, logo que pensei em lançar-me na aventura do doutorado, dois de meus incentivadores iniciais foram os Prof. Dr. Claudio Antônio Santos Monteiro e o Prof. Dr. Alexandre Carneiro Cerqueira Lima e agradeço muito a ambos por isso.

As moedas que constituem o *corpus* documental da pesquisa são tipos cujos exemplares são encontrados na Coleção de Numismática do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro e, através do diretor Paulo Knauss de Mendonça, agradeço a toda a equipe do museu pela oportunidade de pesquisa. Devo um especial agradecimento à responsável pelo Setor de Numismática, Paula Moura Aranha. Sua presteza, gentileza e generosidade com certeza tornaram minha vida mais fácil.

Falando em instituições, em 2013 cheguei a UNIRIO e fui prontamente acolhida. Ao longo destes quatro anos, meu envolvimento com a universidade e com a Escola de História só fez aumentar e, sou grata por ter tido a oportunidade de agregar a experiência desse convívio à minha trajetória. No âmbito acadêmico tive a chance de encontrar pesquisadores, alunos e professores, que partilhavam comigo o interesse pelo estudo da Antiguidade e no meio dos quais me senti perfeitamente aceita e integrada. A maioria deles eram pesquisadores do NERO – Núcleo de Referência de Antiguidade e Medieval, grupo de pesquisas coordenado pela Profa. Dra. Claudia Beltrão da Rosa, outros cruzaram meu caminho por diferentes razões em diferentes oportunidades. Uiara, Thiago, Patrícia, Claudinha, Debora, Maria, Diego, Jhan,

Paulo Duprat, Paulo Márcio, Christiane, Érika, Heitor, Guilherme, nossa convivência foi sempre rica, produtiva e, sobretudo, divertida.

Aos meus colegas tutores do polo do Cederj em Piraí, agradeço pelas intermináveis conversas nas tardes de sábado, em que falávamos sem parar sobre nossas próprias pesquisas, cada um reconhecendo no outro suas próprias angústias e incertezas.

Ao Luiz e a Érica, pelo incentivo, amizade e leitura de algumas destas páginas. Através deles, agradeço a todos os alunos, de ontem e de hoje, que colecionei nestes muitos anos dedicados ao ensino de graduação e com os quais, com certeza, aprendi muito mais que ensinei.

Para finalizar, não posso deixar de agradecer à minha família a compreensão da ausência, quando não sempre física, emocional. Ao Jorge Luis, pela paciência e incentivo. À Ercília, pela dedicação. À Raphaela, pelo apoio e cumplicidade, que a tornou, ao final destes quatro anos, capaz de identificar as principais divindades em moedas ou reconhecer as famílias mais importantes da aristocracia romana. À Gabriela pelo apoio caloroso, ainda que sem esconder certo estranhamento com a causa a ser apoiada, o que constantemente me fazia lembrar que existia vida além de uma pesquisa de doutorado.

## RESUMO

A presente tese tem por objetivo analisar as formas através das quais aquilo a que chamamos religião e aquilo a que chamamos política organizam juntas um discurso comum, presente nas moedas republicanas romanas cunhadas entre 139 e 83 que integram a coleção de Numismática do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. Trabalha com a hipótese de que a iconografia numismática inseria-se no quadro das disputas aristocráticas do período, uma vez que referências familiares aos antepassados dos magistrados responsáveis pelas cunhagens eram frequentes, como forma simultânea de enaltecimento da *gens* e de autopromoção do idealizador da peça. A tese é composta de dois volumes. O primeiro está dividido em três partes, além da Introdução e Conclusão, cada uma dedicada a uma categoria de herança familiar ou honras ancestrais representadas nas moedas. No primeiro capítulo estão presentes as formas como divindades relacionam-se com objetos, espaços e práticas cotidianas para celebrar vitórias romanas contra os inimigos em guerras, batalhas ou duelos. O segundo capítulo é dedicado aos antepassados ilustres, divinos ou humanos, analisando, entre outras, moedas cujos monetários alegavam sua *gens* descender de um deus, herói mítico, sacerdote ou homem público destacado. Finalmente, o terceiro capítulo dedica-se aos eventos ocorridos no interior da *Vrbs*, envolvendo a cidade e seus cidadãos e representados em moedas com o auxílio dos deuses e *signa* religiosos. O segundo volume contém o Repertório das moedas utilizadas na realização da pesquisa.

Palavras-chaves: República romana; religião e política; antepassados; moedas; iconografia

## ABSTRACT

The aim of this thesis is to analyze the forms through what we call religion and what we call politics stage together a common discourse, present in the Roman republican coins issued between 139 and 83 that are part of the Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro numismatic collection. It works with the hypothesis that the numismatic iconography played a role in the aristocratic disputes since familiar references to the ancestors of the responsible for the coinage magistrate were frequent, a way of lauding the *gens* and the coin idealizer. The thesis is composed of two volumes. The first one is divided in three parts, despite the Introduction and the Conclusion, each one dedicated to a specifically familiar heritage or ancestor honor represented on the coins. In the first chapter, we analyze the gods' relationships with objects, spaces and daily practices to celebrate Roman victories against the enemies in wars, battles or duels. The second chapter is dedicated to the notable forefathers, divines or humans, considering, among others coins, those whose monetary triumvirs claimed their *gens* to descend of a god, a mystic hero, a priest or a famous public man. Finally, the third chapter is about coins that remember events that took place inside the *Vrbs*, involving the city and the citizens and represented in coins with the gods and religious *signa* help. The second volume brings the Repertory of the coins used in the research.

Key words: Roman Republic; religion and politics; ancestors; coins; iconography

**LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA 1:</b> moedas de bronze romanas no século II	27
<b>TABELA 2:</b> representações do <i>apex</i> em moedas romanas da coleção do MHN/RJ (139-83)	76
<b>TABELA 3:</b> representações do <i>lituus</i> em moedas romanas da coleção do MHN/RJ (139-83)	78
<b>TABELA 4:</b> representações do <i>urceus</i> em moedas romanas da coleção do MHN/RJ (139-83)	86
<b>TABELA 5:</b> representações do troféu em moedas romanas da coleção do MHN/RJ (139-83)	92
<b>TABELA 6:</b> moedas que proclamam a origem latina da <i>gens</i> do monetário	117
<b>TABELA 7:</b> tipos apolíneos das décadas de 90 e 80 da coleção do MHN/RJ	163

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1:</b> efígie no anverso dos denários romanos MHN/RJ (139-83)	31
<b>FIGURA 2:</b> mapa do Capitólio, com destaque para o templo de Juno Moneta	41
<b>FIGURA 3:</b> árvore genealógica dos Cecílios Metelos	47
<b>FIGURA 4:</b> moeda macedônica	51
<b>FIGURA 5:</b> moeda de Pirro	51
<b>FIGURA 6:</b> ornamentos gauleses	56
<b>FIGURA 7:</b> moeda cunhada em Lipara	62
<b>FIGURA 8:</b> <i>nodrans</i> de C. Cássio	63
<b>FIGURA 9:</b> <i>as</i> de P. Cornélio Léntulo Marcelino	64
<b>FIGURA 10:</b> ouro do juramento	69
<b>FIGURA 11:</b> denário de L. Pompônio Molo	84
<b>FIGURA 12:</b> monumento de Leuctra	91
<b>FIGURA 13:</b> reconstrução do monumento de Leuctra	91
<b>FIGURA 14:</b> vitoriato anônimo	94
<b>FIGURA 15:</b> <i>sextans</i> anônimo	99
<b>FIGURA 16:</b> afresco dionisíaco	102
<b>FIGURA 17:</b> denário de C. Júlio César	106
<b>FIGURA 18:</b> denário de Augusto	108
<b>FIGURA 19:</b> mapa do Lácio antigo	119
<b>FIGURA 20:</b> localização da Porta <i>Minucia</i> e Porta <i>Trigemina</i>	133
<b>FIGURA 21:</b> ruínas do <i>Aqua Aemilia-Fulvia</i>	141
<b>FIGURA 22:</b> denário de M. Lólio Palicano	146
<b>FIGURA 23:</b> denário anônimo	152

**FIGURA 24:** denário de Q. Lutátio Cerco 153

**FIGURA 25:** denário de C. Censorino 161

## LISTA DE ABREVIATURAS

- Broughton,  
*MRR* BROUGHTON, T. Robert S. **The Magistrates of the Roman Republic.** v.1 (509 BC-100 BC.); v.2 (99BC-31BC). New York. American Philological Association, 1951-52
- FS RÜPKE, Jörg. *Fasti sacerdotum: a Prosopography of Pagan, Jewish and Christian Religious Officials in the City of Rome, 300 BC to AD 499.* Oxford/New York: Oxford University Press, 2008.
- LTUR STEINBY, Eva Margareta (dir). **Lexicon Topographicum Urbis Romae.** 5 vols. Roma: Edizioni Quazar, 1995
- Platner-Ashby PLATNER, Samuel Ball; ASHBY, Thomas. **A Topographical Dictionary of Ancient Rome.** London: Oxford University Press, 1929
- Richardson,  
*Topog. Dict.*  
*Ancient Rome* RICHARDSON, J. Lawrence. **A New Topographical Dictionary of Ancient Rome.** Baltimore and London. The Johns Hopkins University Press, 1992.
- RCV SEAR, David R. **Roman coins and their values.** vol. 1 London: Spink, 2000
- RRC CRAWFORD, Michael H., **Roman Republican coinage.** 2 vols. Cambridge, 1974
- RSC SEABY, H. A. **Roman silver coins.** London: Seaby Publications, 1978.

**QUANDO O DIVINO CELEBRA O HUMANO: RELIGIÃO, POLÍTICA E PODER  
NAS MOEDAS REPUBLICANAS ROMANAS (139 – 83 AEC)**

**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO I - <i>BELLA ET VICTORIAE</i> : GUERRAS E VITÓRIAS .....	26
1.1 Moeda e discurso no denário de <i>M. Furius Philus</i> .....	26
1.2 <i>Moneta</i> , memória e moedas .....	37
1.3 Vitórias militares e a construção da identidade visual de uma <i>gens</i> : o caso dos <i>Caecili Metelli</i> .....	46
1.4 Duelos, conquistas de cidades e batalhas navais: vitórias celebradas de diversas formas.....	55
1.5 Quando a vitória não acontece: o desastre de Numância e a iconografia numismática .....	65
CAPÍTULO II – <i>DII ET MAIORES</i> : DEUSES E ANTEPASSADOS .....	73
2.1 Os sacerdotes e as moedas .....	73
2.2 Instrumenta sacra no denário de <i>Sulla</i> e em outras moedas.....	85
2.3 Repensando os atributos divinos através da iconografia numismática .	98
2.4 Em busca de um ancestral ilustre .....	105
2.5 As antigas comunidades, os deuses e as moedas .....	116
2.5.1 Um olhar sobre o Lácio através das cunhagens .....	116
2.5.2 Três denários do ano de 89: romanos e sabinos.....	126
CAPÍTULO III – <i>VRBS ET CIVES</i> : CIDADES E CIDADÃOS .....	131
3.1 Os <i>Minucii</i> , sua coluna e suas moedas .....	131
3.2 Imagens da cidade de Roma no denário de <i>Aemilius Lepidus</i> .....	139
3.3 <i>Templa et comitia</i> .....	144
3.4 Deuses, templos e magistrados .....	153
3.5 Os <i>ludi</i> e as moedas: os exemplos de Apolo e <i>Magna Mater</i> .....	159
CONCLUSÃO .....	171
REFERÊNCIAS .....	177

## INTRODUÇÃO

A pesquisa que deu origem a esta tese de doutorado tinha inicialmente como objetivo analisar as formas através das quais a religião organiza, formata e atribui significados ao discurso político contido nas moedas republicanas romanas cunhadas entre 139 e 83, que integram a coleção de Numismática do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro<sup>1</sup>. Trabalhava com a hipótese de que a iconografia numismática inseria-se no quadro das disputas aristocráticas do período, uma vez que referências familiares aos antepassados dos magistrados responsáveis pelas cunhagens eram frequentes, como forma simultânea de enaltecimento da *gens* e de autopromoção do idealizador da peça. Após quatro anos de pesquisas, não houve alterações significativas no tema do trabalho e em seu objetivo central, mas algumas questões se impuseram no que concerne aos termos e conceitos utilizados para elaborá-los.

A primeira e mais importante delas decorre da percepção de que, conforme lembra Jorg Rüpke, “religião” é um moderno termo guarda-chuva para o qual não há equivalente antigo (RÜPKE, 2009, p. 124). Aquilo a que chamamos religião romana constituía-se principalmente de um conjunto de práticas, resultantes de um processo de racionalização ocorrido na República média e tardia<sup>2</sup>. Rüpke entende por racionalização o ordenamento e a sistematização dessas práticas. A partir daí, regras e princípios foram abstraídos e um discurso especializado foi elaborado, o qual, com seus argumentos e lugares institucionais, iria guiar condutas futuras. A religião romana tornou-se exemplo explícito de uma nova forma de racionalização, criadora de um conhecimento institucionalizado, de regras de interpretação e de padrões de comunicação largamente utilizados pela aristocracia romana na vida pública (RÜPKE, 2009, p. 20; RÜPKE, 2012, p. 1-4).

Pensada desta forma, a religião romana era inseparável das ações que hoje caracterizaríamos como “políticas”. Ambas tinham lugar no espaço público da cidade e envolviam as relações de poder que se estabeleciam entre os membros da comunidade. Ao

<sup>1</sup> Todas as datas pertencem ao período AEC (antes da Era Comum). Quando ocorrer alguma referência ao período EC (Era Comum), isso será indicado.

<sup>2</sup> Conforme apontam Claudia Beltrão e Maria Eicher (2014, p. 14), essa proposta interpretativa radica numa releitura do conceito weberiano de racionalização, que Rüpke realiza com visível cautela, pois os pressupostos weberianos no campo da religião não são mais aceitos sem críticas. Expurgadas as premissas monoteístas que fundamentavam o pensamento de Weber, Rüpke (2012) torna seu modelo interpretativo útil – como devem ser os modelos interpretativos, que não são bons nem ruins a priori – para a análise que realiza, operada em dois movimentos: a análise do que chama racionalização instrumental, seguida da racionalização teórica da religião romana. Lidando com os discursos textuais que explicitamente tematizam a religião, como Ênio, Cícero e Varrão, Rüpke defende que o confronto com a filosofia helenística permitiu a tais autores definir, codificar e transmitir a tradição religiosa romana, do mesmo modo agindo sobre ela e modificando-a.

tratar dos princípios do direito, Cícero lembra que seres divinos e seres humanos, e apenas eles na natureza, possuem em comum a razão, o que os torna participantes da mesma lei e membros de uma mesma comunidade, sendo, portanto, a cidade considerada uma “comunidade de deuses e homens” (Cic. *Leg.* 1.7.23)<sup>3</sup>. Assim, por exemplo, quando, através da *lex curiata*<sup>4</sup>, os magistrados já eleitos recebiam de Júpiter (*Iuppiter*) o direito de tomar os auspícios (*auspicia*) ou quando esses mesmos magistrados executavam os rituais antes das Assembleias (*Comitia*) para conhecer a predisposição divina, não significava que eram menos políticos que nós; apenas que *sua* política (entendida como a vida em comunidade, como a dinâmica das relações de poder dentro de um grupo ou de qualquer outra forma que queiramos pensar) incluía *também* os deuses.

Duas outras concepções, elaboradas por John Scheid, foram também incorporadas ao trabalho, por me parecerem apropriadas para auxiliar no entendimento da questão: o conceito de *deus-cidadão* (SCHEID, 1985, p. 41-53) e a ideia da religião pública da Roma republicana como uma religião *cívica*<sup>5</sup>, isto é, impensável de ser concebida fora dos limites da cidade (SCHEID, 2001, p. 69-74). O autor enfatiza a visão de Roma como uma comunidade de homens livres associados aos deuses, vivendo em um território com limites religiosos definidos. Os deuses eram parte da comunidade cívica e, desta forma, cidadãos. Em obra recente, Scheid se mantém na defesa do estudo da religião romana enquanto religião cívica, alegando que as críticas a esta posição pecam por tentar explicar a religião antiga através de categorias religiosas que pertencem ao nosso tempo. Tais categorias concebem a religião enquanto experiência individual interior, sem levar em consideração a alteridade dos antigos e a ideia de que somos direta ou indiretamente determinados pelo pensamento cristão (SCHEID, 2013, p. 27). A aceitação da existência de uma religião cívica não deve, contudo, conduzir à ideia de submissão do indivíduo e do privado ao Estado e ao público: o coletivo e o individual se cruzam nos espaços públicos e o fato do discurso religioso oficial ser um discurso organizado pelas elites não quer dizer que a crença nos deuses não existisse (SCHEID, 2013, p. 79). O autor alerta ainda que afirmar que a religião romana é uma religião cívica não é uma resposta definitiva, apenas o quadro dentro do qual as questões entre indivíduos e religião devem ser colocadas (SCHEID, 2013, p. 80).

---

<sup>3</sup> *una ciuitas communis deorum atque hominum existimanda* (Cic. *Leg.* 1.7.23)

<sup>4</sup> Uma análise da *lex curiata* e seu papel dentro do sistema religioso da cidade pode ser encontrada em Humm (2012, p. 1-8).

<sup>5</sup> O termo cívico não deve ser confundido com o conceito, hoje posto em causa, de religião políade. Religião cívica aqui designa o sistema religioso oficial público (pro populo) da religião romana (RÜPKE, 2007).

A impossibilidade de separar política e religião é perceptível através da numismática romana republicana. Assim, as páginas seguintes deste trabalho abordarão principalmente as formas através das quais o que denominamos religião e aquilo a que chamamos política organizam juntas um discurso comum, presente nas moedas republicanas romanas cunhadas entre 139 e 83, que integram a coleção de Numismática do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.

A opção por utilizar os termos *aristocracia* e menos frequentemente *elite*, para se referir ao grupo dominante em Roma no momento em que foram cunhadas as moedas que constituíram o principal *corpus* documental da pesquisa, segue a tendência das obras historiográficas que abordam a distribuição do poder na cidade no período e que serviram como referenciais teóricos e conceituais para a pesquisa (ROSENSTEIN, 1986, 1990; FLOWER, 1996, 2004, 2009; HÖLKESKAMP, 2006, 2010, 2014; JEHNE, 2006; PATTERSON, 2006; YAKOBSON, 2006; MONTANARI, 2009; WALLACE-HADRILL, 2009; BASTIEN, 2014). Dentre esses, alguns foram particularmente significativos, como o inventário dos “valores aristocráticos” elaborado por Nathan Rosenstein, entre os quais se destacavam a reputação, a coragem e o exercício de cargos públicos (ROSENSTEIN, 2006, p. 365- 382). Andrew Wallace-Hadrill define o grupo como “uma elite que, embora sujeita à competição constante, procurou estabilizar e sustentar seu próprio poder através do controle do conhecimento social” (WALLACE-HADRILL, 2009, p. 215). Ao estudar a cultura política<sup>6</sup> e a memória<sup>7</sup> romana republicana, Karl-Joachim Hölkeskamp destaca que “o apelo da aristocracia em modelar e representar sua história e em administrar e cultivar sua memória era onipresente” (HÖLKESKAMP, 2014, p.69). As palavras latinas *nobilitas* ou *nobiles* ou seus equivalentes em português foram propositalmente evitadas por definirem, de forma preferencial, não os aristocratas como um todo, mas aqueles cujos ancestrais haviam ocupado altos cargos públicos (ROSENSTEIN, 2006, p. 377; HÖLKESKAMP, 2014, p. 69). Nem sempre os emissores das moedas eram provenientes desse grupo.

A ideia de trabalhar com iconografia numismática iniciou-se a partir da sugestão da Prof<sup>a</sup> Claudia Beltrão da Rosa, que, quando buscava selecionar o *corpus* documental para a

---

<sup>6</sup> O trabalho adota a concepção de cultura política como o “conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e os pressupostos nos quais se baseiam o comportamento de seus atores” (CARNEIRO, 1999, p. 227). Surgido na década de 60 do século passado, a partir principalmente do trabalho de Gabriel Almond e Sidney Verba, o termo migrou posteriormente para os estudos de Ciência Política e História. Cruzando o político com o cultural, o conceito cruza as disputas pelo poder e os projetos políticos mais efetivos com a mobilização de valores e crenças (MOTTA, 2010, p. 110).

<sup>7</sup> Conforme sugerido por Karl Galinsky (2014, p. 1-2), o termo memória é empregado como o espectro semântico multifacetado de um fenômeno de preservação da civilização romana, que incluía, entre outros, as tradições e suas lembranças no presente, os textos escritos, as inscrições funerárias e os monumentos.

elaboração da pesquisa que iria dar origem ao projeto de doutorado, aventou a possibilidade, entre outras, de verificar a coleção de Numismática do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. O contato com as moedas republicanas do referido Museu me surpreendeu pela riqueza da coleção e não só atendeu à minha expectativa a respeito da documentação necessária para o desenvolvimento da pesquisa, como também apontou para novos aspectos que vieram agregar-se ao trabalho, entre eles a constatação da inovação que os romanos empreenderam por volta de 130, quando incluíram novos elementos, alterando os padrões de cunhagem. Desde seu surgimento na Ásia Menor, em meados do século VII e por toda a Antiguidade, moedas estiveram sempre estreitamente ligadas à religião. Em Roma, na segunda metade do século II, as referências religiosas nas moedas se ampliaram, contemplando não só efígies de deuses e símbolos sagrados, mas também representações da cultura material da prática religiosa romana através de imagens que iam desde os vasos utilizados para os sacrifícios até templos ou monumentos. Além disso, alusões aos antepassados ilustres dos magistrados monetários (*tresviri monetales*), responsáveis pela cunhagem, se tornaram cada vez mais constantes, como uma forma simultânea de enaltecimento da *gens* e de autopromoção do idealizador da peça, visando à progressão deste último na carreira política<sup>8</sup>. O olhar sobre as peças monetárias republicanas no seu conjunto ou mesmo sobre a parcela destas peças representada pela coleção do MHN/RJ possibilita atestar que a convivência do divino com o humano é uma característica marcante da iconografia numismática romana a partir deste momento e, sob esse aspecto em particular, os romanos inovaram em relação a tudo o que havia existido até então, influenciando os próximos quatro séculos seguintes ou mais (cf. WILLIAMS, 2007, p. 143-144).

Nas últimas décadas, a utilização das imagens como fontes históricas abriu novas possibilidades para os estudiosos das sociedades antigas, permitindo olhares diversos sobre diferentes atores sociais e gerando novas interpretações para temas até então inéditos. Apesar da riqueza da iconografia numismática como fonte para o estudo da História Romana, sua utilização em pesquisas nacionais ainda é rara. Em sua tese de doutoramento, defendida em 2007 junto à UNICAMP, o Prof. Claudio Umpierre Carlan trabalhou com as moedas imperiais do século IV da coleção do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, analisando a função

---

<sup>8</sup> Em um artigo de 2004, Eric Kondratieff apresenta o caso de Caio Duílio, cônsul em 260, que, após uma significativa vitória durante a Primeira Guerra Púnica, foi a primeira a celebrar um triunfo naval. Duílio obteve um excepcional espólio de guerra, ergueu uma coluna comemorativa no Fórum e realizou cunhagens com motivos marinhos utilizando esse meio de autopromoção cerca de cento e vinte e cinco anos antes de qualquer outro. As peças de Duílio eram barras retangulares, o *aes signatum*. Kondratieff, contudo, adota a década de 130 para situar as mudanças na cunhagem monetária romana, sob a alegação de que as peças monetárias de Duílio foram claramente uma exceção, cujos precedentes não foram imediatamente seguidos (KONDRATIEFF, 2004, p. 1-39).

destas sob o ponto de vista material (pagamento de tropas e abastecimento do Império) e também simbólico (representações dos governantes e sua política administrativa) (CARLAN, 2007). As moedas republicanas da coleção, contudo, ainda não haviam sido objeto de nenhuma pesquisa de grande porte, por mais que peças monetárias do período, acessíveis através de catálogos estrangeiros tradicionais ou digitalmente disponibilizadas, sejam citadas esporadicamente em trabalhos ou estudos pontuais feitos em território nacional. Mesmo fora do país, os estudos existentes acerca dos aspectos políticos presentes nas cunhagens monetárias recaem preferencialmente nas moedas tardo-republicanas e imperiais. Pesquisas que se dediquem às moedas republicanas produzidas em épocas anteriores são raras e que explorem prioritariamente a importância da religião e dos símbolos sagrados na formação das mensagens políticas veiculadas durante a *res publica*, inexistentes até onde tenho conhecimento.

O MHN/RJ possui a maior coleção de Numismática da América Latina. No caso das moedas emitidas na Antiguidade, a riqueza da coleção contrasta com o já citado ineditismo de sua utilização em pesquisas nacionais. Não raro, pesquisadores de História Antiga brasileiros são questionados pelo senso comum acerca de uma suposta impossibilidade em realizar seu trabalho em função da escassez documental ou da dificuldade de acesso às fontes em face de distância física em relação aos locais onde se desenvolveram as civilizações estudadas. A possibilidade de desconstrução deste paradigma foi, sem dúvida, outro aspecto que me atraiu para o desenvolvimento desta pesquisa.

### **Recorte temporal**

Mesmo não havendo uma catalogação única e completa, o número estimado de moedas republicanas romanas na Coleção de Numismática do MHN/RJ gira em torno de novecentas peças. Tornava-se, então, necessário um recorte mais definido para a pesquisa e para o próprio *corpus* documental a ser analisado. Em outros termos, era necessário estabelecer em moedas de que época seria buscado o já citado discurso político-religioso supostamente presente na iconografia numismática. A opção pelos anos de 139 e 83 como as balizas temporais para a pesquisa resultou da leitura de estudos sobre o tema, combinada com a observação das moedas em si mesmas.

Observando a cronologia dos magistrados romanos e as moedas cunhadas com os respectivos nomes dos triúnviros monetários, T. P. Wiseman notou um aumento entre os detentores do cargo de monetário, entre os anos de 140-130, que se tornaram cônsules nos

anos subsequentes. A constatação de que o cargo de monetário se tornou mais atrativo para os aspirantes ao consulado sugeriu a ele uma ligação do fenômeno com a *lex Gabinia* de 139 (WISEMAN, 1971, p. 4-5, p. 148-149). Primeira das quatro leis tabelares<sup>9</sup> (*leges tabellariae*), a *lex Gabinia*, que introduziu o voto escrito e secreto para a eleição dos magistrados, teria tornado necessário aos candidatos que encontrassem novas formas de promoção junto ao eleitorado. A ideia foi posteriormente desenvolvida por Michael Crawford (RRC, p. 710; 728) e acatada por autores que se seguiram (SUSPÈNE, 2002, p. 42; MORSTEIN-MARX, 2004, p. 82-83; WELCH, 2006, p. 531). Contudo, em um artigo de 2001, Andrew Meadows e Jonathan Williams rejeitaram essa explicação essencialmente pragmática e atribuíram a inovação ao processo de “monumentalização” da sociedade romana – ocorrido na mesma época – incluindo-a em uma perspectiva cultural comemorativa<sup>10</sup>. O acirramento da competitividade entre a aristocracia teria feito florescer essa característica cultural também nas moedas. Ainda que a presente pesquisa busque se filiar a esta interpretação mais ampla, que considera também os aspectos culturais do fenômeno, o ano de 139 continuou me parecendo uma data válida, não para ser adotada de forma rígida, mas como ponto de partida para as reflexões. Qualquer que fosse o marco inicial estabelecido para a pesquisa, haveria a necessidade de ajustes, para evitar uma abordagem exageradamente limitada e simplificadora. Por outro lado, como afirma León Lacroix, ao se lidar com cronologias que se referem a cunhagens é perigoso remeter-se apenas às indicações da história política ou militar; é necessário mesclá-las com as observações oriundas das moedas em si (LACROIX, 1965, p. 132). Inegavelmente, as referências ancestrais nas peças são claramente perceptíveis a partir da década de 130.

O século II é um momento de intensas transformações em Roma, sob os pontos de vista político, econômico, social e cultural. A concepção de um século II dinâmico, adotada neste trabalho, foi influenciada principalmente pela obra de Harriet Flower, na qual a autora chama a atenção para o quão enganosa é a ideia de um século II “estático”, situado entre a “formação” (séculos IV e III) e a “crise” da República (século I). Flower destaca, principalmente, as inovações políticas do período, como a *lex Villia annalis* de 180, que estabeleceu a idade mínima para ocupar as magistraturas e uma hierarquia entre as estas, contribuindo para a formatação do *cursus honorum*; a mudança no calendário ocorrida em

<sup>9</sup> Cícero faz referência a quatro leis tabelares (*Leg.* 3.16). A *lex Gabinia* de 139 introduziu o voto escrito e secreto para a eleição dos magistrados; a *lex Cassia* de 137 e a *lex Papiria* de 131 estenderam a inovação aos julgamentos populares, exceto nos casos de alta traição e para a rejeição ou aprovação das leis, respectivamente. Finalmente, através da *lex Coelia* de 107 o mesmo tipo de sufrágio foi estabelecido também nos julgamentos populares, inclusive nos casos de alta traição.

<sup>10</sup> “Monumentalizar” seria “trazer à mente”, através de apelos principalmente visuais tais como monumentos, inscrições, edifícios e, também, imagens monetárias.

153, com suas implicações políticas, e as já citadas leis tabelares, que introduziram o voto escrito e secreto nos *Comitia* a partir de 139 (cf. FLOWER, 2009, p. 71-79). Mas podemos agregar a essa interpretação também as mudanças econômicas ocorridas no momento em que Roma passou a ocupar uma posição de destaque no Mediterrâneo Ocidental, após a derrota imposta a Cartago na Segunda Guerra Púnica (218-202), com suas consequentes implicações sociais e culturais.

Já a escolha do ano de 83 partiu da observação de uma moeda em especial. Trata-se de um denário (*denarius*) de prata cunhado na região do Mediterrâneo Oriental, em 84 ou 83, pelo exército que Sila conduzia na luta que o levaria a estabelecer, pouco tempo depois, sua ditadura. O MHN/RJ possui um exemplar dessa peça, identificado sob o nº 155 no Repertório que constitui o segundo volume desta tese. O mesmo tipo foi simultaneamente cunhado em ouro, porém nenhum exemplar desse *aureus* (RRC 359/1; RCV 6) integra a coleção de moedas do MHN/RJ. No anverso, com borda pontilhada, a cabeça de Vênus (*Venus*) à direita, usando um diadema, provavelmente deve-se à crença da deusa como protetora de Sila (Plut. *Sull.* 34). Ao lado, há uma figura geralmente identificada como Cupido, de pé, segurando uma folha de palmeira (COHEN, 1857, p. 108; RRC 359/2; RCV 276; RSC, *Cornelia* 30) e, abaixo, a legenda L. SVLLA. A folha de palmeira remete à vitória, uma vez que essa, juntamente com a coroa, aparece quase sempre associada à deusa Vitória (*Victoria*) nas representações iconográficas, atributos esses que, por sua vez, parecem ter sido herdados, assim como as asas, de *Niké*, divindade que personifica a vitória entre os gregos (SMITH, 1859, v.II, p. 1178). No reverso, também de borda pontilhada, dois troféus ao redor de um jarro e um *lituus* (bastão de extremidade curva, usado pelos áugures) e as legendas IMPER acima e ITERVM abaixo, algo como *imperator* (não como “imperador”, como estaríamos tentados a pensar num primeiro momento, mas provavelmente no sentido de “aquele que detém o *imperium*, ou seja, o comando militar”) itinerante ou “a caminho” (do nominativo latino *iter*)<sup>11</sup>. David Sear enxerga nessa excepcional cunhagem militar de Sila no Oriente, sem referência à autorização senatorial, “um presságio ameaçador da era imperial das décadas de 40 e 30” (RCV, p. 124). De fato, excetuando-se as cunhagens dos revoltosos durante a Guerra Social, é o primeiro exemplar monetário produzido alheio ao quadro institucional romano e fora da cidade de Roma em mais de um século<sup>12</sup>. Ainda que seja provável que nos primeiros

<sup>11</sup> A análise da iconografia da moeda será abordada no Capítulo II, p. 82-90.

<sup>12</sup> Ao final do ano de 91, os povos aliados da península itálica entraram em guerra contra o domínio romano. Os revoltosos formaram a “Confederação Mársica” (de *Marsi*, um grupo populacional da Itália central). A cunhagem regular da confederação consistia basicamente em moedas de prata, geralmente anônimas ou com os nomes dos líderes do movimento. Os tipos eram diversos, alguns claramente baseados no modelo do denário

tempos do denário tenham existido casas de cunhagem espalhadas pela Itália, nos anos seguintes Roma tomou o controle das emissões monetárias e as cunhagens passaram a ficar concentradas na cidade, fato tornado possível pela recuperação do controle da península (RRC, p. 35). O denário de 84-83 subverteu esses dois aspectos por se tratar de uma cunhagem cuja iniciava deu-se fora da cidade e alheia aos quadros e procedimentos regulares da República, pois naquele momento Sila não era um magistrado em exercício a quem coubesse qualquer iniciativa de cunhagem; ele detinha um comando militar obtido através de um consulado anterior e garantido em condições excepcionais<sup>13</sup>. A partir daí, as moedas começaram a ser cunhadas também fora de Roma e a ostentar a imagem do *imperator*, renunciando as características que marcariam posteriormente a cunhagem imperial, mesmo que, obviamente, o padrão anterior de referências aos antepassados ilustres ainda tenha persistido por algum tempo.

### Documentação e metodologia

As moedas republicanas romanas cunhadas entre 139 e 83 que integram a Coleção de Numismática do MHN/RJ encontram-se relacionadas, junto a moedas republicanas de outras épocas, em dois inventários independentes, o *República Romana 1º Núcleo Medalheiros 9* e o *Roma República MM4*.

São 158 (cento e cinquenta e oito) tipos monetários, sendo 122 (cento e vinte e dois) *denarii*, 9 (nove) *quinarii*, 5 (cinco) *asses*, 6 (seis) *semis*, 5 (cinco) *triens*, 9 (nove) *quadrans*, 1 (um) *sextan* e 1 (uma) *uncia*. O quinário (*quinarius*), também de prata, equivalia a meio denário. Os denários possuíam uma iconografia rica e variada, como veremos no decorrer deste trabalho. A iconografia dos quinários também variava, em menor nível. A produção desse tipo foi interrompida e retomada em vários momentos da República Romana. Por ocasião do seu surgimento, em fins do século III, a efígie da deusa Roma (*dea Roma*) no anverso e os Dióscuros (*Dioscuri*) galopando no reverso eram sua iconografia mais comum. Em 101, quando a produção de quinários é retomada, a iconografia mais recorrente passa a ser a efígie de Júpiter no anverso e a deusa Vitória em uma cena de corpo inteiro no reverso. As outras moedas (*asses*, *semis*, *triens*, *quadrans*, *sextans* e *unciae*), surgidas anteriormente e

---

romano e outros ostentando conceitos originais (RCV, p. 115). O conflito durou até 88 e, ao final, os povos itálicos tiveram parte de suas reivindicações atendidas por Roma.

<sup>13</sup> Cônsul no ano de 88, Sila havia obtido o comando militar para lutar no Oriente. Seus opositores políticos, contudo, contrariando as tradições republicanas, apresentaram outro candidato que contava com o apoio da Assembleia. Ameaçado, Sila fugiu de Roma, mas se reuniu a seu exército, retornou a cidade e derrotou seus adversários para garantir a manutenção do comando conquistado.

confeccionadas em bronze, tinham um padrão iconográfico mais ou menos fixo: a efígie de uma divindade específica para cada tipo no anverso e uma proa de navio no reverso, além da marca de valor, em geral, em ambos os lados. Tomando por base a catalogação de Crawford (1974), esse total de 158 equivale a 47,71% das peças conhecidas para o período compreendido entre 139 e 83. Se considerarmos apenas os denários, esse percentual sobe para 82,99%: exemplares de 122 dos 147 tipos conhecidos integram a coleção de Numismática do MHN/RJ. Como é principalmente através da variedade iconográfica dos denários que o discurso político-religioso veiculado através das moedas do século II se torna perceptível, entendo que a coleção do MHN/RJ é suficientemente relevante para o estudo do tema.

Como as informações contidas nos inventários eram resumidas (basicamente o número de tombamento, o tipo da moeda, o material, o ano da cunhagem, a *gens* do monetário responsável e as referências bibliográficas em ambos os inventários, acrescidos do peso e do diâmetro das peças apenas no *República Romana 1º Núcleo de Medalheiros 9*), tornava-se necessária uma análise mais detalhada das peças antes que essas pudessem ser utilizadas como fontes históricas. Foi elaborada uma catalogação única, a partir da observação dos exemplares expostos e da análise comparativa dos dois inventários com o auxílio das obras de Michael Crawford (*Roman Republican coinage, RRC, 1974*) e David Sear (*Roman coins and their values, RCV, 2000*). Em alguns casos pontuais e na elaboração do texto, consultei também os catálogos elaborados por Henry Cohen (*Description générale des monnaies de la République, 1852*), Edward Sydenham (*The coinage of the Roman Republic, 1952*) e H. A. Seaby (*Roman Silver Coins, RSC, 1978*).

Divindades representadas em forma de efígies e/ou de corpo inteiro aparecem em todas as moedas de bronze, em todos os quinários e em 117 dos 121 denários (96,69 %). As exceções são as moedas que se encontram no Repertório sob os números **79**, **127**, **138** e **139**. Na identificação das divindades e seus atributos foi utilizada como obra de referência os três volumes do *Dictionary of Greek and Roman Biography and Mythology*, de William Smith (1859). As informações contidas neste foram confrontadas com dados contidos na documentação textual e ampliadas ou revisadas com o auxílio de estudos posteriores que se encontram inventariados na bibliografia.

Ainda que ciente de que esse trabalho de identificação era uma tarefa da qual não teria como me furtar, estou igualmente ciente da impossibilidade de declará-lo completo e acabado em algum momento. Divindades romanas (assim como as gregas) são tão numerosas que poderiam ser consideradas infinitas em número (BELAYCHE, 2007, p. 278). Além de dinâmicas e em constante transformação dentro das práticas sociais e vivências culturais, são

também multifacetadas. Segundo Angelo Brelich, o politeísmo tem a tendência de organizar em figuras complexas e diferenciadas a totalidade das realidades não humanas com as quais uma sociedade tem necessidade de regular suas próprias relações. Assim, uma figura divina nunca é estática e definitiva, mas também não é um conjunto aleatório de elementos heterogêneos e dissociáveis a vontade: insere-se na fluidez dos processos históricos e cristaliza em torno de si, de modo mais ou menos estável, complexos de interesses mais ou menos correlatos (BRELICH, 1965, p. 26; BRELICH, 1969, p. 465 *apud* FERRI, 2014). Há, ainda, outro ponto levantado por Rüpke, no capítulo que abre a importante obra *A Companion to Roman Religion* (2007), que interessa diretamente a este trabalho. Na qualidade de organizador, Rüpke justifica a ausência no livro de uma seção dedicada aos deuses, sob a alegação de que, ainda que esses fossem símbolos importantes, tanto através de suas representações diretas como através de sua presumida existência nas tentativas de se comunicar com eles nos rituais, não possuíam nem uma essência e muito menos uma biografia. Para representar os deuses imortais em espaços sociais, utilizavam-se signos que variavam de acordo com a mídia empregada (em moedas, por exemplo, utilizavam-se imagens) e as convenções de representação, de uso e de audiência variavam de gênero para gênero (RÜPKE, 2007, p. 7). Assim, há de se considerar que ao se tratar de uma divindade presente em uma moeda, o fato de ela estar representada em uma cunhagem monetária e não em um relevo, texto ou ritual não é um elemento irrelevante. Nas primeiras cunhagens romanas, no final do século III, apenas a efígie das divindades era apresentada, com exceção da deusa Vitória. O principal atributo de identificação dessa deusa (as asas) necessitava da visualização do corpo inteiro para ser percebido, diferentemente de Jano (*Ianus*), com sua cabeça de duas faces ou da deusa Roma (*dea Roma*), com seu capacete alado. Em contrapartida, levando-se em consideração o pequeno espaço a que correspondia o diâmetro de uma moeda, as feições de Vitória são praticamente imperceptíveis. Ainda que informações de cunho geral e estudos sobre representações de divindades por intermédio de outras mídias, tais como estátuas e relevos, tenham sido fundamentais para minhas reflexões, a presente tese busca lidar com representações de divindades em moedas dentro do recorte de tempo selecionado e algumas considerações acerca desse objeto específico podem não ser igualmente válidas para representações divinas por meio de outras mídias. O mesmo *Dictionary of Greek and Roman Biography and Mythology* de William Smith (1859), mais as prosopografias de Robert Broughton (1951-1952) sobre os magistrados romanos, e de Rüpke (2008) sobre os sacerdotes na cidade de Roma foram consultados com o intuito de mapear a

trajetória dos seres humanos igualmente representados ou envolvidos nas cunhagens monetárias analisadas, tais como filiação, carreira política e cargos ocupados.

Para cada tipo monetário foi elaborada uma ficha numerada (**1 a 158**) contendo imagem, denominação, datação, monetário e *gens*, material, anverso, reverso, números de referência da peça nos catálogos RRC e RCV, um breve comentário, localização da peça, quantidade de exemplares e número de tombamento no Museu, além da procedência da imagem. As fichas compõem o Repertório que constitui o segundo volume desta tese.

As imagens que ilustram o Repertório foram buscadas em meu arquivo pessoal ou entre aquelas que se encontram disponibilizadas nos catálogos *on-line* dos projetos *Davy Potdevin* (<http://davy.potdevin.free.fr>) e *Wildwinds* ([www.wildwinds.com](http://www.wildwinds.com)). O primeiro reproduz, para as moedas republicanas romanas, a identificação de Crawford no catálogo identificado como RRC – *Roman Republican Coinage*. No segundo, as moedas republicanas são apresentadas com base em dois conjuntos distintos: de acordo com a identificação de Sear (RCV – *Roman coins and their values*, edições de 1984 e 2000) e agrupadas pela *gens* do monetário responsável pela confecção da peça. A escolha da imagem foi feita, principalmente, pensando na facilidade da visualização por parte do leitor. Moedas cunhadas no mesmo ano foram organizadas segundo ordem alfabética pelo nome da *gens* do monetário. Nos casos em que o ano de cunhagem e o monetário são os mesmos, as fichas foram ordenadas pelo critério de valor da peça, do maior para o menor. A partir desse momento, cada vez que uma determinada moeda é analisada no trabalho, seu número correspondente no Repertório, em negrito, é indicado no texto ou aparece a seguir, entre parênteses. O Repertório contempla apenas as moedas oficiais cunhadas por magistrados da República, razão pela qual não foram incluídas as moedas emitidas pelos aliados itálicos durante a Guerra Social (91-88)<sup>14</sup>, não porque menospreze sua importância, mas porque não se relacionavam diretamente com o tema desta pesquisa, isto é, o discurso político e religioso presente nas moedas romanas, cunhadas na cidade de Roma pelos e para os romanos. Trata-se de um critério que privilegia o ponto de vista da autoridade emissora, não o da circulação. Questões relativas à circulação e à recepção das moedas, não só do ponto de vista financeiro, mas também simbólico, são fascinantes e instigantes, porém não serão diretamente abordadas nesta tese. Não pretendo ignorar tais questões, até porque a pura e simples elaboração de um discurso pressupõe a

---

<sup>14</sup> Apenas um tipo da Coleção de Numismática do MHN-RJ cunhado entre 139 e 83 enquadra-se neste caso: o denário (RCV 227) cunhado entre 99 e 88 pelos revoltosos durante a Guerra Social, em cujo anverso está a efígie laureada da deusa *Italia* com a legenda ITALIA atrás e no reverso uma cena de sacrifício. O MHN-RJ possui 4 exemplares desse tipo sob os números de referência 207688, 207689, 207690 e 207691.

existência de um público ao qual ele se destina, mas o estudo dessas não se encontra entre os objetivos centrais do trabalho.

Quanto à análise numismática e iconográfica propriamente dita, não dispunha de uma metodologia previamente testada em moedas romanas republicanas do período e o trabalho realizado sofreu influência de vários outros com temas afins. Por ser o discurso constituído predominantemente por imagens, sua decodificação foi feita através da interpretação iconológica proposta por Erwin Panofsky (1976, p. 64), ou seja, da busca do significado intrínseco ou conteúdo, que integra o mundo dos valores simbólicos. Estudos sobre representações no mundo romano através de outras mídias contribuíram para ampliar as reflexões, entre as quais destaco o de Paul Zanker (1989) sobre o poder das imagens, o de Harriet Flower (1996) sobre as máscaras ancestrais, o de Tonio Hölscher (2004) sobre a linguagem das imagens na arte, o de Peter Stewart (2004) sobre as estátuas e o de Katja Moede (2007) sobre representações em relevos. Dentre aqueles que se dedicam às cunhagens monetárias na Antiguidade, Leon Lacroix (1965, p. 130-143), ao estudar as moedas gregas, propõe a necessidade de relacionar a análise numismática e as evidências arqueológicas com a tradição lendária ou religiosa e as fontes escritas ou epigráficas. Procurei, sempre que possível, associar esses indícios no decorrer no trabalho. Maria Caccamo Caltabiano (2003, p. 536) defende a análise de cada traço completo presente na moeda, incluindo anverso e reverso, imagens e palavras. Propõe ainda a reconstrução da trajetória de cada imagem monetária ou tipo no espaço e no tempo, definindo sua origem, permanência ou mudanças e ampliação do significado. Christine Perez (1985, p. 111-140) aborda as imagens colocadas em circulação nas moedas, propondo uma análise semiológica que permite “lê-las” e utilizando princípios da Sociologia, Psicologia e Retórica. Tenta enfatizar a importância das mensagens visuais nas sociedades antigas e como essas constituíam um ato sugestivo a produzir a reação desejada nos receptores. Os estudos das duas autoras concentram-se em um período da história imediatamente posterior àquele abordado nesta tese e sugeriram importantes possibilidades interpretativas a este trabalho.

### **Plano de trabalho e referenciais teóricos**

A tese é constituída de dois volumes, sendo que o segundo contém o Repertório das moedas utilizadas na realização da pesquisa. O trabalho acha-se dividido em três capítulos além desta Introdução e da Conclusão. O critério para a divisão dos Capítulos foi estabelecido a partir da observação do próprio *corpus* documental. Entendo o conteúdo político-religioso

das moedas republicanas como diretamente ligado às representações romanas de poder e do papel da aristocracia enquanto grupo dirigente, e as peças numismáticas propriamente ditas como exemplo de práticas envolvidas em tais representações<sup>15</sup>. Da mesma forma, as moedas são portadoras de um discurso que não só reflete as relações de poder existentes, mas também as reproduz e cria novos poderes<sup>16</sup>. Conforme já citado, a partir da década de 130, os magistrados responsáveis pela cunhagem das moedas faziam constar nas peças mensagens que enalteciam sua *gens*, principalmente através da alusão a feitos ilustres de seus antepassados, também como uma forma de autopromoção visando a seu próprio progresso político e à aquisição de poder dentro da República. Esses *tresviri monetales* eram, em geral, jovens aristocratas em início de carreira. Não apenas as realizações concretas e os méritos pessoais contavam como um critério legítimo de progresso para as altas magistraturas, mas também a reputação de sua família, o que Karl-Joachim Hölkeskamp caracteriza como uma “recomendação”, “pagamento antecipado” ou “crédito” (HÖLKESKAMP, 2010, p. 107). Para Nathan Rosenstein, o principal valor para a aristocracia era a honra, que se relacionava diretamente com a coragem e o exercício dos cargos públicos. A coragem tornava os homens aptos a liderar e, acumulada em algumas famílias, supostamente dotava os descendentes dessas de maiores credenciais para ocupar as magistraturas (ROSENSTEIN, 2006, p. 367). Ainda Hölkeskamp, remetendo a Pierre Bourdieu, considera essa recomendação familiar como o “capital simbólico” da aristocracia romana, uma cuidadosa coleção e arquivamento de honras ancestrais equivalente à herança particular de uma família, continuamente acumulada e acessada através da posse de um nome gentílico (HÖLKESKAMP, 2010, p. 108). Hölkeskamp aponta como constituintes desse “capital simbólico” o exercício de magistraturas ou o recebimento de triunfos pelos antepassados, a ascendência divina da *gens* e a associação dos ancestrais a lendas, estórias ou feitos particulares. Esse diferencial que a aristocracia possuía em relação ao restante da população deveria ser cultivado e continuamente renovado e

---

<sup>15</sup> Representações são “as formas através das quais uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16-17). Inserem-se em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação, produzindo verdadeiras “lutas de representações” (IBIDEM, p. 17).

<sup>16</sup> A pesquisa busca equiparar a mensagem presente nas moedas à categoria foucaultiana de discurso que, embora feito prioritariamente por meio de imagens, possui a mesma capacidade ideológica que o discurso verbal e, assim sendo, longe de ser um elemento onde a política se pacifica, é um lugar onde esta exerce alguns de seus mais temíveis poderes e onde revela de imediato seu vínculo ao desejo e ao poder. O discurso “não é simplesmente o que manifesta (ou esconde) o desejo; é também aquilo que é objeto do desejo; e porque – e isso a história desde sempre o ensinou – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos” (FOUCAULT, 1984, p. 5-15). Adotamos também o conceito de poder do mesmo autor o qual, em sua noção relacional, não é pensado ou definido como algo unitário ou global, mas em e por formas díspares, heterogêneas, em constante transformação, sobretudo nas e pelas relações (FOUCAULT, 1990).

relembrado para que não corresse o risco de ser esvaziado. Assim como os discursos proferidos nos espaços públicos, os monumentos e os rituais (*pompa funebris*<sup>17</sup>, por exemplo), as moedas eram um dos meios através dos quais esse processo de evocação e rememoração tomava forma. Cada uma das três partes do trabalho busca focar uma face particular desse “capital simbólico” a partir da análise de certo número de moedas selecionadas. Algumas dessas peças possuem elementos que atendem a mais de um dos aspectos sugeridos, razão pela qual aparecem mais de uma vez, em momentos diferentes da tese. Embora adotada a utilização do conceito de Bourdieu, conforme proposto por Hölkeskamp, a divisão dos elementos componentes deste trabalho resultou um pouco diferente, pois privilegiou a observação do *corpus* documental<sup>18</sup>.

No Capítulo I, procurei analisar as formas como divindades relacionam-se com objetos, espaços e práticas humanas cotidianas para celebrar vitórias romanas contra os inimigos em guerras, batalhas ou duelos. São questões que giram em torno do componente militar do capital simbólico acima citado. Paralelamente, na segunda parte do Capítulo, serão discutidas algumas questões sobre *Moneta*, a deusa em cujo templo estava situada a casa de cunhagem, e sua relação com a produção de moedas e a memória romana.

O Capítulo II do trabalho é dedicado a moedas que fazem referências aos ancestrais ilustres dos monetários, pois possuir entre os antepassados um homem público, que tivesse exercido uma magistratura ou ocupado um sacerdócio também era um elemento que aumentava o capital simbólico de uma *gens*. Mantendo-me fiel à concepção de Roma como “uma comunidade de deuses e homens”, esses antepassados não precisam ser necessariamente humanos. Moedas que rememoram fato da *gens* descender de um deus, herói ou rei mítico dos primeiros tempos estão igualmente colocadas nesse capítulo. Especial atenção é ainda concedida aos *signa religiosos* e aos *instrumenta sacra*, sejam atributos que acompanham os deuses, objetos usualmente presentes nas práticas religiosas ou emblemas sacerdotais.

Finalmente, o Capítulo III dedica-se às moedas que retratam eventos ocorridos no interior da *Vrbs*, envolvendo a cidade e seus cidadãos. Proposição de leis, distribuição de grãos à população, iniciativa de construção de uma obra pública ou da realização de jogos pertencem a esse universo e são feitos que agregam valor à *gens* a que o indivíduo pertencia.

<sup>17</sup> Procissão funerária romana que contava com a participação de atores que, envergando máscaras de cera (*imagines*, sing. *imago*), “representavam” os ancestrais ilustres do falecido. Eram exclusivas, contudo, às famílias aristocráticas cujos membros possuíam o “direito de imagem” (*ius imaginum*), isto é, de ter sua imagem usada por seus descendentes (cf. FLOWER, 1996, p.53-59).

<sup>18</sup> Hölkeskamp aponta como principais entradas ou depósitos deste capital simbólico o número de magistraturas (principalmente consulado, a partir do século II) e triunfos, genealogias fictícias e a associação dos antepassados a lendas ou feitos particulares, nessa ordem de importância (cf. HÖLKESKAMP, 2010, p. 109-116).

Buscarei focar principalmente como divindades e símbolos religiosos atuam na elaboração de mensagens presentes em moedas que pretendem resgatar e relembrar as realizações dos antepassados dos monetários em prol da comunidade.

As cunhagens monetárias republicanas (e os exemplares dessas que integram a Coleção de Numismática do MHN/RJ) são de uma riqueza surpreendente enquanto fonte histórica e oferecem possibilidades praticamente ilimitadas de interpretação. Não obstante minha assumida e muitas vezes declarada admiração por essas, esta não é uma tese sobre as moedas romanas, e sim sobre o poder na República Romana (mais especificamente o poder nas esferas que hoje classificaríamos como pertencentes à religião e à política) *cujas fontes* principais são as moedas romanas. A aplicação desses conceitos, tais como os concebemos na atualidade para se referir à Roma Antiga, carece de um grande número de ressalvas, conforme destaquei no início desta Introdução e pretendo demonstrar no decorrer do trabalho. Não é minha intenção esgotar as possibilidades de interpretação da documentação, nem mesmo no que se refere à religião e política romanas no período compreendido entre 139 e 83. Meu principal intuito foi avançar sobre uma temática e uma documentação até então pouco estudadas, buscando atingir o objetivo proposto e com a certeza de que o campo está aberto para novas e inéditas pesquisas. Nas imagens cunhadas nas peças que emitiam, os magistrados monetários celebravam seus antepassados e os feitos destacados de suas respectivas *gens*. Deuses e símbolos religiosos eram requisitados para essa celebração, elaborada através da iconografia numismática. A análise de algumas dessas representações, resultantes da fusão desses dois fenômenos, ocupará as próximas páginas deste trabalho.

## CAPÍTULO I – *BELLA ET VICTORIAE*: GUERRAS E VITÓRIAS

### 1.1 Moeda e discurso: o denário de *M. Furius Philus*

Quando iniciei a pesquisa que iria dar origem a esta tese de doutorado, um dos poucos tipos romanos republicanos da exposição “As moedas contam a história” do Museu Histórico Nacional/RJ que poderiam ter suas duas faces simultaneamente observadas pelos visitantes era um denário cunhado ano de 119. As moedas identificadas sob os números 49 e 50 na seção “Das primeiras emissões romanas à ascensão de Sula (280-88)” da exposição revelavam anverso e reverso de um mesmo tipo, emitido por iniciativa de M. Fúrio Filo, da *gens* Fúria (62). Em tese, uma *gens* compreendia todos os descendentes livres legítimos do sexo masculino de um ancestral comum, ainda que muito distante ou, algumas vezes, fictício, que, assim, tomavam o mesmo *nomem* (HÖLKESKAMP, 2004, p. 118; SMITH, 2006, p. 31). O *nomen* é o segundo nome dos romanos, depois do *praenomen* e antes do *cognomen*, sendo que este último nem todos usavam. O *praenomen*, primeiro nome, não era distintivo. Havia poucos nomes próprios romanos disponíveis para os indivíduos do sexo masculino e as mulheres não tinham *praenomina*. O *cognomen* entra em uso principalmente a partir da República média, particularmente entre a elite. Alguns eram derivados de apelidos que se referiam a qualidades pessoais, outros eram adjetivos enaltecedores e outros ainda tinham origem obscura. Assim, a identidade de um romano era demonstrada principalmente pelo seu nome do meio, que indicava a *gens* a que pertencia, e era a chave que acessava toda a herança familiar da qual o indivíduo era possuidor (HÖLKESKAMP, 2004, p. 119; HÖLKESKAMP, 2014, p. 69). Enquanto instituição romana, a *gens*, por ter atravessado diversas épocas, foi constantemente reinventada e redefinida em função do contexto histórico do momento. Portanto, o papel da *gens* na República média e tardia tem pouco em comum com seu papel nos primeiros tempos, exceto pelo apelo a uma descendência comum e ao sucesso da autorreprodução da mesma. Um passado grandioso era, na sociedade romana, uma vantagem para se obter sucesso no presente e uma contínua construção de mitos fazia com que genealogias lendárias fossem elaboradas e se tornassem fonte e depósito de conhecimento

acerca dos feitos gloriosos dos antepassados (SMITH, 2006, p.1; p. 340-341). Há referências sobre a *gens Fúria*, de origem patrícia, desde os primeiros tempos da República (Liv. 3. 4)<sup>19</sup>.

Conforme já citado, a peça de M. Fúrio Filo era um denário, o tipo romano, que desde seu surgimento até o século III da nossa era, permaneceu a moeda romana mais importante. Michael Crawford situa a criação do denário em 212 ou 211 e a data é, tradicionalmente, a mais aceita pela historiografia. Genuinamente romana, sem qualquer ligação com a Magna Grécia, a nova moeda correspondeu ao surgimento de um sistema monetário próprio em Roma (RRC, p. 8; 35; 602; SUSPÈNE, 2002, p. 33; POBJOY, 2011, p. 65). Os procedimentos que acompanharam o aparecimento do denário não são claramente conhecidos. Para Arnaud Suspène, parece evidente que houve uma lei introduzindo o novo padrão monetário (SUSPÈNE, 2002, p. 34); Crawford aceita a possibilidade, ainda que com menos ênfase (RRC, p. 33). A hipótese, mesmo que plausível, não pode ser tomada como uma certeza, dada a absoluta incapacidade de comprovação, pois não possuímos nenhuma informação acerca do proponente, do conteúdo e do contexto de aprovação dessa suposta lei. O metal utilizado na fabricação do denário era a prata e o nome com o qual foi “batizado” relaciona-se diretamente com o *as*, pois o denário, no momento de sua criação, equivalia a dez *asses*<sup>20</sup>. Paralelamente, o *as* e as outras moedas de bronze continuaram a ser emitidas e a circular (**Tabela 1**).

**Tabela 1.** Moedas de bronze romanas no século II

	Divindade no anverso	Marca de valor	Equivalente em <i>uncia</i> (pl. <i>unciae</i> , unidade de medida equivalente a aproximadamente uma polegada)
<i>As</i>	Jano	I	12 <i>unciae</i>
<i>Semis</i>	Saturno	S	6 <i>unciae</i>
<i>Triens</i>	Minerva	4 esferas	4 <i>unciae</i>
<i>Quadrans</i>	Hércules	3 esferas	3 <i>unciae</i>
<i>Sextans</i>	Mercúrio	2 esferas	2 <i>unciae</i>
<i>Unzia</i>	Roma	1 esfera	

Tabela disponível em RCV, 2000, p. 17, com tradução e adaptação minhas.

<sup>19</sup> *Sp. Furius consulum alter cui ea provincia evenerat profectus in Aequos, Hernicorum in agro populabundum hostem invenit, ignarusque multitudinis, quia nusquam univversa conspecta fuerat, imparem copiis exercitum temere pugnae commisit* (Liv. 3.4)

<sup>20</sup> Posteriormente, em 141, o denário foi retarifado para dezesseis *asses*.

O denário em questão (62) contém, no anverso, a legenda com o nome de M. Fúrio Filo (M. FOVR), seguido pelas iniciais LF, isto é, filho de Lúcio. Lúcio Fúrio Filo fora pretor em 139 e cônsul em 136 (cf. Broughton, *MRR* 2, p. 486; RRC 281). Mas o que a inscrição aponta, principalmente, é que no ano de 119 M. Fúrio Filo exercia o cargo de triúviro monetário (*tresviri monetales*), magistrado responsável pela cunhagem das moedas na Roma Republicana. Não há registros de que ele tenha ocupado outras magistraturas posteriormente. Pouco sabemos sobre essa magistratura romana, exercida por três homens de cada vez, cuja principal função de seus detentores era a de cunhar moedas em nome do Estado. A origem dos triúviro monetários é citada em uma única fonte escrita, os fragmentos do *Liber singularis enchiridii*, do jurista romano Sexto Pompônio, que viveu no século II da nossa era. A criação da magistratura é mencionada em meio ao surgimento de outras, em um período de guerra com os povos vizinhos (*bellis finitimis*), anterior à conquista da Sardenha, Sicília, Espanha e Gália Narbonense (Pompon. 2. 27-32),<sup>21</sup> isto é, pelo menos em meados do século III. Crawford não reconhece valor em uma datação efetuada a partir do texto de Pompônio, preferindo situar o surgimento dos *tresviri monetales* no contexto das mudanças que levaram à criação do denário, em 212 ou 211 (RRC, p. 602). Suspense remete a Hubert Zehnacker para lembrar que não há nada que descarte a hipótese de que os triúviro monetários já existissem à época do surgimento do denário e o que tenha havido tenha sido uma reforma no colégio e uma modificação no nome da magistratura (ZEHNACKER, 1973, p. 69; SÚSPENE, 2002, p. 36-37). Outra possibilidade é que as funções dos novos magistrados tenham sido um desdobramento da atuação dos *tresviri mensarii* que cuidavam do tesouro público, citados por Tito Lívio quando se refere a um período imediatamente posterior à batalha de Canas (Liv. 23. 21; 26. 36)<sup>22</sup>. Em uma obra recente, contudo, Filippo Coarelli sugere uma data ainda mais recuada, situando o aparecimento dos triúviro monetários entre 289 e 240 (COARELLI, 2013, p. 83-102)<sup>23</sup>. No século I, Cícero faz referência não ao surgimento, mas à existência de

<sup>21</sup> *Constituti sunt eodem tempore et quattuorviri qui curam viarum agerent, et triumviri monetales aeris argenti auri flatores, et triumviri capitales qui carceris custodiam haberent, ut cum animadverti oporteret interventu eorum fieret* (Pompon. 2.30).

<sup>22</sup> *Et Romae quoque propter penuriam argenti triumviri mensarii rogatione M. Minucii tribuni plebis facti, L. Aemilius Papus, qui consul censorque fuerat, et M. Atilius Regulus, qui bis consul fuerat, et L. Scribonius Libo, qui tum tribunus plebis erat* (Liv. 23. 21); *Ceterum omne aurum argentum aes signatum ad triumviros mensarios extemplo deferamus* (Liv. 26. 36).

<sup>23</sup> A obra de Coarelli propõe alternativas interpretativas para alguns postulados tradicionalmente aceitos sobre a trajetória das cunhagens romanas que o autor considera incompatíveis com o quadro histórico republicano. Como indicado pelo próprio Coarelli, sua perspectiva não é numismática, mas sim “histórico-antiquária”. Entre outras coisas, considera o *quadrigato* (e não o denário), moeda de prata com a imagem de uma quadriga no reverso, cunhada a partir de 269, a primeira moeda propriamente romana. O surgimento dos triúviro monetários seria mais ou menos contemporâneo a essas emissões. Quanto ao surgimento do denário, a data

magistrados menores, dentre os quais aqueles que cunharão o ouro, a prata e o bronze do Estado (Cic. *Leg.* 3.6).<sup>24</sup> Em princípio, a reserva metálica da República devia bastar para toda a emissão, lançando-se mão, nos casos graves, do *aerarium sanctius*, a reserva especial que ficava no templo de Saturno (ZEHNACKER, 1973, p. 4).

De qualquer forma, a maior prova da existência dos triúnviros monetários continua sendo seus nomes gravados nas peças numismáticas<sup>25</sup>. Ao mesmo tempo, encontramos algumas peças cunhadas por iniciativa de outros magistrados, mas isso não era uma prática regular<sup>26</sup>. Crawford sugere o seguinte padrão, que me parece bastante válido para peças produzidas a partir do século II: quando outros que não sejam *tresviri monetales* cunham, a indicação aparece na peça; se a peça não possui tal indicação é de se supor que foi cunhada por um triúnviro monetário (RRC, p. 600). Não sabemos com certeza o mecanismo de escolha desses magistrados, se eram eleitos ou indicados, por exemplo. Igualmente, os detalhes do processo da seleção das imagens que seriam cunhadas nas moedas também são desconhecidos por nós. Contudo, sem dúvida, era uma magistratura claramente identificada com a aristocracia. Ainda que possamos supor que pudesse ser eletiva (e que outros, não aristocratas, pudessem candidatar-se a ela) era principalmente aos aristocratas que fazia sentido possuir o “espaço portátil” (cf. CLARK, 2007, p. 139) representado por uma moeda para lembrar as honras ancestrais de uma família.

---

sugerida por Coarelli, 216 ou 215, não se diferencia muito da datação tradicionalmente acatada (COARELLI, 2013, p. 57-82; 103-113).

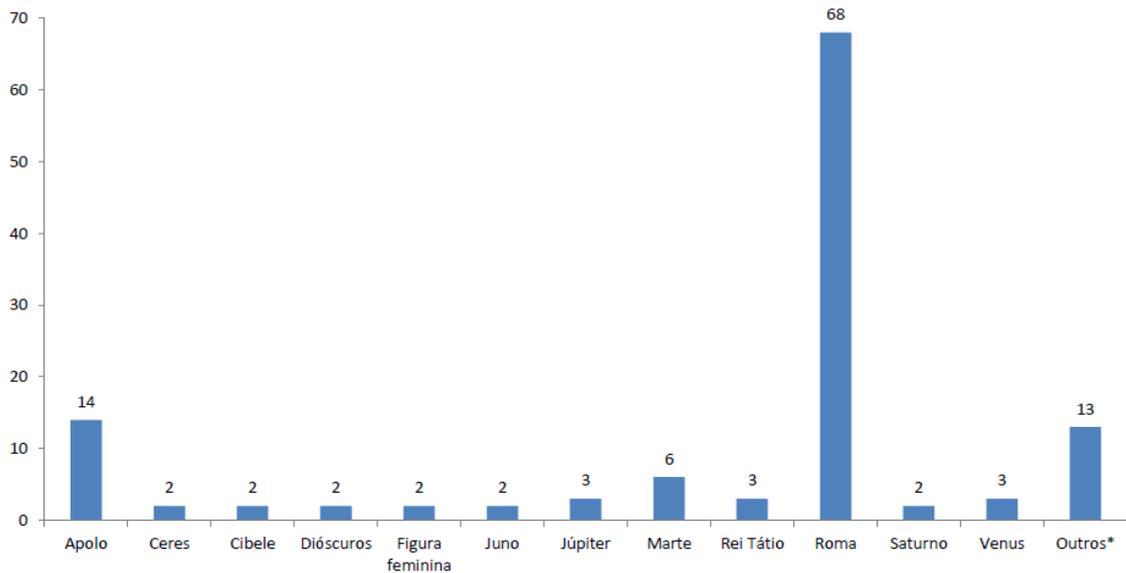
<sup>24</sup> *Minoris magistratus partiti iuris ploeres in ploera sunt. Militiae quibus iussi erunt imperanto eorumque tribuni sunt. Domi pecuniam publicam custodiunt, vincula sontium servant, capitalia vindicant, aes argentum aurumve publice signant, litis contractas iudicant, <quod> quodcumque senatus creverit agunt* (Cic. *Leg.* 3. 6)

<sup>25</sup> O primeiro registro das iniciais dos responsáveis cunhadas na peça data de 211, quando um quinário (RRC 63/1), um *as* (RRC 63/2) e um *triens* (RRC 63/4) foram emitidos com a letra “C” no reverso, o que fez Crawford identificar o pretor L. Cornélio Léntulo como o responsável pela emissão. Nos anos seguintes, legendas do mesmo tipo multiplicaram-se nas peças. Entre os anos de 211 e 206, além do C, nos denários apareceram as letras AL (em monograma), B, C, C AL, C VAR (em monograma) e M. Nos quinários, encontram-se as iniciais AVR (em monograma), C, C VAR, H, L, M, MA (em monograma), MT (em monograma) e O (RCV, p. 80-83).

<sup>26</sup> No Repertório que acompanha esta tese há, além do denário de Sila (156), a que me referi na Introdução (p. 16-18), outros nove tipos cunhados por iniciativa de outros que não triúnviros monetários. Não há como determinar as razões pontuais que levaram L. Mânlio Torquato e Q. Lutácio Cerco a terem emitido suas peças (78 e 86), quando ocupavam a questura. A excepcionalidade do poder de Mário na ocasião, seus sucessivos consulados e seu programa de assentamento dos veteranos de guerra sugerem hipóteses explicativas para as cunhagens realizadas por questores entre os anos de 101 e 97 (105, 106, 114, 115 e 116). M. Fânio e L. Critônio (150) e P. Fúrio Crassipe (154) cunharam durante o período em que Cina exercia um poder excepcional em Roma e talvez isso explique as cunhagens, também excepcionais. Além dessas nove, as peças 63 e 64 também são parte de um conjunto de cinco tipos de exceção, que parecem ter sido cunhadas no ano de 118 por iniciativa de um grupo de magistrados, sendo dois *seniors* (L. Licínio e Cn. Domício) e cinco *juniors* (M. Aurélio Scauro, L. Coscônio, C. Maléolo, L. Pompônio e L. Pórcio Licínio) na cidade de Narbo, primeira colônia romana na Gália. Todos esses exemplos corroboram a informação de que, excluindo-se as situações excepcionais, a iniciativa da cunhagem de moedas em Roma Republicana ficava a cargo dos triúnviros monetários.

Retornando ao denário de M. Fúrio Filo (62), o padrão iconográfico da peça é semelhante ao da maioria das moedas do período: a efígie de uma divindade no anverso e uma cena de corpo inteiro no reverso, a qual pode ser protagonizada por seres humanos ou divinos, como no caso. A divindade no anverso é Jano (*Ianus*), o deus romano que preside os começos, com sua cabeça biforme que olha simultaneamente para o passado e para o futuro. William Smith aponta a possibilidade de a origem de Jano estar ligada a um par de divindades latinas superiores às demais, associadas ao Sol e a Lua. Se isso realmente ocorreu, essa ideia se perdeu posteriormente e Jano adquiriu grande importância na religião dos romanos como uma única divindade (SMITH, 1859, v. II, p. 550). Numa Pompílio teria dedicado a Jano a passagem chamada *Ianus*, que se abria em tempos de guerra e ficava fechada quando os romanos descansavam suas armas (Liv. 1. 9; Varr. *Ling.* 5. 34). Por outro lado, uma vez que são conhecidas medalhas etruscas com representações de divindades com cabeças de duas faces e uma estátua de quatro faces teria sido trazida a Roma após a conquista da cidade etrusca de *Falerii* (Macr. *Sat.* 1. 13; SMITH, 1859, v.II, p. 551), uma influência etrusca na origem de Jano também não pode ser totalmente descartada. De qualquer forma, mais do que qualquer povo na Antiguidade, os romanos atribuíam grande importância ao começo de uma atividade ou ao início de uma empreitada e acreditavam que o progresso ou o sucesso de algo tinha uma mágica conexão com seu começo, o que explica a importância de Jano para aquela civilização. Sua representação, um homem maduro com duas faces barbadas, é bastante frequente nas cunhagens monetárias republicanas do século III e continua nos séculos seguintes. Dentre as moedas de bronze que, conforme já citei, possuíam um padrão fixo (**Tabela 1**), Jano é a divindade cuja efígie era encontrada no anverso do *as* (75, 104, 130, 135 e 141).

A peça de M. Fúrio Filo, contudo, era um denário de prata, tipo que não obedecia a um padrão iconográfico rígido. Cabia ao monetário a escolha das imagens que iriam ser cunhadas na moeda. Nos denários cunhados entre 139 e 83 que integram a coleção do MHN-RJ, a divindade cuja efígie predomina nos anversos é a deusa Roma (*dea Roma*): sessenta e oito das cento e vinte e duas peças, ou seja cerca de 55,73 % do total (**Figura 1**).

**Figura 1 – Efégie no anverso dos denários romanos MHN/RJ (139-83)**

\* Felipe V, figura masculina, Hércules, Jano, Líbera, Minerva, Pan, Penates, Pietas, *Salus*, Sol, Vitória e Vulcano aparecem em uma moeda cada

Nos cinquenta e quatro denários restantes, Jano aparece em forma de efégie no anverso de apenas uma moeda, justamente o denário de M. Fúrio Filo (62). Nele, a cabeça de Jano surge laureada e circundada pela já citada legenda que identifica o monetário responsável pela cunhagem. A legenda “envolve” a cabeça da divindade em uma composição entre linguagem e imagem não rara de ser encontrada em moedas romanas. Segundo Martine Joly, aquilo a que chamamos imagem é algo de heterogêneo, pois reúne e coordena, no âmbito de um limite, imagens no sentido teórico do termo, mas também signos plásticos (formas ou composição interna, por exemplo) e signos linguísticos, da linguagem verbal. É a sua relação, a sua interação, que produz o sentido que aprendemos mais ou menos conscientemente a decifrar e que uma observação mais sistemática nos ajuda a compreender melhor (JOLY, 1994, p. 42). Os estudos da autora dedicam-se mais especificamente à publicidade contemporânea, mas a questão por ela apontada não está ausente na iconografia numismática romana. Além do denário de M. Fúrio Filo (62), a legenda com o nome do monetário circunda a efégie da divindade nos denários de L. Licínio Crasso e Cn. Domício Enobarbo (64) e a imagem do reverso no denário de M. Cecílio Metelo (40). No denário de M. Acílio (31), o nome deste também circula a divindade do anverso, porém colocado dentro de um círculo duplo de pontos. Em seu denário (47), N. Fábio Pictor desejou homenagear seu avô, o qual tentou, embora sem sucesso, acumular a função militar de pretor na Sardenha com a função de *flamen*

*Quirinalis* (Liv. 37. 50-51)<sup>27</sup>. Essas informações estão colocadas no reverso da moeda, obedecendo a uma composição interna elaborada. O ancestral está representado sentado, com elmo e lança, tendo um *apex* à esquerda e um escudo à direita. O *apex* era o gorro usado pelos sacerdotes flâmines, com uma alça que o prendia no queixo e uma ponta de madeira de oliveira no topo. A legenda QVIRIN encontra-se dentro do escudo e o nome do monetário é “dividido” pela imagem (N. FABI à direita e PICTOR à esquerda). Já Mn. Emílio Lépido provavelmente desejou recordar, através da cunhagem de uma moeda (73), o fato de que um antepassado de sua *gens* havia iniciado a construção de um aqueduto (RRC 291). No reverso da peça, as letras, parte de seu nome e de seu ancestral, LEP, estão cuidadosamente acomodadas entre os arcos da imagem que faz referência ao aqueduto em questão. Nesse aspecto, as moedas romanas constituem-se em um exemplo de como a oposição entre imagem/linguagem verbal é uma falsa oposição. A linguagem verbal não só participa na construção da mensagem visual, mas a transmite, completando-a mesmo, numa circularidade simultaneamente reflexiva e criadora (JOLY, 1994, p. 11).

Ainda na moeda de M. Fúrio Filo, a deusa Roma cede seu espaço, no anverso, para Jano. Ao fazê-lo, é “deslocada” para o reverso da moeda. Na cena do reverso, a personificação divinizada da *urbs* romana, de pé, segura um cetro na mão esquerda e com a mão direita coroa um troféu de armas gaulesas. Os primeiros cultos centrados em Roma, a cidade divinizada de acordo com as concepções originárias do mundo grego helenístico ou suas variantes, “o povo de Roma” ou “Roma e os Benfeitores”, datam do início do século II, na região do Mediterrâneo Oriental, mais especificamente o mundo grego agora sob domínio romano. Algumas comunidades do leste dedicaram templos à deusa Roma, nomeadamente *Smirna* já em 195, *Alabanda* na *Caria* e *Mileto*, todos na Ásia Menor (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 158-159). A inscrição particularmente viva do templo em Mileto detalha os regulamentos para o sacerdócio de Roma, o festival de *Romaia*, bem como os sacrifícios regulares a serem efetuados para a deusa. Isso mostra que, em Mileto, pelo menos, esses

<sup>27</sup> *Aetolia M. Fulvio, Asia Cn. Manlio sorte euenit. praetores deinde sortiti sunt, Sp. Postumius Albinus urbanam et inter peregrinos, M. Sempronius Tuditanus Siciliam, Q. Fabius Pictor, flamen Quirinalis, Sardiniam, Q. Fabius Labeo classem, L. Plautius Hypsaeus Hispaniam citeriorem, L. Baebius Dives Hispaniam ulteriorem* (Liv. 37. 50); *Priusquam in prouincias praetores irent, certamen inter P. Licinium pontificem maximum fuit et Q. Fabium Pictorem flaminem Quirinalem, quale patrum memoria inter L. Metellum et Postumium Albinum fuerat. consulem illum cum C. Lutatio collega in Siciliam ad classem proficiscentem ad sacra retinuerat Metellus, pontifex maximus; praetorem hunc, ne in Sardiniam proficisceretur, P. Licinius tenuit. et in senatu et ad populum magnis contentionibus certatum, et imperia inhibita ultro citroque, et pignera capta, et multae dictae, et tribuni appellati, et prouocatum ad populum est. religio ad postremum uicit; ut dicto audiens esset flamen pontifici iussus; et multa iussu populi ei remissa. ira prouinciae ereptae praetorem magistratu abdicare se conantem patres auctoritate sua deterruerunt et, ut ius inter peregrinos diceret, decreuerunt. dilectibus deinde intra paucos dies —neque enim multi milites legendi erant—perfectis consules praetoresque in prouincias proficiscuntur* (Liv. 37. 51).

sacrifícios não eram feitos apenas em ocasiões específicas de culto para a própria Roma, mas que as alterações regulares na vida cívica (como a entrada em função dos novos magistrados) foram também marcadas por sacrifícios a “Roma e seus povos”. Não está claro o que, no geral, (ou, em qualquer caso particular) levou à criação do culto de Roma nas cidades do mundo grego. Nenhum culto semelhante é conhecido na própria Roma até o reinado de Adriano, quando o primeiro templo de *dea Roma* é construído na cidade. O certo é que uma representação religiosa de Roma se desenvolveu no Oriente grego, lado a lado com a dominação romana e que as cidades orientais gradualmente incorporaram o poder romano ao seu próprio mundo religioso e cultural (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 160). Porém, se as primeiras notícias de culto à *dea Roma* ocorrem via mundo grego, no século II, sua presença em cunhagens monetárias, um universo inicialmente dominado pela clara influência grega, é ainda mais antiga. Deuses passam a existir nos espaços sociais a partir do momento em que são representados de alguma forma (cf. RÜPKE, 2007, p. 9) e, no caso da deusa Roma, essas primeiras representações se deram através das cunhagens monetárias. Na iconografia numismática, as primeiras imagens de *dea Roma* datam do século III, em forma de efígie. Dentre as moedas de bronze, ela é a divindade padrão nas *unciae*. Inicialmente, as representações da deusa eram vinculadas aos símbolos que definiam a cidade de Roma como o cavalo, a roda e a proa de navio, ou seja, ao grupo de *signa* que representavam e caracterizavam a *Vrbs*. Como Roma concomitantemente enfrentava diversas batalhas contra povos vizinhos e itálicos e as vencida, a deusa foi sendo vinculada a símbolos que indicassem a prosperidade da cidade, o êxito militar em suas campanhas e a *bona fortuna* do solo *Romanum*, obtida pelos antepassados, garantida e preservada pelos atuais cidadãos (MACHADO, 2014, p. 43). As transformações se acentuam a partir da Segunda Guerra Púnica (218-201), com as *signa* militares passando a substituir os demais, o que resultou em uma *dea Roma* mais guerreira. Com a continuidade das campanhas romanas vitoriosas, após a Segunda Guerra Púnica, observa-se uma *dea Roma* inédita: não apenas sua efígie é representada, mas seu corpo inteiro. E sua postura bélica é reforçada por elmos militares, lanças, armaduras e escudos em cujas pilhas, às vezes, ela confortavelmente se senta (71, 118, 119). Ao mesmo tempo, *signa* de momentos célebres e míticos, como a fundação da cidade, são incorporados a ela (06) (cf. MACHADO, 2014, p. 46-47).

O fato de *dea Roma* ser a divindade cuja efígie domina o anverso dos denários cunhados entre 139 e 83 não parece ser muito difícil de ser explicado ou compreendido, uma vez que moedas são cunhadas em nome do Estado e testemunham de certa forma a existência desse poder constituído, e a deusa Roma é a representação divina que mais bem o traduz.

Além dos sessenta e oito denários nos quais sua efígie está no anverso, em um denário anônimo do ano de 115-114 (71), ela aparece duplamente, em forma de efígie no anverso e, de corpo inteiro, sentada sobre uma pilha de escudos no reverso. E em apenas um denário, ela “troca” de lugar com outra divindade (no caso, Jano), justamente no denário de M. Fúrio Filo (62)

Elmos são símbolos de invulnerabilidade e potência (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1991, p. 184) e a deusa Roma enverga geralmente um elmo com asas, as quais indicam liberação e vitória (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1991, p. 91). Em algumas moedas, as asas do elmo são substituídas por penachos laterais (77, 86) os quais, nessa posição acima da cabeça, poderiam ser um símbolo de elevação (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1991, p. 705-706). Em certas representações, pode portar um elmo frígio (50) ou coríntio (62, 71), este último ainda com uma ondulação que cai sobre o ombro (anverso da peça 71). Seus atributos femininos, comuns a divindades que personificam cidades, também se destacam em suas representações. Quando aparece em forma de efígie, o que não é o caso do denário de M. Fúrio Filo, os cachos de seu cabelo que pendem do elmo sobre o ombro e o colar de contas que adorna seu pescoço são atributos constantes e visíveis. Na peça 62, ela aparece de corpo inteiro, portando um elmo coríntio ao invés do tradicional elmo com asas laterais. Não está despida de sua essência guerreira, porém suas características divinas e vitoriosas encontram-se acentuadas respectivamente pela estrela acima de sua cabeça, pelo cetro e pela coroa. O cetro que carrega na mão esquerda é um símbolo recorrente de poder e autoridade (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1991, p. 226). A coroa que, com a mão direita, deposita sobre o troféu, assinala o caráter de uma realização bem sucedida. Sua forma circular indica a perfeição e a participação da natureza superior e transcendente, da qual o círculo é o símbolo. O ato de coroar, isto é, de colocar a coroa acima de alguém ou de alguma coisa, une o coroado com o que está acima deste, pertencendo ao divino. Recompensa de uma prova, a coroa é uma promessa de vida imortal, a exemplo da vida dos deuses (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1991, p. 289). Nas moedas romanas, a coroa aparece em geral associada à deusa Vitória, de forma direta, nas mãos dessa divindade, ou indiretamente, como um atributo da mesma.

O troféu que a deusa Roma coroa é constituído por uma armadura, um elmo gaulês, um escudo e um *parazonium* com um *carnyx* e mais dois escudos, aos pés do troféu, um de cada lado. O *parazonium* era uma adaga longa e triangular. O *carnyx* era a trombeta celta com uma cabeça de animal na ponta, geralmente usada para incentivar as tropas. Quanto ao escudo celta, ao que parece, esse variou de formato ao longo do tempo. Inicialmente era redondo, com reforços de bronze ou de ouro. De meados do século III em diante, passou a se destacar o

longo escudo celta, tendo os lados direitos com pontas arredondadas ou então oval, feito de madeira, talvez vime, vindo os de madeira a ser ornados com saliências de ferro e, mais raramente, com rebordo de ferro (POWELL, 1965, p. 106; 110). O elmo e os *carnyx* destacam-se na composição do troféu representado no anverso da moeda e fazem com que o mesmo seja, em geral, interpretado como símbolo de uma vitória dos romanos sobre os gauleses (RRC 281; RCV, 156).

Que razões levaram M. Fúrio Filo a escolher essa iconografia específica para seu denário? Um olhar sobre o contexto histórico em que ele viveu ajuda a encontrar algumas respostas. Dois anos antes da cunhagem da peça os romanos, sob o comando de Q. Fábio Máximo e Cn. Domício Enobarbo, haviam obtido significativa vitória sobre a tribo gaulesa dos alógrobo, na região da Gália Transalpina, ou seja, além dos Alpes. A região foi convertida em província romana (a primeira fora da Itália), sendo posteriormente batizada de Gália Narbonense, em função da fundação da colônia de Narbo em 118, que se tornou sua capital. Os gauleses eram antigos e tradicionais inimigos dos romanos e embates entre ambos permeiam a história da República: o saque gaulês a Roma ocorrido em 390 se constituiu em um dos episódios mais dramáticos da trajetória da cidade, e a conquista e a anexação de toda a região das Gálias, obtida entre os anos de 58 e 49, foi o feito que alçou César à condição de grande general, reconhecido por seus pares. Logo, a vitória de 121 provavelmente teve grande repercussão junto ao povo romano, o que fazia dela uma vitória digna de ser monumentalizada em uma moeda. Porém, ainda que a recente vitória provavelmente tenha sido determinante na escolha das referências gaulesas na moeda, acredito que o monetário utilizou-as para remeter a outro feito que contou com a participação de um antepassado de sua *gens*. Em 200, L. Fúrio era pretor nas guerras que se desenrolavam na Gália Cisalpina e que haviam estourado imediatamente após a guerra contra Aníbal. Ele estava estacionado em *Arminum* e, quando os gauleses lançaram cerco a *Cremona*, acelerou com seu exército e lutou uma grande batalha na qual os gauleses, após sustentarem inúmeras perdas, foram derrotados e postos em fuga. A vitória provocou grande entusiasmo em Roma e, em seu retorno, L. Fúrio reivindicou a honra do triunfo que, após alguma oposição da parte dos senadores mais velhos, foi dado a ele (Liv. 31.21.47-49)<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> *Iam exercitus consularis ab Arretio Ariminum transductus erat et quinque milia socium Latini nominis ex Gallia in Etruriam transierant. itaque L. Furius magnis itineribus ab Arimino aduersus Gallos Cremonam tum obsidentes profectus, castra mille quingentorum passuum interuallo ab hoste posuit. occasio egregie rei gerendae fuit, si protinus de uia ad castra oppugnanda duxisset: palati passim uagabantur per agros nullo satis firmo relicto praesidio; lassitudini militum timuit, quod raptim ductum agmen erat (Liv. 31. 21). Huius generis orationibus ipsius amicorumque uicta est praesentis gratia praetoris absentis consulis maiestas triumphumque frequentes L. Furio decreuerun (Liv. 31. 49).*

A luta entre romanos e gauleses, com especial ênfase nos episódios vencidos pelos romanos, era uma longa tradição, e os membros da *gens* Fúria se inserem nessa tradição, um dado que a moeda deseja enfatizar. Moedas isoladas, por seu caráter lacônico, dificilmente são bem lidas (CRAWFORD, 1983, p. 188). Observando os denários cunhados na década de 110, no Repertório utilizado na pesquisa, é possível verificar que a efígie da deusa Roma está em *todos* os anversos, com exceção da peça **62**, na qual ela dá lugar a Jano, passando a ocupar o reverso. Não creio que essa escolha tenha sido casual. Com seu duplo olhar simultâneo sobre o passado e o futuro, Jano sugere situar as vitórias romanas sobre os gauleses em um movimento que vai além do tempo presente, permitindo trazer à mente do possuidor da moeda o papel da *gens* Furia nesse processo, sugerindo que novas contribuições futuras são uma possibilidade em aberto. Se a coragem e a habilidade demonstrada pelos antepassados supostamente dava aos membros da *gens* maiores credenciais junto ao povo (cf. ROSENSTEIN, 2006, p. 367), essa é uma informação que merecia ser lembrada e reafirmada. Assim, o discurso através do qual a *gens* Fúria recorda sua participação passada decisiva nas vitórias romanas contra os gauleses revela o desejo de seus membros de assegurar a continuidade de seu poder no futuro. Mas, ao mesmo tempo, é o reflexo do poder da *gens* no presente, que se traduz pela existência da possibilidade concreta da materialização da mensagem pretendida através das imagens e das palavras gravadas em uma moeda.

Na mensagem central da moeda, as lutas travadas e vencidas pelos romanos contra inimigos externos, ou seja, as ações humanas, estão no centro da narrativa. Encontram-se, contudo, em boa parte, traduzidas e formatadas por seres divinos e símbolos religiosos, que nos contam a respeito de sua temporalidade (Jano, o passado e o futuro, vitórias passadas e promessas de vitórias futuras) e de seu resultado (*dea Roma* portando a coroa da deusa Vitória, a *Vrbs* triunfante). A escolha dessa moeda para iniciar nossa análise deve-se ao fato de que, talvez mais do que em qualquer outra peça do *corpus* documental, nela a celebração de uma ação humana por um ser divino está mais claramente representada, no momento em que a deusa Roma deposita uma coroa sobre um troféu, que é resultado de uma façanha humana. Trata-se de uma elaboração possível para os romanos dentro de sua concepção de religião cívica e da cidade como uma comunidade de deuses e homens, mas que subverte o padrão ao qual estamos acostumados em função das influências cristãs ocidentais. Desconstruindo a imagem que temos interiorizada – do ser humano que reverencia o ente divino –, a deusa Roma, com sua divindade expressa pela estrela sobre sua cabeça, homenageia uma ação humana e, de certa forma, os indivíduos que a tornaram realidade. No campo do discurso numismático, trata-se de uma inovação, talvez a inovação mais

significativa da cunhagem romana em relação a toda cunhagem monetária antiga que a precedeu.

O denário de M. Fúrio Filo não é a única moeda em que isso acontece. Outros exemplos na mesma linha podem ser encontrados nas moedas emitidas entre 139 e 83, conforme pretendo demonstrar no decorrer do trabalho. Porém, cabem antes algumas considerações sobre uma divindade em especial, cuja imagem não aparece em nenhuma das moedas que integram o Repertório que acompanha esta tese, mas que, ainda assim, estava envolvida em toda a cunhagem monetária republicana, pelo menos a partir do fim do século III. Trata-se de Juno Moneta, a deusa em cujo templo estaria situada a casa de cunhagem na Roma Republicana.

## **1.2 *Moneta*, memória e moedas**

Ao analisar a história e a memória coletiva na República Média, Karl-Joachim Hölkeskamp lembra que o rol de homens ilustres que haviam sido importantes no passado da cidade, bem como seus feitos e condutas inspiradoras, eram elementos sempre presentes, formando a memória cultural do povo romano (HÖLKESKAMP, 2006, p. 481-482). Ainda segundo o autor, memórias, em especial memórias culturais, necessitam de espaços e lugares para acontecer, não só físicos, mas também rituais, festivais, datas comemorativas, imagens e textos<sup>29</sup>. No caso de Roma, a relação entre história e sua transformação em memória encontra, em grande parte, articulação material em monumentos de todos os tipos que formavam a paisagem urbana da área central da cidade:

Uma característica fundamental da memória cultural da Roma Republicana é a “memória monumental” desenvolvida nos séculos III e II, a combinação e evolução de uma área central de memória cultural, ex: os espaços públicos no centro da cidade, os templos e altares, as estátuas e outras imagens de todos os tipos, bem como a semântica de seu simbolismo e das mensagens e histórias neles contidas. Na paisagem da cidade de memória em pedra e (algumas vezes) em mármore que era Roma, os heróis, que haviam feito sua história estavam permanentemente espalhados e assim, no sentido amplo da palavra, onipresentes. (HÖLKESKAMP, 2006, p. 482)

---

<sup>29</sup> Ao estudar a história e a memória coletiva na República Média, Hölkeskamp utiliza os conceitos de “memória cultural” de Jan Assmann (1992, 2000) e de “lugares de memória” de Pierre Nora (1984) (cf. HÖLKESKAMP, 2006, p. 478-495).

A memória cultural romana, composta em parte por essa “memória monumental”, agregava conteúdo ao capital simbólico das *gens* que atuavam na elaboração de tais monumentos e da elite política no geral. Assim como a memória monumental da República, esse capital necessitava de preservação, transmissão e permanente incremento e amplificação, tanto pelos aristocratas individualmente, que apelavam para os feitos coletivos de suas *gens* como um argumento dentro da rivalidade aristocrática, como pela aristocracia como um todo, que se definia a serviço da República (HÖLKESKAMP, 2006, p. 490).

Pretendo, a seguir, explorar duas ideias, a de que as moedas, com suas iconografias que remetem aos ancestrais e aos feitos passados, se inserem nessa “memória monumental”, e a de que a relação entre moedas e memória é mediada por uma divindade em especial, a deusa *Moneta*. Não encontramos a representação de *Moneta* em nenhuma das peças que integram o Repertório que acompanha esta tese<sup>30</sup>. De certa forma, porém, sua presença perpassa as emissões monetárias em seu conjunto, pois praticamente todas as moedas foram produzidas na oficina de cunhagem que ficava no (ou próximo ao) seu templo<sup>31</sup>.

Em um artigo de 2001, Andrew Meadows e Jonathan Williams equipararam as moedas romanas a “monumentos em pequena escala”, com ampla circulação, que teriam tornado possível a transformação da imobilidade em movimento constante (MEADOWS; WILLIAMS, 2001, p. 40-43). Segundo esses autores, mais do que uma consequência direta da mudança do sistema de votação nas assembleias romanas (RRC, p. 710; 728; SUSPÈNE, 2002, p. 42; MORSTEIN-MARX, 2004, p. 82-83; WELCH, 2006, p. 531), a frequente alusão aos feitos ancestrais nas peças a partir da metade do século II se insere em uma perspectiva comemorativa e faz parte de um movimento cultural mais amplo, a “monumentalização” da sociedade romana, ocorrida na mesma época (MEADOWS; WILLIAMS, 2001, p. 40-44). Remetendo aos mesmos autores, Anne Clark classifica esses novos tipos numismáticos, emitidos a partir da década de 130, como novos e pequenos “espaços portáteis” nos quais os monetários podiam pensar sobre si mesmos, suas famílias, sua cidade, seu passado e seu presente (CLARK, 2007, p. 139)<sup>32</sup>. De fato, a necessidade de demonstração de *status* era

<sup>30</sup> A primeira moeda com a representação de *Moneta* é um denário cunhado em 74 por L. Pletori (RRC 396/1a; RCV 332).

<sup>31</sup> As exceções são as moedas **63** e **64**, que podem ter sido cunhadas na colônia romana de Narbo, e a moeda **155**, cunhada pelo exército de Sila, em movimento que retornava do Oriente. Contra, Zehnacker (1973) define a oficina de cunhagem de Roma como “permanente”, mas supõe a existência de uma “oficina B”, situada na Itália central, além de oficinas temporárias, ao sul e ao norte da península e na Gália Narbonense (p. 40; p. 629-630).

<sup>32</sup> A autora sugere que a adoção desse conceito permite o abandonar a muito debatida, mas, no final das contas insatisfatoriamente respondida, questão acerca da “propaganda” numismática, que abordarei nas p. 39-40. As imagens nas moedas seriam encaradas como o surgimento de outros espaços nos quais os indivíduos eram capazes de pensar e fazer declarações sobre si mesmos, os outros e suas contribuições no passado e no presente (CLARK, 2007, p. 139).

constante na vida pública romana, a ponto de Harriet Flower ter caracterizado a cultura romana como sendo, de muitas formas, a “cultura do espetáculo”:

O espetáculo estava no coração da política e da compreensão da identidade da comunidade. Era, sobretudo, uma cultura visual, do ver e do ser visto, em ocasiões especiais e no dia-a-dia. Consequentemente, muitas ações eram essencialmente teatrais e havia relativamente muito pouco daquilo que os modernos chamariam de privacidade. Na verdade, o *status* e a identidade de uma pessoa atingiam seu significado completo apenas a partir do olhar dos outros cidadãos. (FLOWER, 2004, p. 322)

Demonstrações públicas de *status* eram, assim, centrais na vida da aristocracia romana e podiam tomar várias formas (ritual, retórica e arquitetônica), todas com a função de relembrar a seus pares e ao povo a posição política e social da família, no passado e no presente. A palavra em latim que abarca todas estas atividades é *monumentum*, que claramente deriva da mesma raiz de *Moneta*, a deusa. Ambos, por sua vez, derivam do verbo latino *moneo*, que aqui deve ser tomado não no sentido de “alertar”, “avisar”, mas de “fazer pensar”, “lembrar” (ERNOUT; MEILLET, 2001, p. 731-732).

*Monumentum* é, portanto, tudo aquilo que “apela para a memória”, “particularmente para a memória de um morto: tumbas, estátuas, inscrições” (Varr. *Ling.* 6. 6; ERNOUT; MEILLET, 2001, p. 732). Temos a tendência a associar *monumentum* a uma construção, mas esta é apenas uma de suas possibilidades de aplicação. No século II, o acirramento da competitividade entre a aristocracia teria feito florescer essa característica cultural preexistente também nas moedas, em um fenômeno que não deve ser simplesmente definido como “propaganda política” (MEADOWS; WILLIAMS, 2001, p. 49). Ainda que utilizado em algumas obras (ALFÖLDI, 1956, p. 63; LUCE, 1968; PEREZ, 1985), o termo “propaganda” foi igualmente rejeitado por outras (CRAWFORD, 1983, p. 59; FLOWER, 1996, p. 11; MORSTEIN-MARX, 2004, p. 85). Ao tratar das representações históricas na arte romana, Tonio Hölscher lembra que a visão dessas enquanto autorrepresentação pública ou propaganda foi sendo progressivamente abandonada a partir do final do século passado, uma vez que se tratava de um olhar forjado a partir da manipulação da opinião pública nos Estados modernos (HÖLSCHER, 2015, p. 37). Tais considerações podem, igualmente, ser aplicadas às cunhagens. Segundo Flower, definir o fenômeno da presença dos antepassados (e dos monetários) nas moedas como propaganda é simplificar demasiadamente essa característica romana, segundo a qual as gerações passadas estavam sempre presentes na vida das gerações

---

atuais; “era mais que simplesmente propaganda, e sim uma complexa reafirmação dos valores romanos e das famílias dos líderes como expoentes principais desses valores” (FLOWER, 1996, p. 11). Para Robert Morstein-Marx, o termo propaganda, além de anacrônico, torna-se enganoso por sugerir um nível de disseminação, controle centralizado e tendência à manipulação de ideias, alheios ao contexto republicano romano (cf. MORSTEIN-MARX, 2004, p. 85). Ainda que tais considerações sejam pertinentes, creio que não há problema em se utilizar o termo “propaganda” para se referir ao contexto numismático romano republicano, contanto que o mesmo não seja aplicado dentro de uma perspectiva redutora e simplificadora, conforme alertado por Flower. Sem dúvida, não deixava de existir o que Vagner Porto, ao estudar as moedas da Península Ibérica e da Síria-Palestina durante o período imperial romano, definiu como uma “instrumentalização política das moedas” (PORTO, 2012, p. 19). Os romanos não se abstraíam de divulgar informações, mensagens e ideias com o objetivo de persuadir ou influenciar aqueles que participavam e tomavam decisões na vida pública, mas não era “apenas” isso. As referências ancestrais estavam presentes nas moedas porque essa era uma forma de validação de conduta de um indivíduo e de sua *gens* perfeitamente inserida no contexto cultural romano; ou porque, nos termos colocados por Hölkeskamp, os homens ilustres do passado e seus grandes feitos estavam sempre presentes na memória coletiva (HÖLKESKAMP, 2006, p. 481-482). Da mesma forma, não havia dúvida sobre a presença e, principalmente, sobre a necessidade da aquiescência divina em momentos decisivos da trajetória dos homens e das cidades. Mais do que a materialização de um objetivo específico de divulgação de uma determinada mensagem, a iconografia numismática republicana só pode ser compreendida dentro dessa perspectiva mais ampla. Outras mídias, é claro, poderiam ser usadas com o mesmo fim, como os edifícios, construções, estátuas, rituais, imagens, textos, que citei na abertura dessa seção, mas não há dúvidas de que as moedas também integravam a “memória monumental” do povo romano.

Quanto à *Moneta*, inicialmente é necessário lembrar que, como divindade cívica, dinâmica e mutável, ela igualmente permitia que várias interpretações fossem formuladas sobre sua figura, razão pela qual é impossível elaborar sobre ela uma versão única e acabada. No artigo já citado, Meadows e Williams acertadamente lembram que boa parte dos estudos modernos sobre a deusa pecou ao partir do pressuposto de que poderia haver uma única identidade “verdadeira” para uma divindade antiga e de que essa poderia ser recuperada através das escassas fontes que possuímos (MEADOWS; WILLIAMS, 2001, p. 31).

No caso de *Moneta*, a versão mais conhecida e aceita sobre sua origem é a que a associa a um epíteto da deusa Juno, ligada a uma esfera específica de ação desta, a de “avisar”, “aconselhar”, “alertar” (novamente, o verbo *moneo* em latim). Sua origem estaria ligada a um episódio ocorrido por ocasião da ameaça gaulesa a Roma, em que os gansos sagrados de Juno, preservados apesar da intensa privação pela qual passavam os romanos, deram o alarme, avisando acerca de uma iminente invasão inimiga ao Capitólio (Liv. 5. 47). Como consequência, um templo foi construído no local e dedicado à deusa em 344 por iniciativa do ditador Lúcio Fúrio Camilo, filho ou neto do grande Camilo (Liv. 7. 28). Foi erguido no *Arx*<sup>33</sup> (**Figura 2**) ao lado de onde antes estavam as casas de M. Mânlio Capitolino, demolidas após seu proprietário ter sido condenado por traição (Liv. 6. 20). De acordo com Valério Máximo, contudo, o templo foi dedicado pelo próprio Camilo, conquistador dos etruscos, em 396, logo após a captura de Veios (Val. Max. *Mem.* 1.8.3). Ovídio também recorda a tradição segundo a qual o templo teria sido fundado por Camilo (Ovid. *Fast.* 6. 183). Lucano, por sua vez, associa *Moneta* ao episódio do aviso do ataque dos gauleses ao Capitólio, mas sugere uma terceira data para a dedicação do templo, em 390 (Luc. *Fars.* 1. 380). No *Suda*<sup>34</sup> há uma versão mais tardia sobre a origem do epíteto *Moneta*, situando-o no período das guerras contra Pirro e os Tarentinos (280-275). Segundo esta, os romanos, mesmo com poucos recursos, obtiveram sucesso na guerra seguindo os conselhos de Juno. Concederam-lhe, então, o título de *Moneta*, no sentido de “conselheira” ou “mentora”. Decidiram, ainda, presumidamente em função da crise financeira evitada, cunhar moedas em seu templo (*Suda apud* MEADOWS; WILLIAMS, 2001, p. 32-33; GIANELLI, *Iuno Moneta, aedes*, LTUR III, 1996, p. 125).

<sup>33</sup> Topo fortificado da colina do Capitólio. Supõe-se que o *Arx* localizava-se em uma área levemente mais elevada, ao norte (cf. RICHARDSON, *Topog. Dict. Ancient Rome*, p. 40).

<sup>34</sup> Enciclopédia bizantina surgida no século X EC, escrita em grego, que cobre a Antiguidade greco-romana, provavelmente através da compilação de outras fontes. Na *web* há o projeto *Suda on line* (SOL), disponível em [www.stoa.org/sol/](http://www.stoa.org/sol/) e uma versão de Cambridge, 1705, do texto grego com tradução para o latim em três volumes disponível em: <https://archive.org/stream/suidaelexicongr01suid#page/n3/mode/2up> (vol. 1), <https://archive.org/stream/suidaelexicongr02suid#page/n3/mode/2up> (vol. 2) e <https://archive.org/stream/suidaelexicongr03suid#page/n3/mode/2up> (vol. 3). Acesso a todos em 14 Dez 2014.



*Ancient Rome*, p. 215). Em 2005, Pier Luigi Tucci defendeu a hipótese de que o templo original de Juno Moneta havia sido derrubado e reconstruído em outro lugar. Esse monumento reconstruído seria o *Tabularium*, construção no Capitólio da época da Roma Republicana, cujos vestígios ainda se encontram bem preservados, mas cuja função da época ainda não é clara para nós. A mudança teria ocorrido para abrigar as casas de cunhagem tardo republicanas (TUCCI, 2005 *apud* WISEMAN, 2009, p. 68-70). A hipótese de Tucci foi posteriormente rejeitada por Filippo Coarelli (2010), que acreditava que o *Tabularium* fosse a fundação (*substructio*) de um templo cuja construção provavelmente datava do período de Sila, ou seja, 78 em diante. Também a hipótese de Tucci de que esse seria o templo de Juno Moneta, transferido e reconstruído neste local, era inaceitável segundo Coarelli, pois uma mudança na localização de um templo que estava em seu sentido identificado com o *Arx* não podia ser justificada com base nas evidências apresentadas. Além de tudo, era incompatível com as tradições da religião romana, em especial em relação aos edifícios de culto (COARELLI, 2010, p. 115). Assim, para Coarelli, o templo de Juno Moneta ficava no *Arx*, a uma considerável distância do *Tabularium* (COARELLI, 2010, p. 115; p. 123). Ao afirmar isso, acatou uma interpretação anterior de Giuseppe Gianelli (GIANELLI, 1978, 1980-1 *apud* COARELLI, 2010, p. 123) que corrobora as informações de Lívio quanto ao fato de o templo estar no *Arx*, mas não necessariamente no local exato onde haviam estado as casas de Mânlio Capitolino. Com base nas evidências arqueológicas, Gianelli acredita ainda que o templo de Juno Moneta seria a recriação de um edifício anterior, erguido para Juno no mesmo local, no século VI ou no início do século V, um dos mais antigos consagrados aos deuses em Roma (GIANELLI, *Iuno Moneta, aedes*, LTUR III, 1996, p. 125).

De qualquer forma, nenhuma dessas versões explica a relação entre *Moneta* e seu templo com a cunhagem de moedas e, nesse sentido, a vizinhança entre ambos poderia ter sido simplesmente casual, como sugeriu Gaetano De Sanctis (DE SANCTIS, 1953, p. 141-142 *apud* MEADOWS; WILLIAMS, 2001, p. 28) ou existir apenas em função do critério de segurança. O Capitólio ficava em uma área importante da cidade que, conseqüentemente, era bem guardada. Manter a Casa de Cunhagem (com todas as riquezas que supostamente ela abrigava) em uma das áreas mais bem protegidas da cidade não era uma decisão despida de sentido. Sob esse aspecto, a localização da oficina iria ao encontro da ideia de que a configuração de *Moneta* se alterou progressivamente, de uma divindade premonitória<sup>36</sup> para

---

<sup>36</sup> Em Cícero, a deusa aparece prevendo um terremoto, *atque etiam scriptum a multis est, cum terrae motus factus esset ut sue plena procuratio fieret, vocem ab aede Iunonis ex arce exstitisse; quocirca Iunonem iram appellatam Monetam* (Cic. Div. 1, 45, 101); em Lívio, ela surge associada a um prodígio, *ad Monetae duarum*

uma divindade guardiã do monte fortificado, após o episódio do aviso ao ataque dos gauleses (GIANELLI, *Iuno Moneta, aedes*, LTUR III, 1996, p. 125).

Interpretações mais recentes, contudo, propõem para *Moneta* uma concepção mais identificada com a cunhagem de moedas, que ocorria próxima a seu templo. A relação entre ambos não se fundamentaria apenas na proximidade física entre o templo da deusa e a oficina monetária, mas se relacionaria diretamente com a concepção da divindade enquanto “memória”, um exemplo das variadas formas que esse conceito poderia tomar em Roma Antiga (GALINSKY, 2014, p. 1). Em sua obra acerca das “qualidades divinas”, ou seja, divindades que personificavam qualidades ou atributos especialmente caros ao povo romano e que, por essa razão, recebiam culto público e eram parte da religião de Roma, Anne Clark (2007, p. 135-141) equipara *Moneta* a uma dessas qualidades como *Concordia*, *Libertas* ou *Pietas*. Ela equivaleria justamente à memória, à capacidade de relembrar ou recordar. Tal característica seria mais perceptível quando *Moneta* existia por si própria do que quando seu nome aparecia como um epíteto de Juno:

Juno Moneta não era, contudo, a única forma pela qual os escritores romanos podiam conceber a deusa *Moneta*. Ela podia também existir como uma deusa por si só, e as evidências disto são bem remotas. De um fragmento de sua *Odisseia*, fica claro que Lívio Andrônico traduziu o nome da deusa grega Μνημοσύνη para o latim equivalente, *Moneta*. No mundo grego, *Mnemosyne* era a deusa da memória, aquela que lembrava, e a mãe das *Musas*. Para Andrônico e sua audiência, ela poderia existir por si mesma como a deusa Memória. E, ao que parece, esta identidade não ficou confinada aos primeiros anos da Literatura latina (MEADOWS; WILLIAMS, 2001, p. 33)

Moedas existem e são validadas a partir de unidades de pesos e medidas preestabelecidas e conhecidas por todos. *Moneta*, enquanto memória, seria a “guardiã” deste conhecimento, elemento imprescindível para a cunhagem. Sua função era primordial na produção de moedas. Há, porém, outra informação de ordem prática que suscita uma associação entre *Moneta* e memória. Em passagens de sua obra, Tito Lívio cita a existência, no templo de *Moneta*, dos livros de linho (*libri linteii*), contendo as listas dos magistrados romanos, os quais o historiador Licínio Mácer teria consultado (Liv. 4.7; 4.13; 4.20; 4.28)<sup>37</sup>. Mácer foi utilizado como fonte por Lívio e Dioniso de Halicarnasso e, na função de

---

*hastarum spicula arserant; lupus Esquilina porta ingressus, frequentissima parte urbis cum in forum decurrisset, Tusco uico atque inde Cermalum per portam Capenam prope intactus euaserat. haec prodigia maioribus hostiis sunt procurata.* (Liv. 33. 26).

<sup>37</sup> Em especial “*Licinius Macer auctor est et in foedere Ardeatino et in linteis libris ad Monetae ea inventa*” (Liv. 4, 7) e “*Qui si ea in re sit error quod tam veteres annales quodque magistratum libri, quos linteos in aede repositos Monetae Macer Licinius citat identidem auctores, septimo post demum anno cum T. Quinctio Poeno A. Corneliu[m] Cossum consulem habeant, existimatio communis omnibus est*” (Liv. 4. 20).

monetário, provavelmente idealizou a moeda que, no Repertório que acompanha esta tese, leva o nº 154 (Broughton, *MRR* 1, p. 443; *RRC* 354). Ao analisar essa peça em especial, T. P. Wiseman defende a ideia de que Mácer tomou conhecimento dos livros de linho na ocasião em que era monetário (WISEMAN, 2009, p. 63). Ao abrigar em seu templo as listas dos magistrados, *Moneta* seria também a guardiã do passado romano, representado pela trajetória das famílias mais antigas e tradicionais de Roma, uma vez que as magistraturas ocupadas pelos membros dessas eram registradas nos *libri lintei*. Esses aspectos explicariam respectivamente o papel de *Moneta* como divindade diretamente relacionada à cunhagem e o fato dos *libri lintei* estarem guardados em seu templo. Colocando de uma forma simplificada, “memória” seria a palavra-chave que explicaria a ligação entre os conteúdos do templo de *Moneta*, os pesos e as medidas das moedas de um lado e os *libri lintei* de outro. Essa conexão seria também o caminho para se entender o súbito florescimento dos novos tipos monetários a partir de meados do século II, pois “ao mesmo tempo em que garantia os padrões de cunhagem, *Moneta* também certificava a autenticidade das cenas que apareciam nas cunhagens” (MEADOWS; WILLIAMS, 2001, p. 49)<sup>38</sup>. Hubert Zehnacker acredita que no templo eram armazenados ainda os arquivos da cunhagem em Roma, isto é, os moldes ou protótipos que serviam para a confecção de moedas em grande escala. Estes formavam a coleção oficial do Estado, cuja origem remontaria ao início da cunhagem em prata (ZEHNACKER, 1973, p. 40).

Mesmo que não seja possível elaborar uma versão única sobre (Juno) *Moneta*, esta tese adota a hipótese de que sua influência sobre a cunhagem monetária romana é mais que puramente etimológica e de que a ligação entre seu templo e a oficina de cunhagem extrapola a simples proximidade física. Esse outro aspecto de *Moneta* seria um terceiro momento na trajetória através da qual a deusa era percebida pelos romanos, que poderia ser cronologicamente situado a partir de cerca de 206, quando Roma tomou o controle das emissões monetárias e as cunhagens passaram a ficar concentradas na cidade, em uma oficina no Capitólio (*RRC*, p. 35)<sup>39</sup>. Adotando-se a premissa de Clark, que associa *Moneta*, enquanto

---

<sup>38</sup> Meadows e William acreditam que as circunstâncias políticas não são irrelevantes para se entender o fenômeno do florescimento dos novos tipos monetários a partir da década de 130, mas entendem que essas ocorreram em paralelo com outras transformações em outras áreas, como a historiografia, por exemplo. Nesse sentido, o florescimento dos novos tipos monetários deve ser entendido no contexto da importância que tinham os monumentos para a elite e da natureza competitiva da política romana, elementos que se acentuam no século II (MEADOWS; WILLIAMS, 2001, p. 46). Wiseman critica os dois autores justamente por não darem a devida importância aos conflitos políticos, que ele julga relevantes. Sem considerar a “monumentalização” da sociedade romana a partir do século II, questiona o vínculo entre *Moneta* e memória via cunhagens monetárias, indagando por que esse teria ocorrido apenas após 137 (WISEMAN, 2009, p. 66).

<sup>39</sup> Contra Zehnacker (1973, p. 54) e Coarelli (2013, p. 103-133), que fixam em 269 a data da fundação da *officina Monetae* no *Arx*.

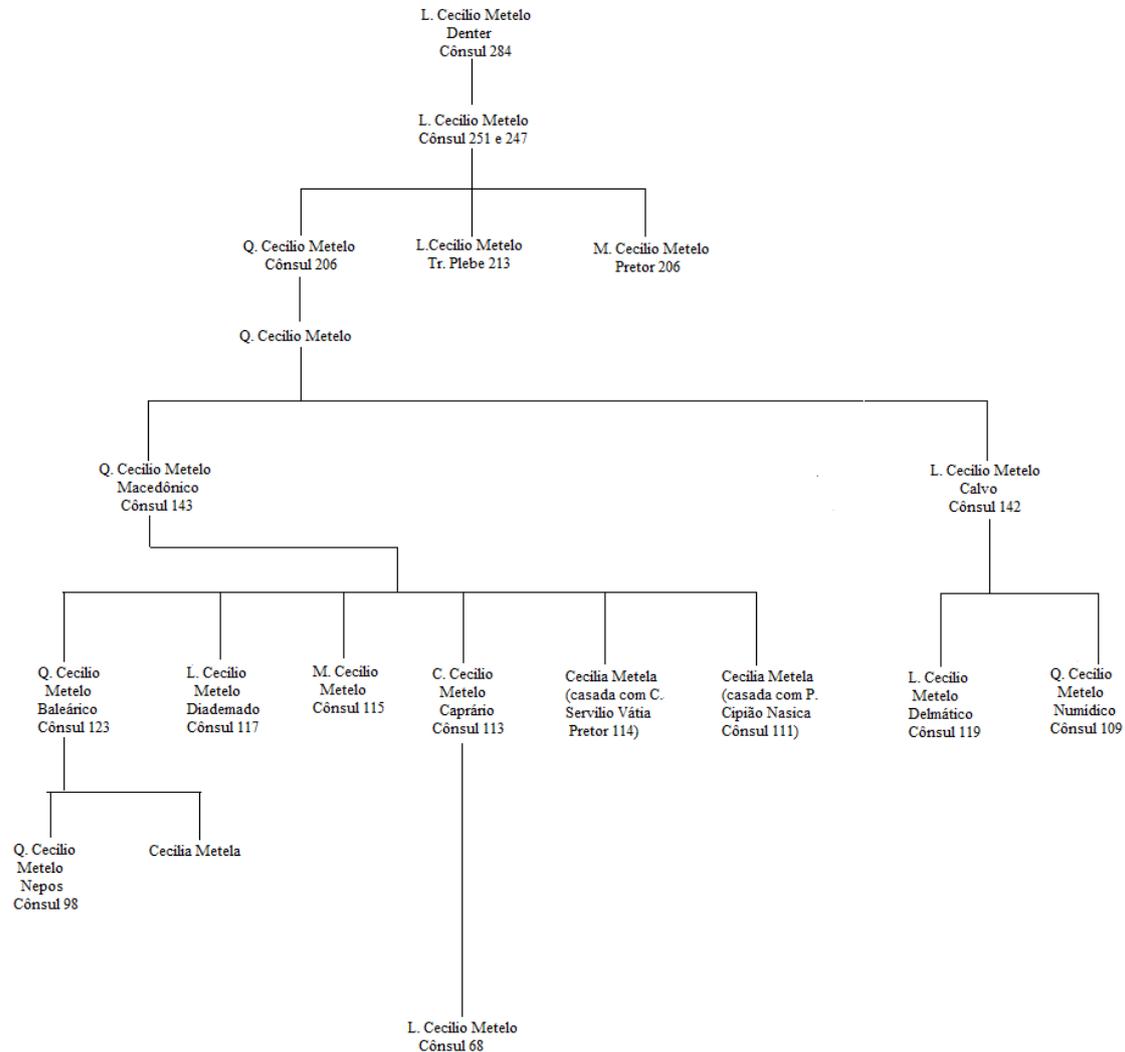
Memória, a uma “qualidade divina”, o complexo templo/oficina seria o espaço, ao mesmo tempo físico e conceitual, para dentro do qual se direcionavam os vários aspectos do conceito/divindade (CLARK, 2007, p. 136-137). Nesse sentido, a deusa seria mais uma divindade a atuar na celebração dos atos humanos através da iconografia numismática, ainda que de uma forma diferenciada das outras cujas representações são encontradas nas moedas.

### 1.3 Vitórias militares e a construção da identidade visual de uma *gens*: o caso dos *Caecili Metelli*

A história da República Romana contém numerosas referências aos membros da *gens* Cecília (*Caecilia*), a mais bem-sucedida dentre as famílias plebeias que faziam parte da aristocracia romana no último quarto do século II (HÖLKESKAMP, 2010, p. 81). Seu primeiro integrante a obter o consulado foi L. Cecílio Metelo Denter, em 284 (SMITH, 1859, v.I, p. 526; Broughton, *MRR* 1, p. 187) e, depois dele, há Cecílios tribunos, pretores, censores e cônsules, entre outros. Os cognomes da *gens* sob a República eram *Bassus*, *Denter*, *Metellus*, *Niger*, *Pina* e *Rufus*, dentre os quais os *Metelli* eram os mais conhecidos. A *gens* Cecília se dizia descendente de Céculo (*Caeculus*), o mítico filho do deus *Vulcano* e fundador da cidade de *Praeneste* ou de *Cecas* (*Caecas*), um dos companheiros do herói Enéias (*Aeneas*) em sua trajetória pela Itália (SMITH, 1859, vol. II, p. 526).

Dentre as moedas cunhadas entre 139 e 83 que integram a coleção do MHN/RJ há doze tipos em cuja cunhagem os membros das *gens* Cecília, todos do ramo dos Metelos, estão declaradamente envolvidos, isto é, seus nomes estão registrados nas peças. Duas delas datam de 130 – um denário (32) e um *quadrans* (33); quatro datam de 127 – um denário (40), um *semis* (41), um *triens* (42) e um *quadrans* (43); outras três foram cunhadas em 125 – um *denário* (50), um *semis* (51) e um *quadrans* (52); há ainda um denário cunhado em 117 ou 116 (66 e 67 são as duas variações do mesmo) e outro em 96 (118).

**Figura 3 – Árvore genealógica dos Cecílios Metelos**



Árvore genealógica da família dos Cecílios Metelos, incluindo os membros citados no texto em suas respectivas gerações e com as magistraturas mais altas exercidas por cada um dos citados. Inspirado em HÖLKESKAMP, 2010, p. 84.

Os monetários responsáveis pelas peças dos anos de 130, 127 e 125 são três irmãos, filhos de Quinto Cecílio Metelo Macedônico, o general romano de destaque na Quarta Guerra Macedônica de 148 que, além de ter sido agraciado com o triunfo, se tornou cônsul em 143. Assim como um quarto irmão e os dois primos (filhos de L. Metelo Calvo, irmão de Q. Metelo Macedônico), os rapazes alcançaram posteriormente o consulado. Suas irmãs se

casaram com aristocratas de famílias importantes da República. Fazem parte daquela geração que, conforme acentua Veleio Patérculo, conquistou para a *gens* uma sucessão de honras, triunfos e consulados sem precedentes e sem paralelos (Vell. Pat. 2.11. 3)<sup>40</sup> (**Figura 3**).

O monetário de 130 possuía o mesmo nome do pai, Quinto Cecílio Metelo, e, posteriormente, tornou-se pretor em 126 e cônsul em 123 (WISEMAN, 1971, p. 204; RRC 256). Durante seu consulado, obteve o comando da campanha contra os piratas que assolavam as ilhas Baleares, na costa da moderna Espanha (Liv. *Perioc.* 60)<sup>41</sup>. Apesar de não ter conquistado uma grande vitória militar no local, Metelo recebeu a honra de realizar um triunfo em 121 e o direito de utilizar o epíteto Baleárico (*Balearicus*), por trazer as ilhas para o controle romano. As peças cunhadas por sua iniciativa, quando ainda no cargo de triúviro monetário (**32** e **33**), não apresentam inovações do ponto de vista iconográfico. O *quadrans* (**33**) segue o modelo padrão, acrescido da legenda com o nome do monetário sobre a proa no reverso, e o denário (**32**) traz o já tradicional modelo com a representação de uma divindade em forma de efígie no anverso e uma divindade em uma cena de corpo inteiro no reverso. A divindade do anverso é a muitas vezes lembrada deusa Roma, com a marca de valor XVI em monograma abaixo do queixo e a legenda com o nome do monetário atrás, de cima para baixo. No reverso, Júpiter conduz uma quadriga que se move lentamente, segurando rédeas e trovão na mão esquerda e ramo na mão direita. A legenda ROMA aparece no exergo. O modelo efígie de divindade no anverso *versus* divindade em cena de corpo inteiro no reverso (mais comumente guiando carros puxados por cavalos) se repete nos denários mais recentes da *gens*, dos anos de 117 ou 116 e do ano de 96. Nas peças de 117 ou 116 (**66** e **67**), a deusa Roma permanece no anverso e a cena do carro em movimento do reverso é protagonizada pela deusa Vitória, que conduz uma biga. A peça foi cunhada por outro Cecílio Metelo em conjunto com M. Calídio e Cn. Fúlvio. Existem dúvidas quanto à identificação exata desse membro da *gens* Cecília. Wiseman o identifica como Q. Cecílio Metelo Nepos, cônsul em 98 (WISEMAN, 1971, p. 204). Broughton e Crawford oferecem como alternativas o mesmo Nepos e Q. Cecílio Metelo Numídico, cônsul em 109 (Broughton, *MRR* 2, p. 274; RRC 284). Na peça de 96 (**118**), a divindade do anverso é Apolo. No reverso, a deusa Roma sentada sobre uma pilha de escudos é coroada por Vitória. A peça é resultado de uma cunhagem

<sup>40</sup> *Ut paulo ante Domitiae familiae, ita Caeciliae notanda claritudo est. Quippe intra duodecim ferme annos huius temporis consules fuere Metelli aut censores aut triumpharunt amplius duodecies, ut appareat, quemadmodum urbium imperiorumque, ita gentium nunc florere fortunam, nunc senescere, nunc interire* (Vell. Pat. 2. 11. 3).

<sup>41</sup> *Praeterea res a Q. Metello cos. aduersus Baleares gestas continet, quos Graeci Gymnesios appellant, quia aestatem nudi exigunt. Baleares a teli missu appellati aut a Balio, Herculis comite ibi relicto, cum Hercules ad Geryonem nauigaret* (Liv. *Perioc.* 60)

conjunta de L. Cecílio Metelo, pretor em 71 e cônsul em 68 (Broughton, *MRR* 2, p.120; RRC 335), com C. Poblício Maléolo e A. Postúmio Albino, no momento em que os três exerceram o cargo de monetários.

Lidas em conjunto e de forma genérica, as peças citadas acima cumprem a função de monumentalizar (no sentido de “trazer à mente”, ao estilo de *Moneta*) as vitórias do Estado e do povo romano. Não há referências diretas às famílias dos idealizadores das moedas, o que seria difícil de ser materializado em razão de três triúmviros estarem cunhando em conjunto. Essa prática de cunhagem conjunta não tem explicação aparente, embora não seja particularmente rara na República Romana. Seus primeiros registros em moedas ocorreram no ano de 118 e outras onze peças (**63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 83, 110, 150 e 152**) do Repertório que acompanha esta tese foram cunhadas por iniciativa de mais de um magistrado.

As moedas da *gens* Cecília cunhadas em 127 e 125 são as mais representativas, quando se trata de iconografia numismática como veículo para o registro e divulgação das honras e atributos particulares de uma família. As peças de 127, um denário (**40**), um *semis* (**41**), um *triens* (**42**) e um *quadrans* (**43**), foram cunhadas por iniciativa de Marco Cecílio Metelo, que exerceu o cargo de monetário junto com os colegas Q. Fábio Máximo, da *gens* Fábria, e C. Servílio Vátia, da *gens* Servília<sup>42</sup>. Posteriormente, em 115, M. Cecílio Metelo tornou-se cônsul. Com a tradicional efígie de *dea Roma* no anverso, o denário (**40**) traz, no reverso, uma iconografia original e repleta de significados. Nesta, vê-se a cabeça de um elefante no centro de um escudo macedônico que está rodeado pela legenda M. METELLVS Q.F, filho de Quinto, tudo dentro de uma coroa de louros, que cumpre a função de borda. Elefantes tinham um significado especial para os membros da *gens* Cecília, pois remetiam a um dos feitos mais destacados de um membro da família. Mais de cem anos antes da cunhagem da moeda em questão, L. Cecílio Metelo, filho de L. Cecílio Metelo Denter e cônsul em 251, obtivera uma importante vitória sobre os cartagineses liderados por Asdrúbal, na célebre batalha de *Panormus* (Polyb.1.40). A vitória assegurou o sucesso de Roma na Primeira Guerra Púnica e o domínio sobre a Sicília. O exército cartaginês lutava com elefantes, sendo que mais de cem desses animais foram capturados e exibidos mais tarde em um espetacular triunfo. O diferencial cartaginês, que inicialmente causara temor e estranhamento aos romanos pelo seu ineditismo, tornou-se símbolo da habilidade e da capacidade de superação do exército romano. Elefantes cunhados em moedas eram também símbolos que remetiam à distante e misteriosa África (cf. BUSTAMANTE, 2014) e, ao serem

---

<sup>42</sup> As moedas cunhadas por Q. Fábio Máximo e C. Servílio Vátia são, respectivamente, as peças **44** e **45** do Repertório que acompanha esta tese.

utilizados como adorno de um escudo circundado pela coroa da deusa Vitória, poderiam sugerir o triunfo e a supremacia romanos sobre essa mesma região. De volta a Roma, L. Cecílio Metelo prosseguiu com outras conquistas, entre as quais um segundo consulado em 247, o cargo de *pontifex maximus* em 243 e o exercício de uma ditadura em 224. Passou ainda para a história como um *exemplum pietatis* por ter salvado uma estátua de culto de um templo da deusa Vesta em chamas. Era principalmente em sua carreira, fama e reputação que o orgulho da família Cecilia se baseava (HÖLKESKAMP, 2010, p. 82). Em 148, o já citado Quinto Cecílio Metelo, bisneto do vencedor de Asdrúbal e pai do monetário de 127, agregara uma considerável contribuição a essa herança familiar. Como pretor, teve um papel de destaque na Quarta Guerra Macedônica, vencendo Andrisco, um susposto filho de Perseu da Macedônia, aspirante ao trono. Como resultado, a Macedônia tornou-se uma província romana. Ao voltar a Roma, recebeu a honra de um triunfo e o cognome *Macedonicus*. Atribui-se a ele a construção do *Porticus Metelli*, ricamente adornado com notáveis obras de arte, em especial vinte e cinco estátuas equestres da autoria de Lisípias da Companhia de Alexandre (RICHARDSON, *Topog. Dict. Ancient Rome*, p. 315). Posteriormente, tornou-se cônsul em 143 e censor em 131.

Dessa forma, ao assumir o cargo de triúviro monetário em 127, M. Cecílio Metelo (ou M. Cecílio Q. f. Metelo, como ele se apresenta) era representante de uma *gens* dotada de um considerável capital simbólico, que ele trata de traduzir em imagens e fazer caber no reverso de um denário. A primeira dessas imagens é a representação de um escudo macedônico, que possuía forma arredondada e era menor e mais leve que os escudos romanos. Representações de escudos macedônicos com ornamentos semelhantes ao de M. Cecílio Metelo são encontradas em cunhagens monetárias anteriores a dos romanos (**Figuras 4 e 5**).

Nos escudos macedônicos, contudo, não há elefantes. O elefante colocado no centro do escudo, no denário de M. Cecílio Metelo, remete ao grandioso feito anterior da *gens* Cecília, que não poderia ficar de fora dessa exaltação gentílica. Circundando todos esses símbolos, a coroa da deusa Vitória arremata o arranjo. Contando com a atuação dos Cecílios, o triunfo sobre esses inimigos coube a Roma. Caso esta última informação tenha sido esquecida, basta olhar o outro lado da moeda e lá está a deusa Roma, com seus atributos guerreiros. Confirmando a hipótese de Hölkeskamp de que genealogias elaboradas não se estabeleciam como fatores importantes, decisivos, quando colocadas lado a lado com registros de famílias republicanas reais (HÖLKESKAMP, 2010, p. 116), a suposta ascendência ilustre dos Cecílios não aparece nas moedas do século II cunhada pelos membros da *gens*. Diante de vitórias militares, triunfos, magistraturas e sacerdócios concretos, provavelmente não era

produtivo perder tempo e a preciosa oportunidade do exercício de uma magistratura tentando resgatar um suposto parentesco com um semideus ou com o companheiro de um herói mítico.

**Figura 4** – Moeda macedônica



Moeda de bronze macedônica de Alexandre IV com escudo redondo no anverso, 315-307. Museu Britânico (MARKLE, 1999, p. 249)

**Figura 5** – Moeda de Pirro



Moeda de Pirro com escudo macedônico com monograma do emissor ao centro no anverso, 315-307. Museu Britânico (MARKLE, 1999, p. 249).

A frutífera magistratura de M. Cecílio Metelo como triúviro monetário no ano de 127 traz ainda outra importante informação sobre a relação da função com a cunhagem de moedas na Roma Republicana. Ao se falar da ação dos monetários na escolha da iconografia numismática a partir da década de 130 na República Romana, os exemplos utilizados recaem quase sempre sobre os denários, o que não é incorreto. Marco do surgimento de um sistema monetário propriamente romano, mais valioso e bem elaborado do que as moedas de bronze

que o precederam e com o qual convivia, o denário de prata (e o quinário, equivalente a meio denário) é o objeto principal das tentativas de promoção gentílica promovidas pela aristocracia através da iconografia numismática. Contudo, nas moedas de bronze cunhadas no mesmo ano de 127 que fazem parte da coleção do MHN/RJ, um *semis* (41), um *triens* (42) e um *quadrans* (43), vê-se um escudo macedônico sobre a tradicional proa de navio do reverso, o que mostra que, além do denário, M. Cecílio Metelo desejou lembrar o grande feito militar de seu pai e da *gens* de ambos também nessas peças, de forma resumida e simplificada. Isso comprova a existência (ou, ao menos, a possibilidade da existência) de uma intervenção dos triúviro monetários também na iconografia das moedas de bronze denotando, talvez, uma preocupação com um alcance maior de sua mensagem.

Dois anos depois, em 125, Caio Cecílio Metelo<sup>43</sup>, irmão de M. Cecílio Metelo, ocupou o cargo de monetário e também cunhou moedas com imagens de elefantes, das quais alguns exemplares integram a Coleção de Numismática do MHN/RJ, mais especificamente um *denário* (50), um *semis* (51) e um *quadrans* (52). Seus colegas foram Q. Fábio Lábeo (da *gens* Fábria) e M. Pórcio Laeca (da *gens* Pórcia)<sup>44</sup>. O denário (50) reproduz o modelo da efígie da deusa Roma no anverso *versus* cena de corpo inteiro no reverso, mais especificamente um carro em movimento guiado por uma divindade. Cenas de carro em movimento não são raras no Mundo Antigo. As mais conhecidas dentre as moedas que trazem essa cena são as cunhagens da Sicília no século V. A quadriga foi primeiramente usada em Siracusa, expressando os interesses da aristocracia local e dos tiranos, que associavam a imagem dos vencedores das corridas de carro ao próprio triunfo político. Foi também em Siracusa, no final do mesmo século, que essa representação ganhou maior vivacidade quando a cena ganhou movimento: a quadriga passou a ser representada em perspectiva, os cavalos com as patas levemente levantadas, sugerindo velocidade (JENKINS, 1972, p. 159; PUCCINI, 2008, p. 220). A cena do carro em movimento guiado por uma divindade no reverso, contudo, possui um componente inédito no mundo romano. Em vez de cavalos, o carro é puxado por elefantes, o animal que se tornara símbolo da *gens* Cecília. Júpiter, a divindade que guia o carro, segura o trovão com a mão esquerda. Vitória está presente na cunhagem, não apenas através de seu símbolo tradicional, mas “em pessoa”: com a coroa na mão, ela sobrevoa a biga em direção a Júpiter, demonstrando a intenção de coroa-lo. Em suas moedas, C. Cecílio

<sup>43</sup> Conhecido como Caio Cecílio Metelo Caprário. O epíteto Caprário (latim *Caprarius*) provavelmente deriva de cabra (latim *capra*), mas as fontes antigas não fornecem informações acerca da origem do uso do mesmo por esse membro da *gens* Cecília.

<sup>44</sup> Os denários cunhados por Q. Fábio Lábeo e M. Pórcio Laeca são, respectivamente, as peças 53 e 54 do Repertório que acompanha esta tese.

Metelo não faz referência à vitória contra os macedônicos, que havia ampliado o “capital simbólico” de sua *gens* apenas uma geração atrás, provavelmente para se diferenciar das cunhagens do irmão, produzidas dois anos antes. Também não se identifica pelas iniciais QF (filho de Quinto), o que era comum nas cunhagens da época e, de certa forma esperado, em virtude do destaque alcançado por seu pai. Não é possível determinar o que levou a essa omissão. Por outro lado, C. Cecílio Metelo adota a prática de seu irmão mais velho de deixar a marca iconográfica da *gens* também nas moedas de bronze. No reverso do *semis* (51) e do *quadrans* (52) cunhados em 125, uma cabeça de elefante está colocada sobre a proa do navio. Tomando como referência as moedas que integram a coleção do MHN/RJ, em apenas mais um conjunto de peças monetárias essa “identidade visual” compartilhada por moedas de prata e de bronze é observada de forma tão clara como no caso dos Cecílios Metelos: nas moedas cunhadas por Tibério Minúcio Augurino no ano de 134 (19 e 20). O ramo da *gens* ao qual Tibério pertencia, dos *Augurinos*, tinha esse nome pelo fato de um antepassado (L. Minúcio Faeso) supostamente ter estado, por volta de 300, entre os primeiros plebeus a ingressarem no Colégio dos Áugures<sup>45</sup> (COHEN, 1857, p. 218; RRC 242; RRC 243; WISEMAN, 1996, p. 61-62; WILLIAMS, 2007, p. 146). Um ano antes de Tibério, Caio Minúcio Augurino, provavelmente seu irmão, também havia cunhado moedas (13 e 14)<sup>46</sup>. No reverso dos denários de 135 e 134 (13 e 19) os monetários realizaram uma “reunião” dos antepassados ilustres da *gens* e L. Minúcio Faeso é a figura identificada pelo *lituus* que carrega na mão direita. O mesmo *lituus*, símbolo tradicional do augurato, relacionado ao feito do antepassado que havia fornecido o cognome a *gens*, também pode ser visto sobre a proa do navio no *triens* (20), cunhado no ano de 134 por iniciativa de Tibério Minúcio Augurino.

No caso dos Cecílios, contudo, a associação da *gens* a uma imagem-símbolo (o elefante) se faz de forma especialmente marcante e reiterada. No início desta seção, fiz referência às doze moedas da *gens* Cecília, produzidas entre 139 e 83, presentes na coleção do MHN/RJ e identificadas a partir do nome dos monetários responsáveis registrados em seu anverso e/ou reverso. Há, contudo, outra peça da Coleção de Numismática do MHN/RJ que não pode deixar de ser mencionada aqui. Trata-se de um *semis* anônimo cunhado em 128 (37), do qual o Museu possui um único exemplar. Agregada à iconografia padrão do *semis* (efígie de Saturno no anverso, proa de navio à direita no reverso, marca de valor S em ambas as

<sup>45</sup> Colégio sacerdotal romano cujos membros atuavam como supervisores e conselheiros sobre os rituais e os procedimentos concernentes aos auspícios (cf. BELTRÃO, 2006, p. 143).

<sup>46</sup> As moedas de C. e T. Minúcio Augurino serão analisadas no Capítulo III, p. 131-139.

faces), uma cabeça de elefante está colocada sobre a proa do navio no reverso<sup>47</sup>. Dois dos três monetários do ano de 128 são conhecidos (T. Clóulio e Cn. Domício), responsáveis pelas peças n° 38 e 39, respectivamente. Fica faltando conhecer o terceiro monetário daquele ano, o idealizador da peça anônima. Ainda que não haja referência expressa ao nome do mesmo, tanto para Crawford como para Sear não há dúvida de que ele era um Cecílio Metelo, talvez L. Cecílio Metelo Diademado ou L. Cecílio Metelo Dalmático (RRC 262; RCV 138). A base dessa identificação, adotada pelos dois catálogos, está justamente no fato de elefantes em moedas terem se constituído, na década de 120, a identidade visual da *gens* Cecília. Sob o ponto de vista da iconografia numismática, essa identidade não estava ainda constituída em 128, data da emissão da peça anônima com a cabeça de elefante, mas se estabeleceu rapidamente nos anos seguintes com as cunhagens que se seguiram.

Conforme já citado, Veleio Patérculo situou na geração dos filhos e sobrinhos de Quinto Metelo Macedônico o momento de apogeu da *gens* Cecília (Vell. Pat. 2.11.3). Deixando de lado o juízo de valor implícito nessa colocação do historiador romano, não há dúvida de que, no último quarto do século II, os Cecílios Metelos reuniram em si mesmos os elementos que eram representativos do poder da aristocracia romana naquele momento. A esses se soma a origem plebeia da *gens*, detalhe não insignificante e que ajuda a lançar luz sobre quais eram os reais e decisivos elementos constitutivos do poder do grupo na segunda metade do século II. Obtiveram vitórias militares e celebraram triunfos; acumularam riquezas e exerceram sucessivamente magistraturas importantes. Cunharam moedas como forma de registrar e divulgar os grandes feitos de seus ancestrais. Três (ou talvez quatro, se L. Cecílio Metelo Diademado tiver sido o monetário de 128) dos quatro filhos de Quinto Metelo Cecílio Macedônico foram monetários e depois se tornaram côsules. No momento da cunhagem, utilizaram, dentro do conceito proposto por Clark (2007, p. 139), os “espaços portáteis” representados pelas moedas para relembrar as honras ancestrais da *gens* Cecília. Da mesma forma que foram altamente representativos de sua época através de suas ações militares, políticas e econômicas, também o foram em suas relações com as moedas que cunharam. Mas também inovaram ao acomodar em uma prática já existente elementos iconográficos originais (elefantes guiando carros em movimento ou ornamentando escudos). Nesse último aspecto, criaram para sua *gens* uma identidade visual (partilhada entre as moedas de diferentes

---

<sup>47</sup> No mesmo ano de 128 foram cunhados um denário (RRC 262/1; RCV 138), um *triens* (RRC 262/3; RCV 1021) e um *quadrans* (RRC 262/4; RCV 1163), também anônimos, com a mesma cabeça de elefante, porém nenhum desses tipos integra a coleção do MHN/RJ.

membros da família ou entre moedas de prata e bronze cunhadas por um mesmo monetário em um mesmo ano) sem paralelos dentro da aristocracia romana.

#### **1.4 Duelos, conquistas de cidades e batalhas navais: vitórias celebradas de diversas formas**

Além das vitórias obtidas à frente do exército romano, como as conquistadas por L. Cecílio Metelo e Q. Metelo Macedônico, feitos de antepassados vitoriosos em outros tipos de embate contra os inimigos também poderiam agregar valor ao capital simbólico de uma *gens*. Duelos solitários, vitórias obtidas não em terra, mas no mar, e cidades capturadas do inimigo são exemplos desses feitos que foram monumentalizados em moedas republicanas cunhadas entre 139 e 83. As peças cunhadas por L. Mânlio Torquato em 113-112 (78), Q. Lutácio Cerco em 109-108 (86) e L. Aurélio Cota em 105 (95) são exemplos deste tipo de cunhagem. A partir delas, farei uma análise da utilização desses temas pela iconografia, citando peças com conteúdos semelhantes que integram o Repertório.

Antes, porém, uma ressalva é necessária. Se é verdade que vitórias militares fossem importantes na construção de uma carreira política de sucesso, isso não equivale a afirmar, conforme demonstrou Rosenstein, que derrotas militares significassem o fim dessa mesma carreira política<sup>48</sup>. Um dos aspectos que explicam o fato era o pressuposto envolvimento dos elementos ditos “religiosos” nos processos de decisão e condução da guerra (ROSENSTEIN, 1990, p. 54-55; 62-67; 72-74). As atuações humanas não eram irrelevantes em um combate, mas o apoio divino era essencial, sem o qual não havia como vencer. Como os deuses eram superiores e infinitamente mais poderosos que os homens, ainda que os erros de um general tivessem contribuído para a perda de uma batalha, isso poderia ser obscurecido pela falta de apoio divino em uma empreitada. A justificativa, contudo, teria que ser usada com cautela, pois a mesma aristocracia que fornecia os magistrados também fornecia aqueles que conduziam o culto público; então um fracasso podia colocar em dúvida a habilidade de todo o sistema de assegurar a *pax deorum* (ROSENSTEIN, 1990, p. 55). Além da boa vontade dos

<sup>48</sup> No Apêndice 1 da obra *Imperatores victi: military defeat and aristocratic competition in the Middle and Late Republic* (1990), o autor apresenta um levantamento de todos os magistrados, promagistrados e legados romanos que sofreram derrotas diante de inimigos estrangeiros entre 390 e 49, sobreviveram e retornaram a Roma sem ter obtido uma vitória subsequente e, em alguns casos, exerceram magistraturas após o retorno. As datas e os cargos ocupados se baseiam nas informações contidas em Broughton, *MRR* 1-2. (Cf. ROSENSTEIN, 1990, p. 179-207).

deuses e da capacidade de lideranças dos generais, o desempenho do exército e a disciplina dos soldados também eram essenciais para as vitórias militares (ROSENSTEIN, 1990, p. 92). Assim, generais dividiam a responsabilidade de uma derrota com os deuses e com os soldados. Como Roma vencia mais do que perdia, para a aristocracia dirigente era mais vantajoso absorver eventuais insucessos do que expor publicamente o general vencido e colocar em risco toda a sua capacidade de administrar a República, pois “toda vitória (ou derrota) era uma ação conjunta envolvendo a cidade e o campo de batalha” (ROSENSTEIN, 1990, p.112). O inconveniente dessa postura era que ela não conseguia controlar a competição aristocrática dentro da própria elite dirigente (cf. ROSENSTEIN, 1990, p. 58).

O cognome de L. Mânlio Torquato, da *gens* Mânlia, idealizador da moeda cunhada em 113 ou 112 (78), supostamente derivava de uma façanha de um ancestral. Esse antepassado, cujo nome também era T. Mânlio, fora cônsul em 347, 344 e 340 (Broughton, *MRR* 1, p. 130; p. 132; p. 135). Quando era um jovem tribuno militar, e após ter solicitado expressa permissão de seu general, havia derrotado e matado um gigantesco gaulês em um combate solitário. Como recordação, despojou do vencido seu colar ornamental (*torque*) (Figura 6), o que lhe valeu o cognome de *Torquatus*.

**Figura 6 – Ornamentos gauleses**



Ornamentos de ouro gauleses. Os menores são braceletes e o maior é um torque para o pescoço (POWELL, 1965, p.262)

*Torquatus*, porém, era apenas um dos cognomes de T. Mânlio. Ele era conhecido como T. Mânlio Imperioso Torquato (Broughton, *MRR* 1; p. 130; p. 132; p. 135) e o *Imperiosus* decorria do fato de que, também segundo uma tradição estabelecida, já como comandante e detentor do *imperium*, ele ordenara a execução do próprio filho que, contrariando suas ordens, lutara contra e vencera um inimigo em um combate individual (Liv. 7. 10)<sup>49</sup>. Sua postura como comandante condizia com sua atitude quando um jovem tribuno militar, pois, afinal, ele obtivera a permissão prévia para o já citado combate com o gaulês. O torque simboliza essas duas facetas de sua trajetória, e o que elas agregaram de valor a sua *gens*. A forma que o monetário utilizou para evocar esse capital simbólico na moeda cuja iniciativa da cunhagem lhe coube (78) foi, no mínimo, original. No reverso da peça, além da usual borda pontilhada, um torque está colocado como uma segunda borda interna. Os outros elementos do anverso são a tradicional efígie da deusa Roma, com a marca de valor (X) abaixo do queixo e a legenda ROMA atrás. Na verdade, o denário havia sido retarifado para 16 *asses* em 141, porém a nova marca de valor, XVI, só aparece pela primeira vez em uma peça em 136 (08). Mesmo depois disso, a marca antiga (X) ainda persiste em alguns denários, conforme pode ser observado em algumas moedas do Repertório (10, 13, 15, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 68, 69, 71, 72, 78, 84, 85, 88). Para Sear (2000), o uso alternado das duas marcas pode ser tomado como uma evidência de que, até o final do século II, a marca tinha se tornado nada mais que uma característica de *design* decorativo (RCV 148). No reverso do denário de L. Mânlio Torquato vê-se um cavaleiro investindo em direção à esquerda, com a letra Q acima à direita, pois na ocasião da cunhagem ele era questor e não *tresviri monetale*<sup>50</sup>. Abaixo da imagem, a legenda L. TORQVA e a indicação EX SC no exergo, tudo dentro de uma borda pontilhada. Algumas cunhagens republicanas, como a moeda 78, trazem a sigla EX SC, indicando que se trata de uma cunhagem *ex senatus consulto*, isto é, realizada mediante autorização do Senado. Uma vez que todas as cunhagens legais eram produzidas sob controle senatorial, não é muito claro porque essa ocorrência é, algumas vezes, expressamente indicada. O mais provável é que se tratasse de uma cunhagem emergencial, além daquelas previstas no início de cada ano, talvez com necessidade de levantamento de provisões especiais (RRC, p. 606-608). Como Mânlio Torquato (o ancestral) combateu o gaulês de pé, Crawford não vê conexão entre a iconografia das duas faces da moeda (RRC 295). Sear não

<sup>49</sup> *Romanus mucrone subrecto, cum scuto scutum inum perculisset totoque corpore interior periculo vulneris factus insinuasset se inter corpus armaque, uno alteroque subinde ictu ventrem atque inguina hausit et in spatium ingens ruentem porrexit hostem. Iacentis inde corpus ab omni alia vexatione intactum uno torque spoliavit, quem respersum cruore collo circumdedit suo* (Liv. 7. 10)

<sup>50</sup> Sobre questores cunhando moedas, vide p. 96 e p. 154.

elabora uma interpretação sobre a imagem no reverso da peça (RCV 172). Porém, se cavaleiros são símbolos do triunfo e glória de um chefe vitorioso que, assim como doma sua montaria, domina forças adversas (cf. CHEVALIER; GHEERBRANT, 1991, p. 200), penso que a imagem no reverso poderia ser uma alusão ao outro cognome de Mânlio, *Imperiosus* (imperioso, imperativo, aquele que se impõe).

O torque como símbolo do vitorioso duelo solitário de T. Mânlio Imperioso Torquato também está presente no denário cunhado por D. Júnio Silano em 91 (123). Seu antepassado do mesmo nome, pretor em 141<sup>51</sup> (Broughton, *MRR* 1, p. 477), havia nascido Mânlio Torquato e fora posteriormente adotado pela *gens* Júnia (RRC 337). A associação é complexa, assim como a que alude à efígie no interior do torque, da deusa *Salus*, divindade romana que personificava a saúde e o bem-estar. Clark a inclui dentre as mais antigas das divindades que personificam qualidades, que começaram a ser cultuadas em Roma no século VI (CLARK, 2007, p. 35). Um antepassado ainda mais antigo do monetário, C. Júnio Búlbucio Bruto, censor em 307 (Broughton, *MRR* 1, p. 165; RRC 337), teria construído um templo para a deusa, o primeiro dedicado por um plebeu na cidade. Ficava no Quirinal e foi prometido em 311; começou a ser construído em 306 e foi consagrado em 302. Clark acredita que *Salus* deve ter recebido culto em Roma desde o período arcaico, provavelmente em santuários ao ar livre, e possivelmente próximo ao local onde Bruto construiu o templo. A construção teria sido, assim, a reorganização e a monumentalização de um lugar de culto já existente, atuando na marcação de um espaço plebeu na área, com suas consequentes implicações políticas e sociais (CLARK, 2007, p. 52). A motivação precisa da decisão de Bruto ou o momento em que ela ocorreu não aparecem em nenhuma fonte textual; apenas possuímos informações de sua trajetória naqueles anos através de Tito Lívio. Como cônsul em 311, Bruto teria derrubado a revisão da lista senatorial de Apio Cláudio (Liv.9.40.1-2). Em 308, lutou como mestre de cavalaria contra os samnitas ao lado do ditador L. Papírio Cursor (patrício, cf. SMITH, 1859, v.II, p. 1123), tendo havido vários desentendimentos entre ambos (Liv. 9.40.8; 40.10-11). O templo, construído após seu retorno a Roma, foi decorado por um Fábio (Plin. *Nat.* 35.19). O conteúdo dessas pinturas não é conhecido, mas talvez elas se referissem às campanhas de 308 contra os samnitas, uma vez que este era o conteúdo de outra pintura no Esquilino, do início

---

<sup>51</sup> Smith (1859) situa a referida pretura em 142 e fornece uma versão mais completa para a história: D. Júnio Silano Mânlio era filho do jurista T. Mânlio Torquato, cônsul em 165, mas fora adotado por um D. Júnio Silano. Ele era pretor em 142 e obteve a Macedônia como sua província, onde teria sido responsável por atos de roubo e opressão. Em seu retorno a Roma, os habitantes da província o acusaram perante o Senado, que referendou as investigações conduzidas formalmente pelo próprio pai biológico de D. Júnio Silano Mânlio. Ele foi condenado e, em desespero, enforcou-se. Mânlio Torquato não compareceu aos funerais do filho (Cic. *Fin.* i,7; TITO LIVIO. *Epit.* 54; VAL. MAXIMO, v.8. §3; SMITH, 1859, v. III, p. 819).

do século III, em um túmulo da *gens* Fábia. Todas estas “estórias” juntas parecem colocar C. Júnio Búlbucio Bruto entre os líderes plebeus da ambiciosa nova aristocracia que buscava se estabelecer naquele momento (CLARK, 2007, p. 51-52). Esse é precisamente um dos antepassados que o monetário quer relembrar na peça **123** (o outro, conforme já citado, era o que havia nascido um Mânlio Torquato). Em vez de gravar na moeda a imagem do templo, o que em tese seria uma alternativa possível, pois Mn. Emílio Lépido fizera algo semelhante com um aqueduto (**73**), ele optou por utilizar a imagem da própria deusa a quem o templo fora consagrado. A representação de *Salus* na moeda, assim, não é uma alusão à divindade em si, nem aos seus atributos particulares, mas, até onde sabemos, uma referência ao templo a ela dedicado, outra “performance” possível para uma divindade romana dentro da iconografia numismática republicana. No reverso do denário de C. Júnio Silano, a tradicional cena da divindade em triunfo: Vitória conduz uma biga segurando as rédeas com uma mão e a folha de palmeira com outra, tendo a legenda ROMA abaixo e o nome do monetário D SILANUS LF no exergo. Este denário possui uma variante com iconografia muito semelhante, com a máscara de *Silenus*<sup>52</sup> barbado (alusão ao cognome do monetário) no anverso, ao invés de *Salus* (RRC 337/1a e 337 1b), porém nenhum exemplar desse tipo integra a coleção no MHN/RJ.

Como referências a batalhas navais, dentre as peças cunhadas entre 139 e 83, a representação mais completa de uma vitória desse tipo, empreendida por um ancestral, encontra-se no denário de Q. Lutátio Cerco, da *gens* Lutátia. No reverso dessa moeda, a galera, com o nome do monetário acima, encontra-se dentro de uma coroa de louros (**86**). A cunhagem é uma alusão à importância de C. Lutátio Catulo, antepassado do monetário, na vitória romana nas *Aegates Insulae* de 241. A vitória de C. Lutátio Catulo foi particularmente memorável, não apenas porque pôs fim à Primeira Guerra Púnica, mas também porque se deu durante o consulado do irmão do vitorioso, homônimo do monetário (MORSTEIN-MARX, 2004, p. 87). Dois outros denários do Repertório possuem imagens de navios no reverso (**74** e **89**). Ambos foram cunhados por membros da *gens* Fonteia. Neste caso, não há notícias de ancestrais da *gens* envolvidos em grandes batalhas navais, e a iconografia dos reversos faz referência à origem da *gens* Fonteia. A família era originária de Túsculo (*Tusculum*), cidade romana fundada por Telégono (*Telegonus*), filho de Ulisses (*Ulixes*) (Liv. 1.49) e o navio seria uma referência à origem transmarina do fundador desta. Assim, uma mesma imagem (no caso, a galera) não possui necessariamente a mesma acepção em todas as peças em que

---

<sup>52</sup> Sátiro que fazia parte do grupo que acompanhava o deus Dioniso, de quem era inseparável e a quem teria educado e instruído (Diod. iv. 14; *Orph. Hymn.* 53.1 *apud* SMITH, 1859, v. III, p. 822)

aparece. Seu significado na moeda é formatado pelos outros elementos iconográficos presentes; no caso, as divindades. Na moeda **78**, a deusa Vitória (através de seu atributo principal, a coroa) e a deusa Roma (através do Estado romano que ela personifica) falam de um triunfo obtido em nome da cidade, em que “navios” foram usados. Na moeda **74**, os Dióscuros (cujo centro do culto era no Túsculo), com a cabeça em forma de Jano (pai do suposto *Fantus*, de quem os membros da *gens* Fonteia descenderiam) contam as origens da família num local para onde o fundador ou sua ascendência foram trazidos em “navios”. Na peça **89**, os Dióscuros cumprem o mesmo papel da moeda **74**, sem ostentar a cabeça biforme de Jano. Essas três peças constituem um exemplo da complexidade da interpretação da iconografia numismática romana republicana e do papel fundamental dos elementos religiosos na construção desse discurso. Antes da moeda de Q. Lutácio, Crawford acredita que outra vitória naval foi lembrada em uma peça, e cinco exemplares desse tipo numismático integram a coleção do MHN/RJ (**53**). Em 125, Q. Fábio Labeo, da *gens* Fábica, cunhou um denário em cujo reverso aparece a palavra *ROSTRVM* abaixo da representação de Júpiter conduzindo uma quadriga. *Rostrum* era o aríete existente nos navios de guerra da época, e sua referência na moeda, segundo Crawford (RRC 273) seria uma alusão à vitória naval obtida pelo avô do monetário (também Q. Fábio Labeo), pela qual lhe foi concedido o triunfo (Liv. 37.60; 38.47). Trata-se de uma representação pouco usual, pois símbolos são mais comuns que legendas para aludir a um determinado feito ou característica da *gens* e, caso a interpretação de Crawford esteja correta, não há como especular porque o monetário escolheu essa forma tão incomum de referência.

Finalmente, a moeda de L. Aurélio Cota, da *gens* Aurélica, possui uma iconografia rica e complexa (**95**). Trata-se de um denário *serratus*. Através de todo o curso da cunhagem do denário, do seu início até a metade da década de sessenta, certos tipos ou parte deles ostentaram bordas dentadas; outros denários do Repertório que acompanha esta tese têm esta característica (**63, 64, 92, 94, 95, 159**). As formas e os espaçamentos irregulares dos entalhes indicam que o trabalho era feito à mão, por meio de um instrumento pontudo, como um cinzel. Os recortes eram feitos antes do processo de gravação das imagens, pois existem peças dentadas incólumes (ZEHNACKER, 1973, p. 40). Zehnacker levanta a hipótese de uma influência gaulesa no surgimento dos *serrati*, considerando, entre outras coisas, a relação que os primeiros exemplares desse tipo tinham com a colônia de Narbo (vide moedas **63** e **64** do Repertório) e um trecho de Tácito<sup>53</sup> (ZEHNACKER, 1973, p. 49-51). O propósito na

---

<sup>53</sup> *Pecuniam probant ueterem et diu notam, serratos bigatosque* (Tac. *Germ.*, 5).

continuidade de sua utilização permanece obscuro. Denários serrados e não serrados foram produzidos ao mesmo tempo e no mesmo local, o que leva a considerar seriamente a possibilidade de que a característica não fosse mais do que uma decoração casual (ZEHNACKER, 1973, p. 51; RRC, p. 581).

Seguindo as descrições de Crawford e Sear, o denário *serratus* de Aurélio Cota exibe no anverso a efígie do deus Vulcano (*Vulcanus*) à direita, com um chapéu em forma de meia lua circundado por uma coroa de louros, pinça e marca de valor atrás, e letra de controle abaixo do queixo, tudo dentro de uma coroa de mirta. Vulcano é o deus romano do fogo, incluindo o fogo dos vulcões, e se encontra também associado à metalurgia, por isso a pinça, instrumento utilizado no trabalho com os metais. No reverso, uma águia de pé sobre um trovão, com a legenda L. COT abaixo, circundados por uma coroa de louros (RRC 314; RCV 191). Tanto a águia como o trovão são atributos do deus Júpiter. Seu nome, uma contração de *Diovis pater* ou *Diespiter*, literalmente significa “o pai celestial” e os romanos atribuíam a ele o poder sobre todas as coisas; especialmente o trovão, que estava sempre sob seu comando, fazia dele o mais poderoso dos deuses, razão pela qual os romanos referiam-se a ele como aquele que é o melhor e está acima dos demais (*optimus maximus*) (SMITH, 1859, v.II, p. 659). Já a águia, rainha das aves, encarnação, substituta ou mensageira da mais alta divindade, em geral acompanha ou mesmo representa os maiores deuses e heróis (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1991, p. 22). No mundo romano ela é, portanto, o animal-atributo do deus Júpiter. Ambos (trovão e águia) colocados dentro de uma coroa de louros remetem a um triunfo, celebração que, em seu retorno a Roma, os generais vitoriosos realizavam em honra a esse mesmo deus. Ser agraciado com um triunfo era a maior honra que um general romano podia receber. Ele era, então, conduzido pelas ruas de Roma num carro puxado por quatro cavalos, acompanhado pelas presas de guerra, pelos prisioneiros e pelas tropas, sendo saudado pelo povo até o templo de Júpiter no Capitólio<sup>54</sup>, onde oferecia um sacrifício ao deus (BEARD, 2007, p.1). O ritual era repleto de simbolismos. O general vestia-se e tinha a face pintada de vermelho, à semelhança da estátua de Júpiter, e a partir daí seu nome passava a integrar os *fasti triumphales*. Em certo sentido, ele alçava um degrau acima dos simples mortais. O cerimonial envolvia a reversão temporária de padrões usuais. Era a única situação em que o general e seu exército possuíam autorização de cruzar os limites da cidade em armas, e as tropas tinham permissão para dirigir abusos e obscenidades a seu comandante.

---

<sup>54</sup> O templo de Júpiter *Optimus Maximus* ou Júpiter *Capitolinus*, o maior e mais importante de Roma, teve sua construção iniciada durante o domínio etrusco sobre Roma e, segundo Tito Livio, foi inaugurado no primeiro ano da República (Liv.1.55-56).

Teorias mais modernas sobre a cerimônia tendem a considerar o general, dentro do simbolismo do ritual, como um deus, representando o próprio Júpiter (BEARD, NORTH, PRICE, 1998, p. 44-45; BEARD, 2007, p. 85). Ao final da procissão, contudo, o general triunfador realizava o sacrifício, e era Júpiter quem o recebia. Considerando-se que o reverso do denário de L. Aurélio Cota continha a representação de um triunfo, a pergunta seguinte que se impõe é: qual triunfo?

A resposta mais provável recai sobre C. Aurélio Cota, antepassado do monetário e primeiro membro da *gens* Aurelia a obter o consulado, em 252 (SMITH, 1859, v. II, p. 436). Durante a Primeira Guerra Púnica, C. Aurélio Cota atuou no cerco e captura da cidade grega de Lipara (Polyb. 1. 39), na Sicília, que havia se tornado base naval para as forças cartaginesas. Como resultado, foi-lhe concedido o triunfo, e ele se tornou o membro mais prestigiado de sua *gens*, inclusive até o momento da cunhagem da moeda. Lipara é a maior das sete ilhas que compõe um arquipélago localizado ao norte da Sicília denominado *Aeolia Insulae*. O nome Lipara se refere tanto à ilha quanto à cidade ali estabelecida. A tradição mítica liga seus primeiros tempos à existência de um indivíduo denominado *Liparus* e todo o arquipélago estaria sob a proteção de *Aeolus*, o deus dos ventos, daí o nome do grupo de ilhas. Já no terreno histórico, sabemos que Lipara foi ocupada inicialmente pelos gregos, tornou-se uma base naval cartaginesa durante a Primeira Guerra Púnica, e foi capturada pelos romanos em 252-251 (Polyb. 1. 39; Liv. 21.51). Segundo Crawford, a iconografia do anverso da moeda **95** “recorda o tipo de cunhagem de Lipara, capturada por C. Aurélio Cotta, cônsul em 252; o reverso alude ao triunfo celebrado em consequência” (RRC 314). Sear não expõe sua interpretação sobre a iconografia da mesma peça (RCV 191). A interpretação de Crawford não é desprovida de significado, uma vez que realmente há semelhança entre as cunhagens. *Aeolus*, o deus dos ventos, que, segundo a tradição, dominava as ilhas e que aparece no anverso de algumas moedas, realmente guarda semelhança com o Vulcano romano, especialmente a barba e o formato do chapéu (**Figura 7**).

**Figura 7** – Moeda cunhada em Lipara



Lipara, 425-400. AE. No reverso, efígie de *Aiolos* à direita usando chapéu em forma de meia lua (RCV 1257) Imagem disponível em <http://www.wildwinds.com/coins/sg/sg1257.html>. Acesso em 24 de julho de 2015.

Porém, não parece que o Vulcano da moeda de L. Aurélio Cota tenha alterado alguma característica para se assemelhar ao *Aeolus* de Lipara. Ao contrário, ele é praticamente idêntico ao Vulcano que aparece em um *dodrans* cunhado em 126 por C. Cassio, do qual o MHN/RJ não possui nenhum exemplar<sup>55</sup> (**Figura 8**). A similitude entre o chapéu, a barba e as feições do rosto, são claramente perceptíveis.

**Figura 8** – *Dodrans* de C. Cássio



*Dodrans* de C. Cássio da gens Cássia. Roma, 126. AE. No anverso, busto de Vulcano à direita, com vestes drapeadas, usando chapéu em forma de meia lua, com pinça sobre o ombro, marca de valor S mais três esferas atrás. No reverso, proa à direita, C CASSI ao alto, S mais três esferas à direita, ROMA no exergo. Imagem disponível em <http://davy.potdevin.free.fr/Site/crawford3-2.html> Acesso em 24 de julho de 2015

<sup>55</sup> O *dodrans*, moeda de bronze que equivalia a nove *unciae* (RRC, p. 6), foi cunhado em apenas dois momentos da história da República Romana: em 127 por M. Cecílio Metelo (Cr 263/2) e em 126 por C. Cássio (Cr 266/2).

Por outro lado, sabemos que as *Aeolia Insulae* eram uma região de intensa atividade vulcânica, em especial as ilhas de *Strongyle* e *Hiera*. Nesta última, os antigos acreditavam que estava localizada a oficina de Vulcano e que havia uma comunicação com o subsolo através dos vulcões (ADAM, 1816, p. 276). Narrando as campanhas romanas durante a Primeira Guerra Púnica, Tito Lívio fala do momento em que, “julgando a Sicília segura dos ataques de Cartago, o cônsul rumou para as ilhas de Vulcano ante o rumor de que uma frota cartaginesa estacionava lá” (Liv. 21.51)<sup>56</sup>. Plínio faz referência às sete ilhas chamadas *Aeoliae*, associando seu possuidor, *Liparus*, ao Hefestos grego e ao Vulcano romano (Plin. *Nat.* 3.92)<sup>57</sup>. Assim, ainda que o denário *serratus* de L. Aurélio Cotta (95) possa lembrar as cunhagens da cidade de Lipara, entendo que a imagem de Vulcano no anverso é uma referência à natureza vulcânica das ilhas, ou seja, uma alusão às características geográficas da região conquistada. A hipótese já havia sido sugerida por Cohen, citando Cavedoni (CAVEDONI *apud* COHEN, 1857, p. 54) e acredito que seja a mais plausível. Trata-se de uma forma inusitada de se referir à conquista de uma cidade ou região através da divindade que se identifica com as características geográficas do território conquistado.

Ainda dentro do tema “conquista de cidades”, P. Cornélio Lântulo Marcelino, da *gens* Cornelia, monetário do denário nº 111, cunhou, no mesmo ano 100, um *as*, no qual, no reverso, à direita da proa, vê-se um *triskeles*, aludindo à captura de Siracusa por M. Cláudio Marcelo, cônsul em 208 durante a Segunda Guerra Púnica (**Figura 9**). O *triskeles* é um disco com três pernas que criam a ilusão de rotação, cuja representação é encontrada em moedas gregas e romanas, particularmente aquelas cunhadas em Siracusa nos séculos IV e III. Em moedas posteriores, o disco é, às vezes, substituído pela cabeça de Medusa. O nome antigo da Sicília, *Trinacria*, significando três bordas, ajuda a explicar porque o *triskeles* simbolizava a Sicília e porque se tornou um motivo particular da cunhagem em Siracusa. Trinácia, referindo-se ao formato triangular da Sicília (na realidade são quatro lados, mas o quarto é curto), afirma que ele é encontrado pela primeira vez na história da Guerra do Peloponeso de Tucídides (Thuc. 6.1.1). As três pernas do *triskeles* podem estar representando três cidades da

<sup>56</sup> *Postquam ab ea parte satis tutam Siciliam censebat consul, ad insulas Volcani, quia fama erat stare ibi Punicam classem, traiecit* (Liv. 21.51).

<sup>57</sup> *Insulae septem Aeoliae appellatae, eaedem Liparaeorum, Hephaestides a Graecis, a nostris Volcaniae* (Plin. *Nat.* 3.92).

Sicília, uma em cada vértice do triângulo (VOUKELATOS, 2011, p. 7-8). Nenhum exemplar desse *as*, porém, integra a coleção do MHN/RJ e, assim, a moeda de L. Aurélio Cotta (95) permanece sendo, entre todas as peças que compõem o Repertório que acompanha esta tese, até onde pude averiguar, aquela em que a conquista de uma cidade estrangeira pelos romanos é mais claramente abordada pela iconografia numismática.

**Figura 9 – As de P. Cornélio Lântulo Marcelino**



As de P. Cornélio Lântulo Marcelino da *gens* Cornélia. Roma, 100. Efégie laureada de Jano no anverso e proa no reverso com as legendas LENT MAR F acima e ROMA abaixo, *triskeles* à direita. RRC 329/2. RCV  
Imagem disponível em <http://davy.potdevin.free.fr/Site/crawford4.html> Acesso em 23 de julho de 2015

As três moedas analisadas mais detalhadamente ao longo do texto (78, 86 e 95) fornecem exemplos de como, através da iconografia numismática, os habitantes divinos de Roma, às vezes com a ajuda de seus *signa* (o trovão, a águia e a coroa), foram capazes de se relacionarem com objetos cotidianos (o torque, o navio usado na batalha naval ou para trazer os colonizadores) e espaços (a área vulcânica conquistada, templos ou locais de culto) para relatar os feitos empreendidos por seus concidadãos humanos.

### 1.5 Quando a vitória não acontece: o desastre de Numância e a iconografia numismática

A trajetória de Caio Hostílio Mancino e seu trágico fim é um episódio relativamente bem conhecido dentro da história da República Romana. Eleito um dos cônsules para o ano de 137<sup>58</sup>, Mancino dirigiu-se, junto com seu questor Tibério Semprônio Graco, para a Hispânia a fim de comandar as forças romanas na região. Efetuou várias ações militares contra a cidade

<sup>58</sup> O outro era M. Emílio Lépidio Porcino (cf. Broughton, *MRR* 1, p. 484).

de Numância, mas seu exército acabou cercado pelas forças numantinas, provavelmente em agosto daquele ano (App. *Hisp*, 80). Desenvolveram-se negociações, nas quais o questor teve papel decisivo. Tibério Graco possuía prestígio na região por ser filho do propretor do mesmo nome que, no ano de 179, havia firmado uma série de pactos com os cetílberos, que haviam permanecido vigentes até o início do conflito ora em curso. Depois de estabelecido um acordo em termos de igualdade e dos juramentos que comprometiam Mancino e seus oficiais, o exército romano retirou-se desarmado (Flor. 1. 34). O tratado, porém, teria que ser confirmado pelo Senado e pelo *populus romanus* e a decisão de Mancino foi alvo de severas críticas por parte do povo e dos senadores igualmente. Após um intenso debate, o tratado foi rechaçado e Mancino entregue aos numantinos.

O modelo segundo o qual um general derrotado era punido em seu retorno era muito raro na República romana. Muitos generais batidos em combate não eram processados quando voltavam e uma substancial proporção desses alcançava altas magistraturas, até novos comandos militares. Apenas contra uma minoria a punição era tentada e não em todos os casos era aplicada com sucesso (ROSENSTEIN, 1986, p. 230-231). Conforme citado anteriormente<sup>59</sup>, era mais vantajoso para a aristocracia romana absorver eventuais insucessos do que expor publicamente o general vencido e colocar em risco toda sua capacidade de administrar o sistema:

Qualquer tentativa de ação punitiva contra um membro de uma elite tão limitada, inata e enciumada da *dignitas* familiar como a romana poderia profundamente dividir o resto, espalhando disputas que poderiam repartir a oligarquia. Para a sobrevivência da aristocracia, esse perigo tinha que ser checado e posições adotadas para evitar que uma derrota se tornasse uma questão de competição política. Sem dúvida, os romanos conseguiram. No curso da maior parte de sua história e falando no geral, a aristocracia romana foi notável por sua coesão, apesar do constante, usualmente amargo, embate político que acontecia no interior de suas fileiras (ROSENSTEIN, 1986, p. 231).

No caso de Mancino, contudo, esse padrão não se repetiu. Para Nathan Rosenstein, os detalhes do pacto não eram o ponto central. A grande questão era a forma como se dera a rendição de Mancino, percebida como desonrosa, e nem as vantagens diplomáticas nem as vidas dos homens que foram poupadas compensavam a humilhação que ela representou. A honra era um aspecto fundamental na transição da derrota para a punição. Esperava-se que Mancino tivesse tido a coragem de abrir caminho diante do cerco inimigo, ainda que pagando

---

<sup>59</sup> Vide p. 61.

o preço de ter seu exército inteiro aniquilado (ROSENSTEIN, 1986, p. 235-236; ROSENSTEIN, 1990, p. 136-137). Segundo José Ignacio San Vicente, a posição do Senado, reticente ao acordo do Mancino, deveu-se, basicamente a questões políticas. Em sua defesa, Mancino e seus oficiais haviam acusado Quinto Pompeu, que comandara as forças romanas contra Numância antes dele, de ter rompido a *pax deorum*, por violar um pacto de 139, o que teria causado as sucessivas derrotas subsequentes dos romanos na região (App. *Hisp.* 80; Cic. *Off.* 3. 109). A defesa se fundamentava na alegação de que o tratado havia sido inevitável por duas razões. Primeiro, as tropas que Mancino recebera de seu predecessor eram preguiçosas e indisciplinadas; segundo, Pompeu havia também sofrido derrotas e sido forçado a negociar um tratado com os numantinos que os romanos haviam inapropriadamente ignorado. Como resultado, a guerra havia sido renovada de uma forma inapropriada. Acatar a acusação contra Quinto Pompeu, além de abrir caminho para a ratificação do pacto de Mancino, equivaleria a reconhecer que se estava levando a cabo uma *bellum impium*, conduzindo o Senado (e o segmento do poder dentro da República que ele representava) a assumir um erro anterior na condução da questão (SAN VICENTE, 2013, p. 178-185).

O episódio acerca do tratado de Mancino com os numantinos e o debate subsequente acerca de seu cumprimento ou não, que tomou conta da elite política romana, deixou suas marcas na iconografia numismática do século II, em especial através de um denário cunhado por Tibério Vetúrio no mesmo ano de 137 (07). Crawford e Sear destacam que a moeda representou um rompimento com o padrão que o denário vinha apresentando até então (RRC 234; RCV 111). O anverso ostenta a efígie de Marte, o deus romano da guerra, com vestes drapejadas e um elmo com um longo penacho e uma pluma de cada lado. Além do pai dos gêmeos fundadores, Rômulo e Remo, Marte era uma divindade prestigiada em uma cidade conquistadora como Roma, em que se acreditava que sem o apoio dos deuses não havia como vencer um combate.

Após Numa Pompílio – o lendário segundo rei de Roma a quem a tradição atribui a criação das instituições religiosas romanas – ter estabelecido o pacto da cidade com o divino, um escudo teria caído do céu, um presente dos deuses após o fim de uma praga. Para prevenir o furto do escudo, símbolo que era da aliança entre deuses e homens, Numa encomendou a confecção de onze cópias, exatamente iguais, de modo a confundir quem porventura tivesse a intenção de roubá-lo. O encarregado da tarefa, Vetúrio Mamúrio, desempenhou tão bem o trabalho que, ao final, nem o próprio Numa conseguia identificar o verdadeiro escudo (Plut. *Num.* 23). O rei escolheu ainda os doze sacerdotes sális, em honra ao deus Marte, e ordenou-lhes que usassem os escudos caídos do céu, os *ancilia*, e saíssem pela cidade cantando hinos

acompanhados de saltos ritmados e danças<sup>60</sup> (Liv.1. 20; BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 43). Não por acaso o monetário da peça em questão (07) é um Vetúrio, provavelmente o filho de T. Vetúrio Graco F. Semproniano, áugure em 174 (FS, 3482, p. 951)<sup>61</sup>. É possível que a presença de Marte em forma de efígie no anverso da moeda evoque o episódio, apelando para uma possível descendência de seu idealizador em relação ao ferreiro habilidoso e mítico.

Ainda assim, a presença de Marte no anverso da moeda é muito pouco usual e guarda ainda outras motivações, provavelmente. Observando o Repertório que acompanha esta tese, percebemos que todos os denários das décadas de 130 e 120 ostentam, no anverso, a efígie da deusa Roma, a iconografia padrão do período. A escolha inusitada de Marte provavelmente teve a finalidade de destacar aspectos ligados à guerra, seus princípios, sua condução, sua normatização no mundo romano. Para associar a moeda ao episódio do cerco a Numância e ao consequente tratado com os numantinos, a cronologia é um ponto importante, pois a mesma foi cunhada no calor das discussões que se seguiram ao episódio. Mas as maiores evidências são fornecidas pela própria iconografia da peça; no caso, a cena do reverso. A mesma representa uma cena de juramento e reproduz uma emblemática cunhagem em ouro realizada pelos romanos no curso do século III, o “ouro do juramento” (**Figura 10**). Tradicionalmente situada entre os anos de 225 e 212, a emissão teve sua cronologia delimitada de forma mais precisa por Felippo Coarelli, que a situou nos anos de 219 ou 218 (RRC 28/1; RCV 1; FLORENZANO, 2015, p. 16; COARELLI, 2013, p. 83-90). A datação de Coarelli parte de interpretações alternativas para algumas questões tradicionalmente aceitas pela numismática republicana entre elas a associação do início de uma cunhagem genuinamente romana ao período e às demandas trazidas pela Segunda Guerra Púnica. Coarelli situa esse início em um momento anterior, fixando os primórdios das amoedações romanas em prata por ocasião das guerras contra Pirro e Tarento, cujo butim teria servido para cunhar em 269 (COARELLI, 2013, p. 83-90; ESQUIVEL, 2014, p. 231). Seguindo essa perspectiva, o primeiro tipo romano cunhado em prata teria sido o *quadrigato*, nome derivado da quadriga que constituía a cena padrão do reverso. A mesma seria uma referência a uma estátua existente no templo de Júpiter no Capitólio<sup>62</sup> e o fato de ter sido uma emissão nova, homogênea e de larga duração constituiria o indicador de uma escolha política (ESQUIVEL, 2014, p. 231). Na sequência, teria sido cunhado o “ouro do juramento”, segundo Plínio, cinquenta e um anos depois das

<sup>60</sup> *Salios item duodecim Marti Gradiuo legit, tunicaeque pictae insigne dedit et super tunicam aeneum pectori tegumen; caelestiaque arma, quae ancilia appellantur, ferre ac per urbem ire canentes carmina cum tripudiis sollemnique saltatu iussit* (Liv.1, 20)

<sup>61</sup> A forma do nome indica um Graco adotado por um T. Vetúrio (cf. F, 3482).

<sup>62</sup> *Iovis effigiem in Capitolio dicendam; a fictilem eum fuisse et ideo miniari solitum; fictiles in fastigio templi eius quadrigas, de quibus saepe diximus* (Plin. Nat. 35. 157).

cunhagens em prata (Plin. *Nat.* 33.47)<sup>63</sup>. Coarelli acata informações de Plínio rejeitadas por trabalhos tradicionais (CRAWFORD, 1974; BURNETT, 1986) e acredita ainda que o responsável pela cunhagem tenha sido Vetúrio Filo, conquistador, no ano de 220, da região da Gália Cisalpina, onde se localizavam minas de ouro (Broughton, *MRR* 1, p. 235). O fato do denário de T. Vetúrio (07), quase um século depois, recorrer à mesma iconografia, se explica, segundo Coarelli, por um parentesco entre os dois Vetúrios (COARELLI, 2013, p. 100).

**Figura 10** – “Ouro do Juramento”



Anônimo, Roma, 225-212. Efégie dos Diócuros no anverso, cena do juramento no reverso  
Imagem disponível em <http://davy.potdevin.free.fr/Site/crawford1.html> Acesso em 23 de abril de 2017

O juramento representado nas peças segue o estilo dos povos itálicos, tendo sido interpretado, às vezes, como o pacto entre Roma e seus aliados da península (RSC, *Veturia* 1, p. 96; SAN VICENTE, 2012, p. 322; RRC 234; RRC, p. 715). Uma parte importante do episódio de Mancino é o juramento que teria sido feito ao final da celebração do acordo. O acontecimento é assim narrado por Apiano:

Mancino teve encontros frequentes com os numantinos nos quais foi vencido e, finalmente, depois de grandes perdas, se refugiou em seu campo. Diante do falso rumor que os *Cantabri* e os *Vaccae* estavam vindo para ajudar os numantinos, ficou alarmado, levantou acampamento e fugiu, na escuridão da noite, para um local deserto onde Nobilior, uma vez, tivera um campo. Sendo contido neste lugar ao amanhecer, sem preparação ou fortificação e cercado pelos numantinos que ameaçavam todos com a morte caso não concordassem com a paz, ele concordou com termos como os anteriormente

<sup>63</sup> *Aureus nummus post annos LI percussus est quam argenteus ita, ut scripulum valeret sestertius vicenos, quod efficit in libram ratione sestertii, qui tunc erat, VDCCLX. postea placuit XXXX signari ex auri libris, paulatimque principes inminuere pondus, et novissime Nero ad XXXV (Plin.Nat. 33.51)*

feitos entre romanos e numantinos. A esse acordo, ele se comprometeu com um juramento (App. *Hisp.* 80)

Na iconografia do reverso, vemos dois soldados, ambos segurando lanças com a mão esquerda e empunhando espadas com a mão direita. As espadas apontam na direção da terceira figura, ajoelhada entre ambos, que segura um porco e me parece que tanto quanto a referência ao juramento, a ideia de submissão está igualmente presente. Transcendendo o momento da cunhagem, a cena resgata um episódio da história romana ocorrido cerca de cento e oitenta anos antes. Em conjunto, referências itálicas, alusão a juramentos e o indivíduo subjugado pelos soldados levam a associação da cena ao episódio das *Forcas Caudinas*, ocorrido em 321, durante a Segunda Guerra Samnita (RRC 324; RSC *Veturia* 1, p. 96). Ainda mais porque um dos côsules derrotados na ocasião era também um Vetúrio, T. Vetúrio Calvino (Broughton, *MRR* 1, p. 150; Liv. 9. 1). Os romanos foram emboscados pelos samnitas entre dois desfiladeiros e não tiveram alternativas a não ser negociar uma rendição em termos altamente desfavoráveis. Embora considerando o acordo humilhante, Roma, após alguma resistência, honrou o estabelecido (Liv 9. 2-11). Parece claro que a moeda, ao resgatar esse episódio do passado, propõe sua resposta a uma discussão do presente: um acordo de guerra, ainda que desfavorável, devia ser cumprido. Seu idealizador provavelmente se posicionava favoravelmente ao cumprimento do tratado de Mancino e uma das explicações para tal era provavelmente o parentesco do pai do monetário com o questor Tibério Graco<sup>64</sup>.

Ao pensarmos como a iconografia numismática republicana lida com o aspecto militar que compunha o capital simbólico da aristocracia romana, aquele ligado ao desempenho dos ancestrais em guerras, batalhas ou duelos, o esquema padrão que vem à mente em geral é o de uma grande vitória pretérita monumentalizada em uma moeda. Isso pode ser verdadeiro na maior parte dos casos, mas não o é em todos os casos. A moeda de Tibério Vetúrio é um exemplo da quebra desse paradigma e demonstra um pouco da complexidade do discurso numismático romano. O que está em pauta, no final das contas, não é uma vitória e sim uma derrota (no campo de batalha, que provocou uma derrota diplomática) e o posicionamento diante dela. A grandeza dos antepassados, e nisso se constituía o capital simbólico que a *gens* Tituria procurava resgatar, estava justamente em como se comportar diante de um fracasso bélico, de acordo com as normas tradicionais que regiam a feitura da guerra e o estabelecimento da paz de acordo com uma *bellum pium*, sem

<sup>64</sup> Vide novamente nota nº 61. O pai do monetário seria, por nascimento, um Graco. O monetário teria, assim, relações familiares com Tibério Semprônio Graco, o questor de Mancino e um dos idealizadores do tratado (ROSENSTEIN, 1990, 241-242; SAN VICENTE, 2012, p. 322).

romper a *pax deorum*. É claro que a peça possui elementos aparentes que apelam para a grandeza de Roma e sua posição como a favorita dos deuses para dominar outros povos – a presença de Marte, o senhor da guerra, cujos sacerdotes sálíos empunhavam o escudo símbolo da aliança com o divino, cuja posse fora assegurada pelo artifício da confecção de cópias exatamente iguais, levada a cabo por um suposto ancestral mítico do monetário, o ferreiro Titúrio Mamírio. Mas, livrando-se dessa camada de símbolos aparentes da grandiosidade romana, o que está por trás da peça é um grande desconforto diante de uma derrota no campo de batalha e a incerteza gerada pela discussão de como prosseguir diante disso.

A resposta que a moeda propõe é que se sigam os preceitos estabelecidos para a feitura da guerra, de acordo com o que era estabelecido no Mundo Antigo. Não por acaso, neste denário, e apenas neste dentre todas as peças do mesmo tipo produzidas nas décadas de 130 e 120, Marte “toma” o lugar de Roma como a divindade cuja efígie ocupa o anverso. Mais do que os interesses momentâneos da cidade-estado republicana, da qual *dea Roma* é a mais perfeita personificação, há de se considerar os princípios que regem a guerra, da qual Marte é o maior representante. Dentre esses princípios, estava a necessidade de uma *bellum piium* para que a *pax deorum* não fosse rompida.

Interessante notar que a posição contrária à ratificação do acordo de Hostílio Mancino também pode ser percebida em uma moeda. Trata-se de um denário, cunhado no mesmo ano de 137 por Sexto Pompeu da *gens Pompeia* (06). É redundante apontar que o anverso ostenta a efígie da deusa Roma, com seu tradicional elmo alado, a representação divina da cidade republicana. Afinal, é no pensamento concentrado nela, que abriga em si os conceitos de cidade e divindade, que tudo deve ser decidido. No reverso, temos a imagem da loba amamentando Rômulo e Remo e o pastor à esquerda identificado pela legenda FOSTLUS. Atrás, provavelmente um *ficus*, árvore na qual, segundo a lenda, o cesto com os irmãos teria ficado preso junto ao leito do Tibre, possibilitando seu resgate e, ao alto, pássaros, um dos quais teria ajudado a alimentá-los (Plut. *Rom.* 6). Ao fazer referência à origem mítica de Roma, a imagem alude também a seu destino imperial. Em outros termos, não obstante pequenos reveses no percurso, Roma, personificada pela deusa no anverso, possuía um destino imperial já traçado desde sua origem e lembrado pela cena do reverso, e esse devia prevalecer. A interpretação foi sugerida por Crawford com base principalmente no nome do monetário, Sexto Pompeu. Seria o avô de Pompeu Magno, pai de Cneu Pompeu Estrabão, o cônsul de 89; haveria, portanto, conexões familiares entre esses e o cônsul Quinto Pompeu que havia firmado o primeiro tratado com os numantinos, o qual Mancino acusava ter sido

rompido e que agora se opunha à ratificação do *foedus* de Mancino (RRC 234; SAN VICENTE, 2012, 322-323).

As moedas de Sexto Pompeu (06) e Tibério Vetúrio (07) trazem em si apelos ao passado, ligações indiscutíveis com o momento presente e, talvez, preocupações com o futuro. Aplicada a elas, a definição de Clark das moedas do século II como novos e pequenos “espaços portáteis” nos quais os monetários podiam pensar sobre si mesmos, suas famílias, sua cidade, seu passado e seu presente (CLARK, 2007, p. 139), faz completo sentido. Mas não pode ser esquecido que as peças são exemplos preciosos de como os deuses cidadãos de Roma, no caso Marte e *dea Roma*, participavam, através do discurso numismático, não só da comemoração das grandes vitórias, mas também dos incômodos momentos de fracasso, pesar e indecisão. Como cidadãos, ainda que divinos, não estavam alheios às situações de desconforto pelas quais a cidade passava, conforme pode ser observado nos denários cunhados no ano de 137.

## CAPÍTULO II – *DII ET MAIORES*: DEUSES E ANTEPASSADOS

### 2.1 Os sacerdotes e as moedas

No ano de 154, L. Postúmio Albino, da patrícia *gens* Postúmia e Q. Opímio, da plebeia *gens* Opímia, partilharam o consulado na República Romana (Broughton, *MRR* 1, p. 449). Na ocasião, Opímio empreendeu campanha vitoriosa contra tribos lígures da região dos Alpes que ameaçavam territórios de aliados dos romanos (Polyb. 33.8; Liv. *Per.* 47). Além de magistrados<sup>65</sup>, esses dois homens foram também sacerdotes, nada surpreendente para uma cidade em que, sabiamente segundo Cícero, os mesmos homens que supervisionavam o culto aos deuses imortais eram aqueles que cuidavam dos altos interesses da comunidade, podendo assim preservar a República enquanto eminentes cidadãos e, ao mesmo tempo, governá-la bem de acordo com os preceitos religiosos (Cic. *Dom.* 1.1)<sup>66</sup>. L. Postúmio havia sido inaugurado *flamen Martialis* em 168 (FS 2820, p. 856). Os flâmines eram sacerdotes dedicados ao serviço de um deus em particular (Cic. *Leg.* 2. 20)<sup>67</sup>, integrados à estrutura complexa do colégio pontifical, o qual, além dos pontífices, englobava outros sacerdócios<sup>68</sup>. Como sacerdotes individuais de Júpiter, Marte e Quirino, o *flamen Dialis*, o *flamen Martialis* e o *flamen Quirinalis* eram os “flamines maiores”, mais prestigiados, cujas posições só podiam ser ocupadas por patrícios (BELTRÃO, 2006, p. 143; FS, p. 8). Q. Opímio tornou-se um dos *decemviri sacris faciundis*, sacerdotes que tinham como principal função guardar e consultar, quando solicitado pelo Senado, os proféticos Livros Sibílicos, (Liv.7. 27; 21. 62; 31.12). Como assinala Claudia Beltrão, os Livros Sibílicos tinham um papel central, mas difuso, na história religiosa do povo romano (2008, p. 15). Teriam sido adquiridos no reinado do rei Tarquínio Prisco ou Tarquínio o Soberbo quando uma Sibila ou profetisa se apresentou

<sup>65</sup> Anteriormente, L. Postúmio Albino havia sido edil curul em 161 (Broughton, *MRR* 1, p. 444; FS 2820, p. 856).

<sup>66</sup> *Cum multa divinitus, pontífices, a maioribus nostris inventa atque instituta sunt, tum nihil praeclarius quam quod eosdem et religionibus deorum immortalium et summae rei publicae praeesse voluerunt, ut amplissimi et clarissimi cives rem publicam bene gerendo religiones, religiones sapienter interpretando rem publicam conservarent* (Cic. *Dom.* 1. 1)

<sup>67</sup> *itemque alios ad dies ubertatem lactis feturaeque servanto, idque ne omitti possit, ad eam rem rationem cursus annuos sacerdotes finiunt, quaeque quoiqve divo decorae grataeque sint hostiae, providento.* 'Divisque aliis <alii> sacerdotes, omnibus pontífices, singulis flamines sunt' (Cic. *Leg.* 2. 20)

<sup>68</sup> Os membros adicionais do Colégio Pontifical eram os três flâmines maiores, doze flâmines menores, um *rex sacrorum* e seis vestais, que serviam por trinta anos, a partir da infância. Os pontífices, em número de nove desde 300, eram cooptados pelo colégio até a *lex Domitia* de 104. O líder era o *pontifex maximus*, que falava pelo colégio no Senado, escolhia e disciplinava os membros adicionais. As principais funções do colégio eram aconselhar o Senado sobre todos os assuntos referentes aos *sacra*, aconselhar o povo em temas da lei sagrada, incluindo a lei dos mortos, supervisionar os assuntos da lei familiar (adoção, herança, etc) e manter os registros do Estado (cf. BELTRÃO, 2006, p. 143).

diante do rei e ofereceu-lhe nove livros para serem comprados por um alto valor. Diante da recusa do soberano, ela queimou três deles e ofereceu os seis restantes pelo mesmo preço. O rei recusou novamente e ela queimou mais três. Ofereceu, em seguida, os três últimos pela mesma quantia que havia pedido pelos nove iniciais. O rei, ou por curiosidade, ou por ter se dado conta de seu erro, ou por seguir o conselho dos sacerdotes, comprou os três (Plin, *HN*. 13. 17; Gell. *NA*. 1. 19; *Dion. Hal. Ant. Rom.* 4, 62). Os Livros Sibílicos eram, provavelmente, escritos em grego. Quando, no princípio da segunda metade do século V, o deus Apolo foi introduzido em Roma, tornou-se ele o patrono dos livros sagrados. O número original de dois sacerdotes (*duoviri sacris faciundis*) responsáveis pela interpretação desses livros havia sido alterado para dez a partir de 367 e foi modificado para quinze (*quindecimviri sacris faciundis*) após Sila. Em Lívio, há referências aos *decemviri sacris faciundis* como encarregados em celebrar o culto a Apolo (Liv. 10. 8)<sup>69</sup>. Não sabemos a data exata da cooptação de Q. Opímio, que pode ter ocorrido apenas após seu consulado (FS 2582, p. 822).

Nosso conhecimento sobre L. Postúmio Albino e Q. Opímio mostra ainda outra coincidência aparente. Em 131, os filhos de ambos exerceram, também ao mesmo tempo, o cargo de *tresviri monetales*. Na função, ao cunharem moedas fazendo alusão aos antepassados ilustres para promover a si próprios e a suas *gens*, L. Postúmio L.f. Albino e M. Opímio fizeram referências aos sacerdócios de seus respectivos pais. Na moeda de Postúmio Albino (30), um *apex* está colocado à esquerda da efígie da deusa Roma, no anverso e, no reverso, é Marte a divindade que guia a quadriga. A peça de M. Opímio (29) possui uma iconografia semelhante, ostentando um tripé no lugar do *apex*, no anverso, e o deus Apolo guiando uma biga, no reverso. O tripé, símbolo do conhecimento divino e da adivinhação, já era regularmente associado a Apolo nas cunhagens gregas e, na numismática romana, tornou-se o emblema dos *viri sacris faciundis* (WILLIAMS, 2007 p. 150). Sobre os monetários propriamente ditos, não há outras informações sobre suas carreiras, além do fato de Albino ter se tornado também um flâmine (Cic. *Brut.* 135)<sup>70</sup>. De qualquer forma, no momento da cunhagem, as realizações paternas eram provavelmente as referências mais importantes desses jovens magistrados em início de carreira e eles cuidaram para que pelo menos parte delas fosse materializada nas moedas que cunharam.

<sup>69</sup> *Quid autem ego sic adhuc egi, tamquam integra sit causa patriciorum de sacerdotiis et non iam in possessione unius amplissimi simul sacerdotii? decemviro sacris faciundis, carminum Sibyllae ac fatorum populi huius interpretes, antistites eosdem Apollinaris sacri caerimoniarumque aliarum plebeios videmus* (Liv. 10. 8)

<sup>70</sup> *nam flamen Albinus etiam in numero est habitus disertorum* (Cic. *Brut.* 135). Para Crawford e Rüpke, a tradição familiar, veiculada inclusive pelo denário de 131, torna provável a hipótese de que a função exercida por Albino tenha sido a de *flamen Martialis*, ainda que a informação não esteja explícita (RRC 252; FS 2819, p. 855).

As atitudes de L. Postúmio L.f. Albino e de M. Opímio em destacar um ancestral sacerdote através de uma cunhagem monetária não é inédita nem ao menos rara na República Romana. Assim como vitórias militares obtidas ou magistraturas ocupadas, o exercício de determinados sacerdócios pelos antepassados também se incluía entre os feitos que agregavam importância a uma *gens* e que, por essa razão, mereciam ser monumentalizadas em moedas. Mesmo porque, até onde se sabe, essas atividades ocorriam em paralelo. Corroborando a citação de Cícero, pelo menos para os colégios nos quais as listas completas sobreviveram, os sacerdócios eram virtualmente monopolizados pelos membros das famílias mais bem estabelecidas da elite. Figuras de liderança quase sempre ocupavam sacerdócios, algumas vezes quando ainda muito jovens, e as listas sacerdotais coincidem em alto grau com as listas dos mais bem sucedidos políticos e generais da ocasião. Outra característica é a de que os cargos sacerdotais eram divididos entre essas famílias de acordo com certos princípios, raramente não observados: cada *gens* não ocupava mais de um cargo em um mesmo colégio sacerdotal ao mesmo tempo e nenhum indivíduo possuía mais de um sacerdócio, pelo menos até onde aparece nas listas (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 103).

Dentre as moedas republicanas romanas cunhadas entre 139 e 83 que integram a coleção de numismática do MHN/RJ, nove relembram cargos sacerdotais ocupados pelos antepassados como forma de publicidade do monetário e de sua *gens* (13, 19, 20, 29, 30, 45, 47, 48 e 91). Tais relembrações às vezes ocorrem através de representações da figura do ancestral sacerdote (13, 19 e 47), mas, na maioria das vezes, são utilizados objetos que remetem aos colégios sacerdotais em questão: o *apex* para o flaminato (30, 47, 48 e 91), o *lituus* para o augurato (13, 19, 20 e 45) e o tripé no caso dos *decemviri sacris faciundis* (29). O *lituus* era um bastão de extremidade curva utilizado pelos áugures, em especial para a marcação do *templum*, o espaço augural. Nos casos em que o antepassado era *flamen*, dedicado ao culto de uma divindade em especial, a iconografia numismática poderia também trazer a representação desse deus (30 e 91).

Visando a maior clareza na exposição, optei por agrupar as moedas de acordo com o sacerdócio a que essas se referem, embora esse seja apenas um critério de classificação entre outros possíveis e igualmente válidos. Em apenas uma dessas nove peças, o ancestral sacerdote referenciado tratava-se de um *decemviri sacris faciundis*, justamente o denário de M. Opímio, citado acima (29), em que a alusão é feita de forma reiterada, tanto pela representação do objeto (o tripé) quanto da divindade (Apolo). Nas outras oito, em quatro há

referências a antepassados flâmines e em quatro há referências a antepassados áugures, conforme quadro abaixo<sup>71</sup> (**Tabela 2** e **Tabela 3**):

**Tabela 2.** Representações do *apex* em moedas romanas da coleção do MHN/RJ (139-83)

Moeda	Ano	Tipo	Monetário	Ancestral referenciado	Referências
<b>30</b>	131	denário	L. Postúmio Albino da <i>gens</i> Postúmia	O pai e homônimo do monetário, <i>flamen Martialis</i> em 168	<i>Apex</i> no anverso e Marte guiando a quadriga no reverso
<b>47</b>	126	denário	M. Fábio Pictor da <i>gens</i> Fábia	O avô do monetário, Q. Fábio Pictor, pretor em 189 e <i>flamen Quirinalis</i>	Representação de Q. Fábio Pictor, sentado, segurando um <i>apex</i> com a mão direita e uma lança com a mão esquerda; ao lado, escudo com a inscrição QVIRIN, no reverso
<b>48</b>	126	denário	T. Quinctio Flamínio, da <i>gens</i> Flamínia	Referência ao cognome da <i>gens</i> , derivado de um ancestral	<i>Apex</i> no anverso
<b>91</b>	108 ou 107	denário	L. Valério Flaco da <i>gens</i> Valéria	O pai e homônimo do monetário, cônsul em 131 e <i>flamen Martialis</i>	Marte de pé com <i>apex</i> à esquerda, no reverso

Conforme pode ser observado (**Tabela 2**), o *apex* é o símbolo comum utilizado como referência ao flaminato. Quando o antepassado ilustre, trata-se de um *flamen Martialis*, e aparece também a representação do próprio deus Marte (**30** e **91**). Esse deus, de quem os romanos em tese descendiam, aparece em outras cunhagens feitas entre 139 e 83 (**07**, **79**, **81**, **100**, **101** e **142**), sem que possa ser detectada alguma associação com o flaminato, e, portanto, possivelmente em virtude de outras motivações. Em outras palavras, uma representação de Marte em uma moeda pode apontar para uma variedade de significados, dependendo da cunhagem específica que está em questão, mas, nas vezes em que sua aparição encontra-se

<sup>71</sup> Crawford associa a figura de Marte ao exercício do cargo de *flamen Martialis* em uma quinta moeda, o denário cunhado em 137 por T. Vetúrio, da *gens* Vetúria (**07**), no qual a efígie do deus Marte no anverso faria alusão ao antepassado T. Vetúrio Filo, *flamen Martialis* desde 204 (RRC 234/1; RCV 111). Nesta tese adotei, contudo, uma interpretação diversa para o discurso numismático da moeda de T. Vetúrio, privilegiando a relação entre a iconografia do anverso e do reverso em torno do episódio das Forcas Caudinas. Vide p. 65-72.

associada ao *apex* (30, 47, 48 e 91) o que está em pauta é o exercício do cargo de *flamen Martialis* por um antepassado.

No caso do antepassado *flamen Quirinalis* (47), a identificação é feita pela legenda QVIRIN no escudo, além do *apex*. Quirino (*Quirinus*) é uma divindade muito antiga, de nome de origem Sabina, cultuado desde os primeiros tempos ao lado de Júpiter e Marte e, às vezes, associado a Rômulo. O deus Quirino é presença rara em moedas republicanas, aparecendo pela primeira vez em um denário cunhado apenas no ano de 56 por iniciativa de C. Mêmio (RRC 427/2; RCV 388). É provável que o fato de sua figura não ser tão usual e reconhecível em moedas na ocasião tenha tornado preferível uma legenda a uma imagem como forma de alusão na peça de M. Fábio Pictor (47). O antepassado Quinto Fábio Pictor já era flâmine de Quirino em 189, quando foi eleito pretor. Foi designado a ele o governo das províncias da Sardenha e Córsega, mas Públio Licínio, o pontífice máximo, impediu Pictor de ir para seu novo comando, pois ele tinha que cumprir funções sagradas em Roma. Após um longo debate, o flâmine foi obrigado a se submeter ao pontífice máximo. Pictor tentou renunciar ao cargo de sacerdote, mas foi impedido pelo Senado (Liv. 37. 50-51).

Na moeda de 126 (48), cunhada por iniciativa de T. Quinctio Flamínio, o que está sendo aludido é o cognome da *gens* e não um ancestral *flamen* propriamente dito, embora o cognome (*Flaminius*) tivesse se originado de um ancestral que havia exercido a função. As memórias imprecisas tratam de um antepassado da *gens* Quinctia que teria se tornado *flamen Dialis* no final do século III, cooptado quando ainda era muito jovem (FS 2870, p. 864). O lapso temporal e a imprecisão das lembranças tornam necessários alguns ajustes no discurso numismático. A alusão ao flaminato é feita apenas através da presença do *apex* e a peça traz referências a outros antepassados ilustres do monetário, mais recentes e “reais”. Um escudo macedônico no reverso faz alusão à vitória de T. Quinctio Flamínio, cônsul em 198, sobre Felipe V (Liv. 32. 8). Os Dióscuros lembram as dimensões fraternas do episódio, pois o irmão de T. Quinctio estivera no comando da frota romana na mesma ocasião. Esses deuses irmãos, de origem grega, são em geral representados como dois jovens a cavalo, portando lanças. Seu culto em Roma data de época bem remota e, segundo a tradição, remete ao episódio da vitória de Roma sobre os aliados latinos na batalha do lago Régilo, em 493, ocasião em que teriam atuado em favor dos romanos (Cic. *Tusc.* 1. 28; Val. Max. 1.8.1). Tornaram-se patronos da cavalaria romana e receberam um templo no Foro, tendo sido seu culto em Roma associado ao dos gêmeos romanos “Castor e Polux” ou “os Castores”<sup>72</sup>. Na iconografia numismática, os

<sup>72</sup> Castor e Polux já eram conhecidos em Roma na época dos Tarquínios, ainda que uma influência helenística sobre esse fato não possa ser descartada e o nome “Castor” poderia se referir igualmente aos dois irmãos (cf.

Dióscuros aparecem em geral fazendo alusão a façanhas equestres ou a comportamentos fraternos notáveis. É assim, por exemplo, com a moeda cunhada em 136 por C. Servílio M.F. (11), que evoca a lembrança dos gêmeos P. e Q. Servílio Gêmino, que viveram na metade do século III (BASTIEN 2014, p. 52)<sup>73</sup>. Também a peça de Q. Minúcio Rufo, do ano de 122, (57) apela aos feitos realizados em 193 por dois tribunos militares, Q. e P. Minúcio, que foram encarregados de conduzir um destacamento da cavalaria na luta contra os gauleses (Broughton, *MRR* 1, p. 348; Liv. 35, 5-3)<sup>74</sup>. No caso específico da moeda de T. Quinctio Flamínio (48), os Dióscuros galopando no reverso evocam o fato de que, na luta contra Felipe V, o irmão do cônsul de 198 havia sido escolhido como comandante da frota (Broughton, *MRR* 1, p. 331-332; Liv. 32, 16). O nome do cônsul era T. Quinctio Flamínio (como o monetário) e seu irmão chamava-se L. Quinctio Flamínio. Dentre os integrantes do capital simbólico de uma *gens*, personagens reais e feitos recentes valiam mais que feitos remotos (HÖLKESKAMP, 2012, p. 109) e, assim, T. Quinctio Flamínio, com seus feitos de pouco mais de setenta anos, atualiza e dá um toque de realidade ao discurso numismático veiculado pela peça, embora a referência ao sacerdócio que dera o cognome a *gens* não deixasse de ser um elemento importante.

Quanto ao *lituus* (Tabela 3), seu primeiro registro em moedas ocorre em um denário cunhado em 135 por iniciativa de Caio Minúcio Augurino (13), da *gens* Minúcia, no momento em que se tornava cada vez mais comum os magistrados responsáveis pela cunhagem das peças fazerem constar nessas referências aos antepassados ilustres de sua *gens*. No reverso, o bastão aparece nas mãos do ancestral Minúcio Faeso, que, segundo a tradição, foi um dos primeiros plebeus a ingressarem no Colégio dos Áugures, por volta de 300, tendo dado o cognome a *gens*<sup>75</sup>. O *lituus* era usado pelos membros desse colégio sacerdotal, um dos mais

---

BASTIEN, 2014, p. 42-43). Sobre essa questão e também uma discussão recente sobre a associação dos Dióscuros gregos aos Castores romanos, vide Bastien (2014, p. 44-46).

<sup>73</sup> A família também era ilustre pelos feitos de M. Servílio Pulex Gêmino, que tinha sido cônsul em 202, mas que celebrava os vinte e três combates singulares que havia realizado em sua juventude. M. Servílio tinha um irmão, Caio, que fora cônsul em 203 (Broughton, *MRR* 1, p. 310; p. 315; Bastien, 2014, p. 52).

<sup>74</sup> Interessante notar que o monetário tinha também um irmão, M. Minúcio Rufo, e que os dois seguiram carreiras políticas paralelas. No ano seguinte ao que seu irmão foi *tresviri monetale*, M. Minúcio ocupou o tribunato da plebe (Broughton, *MRR* 1, p. 521). Em 110, M. Minúcio Rufo foi cônsul e Quinto, legado militar, servindo sob o comando de seu irmão na Macedônia e Trácia (Broughton, *MRR* 1, p. 543-544).

<sup>75</sup> T. P. Wiseman (1998, p. 97) aponta algumas inconsistências nesta reconstrução do passado da *gens* Minúcia, como o fato de, na genealogia da família, constarem membros que exerceram o consulado no século V, mais especificamente M. Minúcio Augurino, cônsul em 497; P. Minúcio Augurino, cônsul em 492 ou 491; L. Minúcio P.f. M. Esquilino, cônsul (cf. Tito Lívio) ou *consul suffectus* (cf. FASTI CAPITOLINI) em 458. Como essa magistratura só se tornou acessível aos plebeus em meados do século IV, tais informações entram em contradição com a alegada origem plebeia da família e com o feito de L. Minúcio Faeso de estar entre os primeiros plebeus a integrar o Colégio dos Áugures. Wiseman chama a atenção para o fato, para concluir que os relatos acerca dos primeiros Minúcios são claramente mais historiográficos que históricos (WISEMAN, 1998, p.

aristocráticos e tradicionais de Roma, em suas ações rituais, em especial na marcação do *templum*. Os áugures também estavam presentes no momento da tomada dos *auspicia* pelos magistrados, para assegurar que os ritos haviam sido corretamente executados. Além da peça **13**, o *lituus* aparece em mais três moedas do Repertório (**19**, **20** e **45**), fazendo referência ao augurato de um ancestral ilustre. As peças **19** e **20** foram cunhadas em **134**, provavelmente pelo irmão de Caio, Tibério Minúcio Augurino<sup>76</sup>. A moeda **19** é um denário, cuja iconografia é extremamente semelhante a do denário do ano anterior (**13**), sendo uma reprodução rudimentar desse<sup>77</sup>. Já a moeda **20** é um *triens*, com sua iconografia padrão, a efígie de Minerva no anverso e a proa do navio no reverso. Neste último, porém, além das iniciais do monetário (TI AVGVR), há a imagem de um *lituus* sobre a proa. Na moeda cunhada por C. Servílio Vátia em 127 (**45**), o *lituus* aparece à esquerda da efígie da deusa Roma, no anverso da peça. A peça homenageia um antepassado ilustre da *gens*, o cônsul de 202, Marco Servílio Pulex Gêmino (Broughton, *MRR* 2, p. 315), que iniciou sua carreira pública como áugure (FS 2464, p. 803) e ganhou prestígio como mestre de cavalaria do ditador Públio Sulpício Galba Máximo (*IDEM*, p. 311). O anverso, através do *lituus*, e o reverso, com a imagem de um cavaleiro em um combate da moeda, fazem, respectivamente, referência a esses dois momentos de sua trajetória.

**Tabela 3.** Representações do *lituus* em moedas romanas da coleção do MHN/RJ (139-83)

---

97-99). Sintomáticas acerca do modo como essas narrativas poderiam muito mais corresponder a construções que atendiam às demandas do momento de sua elaboração do que ao passado realmente vivido, tais construções não eram exclusivas da *gens* Minúcia, podendo ser encontradas em relatos historiográficos de outras famílias aristocráticas (o outro exemplo analisado pelo autor é o da *gens* Valéria, cf. WISEMAN, 1998, p. 75-89). A respeito da *gens* Minúcia, Patrizia Verduchi propõe uma alternativa para solucionar o impasse envolvendo o monumento representado na moeda, tido inicialmente como um local de culto gentílico. Próximo à muralha de Sêrvio Túlio, o altar era associado a Minúcios patrícios. Após a reconstrução da muralha serviana o antigo altar foi sendo apropriado por um ramo plebeu da *gens*, conhecido a partir do fim do século V, então em crescente ascensão. Um membro desse grupo, M. Minúcio Faeso, favorecendo-se da Lei Olgúnia, entrou no Colégio dos Áugures em 300, adquirindo o cognome de *Augurinus*. A ele se deve a extensão do cognome não só a seu pai, cônsul em 305, mas também aos Minúcios patrícios que o antecederam (TORELLI, *Columna Minucia*, LTUR I, 1993, p. 306). Ainda que o discurso numismático não esteja isento do mesmo fenômeno, não é meu objetivo discutir a veracidade destes relatos supostamente históricos, mas sim analisar como eles se integram à iconografia monetária do século II.

<sup>76</sup> Embora não encontremos nas fontes escritas informações sobre esses dois homens, a existência de ambos e a iniciativa da cunhagem está atestada nas próprias peças que trazem seus nomes inscritos no reverso (C AVG, na primeira, e TI MINVCI CF AVGURINI, na segunda). De acordo com Smith, *Augurinus* era um dos principais cognomes da *gens* Minúcia (SMITH, 1859, v. II, p. 1092). A referência CF (*C. fili*) na segunda moeda torna plausível a hipótese de se tratarem de pai e filho, embora Wiseman os identifique como irmãos (WISEMAN, 1996, p. 58). A favor da hipótese de Wiseman está a constatação de que o cargo de monetário era, na grande maioria das vezes, exercido por jovens aristocratas em início de carreira. Contra, os fatos de que não há registros de nenhum indivíduo da *gens* Minúcia com o nome iniciado por “C” numa geração imediatamente anterior e de que a referência CF aparece apenas na moeda de 134. De qualquer forma, a partir das peças, podemos auferir que ambos exerceram, em anos consecutivos, os cargos de *tresviri monetales*.

<sup>77</sup> Uma análise mais detalhada do reverso dos denários da *gens* Minúcia cunhados em 135 e 134 encontra-se no Capítulo III, p. 131-139.

Moeda	Ano	Tipo	Monetário	Ancestral referenciado	Referências
13	135	denário	C. Minúcio Augurino da <i>gens</i> Minúcia	Minúcio Faeso, um dos primeiros plebeus a ingressarem no Colégio dos Áugures por volta de 300 e que teria dado o cognome a <i>gens</i>	<i>Lituus</i> na mão direita de Minúcio Faeso, no reverso
19	134	denário	T. Minúcio Augurino, da <i>gens</i> Minúcia	O mesmo da moeda anterior	<i>Lituus</i> na mão direita de Minúcio Faeso, no reverso
20	134	<i>triens</i>	T. Minúcio Augurino, da <i>gens</i> Minúcia	O mesmo da moeda anterior	<i>Lituus</i> sobre a proa do navio, no reverso
45	127	denário	C. Servílio Vátia da <i>gens</i> Servília	Servílio Púlex Gêmino, áugure, cônsul em 203 e ditador em 202	<i>Lituus</i> à esquerda da efígie da deusa Roma, no anverso

Casos como os analisados acima fizeram com que objetos utilizados em rituais e/ou relacionados aos colégios sacerdotais romanos fossem, em geral, associados pelos estudiosos à importância desses colégios ou à *pietas* romana. Porém, como alerta Claudia Beltrão,

Pouca atenção, contudo, é dada aos contextos nos quais as imagens de *instrumenta sacra* são encontradas, e ao modo pelo qual os objetos são dispostos na composição. A tendência a se tratar o tema monoliticamente obscurece algumas questões importantes. Nas representações visuais, as especificidades e as composições abrem vieses interpretativos que podem ir além de tomar esses elementos como sendo restritos à sua função no ritual, e, então, eles surgem como símbolos que ultrapassam os emblemas sacerdotais (BELTRÃO, 2014, p. 4).

Em outros termos, e trazendo a questão para a presente análise, o fato de o *apex* e o *lituus*, nas peças examinadas, aludir ao flaminato e ao augurato, respectivamente, de um antepassado não equivale dizer que a associação seja válida para todo objeto utilizado pelos sacerdotes romanos em todas as representações iconográficas, em moedas ou mesmo em outras mídias. Até porque é a inerente polivalência que torna os símbolos atrativos, em primeiro lugar. Não só expressam significados, mas também nos dão a capacidade de elaborar significados como resultado de seu uso (MOL; VERSLUYS, 2015, p. 454-455).

Um bom exemplo dessa possibilidade de criação de novos significados é fornecido pelo mesmo *lituus*. Ainda que nas moedas **13**, **19**, **20** e **45** a associação *lituus*-augurato seja inequívoca, o mesmo não pode ser dito sobre todas as peças que integram o Repertório que acompanha esta tese e nas quais o mesmo está igualmente representado, mais especificamente as moedas **69** e **156**.

Tomando-se o conjunto de moedas cunhadas entre 139 e 83, o significado da representação do *lituus* sofre uma transformação com o decorrer do tempo, abrindo caminho para possibilidades interpretativas mais abrangentes. A análise que desenvolverei a seguir foi inspirada nos estudos de Christine Perez (1985), Yann Berthelet (2013) e Claudia Beltrão (2014) sobre cunhagens de épocas posteriores. Perez estudou a propaganda política e as emissões monetárias no último século da República, em especial as moedas cunhadas pelos aspirantes ao poder pessoal – César, Pompeu, Antônio, Otávio e seus simpatizantes. Em uma moeda do ano de 56, cunhada por Fausto Cornélio Sila, a autora interpreta o *lituus* como uma alusão ao direito de *auspícia* e de *imperium* de Pompeu (PEREZ, 1985, p. 127). Berthelet analisou o *lituus* e o jarro representados em moedas para concluir que, mais que símbolos do augurato, esses podem ser tomados como uma referência à legitimidade do *imperium*. O *lituus* faria referência à legitimação, pelo colégio augural e pela *lex curiata*, dos auspícios dos magistrados e o jarro faria alusão aos sacrifícios realizados pelo cônsul em seguida a sua entrada em função (BERTHELET, 2013, p. 1-9)<sup>78</sup>. As moedas analisadas por Berthelet estão dentro de um recorte temporal que se inicia em 84-83, com as cunhagens realizadas pelo exército de Sila ostentando tais símbolos, e se encerra entre os anos de 42 e 39 com as emissões de Sexto Pompeu. Como no caso de Perez, as moedas analisadas se tratam de emissões empreendidas por generais em luta pelo poder. Finalmente, Beltrão analisou o *lituus* dentro das representações visuais augustanas, levantando a hipótese de sua associação ao *princeps* em seu papel de *augur* e de sua utilização como *signum* de Augusto, o que remete à

---

<sup>78</sup> A *lex curiata*, sobre a qual algumas fontes se referem, mas sobre cuja natureza não temos exatas informações, já foi objeto de diversas interpretações. Segundo André Magdelain, a entrada de um magistrado em serviço se dava em três passos: a eleição pelo comício correspondente; a investidura pelo comício curiata convocado pelo magistrado predecessor, através da *lex curiata* e a tomada de auspícios; e a bênção de Júpiter. A investidura pelas cúrias limitaria as magistraturas dentro das restrições constitucionais, salvaguardando as instituições republicanas (MAGDELAIN, 1968, p. 19-20; 1990, p. 310). Michel Humm acatou a interpretação de Magdelain, destacando, contudo, o aspecto segundo o qual não era a *lex curiata* que conferia o poder de comando (*imperium*) aos magistrados já que ela versava exclusivamente sobre a tomada dos auspícios. A real e genuína fonte do *imperium* não era o povo, o qual também não dispunha dele, mas sim o próprio Júpiter. Todo o poder, civil e militar (ou não, conforme a magistratura), derivava de sua *potestas* e de seu *imperium*, de origem religiosa, já que eram dados através da vontade de Júpiter e certificados durante a tomada dos auspícios (HUMM, 2012, p. 81-82). Na mesma época, Françoise Von Haeperen sugeriu um nova sequência para as ações de um magistrado no dia de sua entrada em serviço, invertendo, assim, a lógica da função da *lex curiata*. Segundo a interpretação de Von Haeperen, a autora, um cônsul eleito, por exemplo, já possuía o direito de auspícia quando se apresentava à *lex curiata*. Assim, nas primeiras horas do dia de sua investidura, tomava os auspícios na presença de um áugure. Se Júpiter demonstrasse seu consentimento, ele podia ocupar o cargo. Em caso contrário, ele deveria renunciar. Uma vez que a divindade demonstrou seu acordo, os homens reunidos em comícios podiam “se pronunciar uma segunda vez” e conferir ao eleito a posição de *magistratus iustus*. Ou seja, seriam os auspícios tomados pelos magistrados recém-eleitos que provocariam a reunião dos comícios curiatas para a promulgação da *lex curiata* e não o contrário (VON HAEPEREN, 2012, p. 85-88). Posteriormente, a discussão foi retomada por Berthelet que associou a *lex curiata* a uma confirmação do caráter público e justo, inclusive sob o ponto de vista auspicial, da *potestas* (*cum* ou *sine imperium*) dos magistrados do povo (2015, 103-137).

presença do poder romano na marcação do solo e na *consecratio* (BELTRÃO, 2014, p. 7). Ao observar as representações do *lituus* nas moedas republicanas romanas cunhadas entre 139 e 83, à luz das alternativas interpretativas adotadas por Perez, Berthelet e Beltrão para moedas cunhadas em épocas posteriores, algumas conclusões são possíveis.

A primeira das peças do Repertório com a representação do *lituus* na qual a associação entre o bastão sacerdotal e o exercício do augurato por um antepassado é questionável ou não pode ser aplicada é a moeda **69**. O denário foi cunhado em 116 e 115, resultado de uma cunhagem conjunta, na qual o *lituus* encontra-se no reverso, sobre uma quadriga conduzida pelo deus Júpiter. Os monetários envolvidos foram Cneu Domício, Quinto Cúrtio e Marco Júnio Silano. Dentre os três, o único sobre o qual possuímos uma hipótese de identificação razoavelmente segura é Marco Júnio Silano, provavelmente o cônsul de 109 que havia sido pretor em 113 ou 112 (Broughton, *MRR* 2, p. 535; 538; 545). Houve um Cneu Domício cônsul em 96, mas o lapso temporal relativamente grande torna pouco provável que ele tenha sido o monetário de 116 ou 115. Quinto Cúrtio é desconhecido. Os problemas na identificação dos monetários dificultam a interpretação da mensagem que a moeda pretendia veicular e o significado do *lituus* na peça. Não há referências a membros das *gens* Cúrtia e Domítia que tenham sido áugures (FS, p. 650; p. 658-661). A hipótese de Michael Crawford é de que o *lituus* no anverso se referiria ao augurato exercido por um ancestral de Marco Júnio Silano (RRC 285/2). De fato, há um membro da *gens* Júnia identificado como áugure no ano de 129, porém se trata de Décio Júnio Bruto Calaico (FS 2108, p. 749), pertencente, portanto, a um ramo da *gens* diferente daquele a que pertencia Marco Júnio Silano (SMITH, 1859, v. II, p. 658). Assim, a hipótese de Crawford me parece pouco provável e influenciada pela interpretação das moedas anteriores.

A outra peça é justamente o denário de Sila (**156**), que encerra o recorte temporal desta pesquisa<sup>79</sup>. Já foi especulado que, nas moedas cunhadas por Sila, o denário e o áureo do ano de 84 ou 83, com a legenda L. SVLLA, o *lituus* e o jarro fariam referência a um possível augurato de Sila ou de outro membro da *gens* Cornélia (RRC 359). Há um relativo consenso, porém, que Sila não se tornou áugure antes de 82, data de sua ascensão ao poder, informação que Jörg Rüpke corroborou na extensa prosopografia por ele organizada sobre os sacerdotes da cidade de Roma. A mesma prosopografia não traz informações sobre Cornélios do ramo Sila que tenham exercido o augurato (FS, p. 632-645).

---

<sup>79</sup> Vide Introdução p. 16-18.

A superação do impasse reside justamente na atribuição de outros significados para o *lituus* além do campo exclusivamente sacerdotal, conforme fez Berthelet no estudo já citado, no qual defendeu a representação do *lituus* como uma referência ao *imperium* e um apelo à legitimidade do emissor. Legitimidade esta que precisava ser construída, pois não se encontrava amparada sob o ponto de vista constitucional. Sila fora regularmente eleito cônsul no ano de 88. A partir daí, obtivera o comando da Guerra contra Mitrídates, no qual depositara suas esperanças de reunir força política, militar e financeira suficientes para enfrentar seus opositores que haviam ficado em Roma. Com o fim vitorioso de sua campanha no Oriente, em 84, iniciou seu retorno a Roma, onde iria derrotar seus adversários e instaurar sua ditadura, em 82. Porém, sob o ponto de vista das instituições regulares, seu *imperium* e sua *potestas* já estavam, há muito, expirados. Era necessário, portanto, encontrar meios de propagar e reafirmar sua posição de líder legítimo.

A associação da tomada dos auspícios, do Colégio dos Áugures e de seu símbolo, o *lituus*, com a questão da legalidade do poder remete a uma tradição estabelecida desde os primeiros tempos da cidade. Numa Pompílio, aquele a quem se atribui a criação das principais instituições religiosas de Roma, indicado para se tornar rei de Roma após Rômulo, teria desejado, a exemplo de seu antecessor, que os deuses fossem consultados a respeito da escolha. Sob a orientação de um áugure, foi conduzido à cidadela e sentou-se sobre uma pedra, voltado para o sul:

O áugure colocou-se a sua esquerda, com a cabeça coberta e segurando um bastão recurvo e sem nós chamado *lituus*, e sentou-se por sua vez. Lançou um olhar sobre a cidade e o campo, invocou os deuses, traçou com a mente uma linha imaginária no espaço compreendido entre o oriente e o ocidente, e declarou que as regiões da direita eram as do sul e as da esquerda, as do norte. Olhou em frente até onde seu olhar podia alcançar e fixou mentalmente um ponto de referência. Passando depois o *lituus* para a mão esquerda, pousou a direita na cabeça de Numa e pronunciou estas palavras: “Ó Júpiter, nosso pai, se é lícito que Numa Pompílio, aqui presente, e cuja cabeça eu toco, seja rei de Roma, dá-nos sinais manifestos nos limites que acabo de traçar”. Enumerou, em seguida, os auspícios que esperava obter. Tendo conseguido todos, Numa foi sagrado rei e desceu do templo (Liv. 1. 18).

Em uma cunhagem de 97 há uma representação do rei Numa segurando um *lituus* (**Figura 11**) e a escolha da iconografia provavelmente deveu-se ao fato de o monetário, L. Pompônio Molo, pertencer à *gens* Pompônia, cujos membros se diziam descendentes de Pompo, um dos filhos de Numa (Plut. *Numa*. 34). A peça não integra o Repertório que

acompanha esta tese, pois não há nenhum exemplar da mesma na Coleção de Numismática do MHN/RJ.

**Figura 11** – Denário de L. Pompônio Molo



Denário de L. Pompônio Molo, Roma, 97. RRC 334/1; RCV 214. Anverso: efígie laureada de Apolo, legenda L. POMPON MOLO ao redor. Reverso: altar com Numa Pompílio segurando o lituus à esquerda e victimarius conduzindo o animal à direita, legenda NUMA POMPII no exergo.

Imagem disponível em: <http://davy.potdevin.free.fr/Site/crawford4.html> Acesso em 05 de junho de 2016

Mais do que uma alusão ao exercício do augurato (ainda que Tito Lívio atribua a Numa a fundação desse colégio sacerdotal – Livy, 4,4,2), Numa com o *lituus* representa o poder regularmente exercido, legítimo porque foi instituído com a aquiescência não só dos homens, mas também dos deuses, em especial de Júpiter. O fato de ter cabido a Numa, segundo a tradição, a criação das principais instituições religiosas da cidade o caracteriza, segundo John Scheid, como um segundo fundador de Roma, desta vez sob o plano político e religioso (SCHEID, 1985, p. 41-48). Para conhecer a opinião dos deuses, ele utilizou de forma correta os canais próprios de comunicação, com resultados favoráveis. O *lituus*, por ser o bastão dos áugures, os sacerdotes encarregados de vigiar e interpretar a prática dessa comunicação simboliza essa conformidade. Dentro do discurso numismático republicano, na peça de 97 a representação do *lituus* rompe com a associação pura e simples a um antepassado que tivesse exercido a função de áugure e amplia seu significado, em especial a posse de uma magistratura justa, cujo *imperium* e *potestas* contavam com a concordância não só dos homens, mas também dos deuses. É precisamente esse aspecto de legitimidade de poder que, nas moedas datadas da época de Sila, o *lituus* deseja evocar. Vivendo em uma época de crise das instituições republicanas, marcada por intensa violência política interna e ele próprio possuidor de um poder assegurado pela força, Sila precisava construir e reafirmar sua legitimidade de todas as formas disponíveis, inclusive através da iconografia numismática.

A ligação de Júpiter com a questão dos auspícios e destes últimos com a presença de um áugure permite questionar se a colocação do *littus* acima na quadriga conduzida por Júpiter na moeda de 116-115 (69) não faz alusão a essa ligação. Trata-se de uma hipótese de difícil comprovação em virtude da escassez de informações que possuímos sobre os monetários responsáveis pela cunhagem e sobre o contexto de produção da peça. O fato de Júpiter estar conduzindo a quadriga por si só não esclarece muita coisa, pois essa mesma representação ocorre em um número considerável de peças do mesmo período (8, 15, 17, 22, 32, 34, 50, 53, 58, 59, 68, 69, 109, 149, 152). Mas o *littus*, sem ligação aparente com algum ancestral conhecido do monetário, permite, ao menos, sugerir tal interpretação.

Nas moedas republicanas cunhadas entre 139 e 83 que integram a Coleção de Numismática do MHN/RJ, as iconografias alusivas aos objetos e símbolos ligados aos colégios sacerdotais podiam significar o exercício de um determinado sacerdócio, mas não apenas isso. Assim como a religião romana se caracteriza por um conjunto de práticas que tem lugar no espaço público da cidade, igualmente os símbolos inicialmente tidos como religiosos ou ligados ao cotidiano religioso se ressignificam ou incorporam novos sentidos ao frequentarem o espaço público e, principalmente, ao se associarem às disputas aristocráticas, no campo político. Nesse universo, as moedas de L. Postúmio L. f. Albino e M. Opímio, que fizeram referência aos sacerdócios dos pais dos monetários através da presença de objetos ligados aos colégios sacerdotais, constituem exemplos significativos da presença dos *instrumenta sacra* na iconografia numismática romana republicana, mas não modelos representativos de um padrão geral.

## 2.2 *Instrumenta sacra* e *signa* religiosos no denário de Sulla e em outras moedas

Além do *lituus*, o reverso do denário de Sila (155) traz a representação de outros objetos rituais e símbolos religiosos que cabem ser mencionados<sup>80</sup>. Inicialmente, o bastão augural aparece ao lado de um *urceus*, o jarro romano com alças, usado para manusear líquidos durante as libações, que se difere do *guttus* por ter o gargalo mais largo (ERNOUT; MEILLET, 2001, p. 286; p. 754).

<sup>80</sup> Conforme citei na Introdução, p. 17, a iconografia do denário aparece em um *aureus* (RRC 359/1; RCV 6) simultaneamente cunhado, do qual não há nenhum exemplar no MHN/RJ. No anverso do denário e do áureo, com borda pontilhada, a cabeça de Vênus à direita, usando um diadema, provavelmente deve-se à crença da deusa como protetora de Sila (Plut. *Sull.* 34). Ao lado, há uma figura geralmente identificada como Cupido, de pé, segurando uma folha de palmeira (COHEN, p. 108; RRC 359/1, 359/2; RCV 6, 276; RSC *Cornelia* 29, 30, p. 38) e, abaixo, a legenda L. SVLLA. No reverso, um *lituus* e um jarro com dois troféus de cada lado.

Embora esse jarro esteja entre os objetos rituais mais frequentemente representados nas cenas de sacrifício na arte romana, juntamente com a *patera* (prato para o sacrifício) e a *acerra* (caixa de incensos), além de um altar ou uma *mensa* (mesa) (cf. MÖEDE, 2007, p. 165; STEWART, 1997, p. 171-173), fora a cunhagem de Sila, ele aparece em apenas mais uma dentre todas as moedas que integram o Repertório que acompanha esta tese<sup>81</sup> (**Tabela 4**). Trata-se do denário de Sexto Pompeu (**06**), emitido em 137, por ocasião do debate acerca do cumprimento ou não do acordo que Hostílio Mancino fizera com os numantinos e que foi analisado na última seção do Capítulo I desta tese<sup>82</sup>. Na moeda de **137**, o jarro aparece no anverso, à esquerda da efígie de *dea Roma*.

**Tabela 4** – Representações do *urceus* em moedas romanas da coleção do MHN/RJ (139-83)

Moeda	Ano	Tipo	Monetário/emissor	Localização
<b>06</b>	137	denário	Sexto Pompeu da <i>gens</i> Pompeia	<i>Urceus</i> no anverso, à esquerda da efígie de <i>dea Roma</i>
<b>155</b>	84-83	denário	Lúcio Cornélio Sila da <i>gens</i> Cornélia	<i>Urceus</i> no reverso, ao lado do <i>lituus</i> , ladeado por dois troféus

Como o *lituus*, a representação do jarro teve sua interpretação em moedas em geral reduzida às peças produzidas na República tardia, a partir das cunhagens de Sila. As emissões silanianas são também as primeiras em que ele aparece associado ao *lituus*. Observando-o isoladamente, a conexão mais imediata que se estabelece é com o contexto dos sacrifícios. Na moeda de Sexto Pompeu (**06**), relacionando o jarro do anverso com a cena do reverso, na qual os gêmeos aparecem sendo amamentados aos pés do *ficus Ruminalis*, Michael Crawford acredita que o *urceus* faça alusão ao culto à *Rumina*, divindade tida como protetora das crianças (RRC 235/1a-c; SMITH, 1859, v. III, p. 679; Plut. *Rom.* 5). Já na peça de Sila (**155**), em que aparece associado ao *lituus*, Roberta Stewart, o considera como uma alusão ao

<sup>81</sup> As representações dos outros objetos frequentemente associados às cenas de sacrifício também não são numerosas na iconografia numismática entre os anos de 139 e 83. No reverso das moedas **136** e **137** do Repertório, um denário e um quinário respectivamente cunhados em 89, a deusa Vitória aparece sentada, segurando uma *patera*. Um antepassado homônimo do monetário havia construído, em 194, um pequeno templo à *Victoria Virgo*, próximo ao templo de Vitória (*iisdem diebus aediculam Uictoriae Uirginis prope aedem Uictoriae M. Porcius Cato dedicauit biennio post quam uouit*, Liv. 35,9). No reverso da moeda **148**, um quinário cunhado em 87, a mesma deusa Vitória aparece de pé, diante de um altar, segurando a coroa e a folha de palmeira. No topo do altar, há uma serpente enrolada, o que foi interpretado como uma alusão a Esculápio e uma referência à praga que, naquele ano, devastou os exércitos que faziam oposição a Mário (RRC 348/4.)

<sup>82</sup> Vide p. 65-72.

Colégio Pontifical, que era encarregado de controlar os *sacra*, isto é, as práticas religiosas<sup>83</sup> (Cic. *Rep.* 2. 26; *Har. Resp.* 14; *Nat. D.* 1. 22). A autora fundamenta sua interpretação na função das vestais de fabricação da *mola salsa* para os sacrifícios, na intervenção do *Flamen dialis* nas *Vinalia*<sup>84</sup> e no controle exercido pelos pontífices sobre os vinhedos públicos (STEWART, 1997, p. 173-174). Pontífices e áugures surgem nos textos antigos dividindo competências relativas aos dois principais campos da religião romana, os *auspicia* e os *sacra*; o primeiro campo se relaciona com os sinais enviados por Júpiter, no sentido de seres divinos/seres humanos, e o segundo, em sentido inverso, com os sinais enviados pelos seres humanos às divindades (BELTRÃO, 2013b, p. 236). Assim, na moeda (155), a dupla *urceus-lituus* seria o apelo à legitimidade do poder referendada pelo colégio pontifical e pelo colégio augural, respectivamente (STEWART, 1997, p. 174).

Devido às suas atividades como especialistas em matéria religiosa e como atores do culto, ao lado de outros membro do seu Colégio, os pontífices surgem com destaque à frente dos *sacra* e suas competências são importantes para a manutenção e restauração da *pax deorum* (BELTRÃO, 2013b, p. 237; VAN HAEPEREN, 2002, p. 429). Este último aspecto, isto é, a capacidade dos pontífices de fornecer “os meios de restabelecer as boas relações com ou deuses quando estas eram rompidas ou de se precaver em situações nas quais essas relações eram arriscadas” (VAN HAEPEREN, 2002, p. 429) nos leva de volta à moeda 06, cunhada por Sexto Pompeu em 137. A peça foi produzida, conforme citado acima, no momento em que se debatia a ratificação ou não do acordo firmado por Hostílio Mancino com os numantinos, estabelecido em condições desfavoráveis aos romanos e cujo cumprimento representaria um retrocesso nas ambições da *Vrbs* de domínio da região. Um dos argumentos de Mancino em prol do cumprimento do acordo era que as sucessivas derrotas romanas no local haviam sido resultado da ação de seu antecessor, o cônsul Quinto Pompeu (possivelmente parente do monetário Sexto Pompeu, o idealizador da moeda 06), que descumprira tratados anteriores com os numantinos, rompendo a *pax deorum*, e provocando, assim, os insucessos romanos subsequentes (RRC 234; SAN VICENTE, 2012, 322-323).

<sup>83</sup> Contra essa ideia, Berthelet (2013), no artigo citado anteriormente, p. 1-9, interpreta o *urceus* em conjunto com o *lituus* como uma referência ao colégio augural, em relação a sua função de legitimação do poder dos magistrados e aos sacrifícios realizados em seguida à entrada deste em função (BERTHELET, 2013, p. 1-9).

<sup>84</sup> Festival em que o vinho era derramado em honra a Júpiter, *diem festum habebant, quo die novum vinum Iovi libabant* (Fest. *Vinalia*, p. 573). O calendário ritual romano identificava dois festivais de vinho nos quais o colégio pontifical preparava o vinho para o sacrifício. Em agosto, o *flamen Dialis* colhia as primeiras uvas, ainda verdes, inaugurando a colheita. Em abril, o novo vinho era ritualmente aberto (Varro. *Ling.* 6,3; STEWART, 1997, p. 173-174). Festo recorda o nome da primeira libação oferecida a Júpiter, *Calpar, vinum novum, quod ex dolio demitur sacrificii causa, antequam gustetur. Iovi enim prius sua vina libabant, quae appellabant festa Vinalia* (Fest. *Calpar*, p. 46)

Conforme argumentei anteriormente, ao fazer referência à origem lendária de Roma, uma cidade cujo destino de dominadora de outros povos já se antevia antes mesmo de sua fundação pelos seus antecedentes míticos, o reverso da moeda reafirma o destino imperial da *Vrbs*, que deveria prevalecer e nortear a tomada de decisões. Colocando de outra forma, um acordo que ia contra esse princípio, estabelecido em uma situação que contrariava a natureza dos romanos de imperar sobre os outros povos, como o de Hostílio Mancino com os numantinos, não devia prosperar<sup>85</sup>. Considero que, no anverso, o jarro que remete aos *sacra* reafirma que as condutas humanas se deram dentro do estabelecido pelo *ius sacrum*, no qual os pontífices eram especialistas<sup>86</sup>. Embora se trate de uma discussão que hoje classificaríamos como “política”, no campo da iconografia numismática republicana ela se dá através de *signa* que, através de um primeiro olhar, classificaríamos equivocadamente como simplesmente “religiosos”. No mundo romano, porém, conforme muitas vezes já colocado no decorrer deste trabalho, esta divisão não é possível de ser realizada. Em suma, entendo que nas duas moedas do Repertório que acompanha esta tese nas quais encontramos sua representação, o jarro remete à prática religiosa romana, encarregada de enviar sinais humanos aos deuses. Sua presença nas moedas atesta que as ações humanas abordadas pela iconografia numismática (a guerra contra Numância e a aquisição do poder que Sila vivenciava na ocasião) deram-se dentro do estabelecido pelo *ius sacrum*, e não punham em risco, portanto, a *pax deorum* e a existência próspera da comunidade.

Ainda nas cunhagens de Sila, jarro e *lituus* aparecem ladeados por dois troféus. Para Michael Crawford, os troféus “são presumidamente aqueles erguidos após Queroneia” (RRC 359/2). Em 86, após o cerco vitorioso a Atenas, Sila se moveu em direção ao norte, para a região da Beócia, a fim de confrontar Arquelau, general das forças de Mitrídates na Grécia. O decisivo combate se deu próximo à cidade grega de Queroneia, onde duzentos e cinquenta anos antes Felipe da Macedônia havia posto fim à independência das cidades gregas. Plutarco fala dos dois troféus erguidos por Sila após a vitória, um na planície, onde as forças de Arquelau começaram a ceder, e outro no alto do Monte Túrio (Plut. *Sull.* 19). O relato dos dois troféus também está no trecho da obra de Pausânias, em que ele descreve a Beócia (Paus. 9.40.7). Assim, embora acredite que a associação dos troféus presentes nos denários de Sila às vitórias militares em Queroneia não seja incorreta, penso que cabe uma reflexão sobre o significado desses símbolos, cuja origem remonta ao mundo grego.

<sup>85</sup> A discussão mais detalhada sobre o episódio se encontra às fls. 65-72.

<sup>86</sup> Não há referências a membros da *gens* Pompeia que tenham ocupado o cargo de pontífice (FS, p. 844). Quanto à extensa *gens* Cornelia, há registro de pontífices entre seus membros, mas não do ramo dos Sila (FS, p. 630-646).

Símbolos visíveis das vitórias, os troféus (τροπαια) eram erguidos no campo de batalha onde o inimigo havia tombado ou, no caso de uma vitória no mar, na terra mais próxima (SMITH, 1875, p. 1168; STROSZECK, 2004, p. 303). Os gregos eram sensíveis ao ponto no qual a fortuna de um combate se decidia para um ou outro lado e o deus que determinava esse momento era *Zeus Tropaios*. Para celebrar esse momento, um monumento era dedicado, geralmente no local do acontecimento, a princípio para *Zeus Tropaios*, mas outros deuses também podiam ter seus nomes lembrados<sup>87</sup>. Uma vez que eram tidos como invioláveis, não poderiam ser removidos (Cass. Dio. 42. 48). Os primeiros troféus erguidos pelos gregos que conhecemos são da época das campanhas contra os persas, na primeira metade do século V:

Não há dúvidas que as vitórias nas guerras pérsicas desempenharam um papel importante no desenvolvimento do costume. A ajuda dos deuses era considerada necessária em cada vitória. Portanto, uma imediata oferenda em agradecimento teria que ser feita. O troféu como uma representação da ajuda dos deuses era espaço em que isso poderia ser realizado de forma imediata, como no caso de Maratona (STROSZECK, 2004, p. 309).

Os romanos, nos primeiros tempos, não erguiam troféus (*tropaea*) nos campos de batalha, mas carregavam os espólios da guerra. Segundo Plutarco, Rômulo, após uma vitória na qual solicitara a proteção prévia de Júpiter e prometera ao deus, em caso de sucesso, uma oferenda das armas do inimigo, enfeitou um tronco de árvore com as referidas armas, em forma de troféu. Caminhou, em seguida, em direção a Roma, com o mesmo sobre o ombro, entoando canção de vitória, seguido por seu exército. Os espólios (*spolio opima*) foram dedicados a Júpiter *Feretrius*<sup>88</sup>, dando origem à cerimônia do triunfo (Plut. *Rom.* 25; Liv. 1.10).

Os primeiros troféus de que se tem notícia entre os romanos foram erguidos por Q. Fábio Máximo e Cn. Domício Aenobarbo em 121, por ocasião da vitória sobre os alógrolos. Trata-se justamente da campanha ocorrida pouco antes da cunhagem do denário de M. Fúrio Filo (62), a moeda cuja análise abre o Capítulo I desta tese.

A grande alegria causada pelas vitórias pode ser julgada pelo fato de que ambos, Domício Aenobarbo e Fábio Máximo, estabeleceram torres de pedra nos locais em que haviam travado as batalhas e fixaram, no topo desses,

---

<sup>87</sup> Sila, por exemplo, teria mandado inscrever em seus troféus em Queroneia os nomes de Marte, Vitória e Vênus (Plut, *Sull*, 19).

<sup>88</sup> Epíteto derivado de *ferire*, bater, matar, pois a solicitação de Rômulo fora no sentido de que lhe fosse permitido combater e vencer o inimigo (Plut. *Rom.*, 25)

troféus adornados com as armas dos inimigos. Esta prática não era usual entre nossos generais; o povo romano nunca ostentou suas vitórias diante dos inimigos conquistados (Flor.1, 37)<sup>89</sup>

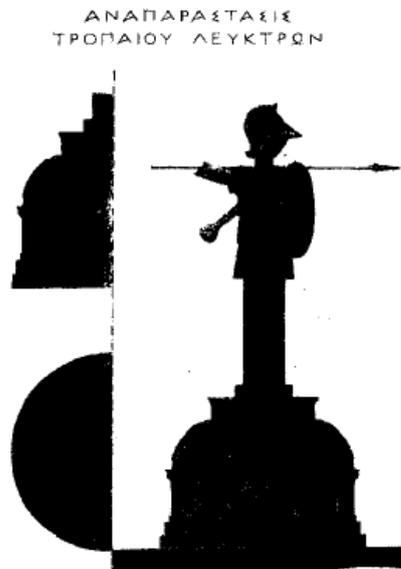
Jutta Stroszeck destaca a diferença entre o troféu primário, perecível, como aquele erguido por Q. Fábio Máximo e Cn. Domício Aenobarbo, e o troféu secundário, permanente. O primeiro, antropomórfico, era erguido no local, imediatamente após a batalha, pendurando ou amarrando armas ao tronco de uma árvore ou a uma estaca de madeira. Embora não tenham sobrevivido, há referências a eles nas fontes textuais e já a partir do século V são representados no mundo grego em santuários e, a partir do século IV, também em moedas. Já os troféus permanentes, secundários, eram feitos algum tempo após a vitória, em bronze e em pedra. Enquanto alguns apenas imitavam o monumento perecível, outros incluíam a imitação em uma moldura arquitetônica, enriquecida por esculturas. O mais bem preservado monumento desse tipo conhecido foi reconstruído em Leuctra, na Beócia (STROSZECK, 2004, p. 303-305).

**Figura 12** – Monumento de Leuctra



Monumento de Leuctra, foto de Dawn Manning, setembro de 2014  
 Imagem disponível em <http://www.scottmanning.com/content/warpath-wednesday-leuctra-victory-monument/>.  
 Acesso em 24 de janeiro de 2017

<sup>89</sup> *Vtriusque victoriae quod quantumque gaudium fuerit, vel hinc aestimari potest, quod et Domitius Ahenobarbus et Fabius Maximus ipsis quibus dimicaverant locis saxeam erexere turres et desuper exornata armis hostilibus tropaea fixerunt, cum hic mos inusitatus fuerit nostris. Numquam enim populus Romanus hostibus domitis victoriam exprobravit* (Flor.1, 37)

**Figura 13** – Reconstrução do monumento de Leuctra

Reconstrução do monumento de Leuctra (ORLANDOS, 1958a, p. 37. *apud* STROZECK, 2004, p. 305)

No mundo romano, o fenômeno apontado por Stroszeck, de moedas com representações de troféus percíveis, ocorre de forma quase imediata, pois apenas dois anos depois do troféu erguidos por Q. Fábio Máximo e Cn. Domício Aenobarbo em celebração à vitória contra os gauleses; o mesmo já foi retratado no denário cunhado por M. Fúrio Filo (62). No capítulo anterior, analisei a peça no que concerne às divindades ali representadas e ao discurso numismático empreendido pelo monetário dentro da prática romana de exaltar os antepassados de suas *gens*. Nesta seção, a moeda (62) retorna como objeto de análise por ser uma das doze peças que integram o Repertório nas quais encontramos representações de troféus (Tabela 5).

**Tabela 5** – Representações do troféu em moedas romanas da coleção do MHN/RJ (139-83)

Moeda	Ano	Tipo	Monetário/ Emissor	Tipo de troféu	Divindade relacionad a ao troféu	Localização
30	131	denário	L. Postúmio Albino, da <i>gens</i> Postúmia	Objeto	Marte	Nas mãos do deus Marte, que conduz uma quadriga, no reverso
31	130	denário	M. Acílio M.f. da <i>gens</i> Acília	Objeto	Hércules	Nas mãos do deus Hércules, que conduz uma quadriga, em marcha lenta, no reverso

<b>62</b>	119	denário	M. Fúrio Filo da <i>gens</i> Fúria	Espólio de guerra	<i>dea</i> Roma	Sendo coroado por <i>dea</i> Roma, no reverso
<b>91</b>	108 - 107	denário	L. Valério Flaco da <i>gens</i> Valéria	Objeto	Marte	Nas mãos do deus Marte, no reverso
<b>106</b>	101	quinário	C. Fundânio da <i>gens</i> Fundânia	Espólio de guerra	Vitória	Constituído de armas gaulesas, sendo coroado pela deusa Vitória, com um cativo ajoelhado junto à sua base, no reverso
<b>114</b>	99	quinário	P. Vétio Sabino da <i>gens</i> Vetia	Espólio de guerra	Vitória	Sendo coroado pela deusa Vitória, no reverso
<b>115</b>	98	quinário	T. Cloulia da <i>gens</i> Cloulia	Espólio de guerra	Vitória	Constituído de armas gaulesas, sendo coroado pela deusa Vitória, com um cativo ajoelhado junto à sua base, no reverso
<b>116</b>	97	quinário	C. Egnatuleio C. f. da <i>gens</i> Egnatuleia	Espólio de guerra	Vitória	Constituído de armas gaulesas, sendo coroado pela deusa Vitória, no reverso
<b>120</b>	96	denário	C. Poblício Maléolo, A. Postúmio Albino e L. Cecílio Metelo, da <i>gens</i> Poblícia, Postúmia e Cecília	Monumento	Marte	Ao lado de um guerreiro que está à esquerda de uma proa de navio e apoia o pé sobre uma armadura
<b>133</b>	90	denário	C. Víbio Pansa da <i>gens</i> Víbia	Objeto	Minerva	Nas mão esquerda da deusa Minerva, que conduz uma quadriga, no reverso
<b>143</b>	88	quinário	Cn. Cornélio Lântulo da <i>gens</i> Cornélia	Monumento	Vitória	Sendo coroado pela deusa Vitória, no reverso
<b>155</b>	84 - 83	denário	L. Cornélio Sila da <i>gens</i> Cornélia	Objeto	Não há	Em número de dois, no reverso, tendo ao lado um <i>lituus</i> e um <i>urceus</i>

Observando a iconografia dessas doze cunhagens, é possível a identificação de troféus primários (**62, 106, 114, 115, 116**) e secundários (**120, 143**), conforme a classificação sugerida por Stroszeck (2004, p. 303-304). Há ainda o que poderíamos classificar como um terceiro tipo, um troféu permanente, mas em tamanho reduzido. Esse aparece em algumas peças (**30, 31, 91, 133**) carregado por uma divindade (Marte, Hércules ou Minerva) e o identifiquei na

tabela (**Tabela 5**) como “objeto”. Interpreto a presença desse tipo de troféu nas moedas **30**, **31** e **133**, como um símbolo recorrente de vitória, obtida com a aquiescência do divino, uma vez que a mensagem de triunfo já estava sendo veiculada através da cena do carro em movimento guiado pelo deus<sup>90</sup>. Na peça **91**, minha opção é enxergá-lo como um símbolo ligado à área de atuação de Marte<sup>91</sup>. A primeira moeda romana que traz a representação desse troféu-objeto nas mãos de um deus (Marte) é um denário cunhado em 134 por C. Abúrio Gêmino, mas o MHN/RJ não possui nenhum exemplar desse tipo.

A tabela apresentada acima (**Tabela 5**) contém apenas as representações de troféus em moedas que se inserem dentro do recorte temporal proposto para esta pesquisa, isto é, entre 139 e 83. Sua observação é suficiente para percebermos que as representações romanas de troféus em moedas da década de 130 são anteriores às primeiras notícias que possuímos de troféus efetivamente erguidos, com Domício Aenobarbo e Fábio Máximo, em 121. Mas, se recuarmos um pouco mais no tempo, é interessante notar que tais símbolos já apareciam em cunhagens romanas do final do século III. Provavelmente devido à forte influência grega nas primeiras emissões monetárias romanas, a deusa Vitória coroando um troféu foi a cena padrão do reverso de um tipo denominado vitoriato (*victoriatu*s), cunhado durante um curto período da história romana, entre os anos de 211 e 170<sup>92</sup> (**Figura 14**). No averso, o tipo trazia a efígie laureada de Júpiter. O vitoriato não possuía um lugar definido dentro do sistema monetário romano. Não pertencia ao rol das moedas de bronze, pois era cunhado em prata, ainda que uma prata mais aviltada que a utilizada para a confecção do denário. Tampouco se inseria de forma coerente no sistema instituído pelo denário, do qual faziam parte o quinário (meio denário) e o sestércio (um quarto de denário), pois não possuía uma equivalência definida em relação a essas moedas. Ao que parece, o vitoriato foi cunhado durante esse intervalo de tempo, para substituir o *didrachma* grego nas regiões em que esse era mais

<sup>90</sup> Na moeda **30**, provavelmente uma alusão à vitória do pai do monetário, L. Postúmio Albino, sobre as tribos lígures (Polyb.33,8; Liv. *Per.* 47), uma vez que o *apex* no averso alude ao fato de o mesmo ter sido *flamen Martialis*; na moeda **31**, possivelmente uma referência ao ancestral M. Acílio Glabrio e sua campanha vitoriosa contra Antíoco, em 191, na qual conquistou a cidade de Heraclea (RSC, *Acilia* 4, p. 9-10; Liv. 36,3; 37. 5,46); na moeda **133** talvez uma alusão ao progresso romano na Guerra Social (cf. RRC 342/4a-b).

<sup>91</sup> Contra Seaby (RSC, *Valeria* 11, 11a, p. 93) que, além da alusão à função sacerdotal do pai do monetário, *flamen Martialis*, acredita em referências ao sucesso do ancestral Valério Flaco na luta contra os gauleses, em 194, e à colonização de Placentia e Cremona pelo triúviro do mesmo nome em 190 ou 189 (Broughton, *MRR* 2, p. 359; Liv. 37, 46, 10-11).

<sup>92</sup> Contra Coarelli (2013), que situa a cunhagem dos voriatos em um breve período entre o final da fase do quadrigato (269-215) e o início do denário (216 ou 215), aceitando que a produção de voriatos e denários foi parcialmente simultânea; acrescenta ainda que o voriato foi uma continuação do quadrigato com menos peso e com uma porcentagem em bronze, podendo, assim, tratar-se de uma primeira tentativa de reforma, seguida pela revolução do denário (COARELLI, 2013, p. 115-139; ESQUIVEL, 2014, p. 233).

utilizado, notadamente ao norte da península Itálica e na região da Gália Cisalpina (MATTINGLY, 1932, p. 210; RRC p. 6; p. 628-629; RCV, p. 78).

**Figura 14** – Vitoriato anônimo



Vitoriato anônimo, Roma (?), a partir de 211. Anverso: efígie laureada de Júpiter; Reverso: Vitória coroando um troféu

Imagem disponível em <http://davy.potdevin.free.fr/Site/crawford1.html>. Acesso em 21 de janeiro de 2017

Em 170, por razões desconhecidas, a produção de vitoriatos foi interrompida. Seu padrão iconográfico (Júpiter no anverso, Vitória no reverso), contudo, reapareceu cerca de setenta anos depois em moedas de outro tipo, os quinários. A peça que marca esse retorno é o quinário cunhado no ano de 101 por Caio Fundânio (**106**). Não por coincidência, na sequência de aparição de troféus em moedas a partir de 101, encontramos, em maior número, os quinários (**106, 114, 115, 116 e 143**, vide novamente **Tabela 5**). Como o vitoriato, o quinário, surgido junto com o denário em 212 ou 211, também tinha tido sua produção interrompida em determinado momento (no caso, por volta de 207), porém, sua produção foi retomada e suspensa outras vezes e em épocas posteriores. Crawford identifica seis desses períodos de retomada na produção de quinários: em 101 e 99-97, durante a Guerra Social; durante a Guerra Civil de 49-44, por Antônio (sozinho e com Lépido); em 43-42, por Antônio e Otávio em 39, e por Otávio em 29 (RRC, p. 628).

Os quinários da coleção do MHN/RJ cunhados entre 101 e 97 em que encontramos representações de troféus (**101, 106, 114, 115**) apresentam pelo menos outros dois aspectos em comum, além da semelhança iconográfica característica do tipo: possuem elementos que remetem aos gauleses e/ou à região das Gálias e foram cunhados por questores.

Nos troféus que Vitória coroa há, além de espadas, escudos e lanças, um *carnyx*. Tal presença fez com que a interpretação iconográfica das peças nos catálogos numismáticos

fosse associada às vitórias do general romano Caio Mário na província da Gália, entre os anos de 105 e 102. Não há razões para questionar tais interpretações, ainda que essa associação seja indireta, ou seja, os inimigos vencidos por Mário pouco antes do momento das cunhagens não eram os gauleses, que portavam *carnyx*. Mário havia vencido as tribos germanas dos cimbrios e os teutões, os quais ameaçavam a província romana da Gália Narbonense estabelecida em 121. Acredito que a utilização de símbolos gauleses deveu-se principalmente à familiaridade dos emissores e receptores das moedas com tais símbolos aliada a um desconhecimento romano acerca das características dos povos germanos. Em sua biografia de Mário, Plutarco faz referência a este estranhamento romano diante dos cimbrios e teutões:

Acabara de correr a notícia da captura de Jugurta quando sobrevieram os primeiros rumores da irrupção dos cimbrios e teutões. No começo, tudo quanto se dizia do número e da força dos invasores parecia incrível, mas não tardou que estas estimativas fossem consideradas muito aquém da realidade. Vinham em busca de um país suficientemente fértil para nutrir essa imensa multidão e de cidades onde pudessem se estabelecer, como tinham ouvido dizer que os celtas antes deles haviam feito ao arrebataram aos etruscos a melhor parte da Gália, nela se instalando. Como não tivessem relações com outros povos e atravessassem países muito distantes, não se sabia nem quem eram, nem de onde tinham vindo, quando se abateram como uma nuvem sobre a Gália e a Itália (Plut.*Mar.*11)

Assim, o troféu dos vencidos contendo um *carnyx* é a chave que acessa a província romana nas Gálias, onde Mário havia lutado e derrotado os cimbrios e teutões, e a própria vitória em si. Nas peças **106** e **115** há um cativo aos pés do troféu, o qual, ao se referir à primeira, Seaby considera que talvez seja a representação de *Teutobodus*, rei dos teutões (RSC, *Fundania 1, 2*, p.50), a cuja captura Plutarco também faz referência (Plut. *Mar.*11).

Já o fato da cunhagem ter sido realizada por iniciativa de questores é indicado por um Q inscrito no anverso (peças **106**, **114** e **115**) ou no anverso e no reverso (peça **116**).<sup>93</sup> A questura integra o rol das magistraturas menores (Cic. *Leg.* 3.3) e os questores eram encarregados de cuidar do tesouro público. Questores eram imediatamente superiores aos *tresviri monetales* e, ao que parece, podiam cunhar por virtude de ofício, embora isso não fosse comum. Nesse momento específico, parecem ter cunhado em circunstâncias não usuais. Possivelmente, os quinários emitidos foram revividos para pagar os esquemas agrários de

<sup>93</sup> A hipótese de Cohen (1857, p. 130) de que o “Q” desta peça se refira a *quinário* não possui sustentação por não encontrar precedentes na cunhagem republicana romana.

Mário e de seu partidário Saturnino na Gália Cisalpina<sup>94</sup> Uma possibilidade é a de que a produção de quinários estivesse relacionada à necessidade de moedas para o pagamento das tropas e o assentamento dos veteranos, pois no cargo de cônsul e usufruindo de um grande prestígio político, militar e pessoal, Mário provavelmente tinha influência sobre as cunhagens monetárias romanas na ocasião. Assim, as cunhagens que se seguiram podem ter sido produzidas para dar suporte aos assentamentos dos veteranos de Mário (POTTER, 2011, p. 66). No entanto, por razões que não são possíveis mapear com exatidão, mas não são difíceis de supor, acredito que era mais fácil a ele fazê-lo através de questores, talvez seus partidários ou simpatizantes, que, naquele momento, exerceram excepcionalmente a função de cunhar.<sup>95</sup> Cabe lembrar que os *tresviri monetales* eram a concretização de uma magistratura de tendências notadamente aristocráticas, seus membros os jovens representantes das famílias importantes de Roma, aqueles que possuíam efetivamente uma herança de honras familiares a ser compartilhada, inclusive através das moedas. Mário, como “homem novo”, isto é, um político não oriundo das filas da aristocracia, não possuía esse tipo de herança.

A moeda **120** é o resultado de uma cunhagem conjunta do ano de 96 em que estiveram envolvidos os monetários C. Poblício Maléolo, A. Postúmio Albino e L. Cecílio Metelo. Na terceira seção do primeiro capítulo, citei rapidamente essas cunhagens ao tratar das emissões da *gens* Cecília<sup>96</sup>. Esses três monetários cunharam cinco tipos diferentes de denário. Um deles (**120**) possui uma iconografia de inspiração bélica, da qual acredito que o troféu seja mais um elemento na composição do todo. No anverso, a efígie de Marte com um martelo ao alto, no reverso, um guerreiro nu, portando lança, apoiando o pé direito sobre uma armadura, troféu à esquerda, proa de navio à direita, legenda C. MA, de C. Maléolo. O martelo (*malleo*), no anverso, é uma alusão ao cognome do monetário.

Quanto à moeda **143**, não há uma interpretação conclusiva sobre sua iconografia em especial. No mesmo ano, o monetário Cneu Cornélio Lântulo Clodiano cunhou dois tipos em prata, um denário e um quinário (**142** e **143**), com uma iconografia de inspiração bélica e vitoriosa, tanto no anverso como no reverso. No denário (**142**), Marte aparece em forma de efígie no anverso e Vitória guia uma biga empunhando uma coroa no reverso. No quinário

<sup>94</sup> Entre os anos de 101 e 100, Mário, então cônsul e com a ajuda do tribuno Saturnino, tentou e conseguiu fazer aprovar uma lei agrária que criava colônias e concedia terras a seus veteranos em parte do sul da Gália. É possível que o emprego da iconografia dos antigos vitoriatos nos quinários cunhados no período tenha relação com o local em que esse iriam ser utilizados, na Gália Cisalpina, local de circulação da antiga moeda (RRC, p. 629).

<sup>95</sup> Dos quatro monetários responsáveis pela cunhagem dos quatro quinários aqui analisados, apenas T. Cloulio, idealizador da peça **118**, é identificado como partidário de Mário, legado em 83 (WISEMAN, 1967, p. 263).

<sup>96</sup> Vide p. 48-49.

(143), está a efígie laureada de Júpiter no anverso e Vitória coroando um troféu no reverso. Minha hipótese é de que ambos se refiram ao sucesso de Roma na Guerra Social, que se encerrou no ano das cunhagens, com a moeda **143** reproduzindo o tipo padrão dos quinários em um dos períodos de retomada de produção desses<sup>97</sup>.

Chegamos, assim, ao denário de Sila (**155**), cunhado em 84-83, no qual os troféus remetem às vitórias obtidas no campo de batalha, sob a aprovação do divino, ao estilo de *Zeus Tropaios*, e ladeiam o jarro e o bastão augural, assegurando que a boa relação com os deuses permanecia preservada no que concernia, respectivamente, ao envio (*o urceus*, *os sacra*, *os pontífices*,) e ao recebimento (*o lituus*, *os auspicia*, *os áugures*,) dos sinais.

Observando o conjunto das representações dos troféus em moedas republicanas romanas cunhadas entre 139 e 83, é possível concluir que apenas a partir das moedas da década de 130 (**30, 31**) e do denário de M. Fúrio Filo (**62**) é que esses passam efetivamente a celebrar os atos humanos empreendidos pelos romanos, historicamente situáveis, com personagens, cronologia e locais definidos. Ainda que esses possam ser observados nos vitoriatos cunhados entre os anos de 211 e 212, tratam-se de representações que seguem padrões herdados do mundo grego, sem necessariamente grandes conexões com a realidade romana. Mas na moeda de M. Fúrio Filo (**62**) o troféu não é “um” troféu, ele é identificado pelas armas gaulesas; não celebra “uma” vitória, celebra “a” vitória especificamente empreendida por Roma contra os gauleses, dois anos antes. Há ainda a conexão da família do monetário com a luta contra os gauleses e a presença de Jano no anverso, ambos concedendo romanidade ao discurso numismático. Mas há, sobretudo, *dea Roma*, no lugar da deusa Vitória, coroando o troféu. Não se trata mais apenas de celebrar vitórias em seu aspecto geral, obtidas, é claro, com a ajuda dos deuses; trata-se de celebrar o triunfo “de” *Roma* e “dos romanos”. A partir daí, o padrão se mantém pelo menos até as cunhagens de Sila. Nos quinários cunhados entre 101 e 97, Vitória “retoma” sua função de coroar o troféu e as cunhagens sucessivas lançam luz não só sobre os triunfos militares, mas também sobre seus desdobramentos, como os assentamentos dos veteranos de guerra e a necessidade de emissões especiais, empreendidas pelos questores, para atender às demandas do processo. Sob esse aspecto, troféus, enquanto *signa* religiosos, nos ajudam a compreender a mensagem veiculada pelos romanos através do discurso numismático, aproximando-se, assim, de outros símbolos,

---

<sup>97</sup> Contra, Seaby (RSC, *Cornelia 51, 51a*, p. 39) acredita que a peça comemora as vitórias de M. Claudio M.f. M.n. Marcelo sobre Aníbal na Segunda Guerra Púnica, que culminou com a captura de Siracusa em 212. O monetário é provavelmente Cneu Cornélio Lêntulo Clodiano, cônsul em 72 (Broughton, *MRR* 1, p. 116), nascido na família plebeia dos Claudios Marcelos e adotado pela família patrícia dos Cornélios Lêntulos.

como o *littus* e o *urceus*, da tentativa de estudar as relações de poder no espaço público na Roma Republicana.

### 2.3 Repensando os atributos divinos através da iconografia numismática

No período em que Sila lutava no Oriente, entre 87 e 82, preparando seu retorno a Roma e emitindo suas moedas, seus opositores que haviam ficado na cidade também cunhavam. Por razões óbvias, a impossibilidade de se separar “política” e “religião” é igualmente válida na ação pública desses romanos. Como seus adversários, aqueles que seriam posteriormente derrotados pelo exército de Sila acreditavam, ou queriam fazer acreditar, que suas condutas contavam com o apoio divino.

Nesta seção serão enfocados três denários cunhados na cidade de Roma no período. O primeiro foi emitido por iniciativa de Mneu Fonteio, da *gens* Fonteia, em 85 (**151**). O emissor era possivelmente parente, talvez irmão, de Marco Fonteio, um monetário da mesma época de cujas cunhagens não temos conhecimento. Marco Fonteio tornou-se questor em 84 (Broughton, *MRR* 2, p. 60; LUCE, 1968, p. 31). Os outros dois denários foram cunhados por Caio Norbano, da *gens* Norbana, em 83 (**156** e **157**). O pai e homônimo de Norbano era cônsul naquele ano e o primeiro membro da *gens* de cuja atuação na vida pública se tem notícias (Broughton, *MRR* 2, p. 62)<sup>98</sup>. Assim que desembarcou na Itália, na primavera de 83, Sila enfrentou e derrotou as forças comandadas por Norbano, o cônsul, e pelo filho de Mário que, segundo Plutarco, lhe eram superiores numericamente (Plut. *Sull.* 27). Os dois denários de Caio Norbano têm iconografias muito semelhantes, apenas com a omissão de uma imagem do reverso (a proa de um navio) na peça **157**, se comparada à **156**. Um aspecto presente nas três moedas (a de Fonteio e as duas de Norbano) e que será objeto de minha análise em especial são os atributos que acompanham divindades e que nas moedas são utilizados para veicular a mensagem através do discurso numismático. Na peça **151**, um tirso (*thyrsus*), bastão tradicionalmente associado ao deus grego Dioniso e seus seguidores, aparece no reverso, abaixo da cena principal. Nas moedas **155** e **156**, um caduceu (*caduceus*), emblema do deus Mercúrio, está entre os símbolos representados no reverso.

Antes de iniciar a análise, cumpre ressaltar que esses dois símbolos (caduceu e tirso) podem ser encontrados em peças que antecedem as moedas a serem analisadas, mas em outros

<sup>98</sup> Que, antes, havia exercido o tribunato da plebe em 103 (Broughton, *MRR* 1, p. 563), a questura em 102 (Broughton, *MRR* 1, p. 569), a pretura em 88 (Broughton, *MRR* 2, p. 41) e a propretura (?) na Sicília em 87 (Broughton, *MRR* 2, p. 48) .

contextos. As primeiras moedas romanas do final do IV e do III século inspiraram-se consideravelmente no repertório grego, que, além dos deuses, ostentava símbolos como tripé, águia no trovão, caduceu, familiares nas cunhagens gregas da Itália e em outras partes (WILLIAMS, 2007, p. 143). A presença do caduceu é ainda bastante frequente nos *sextans* de bronze. O deus Mercúrio era a divindade padrão do anverso desse tipo e, por vezes, o bastão aparece acompanhando o deus (**Figura 15**).

**Figura 15** – *Sextans* anônimo



*Sextans* anônimo. Roma, 189-180. No anverso, caduceu à esquerda da efígie do deus Mercúrio. RRC 145/5, RCV 1252

Imagem disponível em <http://davy.potdevin.free.fr/Site/crawford2.html>. Acesso em 07 de fevereiro de 2017

Nas moedas de prata do período que integram o recorte temporal desta pesquisa, tirso e caduceu são, por vezes, utilizados, ao lado de outros símbolos, como marcas de controle. As marcas de controle são sinais de diferenciação que aparecem em alguns tipos, principalmente de prata, ocasionalmente de bronze, nunca de ouro. São, em geral letras ou números, usualmente latinos, às vezes gregos (**95** e **112**), que podiam vir acompanhadas por um ou mais pontos (**105** e **114**). Imagens de objetos também eram marcas de controle possíveis (**110**)<sup>99</sup>. Poderiam aparecer só no anverso da peça (**126**), só no reverso (**140**) ou em ambos os lados. Neste último caso, é possível encontrar a mesma marca duplicada (**111**) ou uma letra no anverso combinada com um número no reverso (**124**). Várias hipóteses já foram levantadas para tentar compreender o real objetivo da aposição de tais marcas e os detalhes do processo

<sup>99</sup> As marcas de controle encontradas para esse tipo (**110**) são um arco, uma flecha e um tridente (RRC 330/1a). Na imagem no Repertório (**110**) que acompanha esta tese, a marca de controle da moeda é um arco, abaixo da legenda CAEPIO, no anverso.

em si, se integravam os moldes ou se eram colocadas imediatamente após a cunhagem, por exemplo<sup>100</sup>.

Assim, tirso e caduceu aparecem como marcas de controle possíveis em um tipo emitido em 112 e 111 por Cneu Cornélio Blaso (**81**). O anverso do denário traz a efígie de Marte, sendo que foram cunhadas doze variações, cada uma com um objeto diferente atrás da imagem. O tirso e o caduceu são dois desses objetos<sup>101</sup>. Os dois estão também entre as marcas de controle que, às vezes, aparecem nos denários de Titúrio Sabino (**138**, **139** e **140**), ao lado de outros objetos ou numerais e letras. Há ainda o denário cunhado em conjunto por C. Poblício Maléolo, A. Postúmio Albino e L. Cecílio Metelo (**120**), que possuía uma iconografia de inspiração bélica, à qual me referi na seção que tratava das representações de troféus em moedas<sup>102</sup>, e que possui uma variação com um caduceu ao ladoda proa do navio à direita, no reverso.

Feitas essas ressalvas, retornarei às peças **151**, **156** e **157**, a partir das quais pretendo repensar os atributos de Dioniso e Mercúrio em relação ao contexto de emissão das peças. A moeda **151** traz, no anverso, a cabeça de Apolo, com a legenda MN (em monograma), FONTEI C.F. atrás e um trovão abaixo do pescoço. Ainda abaixo do queixo de Apolo, há outra legenda em monograma<sup>103</sup>. No reverso, uma criança alada (divindade?) em cima de uma cabra (ou bode) com os chapéus dos Dióscuros ao alto, o bastão de Dioniso abaixo, tudo dentro de uma coroa de hera. Pela variedade de alusões que contém, a moeda de Mneu Fonteio retornará à cena mais duas vezes neste trabalho, na seção que trata das referências aos locais de origens da *gens* do monetário (por causa do Túsculo, local de culto dos Dióscuros e de origem da *gens* Fonteia)<sup>104</sup> e na parte que aborda as cunhagens apolíneas da década de 80<sup>105</sup>. No momento, reitero, pretendo focar as outras representações presentes no reverso, em especial o tirso.

A iconografia, no geral, parece ter uma inspiração dionisíaca<sup>106</sup>. Dioniso é o deus grego das festas, do vinho, da insânia e do teatro. O vinho é o elemento que leva aqueles que

<sup>100</sup> Sobre esse aspecto em particular, ver RRC., p. 588.

<sup>101</sup> Os outros dez são estrela, bucrânio, proa de navio, coroa, ponta de uma lança, punhal, folha de palmeira, espiga, tripé e tridente.

<sup>102</sup> Vide p. 88.

<sup>103</sup> (Ap)olo ou (A)rgento (P)ublico (cf. RRC 353/1a-d)ou, talvez, Roma.

<sup>104</sup> Vide p. 123.

<sup>105</sup> Vide p. 168.

<sup>106</sup> Contra, Seaby (RSC, *Fonteia* 12, p. 49), segundo o qual a imagem no reverso seria uma referência à infância de Júpiter, amamentado pela cabra Amalthea no Monte Ida. No templo de *Veiovis*, entre o *Arx* e o Capitólio, foi encontrada uma estátua de culto semelhante à representação contida na moeda (RICHARDSON, *Topog. Dict. Ancient Rome*, p. 406; ALBERTONI, *Veiovis, aedes in Capitolio*, LTUR V, 1999, p. 100). Essa leitura iconográfica reforçaria a ideia de um *Veiovis* permutável com Júpiter, mais especificamente com um “Júpiter

o consomem a um estado de insanidade, associado ao deus, pois, dentre as várias versões de Dioniso, consta o momento em que, por instigação de Hera, ele teria sido acometido de loucura, vagando por diversas partes do mundo. O tirso, bastão com terminação em forma de pinha e ornado de hera, flores, folhas de vinha ou de uva, tradicionalmente acompanha o deus e seus seguidores (SMITH, 1875, p. 1129-1130; CHEVALIER; GHEERBRANT, 1991, p. 885). Em Diodoro Sículo há referência ao tirso como uma arma mortal, envenenada na ponta, para destruir os oponentes (Diod. 3. 64). Em Macróbio, o bastão aparece novamente como arma, associado a Baco, o deus romano que compartilha características com Dioniso (Macrob. *Sat.* 1. 19). No reverso da moeda **151**, a coroa da vitória que arremata a cena é confeccionada de hera, a planta tradicionalmente presente no tirso. Quanto ao animal representado, bodes estavam comumente associados ao culto a Dioniso no mundo grego e a Baco no mundo romano (**Figura 16**).

**Figura 16** – Afresco dionisíaco



Afresco dionisíaco da Vila dos Mistérios em Pompeia, à direita bode e cabra sendo alimentada  
 Imagem disponível em <http://arthistoryblogger.blogspot.com.br/2012/03/ancient-roman-wall-painting.html>.  
 Acesso em 29 de janeiro de 2017

A questão é: qual a mensagem que essa presença dionisíaca pretendia veicular? Ainda que conclusões sejam difíceis diante do ineditismo da presença nas cunhagens contemporânea e/ou nas emissões da *gens* Fonteia, uma hipótese que me parece plausível é a presença do tirso enquanto arma, no estilo sugerido pelas passagens de Diodoro Sículo e Macróbio. A moeda

---

jovem”, conforme defendido por T. P. Wiseman. Ao mesmo tempo, *Veiovīs* seria também regularmente identificado como Apolo, precisamente porque carregava armas perigosas (WISEMAN, 2009, p. 72-78). O principal argumento em favor dessa interpretação seria o trovão, atributo característico de Júpiter, que o jovem deus carrega não só na moeda **151**, mas também nas moedas **80** e **154**. Sob esse ponto de vista, portanto, as efígies no reverso das peças **80**, **151**, **154** não seriam Apolo e sim *Veiovīs*. Neste trabalho, adotei a identificação dos tipos como apolíneos seguindo a classificação dos Catálogos de Crawford (RRC, 1974) e Sear (RCV, 1978), ainda que considere que a associação entre Apolo e *Veiovīs* não deva ser desconsiderada (LUCE, 1968, p. 25-26; WISEMAN, 2009, p. 76).

faz parte de um grupo de cunhagens que tinham em comum a efígie de Apolo no anverso, representativas dos conflitos internos que agitavam a República romana<sup>107</sup>. Na peça de Fonteio, não apenas Apolo no anverso, mas também Dioniso e seus atributos, no reverso, parecem associados à causa dos monetários. É importante lembrar que o ano de 85, momento de cunhagem da peça, pertence ao período conhecido como *dominatio Cinnae*, já dentro da primeira fase da guerra civil da República Romana. Ao tratar do tema, C.F. Konrad deixa transparecer os momentos tumultuados pelos quais passava a cidade:

Os dois líderes (Mário e Cina) agora concordavam em eliminar alguns de seus oponentes. Os mais proeminentes eram antigos companheiros de Mário que o haviam abandonado: M. Antônio (cônsul em 99), C. César Estrabo e L. César (cônsul em 90), todos assassinados sem reservas. Catulo cometeu suicídio (assim como Merula). O número de mortes imediatas provavelmente não excedeu em muito as quatorze vítimas cujos nomes conhecemos, mas gangues de escravos saqueadores espalharam a anarquia pela cidade até Cina cercá-los e executá-los. A experiência, sem dúvida, ajudou a moldar as alegações posteriores de um “massacre marianista”. Para 86, Cina anunciou ele próprio e Mário cônsules, em uma eleição em que não foram permitidos outros candidatos. Sila foi decretado inimigo público, seus atos anulados e sua casa arrasada. Mário morreu em 13 de janeiro de 86, durante seu sétimo consulado. Cina foi reeleito cônsul para 85 e 84, tendo como colega Cneu Papírio Carbo (KONRAD, p. 180-181).

Filho de Zeus com uma mortal, condenado a um exílio forçado por questões de sobrevivência durante a infância, desempenhando, ao longo de sua trajetória, por vezes, o papel de forasteiro que desconstrói a ordem local estabelecida, Dioniso não é um deus convencional nem identificado com poderes tradicionalmente constituídos. Seu culto tinha considerável difusão; além de espalhado pela Itália e na própria Roma, abrigava romanos, latinos e aliados, homens livres e escravos homens e mulheres, ricos e pobres. Era ainda livre de ligações com a aristocracia romana. Ao contrário, o culto a Baco e seus seguidores havia sofrido intensa repressão em 186. Para Mary Beard, John North e Simon Price, a versão oficial, reproduzida por Lívio, de que o culto havia sido descoberto na ocasião, parece mais uma justificativa das autoridades para a repressão, pois há vestígios do mesmo em Roma em épocas anteriores (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 92-96; Liv. 39. 8-19). Ao analisar as razões que teriam levado o Senado a desencadear a ação de repressão aos seguidores de Baco em Roma; esses autores se detêm no texto do decreto senatorial da ocasião para concluir que o objeto da regulação não eram apenas as práticas em si, mas principalmente as formas como

---

<sup>107</sup> Novamente, vide Capítulo III, p. 168 e seguintes.

os seguidores se organizavam: doravante não seria mais permitido aos grupos manter sua organização interna, com líderes, fundos de manutenção ou juramentos:

(o decreto) nos mostra duas coisas: primeiro, que o culto era previamente baseado em um grupo cuja base era altamente estruturada – o que de outra forma permaneceria desconhecido para nós; segundo, que esta era a ameaça que o Senado desejava, acima de tudo, destruir. Ainda que muito da atividade ritual do grupo pudesse parecer inaceitável em si (a ênfase do culto na embriaguez e na violência não tinha apelo junto às autoridades romanas, mesmo que, para os seguidores de Baco, fossem modos de atingir o êxtase e a união com o deus), era a forma e a estrutura dentro da qual o ritual tinha lugar que se buscou controlar (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 95).

Havia ainda outros aspectos particularmente desconcertantes e ameaçadores da ordem tradicional, tais como a ideia de que o indivíduo poderia transferir sua obediência do chefe da família para um grupo novo e não autorizado, como o dos seguidores de Baco, e, ainda, a presença feminina, não desprezível, nos rituais. Após 180, pouco se falou sobre os grupos que cultuavam Baco, ou porque a repressão foi bem sucedida ou porque as autoridades perderam o interesse neles (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 96). É pouco provável, porém, que seu culto tenha desaparecido e igualmente pouco razoável que tenha perdido seu caráter alternativo à ordem estabelecida, o que faz dos atributos do grego Dioniso ou do romano Baco boas opções para figurar em uma moeda cunhada no momento em que Roma se encontrava sob o excepcional e tumultuado governo de Cina.

O caduceu (*caduceus*), bastão com asas, ao redor do qual se enrolam duas serpentes é um símbolo muito antigo cujas imagens podem ser encontradas em registros do III milênio e que se tornou o emblema do deus grego Hermes e do romano Mercúrio. As formas e interpretações do caduceu são muito mais variadas do que geralmente se crê e não se excluem necessariamente (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1992, p. 160). Para as finalidades desse trabalho, minha opção é a de ressaltar o aspecto do caduceu enquanto símbolo de equilíbrio por integração de forças contrárias, representado pelas duas serpentes em sentido inverso. Esse combate pode simbolizar a luta interior entre forças antagônicas, de ordem biológica ou de ordem moral, que compromete a saúde ou a honestidade de um ser. Assim, representa o equilíbrio e a boa conduta: o bastão simboliza o poder; as duas serpentes, a prudência; as duas asas, a diligência; e o capacete, os pensamentos elevados (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1992, p. 160). Em um dos denários de Caio Norbano (156), o caduceu está colocado ao lado de um *fascis*, entre a ponta da uma proa de navio e uma espiga de grãos. Em outro (157), o *fascis* está no centro, entre a espiga e o caduceu. O *fascis* consiste em diversas varas, presas

em forma de um feixe, contendo um machado ao centro, simbolizando a autoridade dos altos magistrados romanos (RCV, p. 10; SMITH, 1875, p. 520-521). No conjunto, a iconografia do reverso das moedas alude a um poder exercido com concórdia, tanto na terra como no mar (a espiga e a proa do navio, respectivamente), um discurso numismático apropriado para o filho de um cônsul em exercício. Quanto à escolha de Vênus como a efígie do anverso, para Andrew Alföldi, essa foi uma resposta à *Venus Victrix* das cunhagens de Sila (**155**), o poder da deusa ilustrado, na peça, com imagens que evocam o domínio da terra e do mar e a sorte e a abundância (ALFÖLDI, 1956, p. 83). T.J. Luce, de forma mais apropriada, segundo minha interpretação, acata a intenção de uma resposta à Vênus silaniana, mas reconhece o caduceu mais como um símbolo de paz e concórdia do que de sorte (LUCE, 1968, p. 37).

No geral, tirso e caduceu nas peças analisadas (**151** e **156/157**) apontam para mais um aspecto da plasticidade dos *signa* religiosos dentro do discurso numismático republicano. Além da representação de emblemas sacerdotais, dos objetos rituais e dos monumentos dedicados ao divino, observamos agora exemplos nos quais os deuses “emprestam” seus emblemas aos indivíduos envolvidos nas ações públicas, ajudando-os a monumentalizá-la através de imagens em moedas.

O procedimento pode também ser observado à luz da moeda seguinte do Repertório, o denário de Q. Antônio Balbo (**158**). Embora a moeda de Balbo possua uma iconografia recorrente, Júpiter no anverso, Vitória guiando uma quadriga, empunhando uma folha de palmeira e uma coroa no anverso, observando-a em conjunto com suas antecessoras imediatas e confrontando com as informações que possuímos oriundas de outras fontes, sua iconografia assume um significado particularmente expressivo. Conhecemos a trajetória de Q. Antônio Balbo com mais detalhes do que a dos monetários anteriores. Pretor em 82, a cunhagem em questão foi realizada sob a autorização de um *senatus-consulto* (legenda S.C. atrás da efígie de Júpiter) com o intuito de preparar a defesa da cidade contra Sila (Val. Max. 7.6.4). O simbolismo da vitória no reverso claramente fazia parte dos preparativos para resistir à invasão. Diferentemente do ocorrido nas peças anteriores (**151**, **156** e **157**), a deusa Vitória não “emprestou” seus atributos aos atores humanos envolvidos na ação – ela própria empunhou a coroa e a folha de palmeira, enquanto guiava uma quadriga em movimento, exortando ao triunfo. No movimento de concepção e materialização da moeda, atores divinos e humanos se misturavam em prol da concretização da mensagem pretendida. Ao final, a vitória esperada não ocorreu, pois Balbo acabou derrotado e morto pelo exército de Sila nos

conflitos que se seguiram (Liv. Per. 86)<sup>108</sup>, um desfecho que os idealizadores da moeda e os próprios deuses não conseguiram prever ou evitar.

## 2.4 Em busca de um ancestral ilustre

Andrew Wallace-Hadrill caracteriza a aristocracia romana do século II como uma elite cuja autoridade se fundamentava no controle do comportamento social e na evocação regular dos ancestrais como um critério de legitimação de suas ações e de autenticação de sua conduta. Segundo o autor, esse uso dos “maiores” poderia se dar de acordo com três vertentes. A primeira delas implicava na exposição do que o ancestral de um indivíduo fez ou quem ele era, em contraste com o ancestral de outro, dentro da competitividade interna do grupo. A segunda reunia todos os antepassados de todos os tempos, ao redor da ideia de que “nossos ancestrais sempre agiam desse ou daquele modo” (WALLACE-HADRILL, 2008, p. 215-216). Tais ações pretéritas levadas a termo pelos ancestrais em conjunto aproximava-se do “passado consentido e autorizado”, ao qual, segundo Thomas Habineck, a aristocracia estava supostamente mais ligada do que o restante da população (HABINECK, 1998, p. 45-46). Habineck concentra seus estudos na literatura latina como forma de materialização, preservação (e, às vezes, invenção) desse passado, mas penso que o fenômeno pode ser igualmente percebido em outras áreas da cultura romana<sup>109</sup>. Finalmente, a terceira forma de uso dos ancestrais sugerida por Wallace-Hadrill postulava um rompimento entre presente e passado, uma vez que “não se vivia mais como nos bons tempos dos antepassados” (WALLACE-HADRILL, 2008, p. 215-216).

No que concerne à primeira vertente, o confronto do que o ancestral de um indivíduo fez em comparação com o de outro, o número de magistraturas (principalmente consulado) e

---

<sup>108</sup> *L. Philippus, legatus Syllae, Sardiniam Q. Antonio praetore pulso et occiso occupavit* (Liv. Per. 86)

<sup>109</sup> Em sua obra acerca da política na literatura latina, Habineck defende a ideia de que o texto, ao invés de ser apenas uma ilustração ou reação às práticas econômicas, políticas e sociais, era um meio através do qual setores competitivos da sociedade romana buscavam defender seus interesses diante de outras fontes de autoridade. Para o autor, Roma é, desde a passagem do III para o II século, um “império aristocrático” devido, respectivamente, ao movimento expansionista e à tendência política interna dominante. A literatura seria a materialização desse “discurso aristocrático”, um meio de preservação (e, em alguns casos, de invenção) e reafirmação desse passado consentido ao qual a aristocracia pretendia se associar. Como termo que define esse diferencial, o autor emprega o nominativo latino *existimatio*, do verbo *existimo*, que abriga em si a possibilidade de avaliação, segundo diferentes fontes de autoridade social. Dotado inicialmente do sentido de “colocar preço”, a partir do *De Agricultura* de Catão, *existimo* adquire também a acepção de “julgar”, no caso, avaliar segundo os critérios ditados pela tradição e, conseqüentemente, repudiar aquilo que era contrário a essa mesma tradição (HABINECK, 1998, p. 3; p. 45-46).

triumfos obtidos, nos moldes observados no Capítulo I, era um referencial decisivo. Um monetário, porém, poderia não ter entre os ancestrais de sua *gens* alguém que se enquadrasse nesse perfil. Então, as outras entradas ou depósitos do capital simbólico da aristocracia eram, nessa ordem de importância, a criação de genealogias ou a associação de antepassados a lendas ou feitos particulares (cf. HOLKESKAMP, 2010, p. 109-116). Procurarei, a seguir, analisar como esses dois exemplos se materializam através da iconografia numismática do período analisado neste trabalho.

Um exemplo de uso de genealogias elaboradas como meio de divulgação gentílica é fornecido pela *gens* Júlia (*Iulia*), uma das mais antigas e tradicionais de Roma. Duas das figuras mais conhecidas da história romana, Júlio César e seu filho adotivo, Otávio, que, como *princeps*, ficou conhecido pelo nome de Augusto, inúmeras vezes fizeram alusão ao fato de pertencerem a essa família, que se dizia descendente direta de Vênus. Os Júlios ligavam sua origem a Iulo (*Iulius*), cujo pai, Eneas, seria filho da deusa com o mortal Anquises (Suet. *Caes.* 6; Vell. Pat. 2. 41; Verg. *Aen.*) Algumas das alusões gentílicas feitas por César e Augusto foram elaboradas por meio de moedas. Através do discurso numismático, esses dois líderes fizeram uso de uma tradição republicana já consolidada, adequando-a à realidade do poder que usufruíam ou buscavam construir/consolidar, cada um em sua época. Em uma moeda cunhada em 47 ou 46 na África, por exemplo, César, talvez com a intenção de ser conduzido como ditador pela segunda vez, anunciou sua ascendência, a ligação e o favorecimento divino ao colocar Vênus no anverso da moeda e Anquises no reverso (GOMES, 2014, p. 142) (**Figura 17**).

**Figura 17** – Denário de C. Júlio César



Denário de Caio Júlio César. África, 47-46. RRC 458/1; RCV 1402. Anverso: Venus com diadema. Reverso: Eneas segurando *palladium* (estátua de Palas/Atenas supostamente trazida de Troia por Eneas) e carregando o pai, Anquises, legenda CAESAR  
Imagem disponível em: <http://davy.potdevin.free.fr/Site/crawford5-2.html> Acesso em 05 de junho de 2016

Entre 2 e 4 da Era Comum, Augusto cunhou em ouro e em prata um tipo numismático em que exalta sua *gens*, através das representações de si próprio e de seus netos e sucessores, além da alusão a seu pai, César. No anverso do *aureus* e do *denarius* vê-se a cabeça laureada do *princeps*, com a legenda CAESAR AVGVSTVS DIVI F PATER PATRIAE ao redor, uma alusão ao título de “pai da pátria” recebido por ele pouco antes e a seu “divino” pai, Júlio César, a cuja obra ele teria dado continuidade. No reverso das moedas, os netos e supostos herdeiros de Augusto, Caio e Lúcio (**Figura 18**). Nas peças, Augusto estabelece uma exaltação de sua *gens* Júlia unindo passado (César, seu pai adotivo) e futuro (Caio e Lúcio, seus netos e sucessores, cônsules designados, os *iuvenes principes*). Nas moedas augustanas citadas, a reprodução do sucesso familiar, que perpassa o conceito de *gens*, reflete-se não só na forma como o *princeps* se coloca como herdeiro de César, mas também pela forma através da qual associa seus descendentes ao governo (AYRES, 2014, p. 6-7).

**Figura 18** – Denário de Augusto



Denário de Augusto. AR, Lyon. 2AEC-4EC. Anverso: cabeça laureada de Augusto, CAESAR AVGVSTVS DIVI F PATER PATRIAE. Reverso: Caio e Lúcio, netos de Augusto de pé, escudos e lanças entre eles, *simpulum* e *littus* acima, AVGVSTI F COS DESIG PRINC IVVENT, C L CAESARES no exergo. RCV 1597, RSC 43

Imagem disponível em [http://www.wildwinds.com/coins/ric/augustus/RIC\\_0210.jpg](http://www.wildwinds.com/coins/ric/augustus/RIC_0210.jpg). Acesso em 27 de maio de 2016

Antes de César ou Augusto, porém, outros Júlios haviam inaugurado a exaltação da *gens* Júlia em moedas, mais especificamente Sexto Júlio César e L. Júlio L.f. César, responsáveis por dois tipos monetários cunhados em 129 e 103, respectivamente (**35** e **100**). Dentre as peças cunhadas entre 139 e 83 que integram o Repertório que acompanha esta tese, são as únicas que foram emitidas por iniciativa de membros do ramo César (*Caesar*) dessa *gens*. Segundo Smith e de acordo com a documentação textual existente, no período republicano, os cognomes das famílias que pertenciam a *gens* Júlia eram *Caesar*, *Iulus*, *Mento*

e *Libo*, sendo que apenas as duas primeiras tiveram algum destaque no último século da República através do acesso a algumas magistraturas. Nas moedas encontramos ainda o cognome *Bursio*, sem referências em fontes textuais (SMITH, 1859, v. III, p. 643). Em outras peças cunhadas entre 139 e 83 por membros da *gens* Júlia não pertencentes ao ramo *Caesar*, que integram a coleção do MHN/RJ, a exaltação gentílica não foi adotada ou, pelo menos, não pode ser identificada<sup>110</sup>. Nas peças **35** e **100**, a maior quantidade de informações que possuímos sobre os monetários e suas famílias permitem maiores possibilidades interpretativas. No reverso de ambas, Vênus é a divindade que aparece de corpo inteiro, guiando as bigas possivelmente em virtude da suposta ascendência ilustre da *gens* (RRC 258; RRC 320; p. 727). A âncora no reverso da peça de 129 seria uma referência à chegada de Eneas à Itália pelo mar, uma vez que, para aludir a batalhas navais, navios eram as representações mais utilizadas (RRC 258). De fato, não há porque pensar que a escolha por Vênus tenha sido aleatória<sup>111</sup>. As opções iconográficas dos monetários de 129 e 103 possivelmente foram influenciadas pela escassez de alternativas para a exaltação gentílica. Sexto Júlio César e L. Júlio César tornaram-se, respectivamente, pretor em 123 e cônsul em 90. Mas, no momento da emissão das peças, a família não possuía um número considerável de antepassados ilustres que tivessem ocupado cargos importantes ou prestado grandes serviços à República. Em sua cronologia sobre os magistrados da República Romana, Broughton identifica apenas um Sexto Júlio César pretor em 208, tribuno militar em 181, legado em 170, pretor em 160 e cônsul em 157, o qual possivelmente seria avô do monetário de 103 (BROUGHTON, *MRR* 1, p. 290, p. 385; p. 421; p. 445-446, p. 497)<sup>112</sup>. Em resumo, a ascendência ilustre de Vênus era o capital simbólico mais importante da *gens* Júlia. Na ausência de um ancestral humano de reconhecida e destacada importância, os *Iuli* foram compelidos a apelar para sua suposta origem divina. Um apelo que, mais de cem anos depois,

---

<sup>110</sup> Uma moeda cunhada em 101 por L. Júlio (provavelmente do ramo da família que Smith aponta como sendo dos *Iuli*, registrado pela legenda L. IVLI, no reverso) possui uma iconografia recorrente, com a efígie da deusa Roma no anverso e a deusa Vitória guiando uma biga, no reverso (**107**). Há ainda uma espiga colocada à esquerda de *dea Roma*, talvez associada à distribuição de grãos, passada ou futura, mas, como não possuímos maiores informações sobre o monetário e sua trajetória, a intenção da imagem é obscura. A deusa Vitória também conduz um carro em movimento (no caso, uma quadriga) no reverso da moeda de L. Júlio Bursio (**153**), um denário cunhado em 85. No anverso, está colocada uma figura masculina de identificação controversa, além das marcas de controle.

<sup>111</sup> Dentre os cento e vinte e dois denários que integram o Repertório, cinquenta e oito ostentam imagens de divindades guiando carros em movimento em seus reversos, sendo que Vênus é essa divindade em apenas mais um caso, além das peças 35 e 100. Trata-se do denário (**145**) cunhado em 87 pela *gens* Galeria, cujas cunhagens abordarei a seguir no texto.

<sup>112</sup> Há ainda referências a um Júlio César Strabo, edil em 90 (Broughton, *MRR* 1, p. 329; v. 2, p. 26) e a um L. Júlio (?) pretor em 166 (*idem*, p. 437), mas, além desses não pertencerem ao ramo César, não é possível identificar ligações dos mesmos com a cunhagem de moedas.

ao exaltar a mesma *gens* nas moedas, Augusto pôde dispensar: seu divino pai e ele próprio, representado como um deus, eram suficientes (**Figura 18**).

A deusa Vênus aparece ainda em destaque nas moedas da *gens* Galéria para aludir a mais uma possível genealogia lendária. L. Mêmio Galéria, monetário em 106, pertencia a um ramo familiar que não era o mais destacado na vida pública, mas, que, em contrapartida, se dizia descendente do herói troiano Menesteu (SMITH, 1859, v. II; p. 1026; Verg. *Aed.* 10, 129). Possivelmente em virtude de sua ligação com a tradição relacionada à Guerra de Troia, Vênus é a divindade que remete a essa alegada origem da *gens*. Em um *semis* cunhado em 106 (**93**), do qual o MHN/RJ possui um exemplar, é possível também visualizar a cabeça da deusa decorando a proa do navio, no reverso. Nesse mesmo ano, L. Mêmio Galério cunhou ainda um denário com Vênus guiando um carro em movimento no reverso (RRC 313/3; RCV 897), mas o MHN/RJ não possui nenhum exemplar dessa moeda. Em 87, dois irmãos monetários, L. e C. Mêmio L.f. Galeria, reproduziram a mesma iconografia no reverso de uma moeda (**145**).

Há ainda o caso da *gens* Fonteia, cujos membros alegavam descender de Fanto (*Fantus*), filho do deus Jano. O fato é evocado, em uma moeda (**74**) através da efígie de cabeça biforme no anverso (RRC 290/1; RSC, *Fonteia 1*, p. 40). Fanto tinha um altar no Janículo, onde estaria enterrado o rei Numa Pompílio; seu nome estava conectado com as fontes e as nascentes e, anualmente, era celebrado um festival em sua honra (Cic. *Leg.* 2. 22; Arn. *Adv. Nat.* 3. 29. Paul. Fest. *Fontinalia*). A imagem, contudo, é dos Dióscuros, que eram cultuados na região do Túsculo, local de origem da *gens* Fonteia<sup>113</sup>, e um navio, no reverso, que lembram a origem transmarina do fundador da cidade, Telégono (Liv. 1. 49).

Ao tratar das alusões à descendência divina ou mítica de uma *gens* através das moedas cunhadas entre 139 e 83, gostaria, contudo, de ressaltar alguns aspectos. Sem dúvida, essas constituem outra vertente sob a qual pode ser contemplado o escopo deste trabalho: a convivência do divino com o humano nas moedas romanas republicanas cunhadas entre 183 e 139. Porém, cabe destacar que, embora estejam presentes, são raras se comparadas ao extenso conjunto de referências aos antepassados “reais” que povoam as peças da mesma época. Provavelmente porque ainda não havia ocorrido o que Wallace-Hadrill, já citado na abertura deste capítulo, identifica como uma “revolução cultural”, ocorrida no século I. O autor utiliza o termo para definir a mudança fundamental na localização da autoridade, antes nas mãos de uma elite que, ainda que competitiva, detinha o poder pelo controle do conhecimento social

---

<sup>113</sup> Vide p. 123.

(WALLACE-HADRILL, 2008, p. 215). Nesse processo de mudança, um papel de destaque coube aos antiquários. Ao desenvolverem um discurso sobre o passado que necessitava de pesquisa e associarem a linguagem aos modos de vida, os antiquários influenciaram na forma como os romanos conduziam sua vida pública e deslocaram a autoridade dos antepassados, dando ao presente a chance de inovar. O antiquarianismo minou o apelo à autoconstrução da aristocracia em definir a identidade e o modo romano de ser, devastando as pretensões aristocráticas de conhecer os próprios antepassados. Nesse sentido, a influência grega foi importante, ao fornecer um modelo ao redor do qual a cultura romana poderia ser reconstruída. A demanda por mudanças desencadeou um fenômeno que se completou apenas na época de Augusto (WALLACE-HADRILL, 2008, p. 232-239).

As moedas acima citadas (**35**, **74**, **100** e **145**), porém, foram cunhadas em um momento anterior, em que os ancestrais eram evocados para autenticar o modo romano de ser, baseado na tradição. Só mais tarde torna-se necessário inovar através do discurso numismático. É verdade, porém, que tradição é um modo peculiar de invenção:

Evocar os ancestrais é evocar um modelo estável de legitimidade. Eles são mais evocados quando a legitimidade está mais em discussão e os vencedores são aqueles que têm sucesso em impor seu modelo de comportamento legitimado no passado ancestral (WALLACE-HADRILL, 2008, p. 232-239).

Não é surpreendente, assim, que esses antepassados dominem o discurso numismático em tais peças; ou que, quando apareçam em uma mesma moeda, lado a lado com os alegados ascendentes de origem divina da *gens*, como no caso do denário da gens Fonteia (**74**), aos primeiros seja dado o maior destaque. Outro exemplo da prevalência dos antepassados humanos (generais vitoriosos ou homens públicos ilustres) sobre os divinos pode ser percebido nas moedas cunhadas pela *gens* Cecília, já abordadas no Capítulo anterior deste trabalho<sup>114</sup>. Seus membros alegavam descender de Céculo (*Caeculus*), o filho de Vulcano, mas esta alegada descendência não é abordada uma única vez nas moedas que compõem o Repertório, dando espaço para os feitos mais recentes dos antepassados. A constatação corrobora a afirmativa de Hölkeskamp sobre a cultura política romana republicana, segundo a qual genealogias e supostas ascendências divinas, ainda que integrantes significativos do capital simbólico de uma família aristocrática, não se estabeleciam como fatores decisivos ou

---

<sup>114</sup> Vide p. 46 e seguintes.

relevantes quando colocados lado a lado com registros de famílias republicanas reais (HÖLKESKAMP, 2010, p. 116).

Não havendo magistraturas de destaque, triunfos ou genealogias a destacar, uma terceira possibilidade ligava-se à associação dos ancestrais a lendas ou feitos particulares, nutrida, às vezes pela lembrança incerta de antepassados com uma excepcional habilidade ou uma qualidade de destaque. Cônsul em 193, Quinto Minúcio teve pouco sucesso à frente das tropas romanas por ocasião da luta contra os lígures (Liv. 34. 56; Broughton, *MRR* 1, p. 346). Dizia-se, contudo, que ele se sobressaía por sua coragem, como em uma passagem em que teria acampado próximo ao inimigo, defendendo a terra dos aliados através de combates isolados (Liv. 35. 3)<sup>115</sup>. Se a atuação de Quinto Minúcio é retratada de forma tímida nas fontes textuais, no discurso numismático ela ganha consistência e forma através das imagens escolhidas para compor a iconografia de uma moeda. O denário (101) cunhado em 103 pelo monetário homônimo e descendente de Minúcio Termo traz no reverso a cena de combate entre um soldado bárbaro e um soldado romano, que protege um companheiro caído. A coragem, a propensão ao combate e a lealdade para com os companheiros de luta estão colocadas, ao mesmo tempo, na cena. Já no reverso de outro denário (70), cunhado por M. Sérgio Silo, a figura do cavaleiro que carrega, apenas com a mão esquerda, a espada e uma cabeça decapitada está colocada para ressaltar o feito do avô do monetário que, após perder sua mão direita em combate, continuou no campo de batalha<sup>116</sup> (Plin. *HN*. 7. 104-106; MORSTEIN-MARX, 2004, p. 87; RRC 286/1). Entre a última metade do século III e o primeiro quarto do século II há registros de membros da *gens* Fábica com o cognome Buteão (*Buteo*), termo que remetia a uma espécie de falcão cuja presença era associada a bons presságios, sugerindo algum episódio, não totalmente claro para nós, envolvendo a presença

---

<sup>115</sup> *Minucius consul Arretium die quam edixerat ad conueniendum militibus uenit. inde quadrato agmine ad Pisas duxit, et cum hostes non plus mille passuum ab oppido trans fluuium mouissent castra, consul urbem haud dubie seruatam aduentu suo est ingressus. postero die et ipse trans fluuium quingentos ferme passus ab hoste posuit castra. inde leuibus proeliis a populationibus agrum sociorum tutabatur: in aciem exire non audebat nouo milite et ex multis generibus hominum conlecto necdum noto satis inter se ut fidere alii aliis possent* (Liv. 35. 3)

<sup>116</sup> *Verum in his sunt quidem virtutis opera magna, sed maiora fortunae. M. Sergio, ut equidem arbitror, nemo quemquam hominum iure praetulerit, licet pronepos Catilina gratiam nomini deroget. secundo stipendio dextram manum perdidit; stipendis duobus ter et viciens vulneratus est, ob id neutra manu, neutro pede satis utilis, uno tantum saluus, plurimis postea stipendiis debilis miles. his ab Hannibale captus — neque enim cum quolibet hoste res fuit —, his vinculorum eius profugus, in viginti mensibus nullo non die in catenis aut compedibus custoditus sinistra manu sola quater pugnavit, uno die duobus equis insidente eo suffossis. dextram sibi ferream fecit eaque religata proeliatu Cremonam obsidione exemit, Placentiam tutatus est, duodena castra hostium in Gallia cepit, quae omnia ex oratione eius apparent habita cum in praetura sacris arceretur a collegis ut debilis, quos hinc coronarum acervos constructurus hoste mutato!* (Plin. *HN*. 104-105). M. Sérgio Silo, da *gens* Sérgio, cunhou como questor. Seu avô, do mesmo nome, havia sido pretor em 197 (Broughton, *MRR* 1, p. 333).

da ave e de um membro da família (Plin. *HN*. 10. 21)<sup>117</sup>. Um pássaro colocado no reverso do denário (**103**) de um C. Fábio, sem cognome, cunhado em 102, sugere uma tentativa de associação a esse ramo da *gens*, extinto por ocasião da cunhagem. Ainda que os bons presságios que cercaram os Fábios em um passado distante, a tenacidade de um Sérgio e a bravura de um Minúcio não tivessem se traduzido necessariamente em ganhos concretos para a República Romana, agregaram, de alguma forma, valor ao capital simbólico de suas respectivas *gens* e, por essa razão, seus descendentes monetários optaram por monumentalizá-los em moedas.

Finalmente, para aqueles monetários que não possuíam grandes feitos ou qualidades destacadas entre a trajetória pretérita de sua *gens*, mas que, ainda assim, queriam deixar sua marca, pessoal ou familiar, inscrita nas moedas que cunhavam, o formato dado à mensagem podia assumir formas, às vezes, originais e prosaicas. Zehnacker denomina “símbolos que falam” às imagens monetárias que evocam o nome de uma pessoa, por afinidade etimológica ou simples semelhança fonética, equivalendo à transposição plástica de um elemento do nome e podendo se reportar tanto ao *nomen* quanto ao *cognomen*<sup>118</sup> (ZEHACKER, 1973, p. 484). Assim, a semelhança entre os nomes dos deuses e os cognomes dos monetários fez com que as representações do grego Pan e do romano Saturno estivessem nos denários cunhados por C. Víbio Pansa (**131**) e L. Apuleio Saturnino (**98**), respectivamente. O denário cunhado por Mn. Aquílio, da *gens* Aquilia, em 108 (**88**) é pontilhado de estrelas no reverso, onde a deusa Luna guia uma biga. A interpretação mais plausível para a iconografia da peça é a sugerida por Seaby (1978, p. 16), segundo a qual as estrelas seriam uma alusão à constelação *Aquila* (águia), associada na mitologia à águia que teria levado Ganimedes para se tornar copeiro de Zeus (Virg. *Aen.* 253; SMITH, 1859, v. II, p. 230), e, no caso, uma referência ao nome do monetário (RSC, *Aquila 1*, p. 16). A moeda **153**, cuja iconografia referente aos *ludi Megalenses* será analisada com detalhes no Capítulo III, traz a imagem de um pé deformado no anverso, ao alto, à esquerda da efígie, uma alusão ao cognome do monetário (*crassipes*).

<sup>117</sup> *Accipitrum genera sedecim invenimus, ex his aegithum, claudum altero pede, prosperrimi augurii nuptialibus negotiis et pecuariae rei; triorchem a numero testium, cui principatum in auguriis Phemonoe dedit. buteonum hunc appellant Romani, familia etiam cognominata, cum prospero auspicio in ducis navi sedisset. epileum Graeci vocant qui solus omni tempore apparet; ceteri hieme abeunt* (Plin. *HN*. 10. 21). Os Fábios do ramo dos Buteões conhecidos são M. Fábio M.f. M.n. Buteão, cônsul em 245, censor em 241, legado em 218, ditador em 216 e, após, *princeps senatus*; M. Fábio Buteão, edil curul em 203 e pretor na Sardenha em 201; N. Fábio M.f. M.n. Buteão, cônsul em 247 e *magister equitus* em 224; N. Fábio Buteão, pretor em 173; Q. Fábio Buteão, legado em 198 e pretor em 196; Q. Fábio Buteão, questor na Espanha em 188-186 (?), pretor na Gália Cisalpina em 181 e propretor em 180, *triumviri coloniae deducendae* em 180 e *quinqueviri finibus cognoscendis statuendisque* em 168 (cf. Broughton, *MRR* 2, p. 562).

<sup>118</sup> Mais adiante, na mesma passagem, o autor inclui também na categoria de “símbolos que falam” objetos relacionados a um ancestral que deram nome ou serviram de referência a toda uma família, como o elefante para os Cecílios Metelos e a ave para os Fábios Buteões (ZEHACKER, 1973, p. 479).

Na moeda **120**, o martelo (*malleo*) colocado ao alto, sobre a efígie de Marte, no anverso é uma referência ao cognome do monetário, C. Poblício Maléolo.

De que forma os elementos a que hoje chamaríamos de “religiosos” estão presentes, junto com os elementos que consideramos propriamente “políticos”, nesse constante processo de evocação dos antepassados testemunhado pelas moedas recentemente citadas?

Creio que há duas formas de abordar essa questão. A mais simples delas parte da constatação de que as divindades, conforme era constante na iconografia numismática romana republicana, participavam da elaboração do discurso. É a mitologia relacionada a Zeus que permite a associação das estrelas da moeda **88** com a constelação *Aquila* e com o cognome da *gens* monetário. A peça **101**, que resgata as proezas de Minúcio Termo no campo de batalha, tem uma inspiração guerreira, e a efígie de Marte, provavelmente por essa razão, ocupa o anverso. Na moeda **103**, a ave associada ao cognome da *gens* é apenas um elemento em uma peça em cuja iconografia predominam as divindades associadas ao sucesso nas batalhas. O anverso traz a efígie de *Magna Mater*, a deusa originária da Ásia Menor que, desde sua chegada a Roma, em 204, estava associada à vitória<sup>119</sup>, e o reverso a tradicional cena da deusa *Vitoria* guiando um carro em movimento.

Uma segunda abordagem parte da adoção do pressuposto de Enrico Montanari, segundo o qual todo sistema de representação dos romanos constituía matéria religiosa e a negação desse aspecto decorre da tendência à separação moderna entre “cívico” e “religioso” e da projeção dessa tendência à cultura romana<sup>120</sup> (MONTANARI, 2009, p. 36). A obra de Montanari tem como principal objetivo indagar sobre a relação *imago-cognomen* em sua multiplicidade de componentes e em suas transformações, com particular respeito à idade republicana romana. O *cognome*, na maioria das vezes, identifica um ramo da *gens*, tem sua origem em características ou feitos de destaque e pode ser hereditário. A *imago* (plural *imagines*) é sempre específica de um indivíduo e é intransmissível; o que se transmite é o *ius imaginum*, o direito de imagens. O *ius imaginum* era prerrogativa dos cidadãos que haviam revestido a mais alta magistratura e por isso tinham adquirido o direito de transmitir a própria máscara a seus descendentes (MONTANARI, 2009, p. 11-12; p. 15).

<sup>119</sup> No contexto da Segunda Guerra Púnica, os romanos haviam trazido para a cidade o culto de *Magna Mater*, antes Cibele, ou “a Grande Mãe do Monte Ida”, divindade oriunda da Ásia Menor. A vinda da deusa seguiu a recomendação dos Livros Sibílicos e do Oráculo de Delfos, com a intenção de favorecer os romanos na luta contra Aníbal e os cartagineses (Liv. 29. 10-11; 36.36). A moeda **103** foi cunhada em 102, portanto no momento em que Mário empreendia suas campanhas contra os cimbrios e os teutões. Plutarco relata um episódio em que um sacerdote de *Magna Mater* teria anunciado que a deusa lhe falara, assegurando que a vitória pertenceria aos romanos (Plut. *Mar.* 17).

<sup>120</sup> Como fez Flower (1996, p. 273), que define a presença das máscaras ancestrais tanto no *atrium* como na *pompa funebris* como “essencialmente política”.

Nas procissões fúnebrárias, em que atores com as máscaras ancestrais percorriam as ruas de Roma, estava em cena uma representação de alto conteúdo simbólico, em que um magistrado muito antigo, trazido ao presente através da evocação, se encontrava com o mais recente morto digno de integrar o grupo (MONTANARI, 2009, p. 35). Com máscara, vestimenta e insígnias dos antepassados, essas figuras poderiam ser consideradas “estátuas vivas” da *gens* e suas presenças unidas à *laudatio* do defunto evocavam a peculiaridade de cada linhagem. Tratava-se de um mito típico do estilo religioso romano, no qual este se manifestava como ato vivido e o homem se representava fora do tempo ordinário, como um deus, e não como narração textual ou drama teatral (KERENYL, 1951, p. 92 *apud* MONTANARI, 2009, p. 72). Segundo Montanari, a *pompa funebris* constituía um “mito vivo”, em que se representava, através da imagem, virtude e gestos, ao estilo em que o *flamen dialis* e o triunfador representavam nos rituais, através da associação a Júpiter. O celebrado era a coletividade da *gens* ou, ao menos, a coletividade dos antepassados titulares das magistraturas curuis. A existência dessa “biografia coletiva” que percorria as ações e virtudes de toda a *gens* tem relação direta com o fato de se reconhecer o membro de uma família através de um modelo peculiar de comportamento, fosse ele oriundo de fatos genuínos ou de uma construção posterior (MONTANARI, 2009, p. 74-84).

Algumas das características apontadas por Montanari para identificar o que ele assume ser um mito característico do estilo religioso romano, podem igualmente ser mapeadas na iconografia numismática. A mais destacada delas penso ser a evocação constante dos antepassados, que se unem aos membros mais recentes da *gens* em prol da elaboração de uma exaltação comum. O membro mais recente, nesse caso, é o próprio monetário, idealizador e propiciador do encontro, mas outros antepassados, de outras épocas, podem estar igualmente presentes. Na moeda cunhada em 102 (103), acima citada, o monetário C. Fábio tenta, através da ave colocada no anverso, associar-se ao ramo dos Fábioes Buteões. A origem desse cognome da *gens* estaria em um episódio ocorrido com o cônsul de 247, Numério Fábio (a partir daí, Numério Fábio Buteão), em que uma espécie de falcão (*buteo*) teria pousado em seu barco, o que foi considerado um bom presságio. Mas Numério Fábio não havia sido o único membro da família a obter destaque no século III. Seu irmão, Marco Fábio, tornou-se cônsul apenas dois anos depois, em 245, e, após, censor e ditador. Nos anos seguintes, há Fábioes Buteões cônsules, pretores e questores<sup>121</sup>. A ave símbolo desse ramo da *gens* evoca não apenas o antepassado relacionado à origem do cognome, mas todos seus parentes ilustres,

---

<sup>121</sup> Vide novamente nota nº 117.

ainda que de outras gerações. Como na *pompa funebris*, também aí há uma subversão do tempo ordinário em torno da celebração coletiva das ações e virtudes dos membros da família. Nesse caso específico, a principal virtude familiar era ter sido agraciada com um presságio, um sinal de que integravam o rol daqueles que se encontravam entre os favoritos dos deuses. Ao se colocar como descendente desses homens, C. Fábio, o monetário, chama para si o mesmo favoritismo, tido como característica peculiar de toda uma genealogia. Se tal característica obtivera sua origem em um fato genuíno ou se era uma construção, como parece ser o caso, não era o ponto central da questão.

Como a moeda de C. Fábio, praticamente todas as outras moedas citadas nesta seção podem ser observadas dentro dessa perspectiva de evocação dos antepassados da *gens* para uma celebração coletiva, fazendo uso de uma licença do tempo ordinário, características do mito ao estilo romano. Inserem-se aí a bravura dos Minúcius Termos (colocada em destaque, pela primeira vez, pelo ancestral que combateu contra os lígures) e a informação de que C. Poblício pertencia ao ramo Maléolo da *gens* Poblícia (ao lado de outros cuja trajetória não conhecemos e cujas prováveis alegadas qualidades não é possível identificar apenas através da imagem do martelo). Ao lado da tentativa de encontrar em sua origem familiar um deus ou um herói mítico, todos esses exemplos possuem em comum o movimento em prol de colocar o ancestral de um indivíduo ou uma *gens* em destaque, contrastando-os com seus pares, dentro do princípio romano segundo o qual os antepassados estavam sempre presentes, validando as ações dos cidadãos.

## 2.5 As antigas comunidades, os deuses e as moedas

Em uma obra de 2007, Gary D. Farney estudou como a cultura política romana era perpassada pelo que chamou de “identidade étnica”, associações (reais ou fabricadas) a determinados grupos que tinham feito parte da formação do povo romano ou à descendência de figuras legendárias e, ainda, a adoção de trajes ligados de forma particular a algum aspecto do passado romano. Segundo o autor, através desses “esquemas de publicidade”, as famílias aristocráticas romanas explorariam tais “identidades étnicas” com finalidades políticas (FARNEY, 2007, p. 20). Em busca de sinais dessa autopromoção aristocrática, Farney trabalhou com evidências textuais, mas também com imagens e alusões presentes em

moedas<sup>122</sup>. Assim, por exemplo, as famílias que conseguiam traçar sua origem a partir de cidades latinas muito antigas, diretamente envolvidas com a fundação de Roma, tinham nessa antiguidade um diferencial positivo em relação àquelas que foram integradas posteriormente à aristocracia romana e esse diferencial fazia parte do seu capital político, que deveria ser constantemente evocado e lembrado.

Ao longo desta seção, procurarei identificar como esse fenômeno pode ser percebido nas moedas cunhadas entre 139 e 83 que integram a coleção do MHN/RJ e, principalmente, demonstrar a importância das divindades e dos *signa* religiosos no processo de evocação dessa herança representada pela associação aos primeiros habitantes da cidade. A obra de Farney adota uma visão instrumental da identidade étnica, deixando de lado a discussão acerca da veracidade ou não do pertencimento das famílias ao grupo alegado ou da efetiva existência de alguns desses povos, como os sabinos, enquanto comunidades étnicas (FRONDA, 2008, p. 2). Igualmente, tais discussões não serão abordadas na presente análise, cujo foco será destacar as formas através das quais, no discurso numismático, a origem fundadora ou legendária da *gens* do monetário é feita através de elementos que hoje classificaríamos como religiosos. Essa informação não está ausente na obra de Farney, porém entendo que, ao invés de ser apenas mais um dado a ser considerado, tal característica está no centro da construção do discurso iconográfico numismático.

### **2.5.1 Um olhar sobre o Lácio através das cunhagens**

As comunidades latinas estavam entre as primeiras a serem absorvidas pela expansão de Roma. Consequentemente, a elite latina foi integrada à aristocracia romana em uma época muito remota e, através do período republicano, famílias com nomes latinos continuaram a dominar esse grupo. Essa suposta grande antiguidade concedia a essas famílias legitimidade e respeito. Assim, aqueles cujas origens poderiam ser associadas ao antigo *ager Romanus* ou ao *Latium vetus* possuíam vantagens políticas sobre as famílias oriundas de cidades posteriormente absorvidas, cuja cidadania havia sido concedida depois (FARNEY, 2007, p. 39-77; FRONDA, 2008, p. 3). Dentre as moedas que integram o *corpus* documental utilizado nesta tese, há oito exemplares cuja iconografia pode ser interpretada como fazendo alusão ao fato de as famílias dos monetários responsáveis pela elaboração das peças serem originárias

---

<sup>122</sup> Quarenta e três tipos monetários, cunhados entre 180 e 10, cujos tipos e/ou legendas aludem ao local de origem da família do monetário (FARNEY, 2007).

de antigas cidades latinas, reais ou lendárias: quatro cunhadas por membros de diferentes *gens* – Rênia, Césia, Sulpícia e Thória (04, 80, 94 e 97, respectivamente) e outras quatro cunhadas por membros da *gens* Fonteia (74, 75, 89 e 151) (Tabela 6).

**Tabela 6** – Moedas que proclamam a origem latina da *gens* do monetário

Moeda	Ano	Tipo	Monetário	Local de origem da <i>gens</i>	Divindade citada relacionada à origem da <i>gens</i>	Relação local/divindade	Outras divindades ou <i>signa</i> religiosos que aparecem na moeda
04	138	denário	C. Rênio da <i>gens</i> Rênia	Lanúvio	Juno Sospita	O local era centro de culto da divindade	Deusa Roma, no anverso
74	114-113	denário	C. Fonteio da <i>gens</i> Fonteia	Túsculo	Dióscuros	O local era centro de culto da divindade	As cabeças dos Dióscuros, no anverso, estão “em forma de Jano”, lembrando que os Fonteios diziam descender de Fanto, filho de Jano
75	114-113	<i>as</i>	C. Fonteio da <i>gens</i> Fonteia	Túsculo	Não há*	Não há*	Jano, no anverso, por ser o padrão do <i>as</i>
80	112-111	denário	L. Césio da <i>gens</i> Césia	Preneeste	Vulcano	Acreditava-se que a cidade havia sido fundada por Céculo, filho de Vulcano	Apolo, em forma de efígie no anverso, sem explicação aparente
89	108-107	denário	Mn. Fonteio da <i>gens</i> Fonteia	Túsculo	Dióscuros	O local era centro de culto da divindade	<i>Doliolum</i> trazendo os objetos sagrados de Troia, no reverso
94	106	denário	C. Sulpício da <i>gens</i> Sulpícia	Lavínio	Deuses Penates e a cena de um prodígio	Os deuses Penates haviam sido trazidos de Troia para a cidade e ali se dera o prodígio	Não há
97	105	denário	L. Thório Balbo da <i>gens</i> Thória	Lanúvio	Juno Sospita	O local era centro de culto da divindade	Não há**
151	85	denário	Mn. Fonteio da <i>gens</i> Fonteia	Túsculo	Dióscuros	O local era centro de culto da divindade	Apolo no anverso, figura alada sobre uma cabra, tirso, tudo dentro de uma coroa, no reverso

\* O local é referenciado através de uma âncora, no reverso, que lembra a origem marítima dos fundadores do Túsculo

\*\* No reverso, um touro, faz alusão ao *nomen* do monetário.

O apelo às cidades nas moedas é feito através de deuses particularmente significativos a essas comunidades. Ou seja, a referência escolhida para indicar um local é uma divindade que ali habita ou é cultuada, seus símbolos ou eventos que testemunham sua presença na vida

dos homens e que ali tiveram lugar. Esse aspecto vai ao encontro de uma característica comum às religiões antigas, uma forte conotação local. Roma não é uma exceção, a ponto de sua religião ser mais bem definida como “de Roma” que “romana” (RÜPKE, 2007, p. 1-9; FERRI, 2009, p. 39). A cidade havia sido fundada sob presságios e auspícios e em todos os espaços o culto às divindades estava presente, os rituais solenes acontecendo em datas e locais preestabelecidos. Essa relação entre os deuses e o lugar igualmente se estendia para as regiões fora dos limites da cidade e, conforme lembra Giorgio Ferri, pode ser percebida no discurso que Tito Lívio atribui a Marco Fúrio Camilo, exortando os romanos a não abandonarem a cidade em prol de Veios, após a pilhagem de Roma pelos gauleses (FERRI, 2009, p. 39-41; Liv. 5. 51-52):

Vejam a diferença que há entre nós e nossos antepassados. Eles nos legaram a obrigação de fazer certos sacrifícios nos Montes Albanos e em Lavínio. Por acaso, essas práticas religiosas que sua piedade temia em transferir para Roma, poderíamos nós, transferi-las para Veios, uma cidade inimiga? Pensem no número de vezes em que tivemos que recomeçar cerimônias religiosas pelo simples fato de termos omitido, por negligência ou por acaso, alguma fórmula do rito de nossos antepassados (Liv. 5. 52)<sup>123</sup>.

A mais antiga das moedas que faz alusão ao fato do monetário descender de uma antiga comunidade latina é um denário cunhado em 138 por C. Rênio, da *gens* Rênia (**04**). O anverso da moeda traz a tradicional efígie de Roma com o elmo alado e, no reverso, a deusa Juno conduz uma biga de bodes. As presenças pouco usuais de Juno e dos bodes, na moeda, levou a interpretações de que o monetário estaria fazendo referência ao local de origem de sua *gens*, o Lanúvio (*Lanuvium*), antiga cidade latina nos montes Albanos, ao sul de Roma (**Figura 19**), local tradicional do culto da deusa Juno *Sospita* (RSC, *Renia 1*, p. 84; DARGENT, 2006). *Sospita* era um dos epítetos de Juno, divindade cujo nome, não raro, aparecia associado a outros cognomes, *Regina*, *Caprotina*, *Lucina* e *Moneta*, esta última a qual me referi no Capítulo anterior<sup>124</sup>. No caso da Juno lanuviana, o título provavelmente acentuava seu aspecto de salvadora e sua relação com os romanos remetia aos tempos do final da guerra com os povos latinos, em 338. Lívio conta que os romanos vitoriosos concederam cidadania limitada ao Lanúvio e devolveram à cidade a autoridade sob seus cultos, com a condição de que essa concordasse em dividir o templo e o santuário de sua divindade

---

<sup>123</sup> *Et videte quid inter nos ac maiores intersit. Illi sacra quaedam in monte Albano Laviniique nobis facienda tradiderunt. An ex hostium urbibus Romam ad nos transferri sacra religiosum fuit, hinc sine piaculo in hostium urbem Veios transferemus? Recordamini, agite dum, quotiens sacra instaurentur, quia aliquid ex patrio ritu negligentia casuve praetermissum est* (Liv. 5, 52)

<sup>124</sup> Vide p. 120.

protetora com o povo romano (Liv. 8. 14)<sup>125</sup>. Na cidade de Roma, o mais antigo local de culto da deusa do qual temos informação é um templo erguido em 194, celebrando a vitória contra os gauleses, ocorrida três anos antes (COARELLI, *Iuno Sospita [in Foro Holitorio]*, *aedes*, LTUR III, 1996, p. 128; SCHULTZ, 2006, p. 210). Porém, mesmo estabelecida em Roma, *Iuno Sospita* nunca perdeu sua ligação com o Lanúvio, o que explicaria sua presença como forma de referência ao local. A questão, porém, é que o único testemunho dessa suposta origem dos Rênios é a própria moeda em si, não sendo possível confrontá-la com nenhuma outras fontes de informação sobre a família, pois elas inexistem. O monetário é desconhecido, assim como não há registro de nenhum outro membro da *gens* na história da Roma Republicana (Broughton, *MRR* 2, p. 612). Uma lápide com referência a um C. Rênio C.I. Laeto foi encontrada na região do Lanúvio, porém data de princípio do Império (CIL, x, 6493 *apud* RRC 231; DARGENT, 2006).

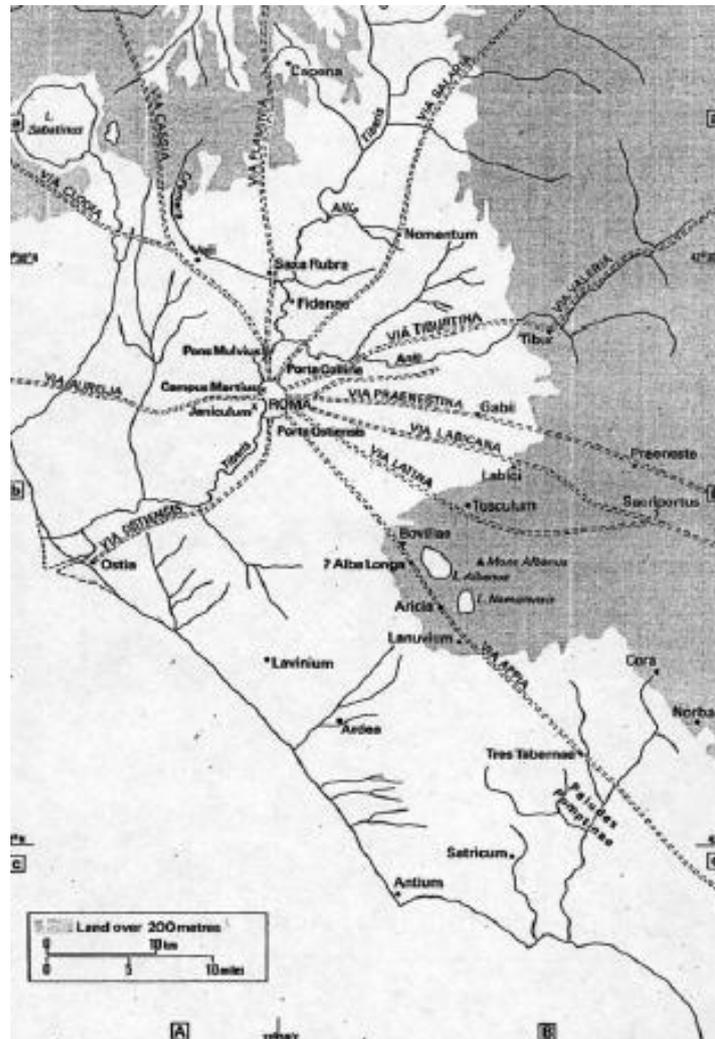
A outra moeda a qual se atribui referência à origem lanuviana da *gens* do monetário é o denário de L. Thório Balbo, cunhado em 105 (97) (ZEHNACKER, 1973, p. 495). Na peça, a efígie de Juno aparece no anverso, envolta em uma pele de bode, acompanhada da legenda I.S.M.R. (*Iunonis Sospitae Magnae Reginae*). Sua representação coincide com a descrição que Cícero faz de como a deusa aparecia, em sonhos, àqueles que a cultuavam, com uma pele de bode, além de lança, escudo e botas que mostravam os dedos do pé (Cic. *Nat. D.* 1, 82)<sup>126</sup>. A interpretação, nesse caso, é menos problemática. É o mesmo Cícero que, em outra passagem, descreve o monetário como um originário do Lanúvio, que vivia de uma maneira que não havia um único prazer, refinado ou raro, que não tivesse experimentado (Cic. *Fin.* 2. 63)<sup>127</sup>.

<sup>125</sup> *Lanuvinis civitas data sacraque sua reddita, cum eo ut aedes lucusque Sospitae Iunonis communis Lanuvinis municipibus cum populo Romano esset* (Liv. 8, 14).

<sup>126</sup> *Quam tu numquam ne in somnis quidem vides nisi cum pelle caprina, cum hasta, cum scutulo, cum calceolis repandis* (Cic. *Nat. D.* 1, 82)

<sup>127</sup> *Lucius Thorius Balbus fuit, Lanuvinus, quem meminisse tu non potes. is ita vivebat, ut nulla tam exquisita posset inveniri voluptas, qua non abundaret* (Cic. *Fin.* 2, 63)

Figura 19 – Mapa do Lácio antigo



Fonte: FARNEY, 2007, p. 16.

Note-se que nas duas peças em que Juno aparece, há referências a um mesmo animal, o bode, puxando a biga na primeira moeda (04) e através da pele que cobre a deusa na segunda moeda (97). No caso da pele, a passagem de Cícero, já citada, a associa claramente a um atributo de Juno *Sospita*. No caso da biga de bodes, porém, outra possibilidade é a de que a representação apele para Juno *Caprotina*, epíteto que acentuava o aspecto da deusa ligado à fertilidade. Cabras (pelo fornecimento de leite apreciado pelos humanos), bodes (por um suposto elevado apetite sexual), figueiras (pelo leite que escorre de seu caule e folhas) e figos (por suas inúmeras sementes) aparecem, em geral, associados a essa divindade cujo festival celebrado em sua honra eram as *Nonae Caprotinae* (*Nonae Caprotinae*). Nesse caso, para se manter na hipótese feita por C. Rênio sobre a referência ao local de origem de sua *gens* é

necessário considerar que o monetário fez uma alusão a Juno reunindo vários de seus atributos, incluindo o fato de o Lanúvio ser um de seus locais tradicionais de culto.

A peça cunhada por L. Césio, da *gens* Césia, em 112 ou 111 (80) traz, no anverso, a efígie de Apolo brandindo um trovão e, no reverso, dois jovens sentados com um cão entre eles e, ao alto, o busto do deus Vulcano. As representações dos jovens identificam-se com os deuses Lares (*Lares praestites*), divindades protetoras da cidade, em cujo local de culto, próximo ao *Forum*, haveria a estátua de um cão (SMITH, 1859, v. II, p. 721; COARELLI, *Lares Praestites*, LTUR III, 1996, p. 175). Os catálogos numismáticos não são conclusivos sobre a escolha dessa iconografia por L. Césio (RRC 298/1; RCV 175; RSC *Caesia* 1, p. 22), mas para Farney (2007, p. 258) ela se relaciona com a alegada ascendência da *gens* do monetário. Para o autor, a família usava a similaridade de seu nome e o fato de ser originária da cidade de Preneste apela para uma descendência de Céculo (*Caeculos*), o filho de deus Vulcano. Acreditava-se ter sido Céculo o fundador de Preneste (SMITH, 1859, v. I, p. 526; Fest. *Caeculus*) e, no local, os tios divinos de Céculo eram associados aos Lares *Praetestes* (Solin. 2. 9; FARNEY, 2007, p. 258)

Outra moeda que proclama a origem latina da *gens* do monetário é um denário cunhado por C. Sulpúcio, no ano de 106 (94). A peça alude à lendária cidade de Lavínio (*Lavinium*), que teria sido fundada por Enéas. O local seria de origem da *gens* Sulpícia, e é representado na moeda através de um prodígio ocorrido na cidade. As divindades presentes, tanto no anverso como no reverso, são os Penates. Para compreender a complexa iconografia da moeda e sua ligação com Roma, é necessário retroceder um pouco na lenda das origens, para antes do surgimento de Rômulo e Remo. Segundo a tradição, o grego Eneas, fugindo após a destruição de Troia, teria chegado à Itália e se casado com Lavínia, filha do rei latino, fundando uma cidade com o mesmo nome. De Lavínio teriam partido os fundadores de Alba Longa, outra cidade latina (Verg. *Aen.* 1. 5). A fundação de Alba Longa teria sido profetizada por uma prodigiosa ninhada de trinta filhotes de uma grande javalina branca, o animal que aparece no reverso ladeado por duas figuras masculinas, com lanças na mão (94). As duas figuras masculinas no reverso parecem ser os deuses *Penates*. Os *Penates* eram divindades ligadas à manutenção e à continuidade do lar, entendido tanto do ponto de vista privado como público. Os *Penates* privados são, às vezes, associados a outros deuses, variando, portanto, em número (SMITH, v. III, 1859, p. 182-183). Já os *Penates* públicos da cidade de Roma são, em geral representados por dois jovens com lanças nas mãos (Liv. 45. 16; SMITH, v. III, 1859, p. 182) e teriam sido trazidos de Troia pelo herói Enéas. Uma possibilidade é de que esses estejam duplamente representados na moedas, suas cabeças no anverso, indicadas pela

legenda DPP, *Dei Penates Publici* e suas representações de corpo inteiro no reverso (RRC 312/1). A cena do reverso, contudo, pode ser simplesmente uma alusão ao sacrifício durante o qual ocorrera o prodígio<sup>128</sup>. Lembrando que o avô de Rômulo e Remo, destronado pelo próprio irmão, era rei de Alba Longa. A *gens* Sulpícia, muito antiga em Roma, era originária da região de Lavínio, o que claramente explica as referências contidas na moeda (RRC 298/1; RCV 175). Segundo Grandazzi, a ligação *Lavinum*-Alba Longa-Roma era constantemente revivida nos festivais do final da República compondo um sistema ritual que, mesclando tempo e espaço, integrava as origens da *Vrbs* e uma concepção de cidadania sob a direção de Roma, várias vezes ajustada e construída como uma metáfora da identidade romana (GRANDAZZI, 2010, p. 573-590). No discurso veiculado pela moeda, a *gens* Sulpícia, originária do Lavínio, como os deuses *Penates* trazidos por *Eneas*, ocupava um papel significativo dentro de uma “tradição autorizada” que diferenciava a aristocracia do restante da população.

Referências mais consistentes e, ao mesmo tempo mais complexas, são encontradas no conjunto composto pelas quatro moedas (**74**, **75**, **89** e **151**), nas quais os membros da plebeia *gens* Fonteia fazem alusão ao local de origem de seus antepassados, o Túsculo (*Tusculum*), também uma antiga cidade latina, absorvida por Roma em 381 (Cic. *Dom.* 35; Cic. *Font.* 41). Nos três denários (**74**, **89** e **151**) há representações dos Dióscuros, pois o Túsculo era conhecido local de culto desses deuses<sup>129</sup>. A forma como os deuses irmãos são representados nas moedas, evocando o lugar, varia em cada uma das três peças. Na mais antiga delas (**74**) aparecem, no anverso, “em forma de Jano”, compondo uma só cabeça com duas faces<sup>130</sup>. Na moeda cunhada em 108 e 107 por Mn. Fonteio<sup>131</sup> (**89**) aparecem também no anverso, lado a lado, com as estrelas sobre suas cabeças. As estrelas são um atributo frequente que acompanham os Dióscuros em representações numismáticas, conforme pode ser observado nas peças **11** e **48**, nas quais a presença das duas divindades relembram comportamentos fraternos notáveis. Finalmente, na moeda **151**, a referência aos dois deuses é feita apenas através dos seus chapéus, sobre a cena, no reverso.

Michael Crawford (RRC 290/1; RRC 307/1) acredita que as referências às origens da *gens* Fonteia, no Túsculo, estão presentes também no reverso das moedas **74**, **75** e **89**, onde

<sup>128</sup> Vide semelhanças com reverso da moeda **07**, analisada no Capítulo I, p. 69.

<sup>129</sup> Sobre os Dióscuros e seu culto em Roma, vide p.77.

<sup>130</sup> Seus membros se diziam descendentes de Fanto, filho de Jano (RRC 290/1; RSC, *Fonteia I*, p. 40). A moeda **74**, porém, é o único denário da *gens* Fonteia dentre os que integram o Repertório que acompanha esta tese em que há alusão a Fanto ou Jano. A peça **75** é um *as* e Jano aparece como a efígie no anverso, por ser o padrão desse tipo monetário.

<sup>131</sup> Mn. Fonteio era provavelmente irmão ou primo do monetário de 114, C. Fonteio (RRC 290/1; RRC 307/1).

estão representados navios (**74** e **89**) e uma âncora (**75**). Esses seriam referências à origem transmarina de Telégono, filho de Ulisses e lendário fundador do Túsculo<sup>132</sup>:

(o rei Tarquinio) empenhou-se, sobretudo em atrair o povo latino, procurando apoio no estrangeiro para poder sentir-se seguro entre seus próprios concidadãos. Não contente com os laços de hospitalidade, uniu-se a seus chefes por relações de parentesco. Otávio Mamílio Tusculano era, sem contestação, o nome mais importante entre os latinos e, se acreditarmos na lenda, descendente de Ulisses e da deusa Circe. Tarquinio lhe deu a deusa Circe em casamento e, através dessa união ligou-se a muitos parentes e amigos de seu genro (Liv. 1. 49)<sup>133</sup>.

Outro ponto a ser destacado é a legenda PP (*Penates Publici*) à direita da cabeça dos Dióscuros na moeda de **89**, indicando-os como os *Penates* da *gens* Fonteia. Crawford utiliza essa informação para associar a iconografia das duas faces da moeda, o *doliolum*, pequeno barril, trazendo os *sacra* de Troia, representado no navio, no anverso (RRC 307/1). Se acatada essa interpretação, a moeda projetaria os antecedentes da *gens* Fonteia para um ponto ainda mais distante, não apenas sua ligação com as antigas comunidades latinas da península itálica, mas também sua relação com as tradições ligadas aos gregos e à lendária cidade de Troia.

Observadas em seu conjunto, as moedas cunhadas entre 139 e 83 que integram a coleção do MHN/RJ e evocam a origem latina da *gens* do monetário permitem algumas considerações. A primeira delas e, sem dúvida, a mais significativa para este trabalho, é de que esse movimento de evocação é impensável de ser compreendido sem se considerar a presença fundamental das divindades, seus *signa* e suas relações com os lugares. São elas, mais do que qualquer outra referência, que remetem aos locais apontados como o berço das famílias. Juno *Sospita*, os Dióscuros e os *Penates* aparecem associados ao Lanúvio, ao Túsculo e a Lavínio, respectivamente. Na maioria das vezes isso se dá pelo fato de o local ser um reconhecido espaço de culto da divindade (**04**, **74**, **89**, **97**, **151**), mas a relação pode ter sua base nos mitos fundadores da cidade (**80**, **94**). Na medida em que a religião romana absorveu elementos itálicos, etruscos e gregos, incorporou igualmente elementos pertinentes aos cultos realizados em prol das divindades por esses povos, que passaram assim, de certa forma, a também fazer parte da religião romana (BLOCH, 1966, p. 126). Esse fenômeno é percebido

<sup>132</sup> Contra, RCV, *Fonteia 1*, p. 48, que, a partir da figura humana de pé sobre a proa do navio na moeda 74, a interpreta como uma alusão às explorações navais de P. Fonteio Capito, que era pretor na Sardenha em 169 segundo Lívio (43, 15). A partir do paralelismo entre as peças 74 e 89, considero a hipótese de uma referência à origem transmarina dos fundadores do Túsculo mais viável.

<sup>133</sup> *Latinorum sibi maxime gentem conciliabat ut peregrinis quoque opibus tutior inter cives esset, neque hospitium modo cum primoribus eorum sed adfinitates quoque iungebat. Octavio Mamílio Tusculano—is longe princeps Latini nominis erat, si famae credimus, ab Ulixee deaque Circa oriundus—, ei Mamílio filiam nuptum dat, perque eas nuptias multos sibi cognatos amicosque eius conciliat* (Liv. 1, 49)

nas moedas cunhadas entre 139 e 83, particularmente nas peças que fazem alusão ao culto de Juno *Sospita* no Lanúvio (**04**, **97**) e dos Dióscuros no Túsculo (**74**, **89**, **151**). Tratando-se da influência grega, a questão parece outra. As moedas **94** (através da alusão à cidade de Lavínio, supostamente fundada por Enéas) e **89** (através da alusão aos *Penates Publici* e o *deolium*, trazendo os *sacra* de Troia) apelam para uma presumida ligação de Roma com o mundo grego. Esse aspecto em especial atende a outra demanda presente no século II, momento em que se consolidava uma tradição baseada na autoridade dos antepassados. Ao mesmo tempo em que, internamente, a aristocracia reafirmava seu poder, Roma se apresentava como o centro do mundo, um mundo fora de Roma, um mundo que era mais velho que Roma. Eram, principalmente, as tradições narrativas gregas que realmente dominavam o mundo mediterrâneo e que, com os deuses se movendo em “estórias”, exílios fundadores de cidades ou expedições militares aventureiras, davam a todas as cidades costeiras do Mediterrâneo uma genealogia, um lugar na história grega. Então, Roma é entendida como tendo sido fundada quatrocentos e trinta anos após a queda de Troia e deuses com nomes romanos recebem uma história, uma genealogia dentro do jogo (RUPKE, 2009, p. 136). Ao se inserirem dentro dessas narrativas de fundo grego, Roma e os romanos preenchiam as lacunas que os separavam das narrativas fundadoras do mundo mediterrânico e o discurso iconográfico numismático não ficou alheio a esse momento.

Finalmente, observando em especial as moedas cunhadas pela *gens* Fonteia, é interessante notar a forma como a referência à figura dos Dióscuros, através da qual a origem antiga da família do monetário é lembrada, é visualmente reduzida se compararmos os denários cunhados no final do século II (**74** e **89**) e aqueles cunhados na década de 80 do século I (**151**)<sup>134</sup>. Ao invés da representação das cabeças dos dois deuses irmãos, no anverso, nas peças mais antigas, temos apenas seus chapéus, ao alto, no reverso da peça mais recente, dividindo espaço com outra divindade, e símbolos tais como o tirso, bastão ornamentado no topo com uma pinha em forma de cone, associado ao deus grego Dioniso e ao romano Baco, e a coroa. Creio que essa variação no discurso numismático pode ser analisada a partir das mudanças políticas que caracterizaram o final da República Romana e atingiram seu ápice na época de Augusto, sendo precedidas por importantes mudanças culturais, concentradas principalmente em uma mudança no *locus* da autoridade. Antes concentrada nas mãos da aristocracia, essa autoridade foi abalada no século I pela influência do estudo e da pesquisa dos antiquários, os quais minaram o apelo à autoconstrução da nobreza na definição da

<sup>134</sup> Não considerei na confrontação, propositalmente, a moeda **75** por tratar-se de um *as*, de bronze. As moedas de bronze tradicionalmente possuíam iconografias mais simplificadas que os denários.

identidade romana e também as pretensões dessa de conhecer seus próprios antepassados (WALLACE-HADRILL, 2008, p. 231-237). Assim como as moedas de Sexto e L. Júlio César (35 e 100), anteriormente analisadas, as peças de C. Fonteio (74) e Mn. Fonteio (89) foram produzidas ainda no contexto de valorização dos antepassados, em cuja autoridade se fundamentava o poder da elite, daí o grande espaço dado às origens lendárias da *gens* e à figura dos Dióscuros. A moeda de 85 (151) é cunhada em um momento no qual essa autoridade já começava a ser abalada. Esses são outros elementos, que, conforme observado na terceira seção deste capítulo, atendem às demandas públicas contemporâneas para a emissão da moeda, ganhando espaço dentro da iconografia numismática<sup>135</sup>. Além disso, com a efígie de Apolo no anverso, a peça inclui-se entre os tipos com apolíneos que proliferaram nas décadas de 80 e 90, no contexto da Guerra Social, que analisarei no Capítulo III<sup>136</sup>. Assim, a referência aos Dióscuros que lembram a antiguidade da *gens* Fonteia não está totalmente ausente no discurso numismático, mas divide espaço com uma iconografia que atende às demandas públicas do momento da cunhagem.

### 2.5.1 Três denários do ano de 89: romanos e sabinos

Os sabinos foram, segundo a tradição, o mais antigo grupo populacional a ser incorporado a Roma. Tinham a reputação de frugais, virtuosos, corajosos, severos e dotados do dom da profecia, o que justificava uma publicidade gentílica relacionada a eles, seus cultos, seus lendários reis ou a estereótipos a eles ligados (FARNEY, 2007, p. 78-81). Algumas *gens* alegavam descender dos sabinos, entre elas os Cláudios. O monetário Públio Cornélio Lântulo Marcelino era originariamente um Cláudio, adotado por um Cornélio Lântulo e, no denário que cunhou (111), fez referência a sua origem através da representação, no anverso, do busto de Hércules, divindade cultuada na cidade sabina de *Reate* (SMITH, v. 1, 1859, p. 762; RRC 329; FARNEY, 2007, p. 257; Suet. *Vesp.* 2).

Tratando-se de moedas com iconografia com motivos sabinos, contudo, no Repertório que acompanha esta tese merece destaque especialmente um conjunto de três tipos de denários, cunhados no ano de 89 por iniciativa de L. Titúrio Sabino (138, 139 e 140). Não sabemos com certeza a razão do cognome do monetário. Uma suposta ascendência sabina, talvez do rei Tátio *Tatius* (RSC, *Tituria* 1-3, p. 92; ZEHNACKER, 1973, p. 496) é a

<sup>135</sup> Em especial, o tirso, abaixo da imagem. Vide p.125.

<sup>136</sup> Vide p.163.

associação mais imediata, mas se trata apenas de uma hipótese. Não há dúvidas, porém, de que, enquanto monetário, ele buscou destacar seu cognome, ao cunhar, no mesmo ano, a sequência dos três tipos de denários. No anverso de todos, a figura de Tátio, soberano dos sabinos durante o reinado de Rômulo. No reverso, cenas do rapto das sabinas no primeiro (138), da punição de Tarpeia no segundo (139) e da deusa Vitória guiando uma biga e segurando uma coroa no terceiro (140). As representações chamam a atenção por ostentarem uma ligação entre elas e as peças podem ser lidas em conjunto, quase como sequências de uma história. As emissões datam do período da Guerra Social (91-88), em que Roma assistiu seus antigos aliados da Península Itálica se insurgirem contra seu domínio, em busca do direito à cidadania romana. Primeiros povos a terem seus territórios anexados por Roma, os itálicos possuíam um *status* diferenciado em relação àqueles conquistados posteriormente, mas não a tão almejada cidadania da agora dominadora do Mundo Antigo.

Os reversos das moedas 138 e 139 remetem à época das origens da cidade e aos primeiros movimentos efetuados pelos romanos, no sentido de se misturarem com seus vizinhos. A tradição exposta a seguir é baseada na narrativa de Tito Lívio e na biografia de Plutarco sobre a vida de Rômulo. Fundada a cidade de Roma, Rômulo e seus companheiros precisavam de esposas para garantir a continuidade da mesma. A comunidade era próspera e estava preparada para enfrentar qualquer inimigo das redondezas, mas a falta de mulheres limitava seu poderio a uma única geração (Liv. 1. 9). Nenhum vizinho, porém, desejava estabelecer alianças com Roma e conceder suas jovens em casamento àqueles desconhecidos. Todas as tentativas nesse sentido foram frustradas. Para contornar a situação, Rômulo arquitetou um plano. Preparou jogos solenes, revestiu-os de todo o aparato possível a fim de torná-los atraentes e despertar curiosidade e mandou anunciar o espetáculo aos povos vizinhos. Desejosos de ver a nova cidade, numerosos habitantes das cidades próximas se dirigiram a Roma, principalmente os sabinos, que vieram em massa, com suas mulheres e crianças (Liv. 1.9; Plut. *Rom.* 20).

Grande multidão ocorreu ali, vinda de todas as partes; (Rômulo) se colocou no lugar mais honroso, vestido com uma bela túnica púrpura, acompanhado dos principais homens da cidade ao redor de si. De súbito, dobrou uma aba de sua túnica e depois a desdobrou, dando sinal para começar o rapto. Seus homens estavam em vigília, armados e, logo que perceberam o sinal, puseram-se a correr de um lado para o outro, empunhando as armas, com grandes gritos, e raptaram e levaram as jovens sabinas, deixando fugir os homens, sem causar-lhe outros males (Plut. *Rom.* 20).

O rapto provocou grande desespero e fúria nos sabinos, mas, desarmados e em território inimigo, não tiveram como reagir. Retiraram-se, jurando vingança. Após sua partida, os romanos trataram de consolar as jovens, explicando-lhes que agiram daquela maneira apenas porque não lhes restara alternativa para obter esposas. Asseguraram-lhes, contudo, que seriam bem tratadas em Roma, iriam compartilhar de seus bens e de sua pátria e teriam bons maridos, preocupados em cumprir seus deveres. Lívio acrescenta ainda que os romanos diziam ter agido por amor, recurso, segundo o autor, eficaz para convencer as mulheres (Liv. 1. 9)<sup>137</sup>. A indignação dos sabinos, entretanto, persistia e esses se reuniam em torno do rei Tito Tátio, planejando a vingança. A eles na revolta se uniram outros povos, que também haviam sofrido parte da afronta<sup>138</sup>. Rômulo derrotou-os um a um, antes de acontecer o embate contra os sabinos (Liv. 1. 10-11).

A cidadela de Roma era comandada por Espúrio Tarpeio e sua filha, Tarpeia, traidora a causa romana, permitiu a entrada dos soldados inimigos. Em troca, a jovem teria pedido os braceletes de ouro que os sabinos traziam no braço esquerdo. Uma vez na cidade, Tátio e seus homens lançaram sobre Tarpeia tudo o que traziam no braço esquerdo, não só seus braceletes, mas também seus escudos, sufocando-a até a morte (Liv. 1.11; Plut. *Rom.* 26). Após alguns conflitos entre romanos e sabinos, o confronto final acabou sendo evitado pelas mulheres sabinas, que se colocaram entre seus pais e os agora maridos, conduzindo-os ao consenso:

De uma guerra tão triste surgiu então uma paz alegre, que tornou as sabinas mais queridas por seus esposos e pais e, sobretudo, pelo próprio Rômulo. Por isso, quando dividiu a população em trinta cúrias, foi o nome delas que ele lhes atribuiu. O número de mulheres era, evidentemente, maior que o das cúrias, mas a tradição não explica o critério de escolha: se teria sido por idade, dignidade ou sorteio (Liv. 1. 13).

As moedas **138** e **139** apelam para valores especialmente significativos no instante em que a aliança de Roma com seus aliados itálicos se encontrava em momento de revisão e sob a ameaça de rompimento. Inicialmente, pela antiguidade desses laços, estabelecidos através do predomínio do consenso sobre o conflito, e sua importância para a prosperidade da cidade. Tarpeia, a jovem que permitiu a entrada dos inimigos na cidade, evoca imediatamente a questão do quanto é abominável a traição em tempos de guerra ou, por antítese, a importância da lealdade entre aliados. A figura do traidor é tão aversiva que nem mesmo Tátio e seus

<sup>137</sup> *Accedebant blanditiae virorum, factum purgantium cupiditate atque amore, quae maxime ad muliebre ingenium efficaces preces sunt* (Liv. 1. 9).

<sup>138</sup> *Caeninenses Crustuminique et Antemnates erant ad quos eius iniuriae pars pertinebat* (Liv. 1. 10).

homens puderam conviver com ela, ainda que beneficiados pela sua ação. Aparentemente os reversos das duas peças reconstituem dois episódios do passado remoto da Roma das origens. Mas apenas aparentemente. Ainda que as lendas narradas se situem no reinado de Rômulo, os valores que elas evocam (a relação de Roma com seus vizinhos, a lealdade em tempos de guerra) são demandas contemporâneas às emissões, pois um conflito dentro da península itálica estava em curso.

Ao analisar as efígies nas moedas romanas, Zehnacker estabelece uma interessante apreciação sobre a atualidade dessas em relação ao momento da emissão das moedas. Sua apreciação pode ser facilmente aplicada às moedas de Titúrio Sabino, não apenas às efígies, mas também às cenas de corpo inteiro do reverso:

(...) as muitas efígies das moedas da República têm significados vários ou, melhor, a escolha reúne um conjunto de razões convergente que, longe de se invalidarem se apoiam umas nas outras. Na aparência é o passado, mas esse significado é apenas superficial, na realidade é o presente que está em questão, com suas esperanças, intrigas e lutas (ZEHNACKER, 1973, p. 482).

A informação acerca do conflito em curso no momento da cunhagem das peças de Titúrio Sabino encontra-se codificada na terceira moeda da sequência (140). Nela, a mensagem vem mediada pela presença de uma divindade, o que, conforme já visto, era uma característica frequente do discurso numismático romano republicano. Vitória, a deusa que, mesmo antes de ter estátuas ou templos em Roma, já desempenhava um papel proeminente na imagética da guerra (WEINSTOCK, 1958, 2504-6; 1971 p. 91-3 *apud* BEARD, NORTH, PRICE, 1998, v.1, p.69), aparece guiando uma biga e empunhando uma coroa. Aparentemente, o culto à Vitória desenvolveu-se na *Vrbs* no decorrer do século IV, derivado do culto da *Niké* grega e sob o impacto dos eventos ocorridos fora do mundo romano, especialmente as conquistas e a fama de Alexandre, o Grande (BEARD, NORTH, PRICE, 1998, v.1, p. 69). Vitória recebeu um templo em Roma em 294, ao mesmo tempo em que outros deuses romanos começaram a atrair o título de *Victor* ou *Invictus*. A recordação de um prodígio da deusa, contudo, data de dois anos antes da dedicação do templo e está associada a uma estátua erguida no *Forum*, onde Vitória está de pé, no pedestal, olhando na direção da qual vinham os gauleses (cf. Dio Cass. 56. 24.4 *apud* CLARK, 2007, p. 187). Como *dea Roma* na moeda de M. Fúrio Filo, analisada no Capítulo I desta tese, que, ao coroar o troféu de armas gaulesas materializa o triunfo da cidade-estado romano sobre o inimigo<sup>139</sup>, Vitória

---

<sup>139</sup> Vide p. 36.

formata e contribui para atribuir significados à mensagem contida no conjunto de três moedas com motivos sabinos, relacionando-as com o conflito em curso<sup>140</sup>. Ao coroar o troféu, porém, *dea Roma* celebrava uma ação acabada (**62**), uma vitória conquistada. Vitória, conduzindo a biga em movimento, com a coroa em punho (**140**), simboliza o sucesso dos romanos no penúltimo ano da Guerra Social, mas traduz também o sentimento em prol do triunfo de Roma no conflito ainda em andamento. Em moedas, os deuses romanos não só celebram vitórias conquistadas, mas também participam dos conflitos ainda em curso, incitando à vitória. Por outro lado, a presença sabina se reveste de amplitude. Sua união com os romanos em tempos remotos, no momento em que o consenso prevaleceu sobre o conflito, serve de apelo para que os mesmos valores sejam observados no presente. Mais uma vez seres divinos e humanos (e, desta vez, também figuras lendárias como Tito Tátio) convivem no complexo e versátil discurso iconográfico romano republicano.

---

<sup>140</sup> No mesmo ano L. Titurio Sabino cunhou ainda um *as* ocasionalmente com motivos laudatórios (**141**). A moeda reproduz a iconografia padrão do tipo, o reverso ostentando às vezes uma folha de palmeira sobre a proa ou Vitória segurando a coroa à direita desta.

## CAPÍTULO III – *VRBS ET CIVES*: CIDADES E CIDADÃOS

### 3.1 Os *Minucii*, sua coluna e suas moedas

A terceira parte desta tese tem como proposta olhar a cidade de Roma através das moedas cunhadas entre 139 e 83. Há duas maneiras de pensar a *Vrbs*, enquanto espaço físico e enquanto comunidade de cidadãos, e as duas formas estão presentes no discurso numismático do período. É verdade que esses dois aspectos não opõem, ao contrário, dialogam entre si. Assim, por exemplo, ainda que seja possível identificar uma relação próxima entre ambição individual e construções públicas e privadas desde o final do século IV, o incremento da competição aristocrática após a vitória contra Aníbal deixou suas marcas em Roma e, se a construção de templos decaiu, construções como pórticos e basílicas, entre outras, se multiplicaram na cidade (PATTERSON, 2006, p. 347-350).

O que há de comum nas referências numismáticas a esses dois aspectos da cidade, e que interessa especialmente a este trabalho, é a presença de elementos ditos religiosos nos dois casos. Em uma moeda cunhada no ano de 91, D. Júnio Silano fez referência a um templo da deusa *Salus*<sup>141</sup> que um antepassado de sua *gens* havia construído no Aventino, colocando a efígie dessa divindade no reverso da peça (123). Poucos anos antes, em 126, a representação de outra divindade em uma moeda havia ajudado a lembrar o feito de um ancestral do monetário Caio Cássio, que propusera e conseguira fazer aprovar a *lex Cassia*, instituindo o voto escrito e secreto para os julgamentos, exceto no caso de alta traição (46). Tal modalidade de voto é tradicionalmente associada à liberdade cívica, o que, na moeda, está traduzido pela imagem da deusa *Libertas*, guiando uma quadriga, com o *pileus* na mão esquerda, no reverso. Através dessas e de outras peças, pretendo, neste terceiro capítulo, apontar para o que, através da iconografia numismática, deuses, *signa* religiosos e *instrumenta sacra* nos contam sobre a cidade de Roma e seus cidadãos.

Começarei pelas moedas que contêm representações arquitetônicas da *Vrbs*. Essas correspondem a uma pequena parcela das peças analisadas nesta tese, pois ainda que os primeiros exemplares com esses tipos datem da segunda metade do século II, o fenômeno só se tornou mais frequente a partir de 80. Simples, frontais e abreviadas, as primeiras representações arquitetônicas em moedas são contemporâneas à popularização do segundo

<sup>141</sup> Entre os romanos, essa divindade personificava a saúde e o bem-estar (cf. CLARK, 2007, p.70; p. 83-85)

estilo de pinturas de parede romano, caracterizado por suas vistas arquitetônicas, o que provavelmente não é mera coincidência (ELKINS, 2015, p. 324-330). Em sua obra sobre o imperialismo romano e as identidades locais, Louise Revell destaca que o estudo de edifícios públicos ou privados sendo desenvolvidos em combinação com os preceitos da história da arte é uma tradição longamente estabelecida, porém o perigo dessa abordagem é perder o contexto que tornou essas construções significantes no passado e separá-las das atividades que aconteceram ali dentro e das pessoas que as utilizaram (REVELL, 2009, p. 15-16). Assim, a autora propõe um olhar sobre os edifícios não como arquiteturas estéticas, mas como espaços sociais (REVELL, 2009, p. 19). Acredito que as considerações de Revell podem ser igualmente úteis para se pensar as representações arquitetônicas em moedas: ainda que haja uma associação inegável entre tais representações e a arte romana que se desenvolvia no mesmo momento, as imagens cunhadas nas peças monetárias eram representações de espaços sociais, concretos ou idealizados, e esse aspecto não deve ser esquecido. Digo “concretos ou idealizados” porque, sobre alguns monumentos retratados em moedas (como a coluna Minúcia, que abordarei logo a seguir), não temos a comprovação de sua real existência, função ou localização. Ainda assim, na análise das representações arquitetônicas em moedas, busquei priorizar o contexto social de produção destas, que muitas vezes pode ser mapeado com o auxílio do próprio discurso numismático, bem como as relações estabelecidas por deuses e homens com essas edificações e a presença dos *signa* religiosos na caracterização ou referência a esses espaços.

Representações arquitetônicas explícitas são encontradas em três peças do Repertório que acompanha esta tese, os denários de Caio e Tibério Minúcio Augurino (**13** e **19**) os quais já citei anteriormente e o denário de Mânio Emílio Lépidio (**73**). É interessante notar que, embora datem do início do período caracterizado pela presença das referências às famílias dos monetários nas moedas, os denários da *gens* Minúcia apresentam iconografia bastante elaborada e complexa em seus reversos. Jonathan Williams define a moeda de Caio Augurino, cunhada em 135 (**13**), como “meticulosa e específica” no que se refere ao monumento e aos vários atributos das três figuras retratadas, “combinando observação arquitetônica, detalhes históricos e simbolismo apropriado numa cena sugestiva de religiosidade familiar” (WILLIAMS, 2006, p. 146). Concordo com a avaliação de Williams e penso que ela pode ser facilmente estendida à moeda de Tibério Augurino, cunhada no ano seguinte (**19**). Nos termos propostos por Christine Perez para uma leitura semiológica da iconografia numismática, os reversos dos denários dos Minúcios Augurinos ostentam imagens “ricas”, nas quais há uma “verdadeira explosão de significados”. A essas se opõem as imagens “pobres”, nas quais os

símbolos são pouco numerosos ou pouco variados, constituindo-se às vezes de um símbolo único (PEREZ, 1985, p. 115). Perez associa a incidência de imagens “ricas” em moedas a períodos de incerteza política, nos quais os pretendentes ao poder procuram todos os artifícios possíveis para justificar suas pretensões de gerir a coisa pública. Os estudos da autora concentram-se nas imagens monetárias do século I. Transpondo os pressupostos de Perez para a segunda metade do século II, o momento da emissão dos denários dos Minúcius Augurinos não pode ser caracterizado como um período de crise ou mesmo de incerteza, mas é um período de acirramento das disputas internas entre a aristocracia, o que talvez ajude a compreender o grande número de recursos iconográficos utilizados pelos monetários nas peças.

Retornando rapidamente ao objetivo deste capítulo – buscar as referências que o discurso numismático faz à cidade de Roma, tanto como espaço físico quanto como conjunto de cidadãos –, cumpre apontar que ambos os aspectos estão contemplados nos denários dos Minúcius Augurinos. O primeiro, pela representação arquitetônica da coluna, e o segundo pelos recorrentes alusões à distribuição de trigo à comunidade, considerando-se que o abastecimento de grãos era uma questão essencial para as cidades antigas<sup>142</sup>.

O centro da cena do reverso de ambos os denários é ocupado por uma coluna, geralmente identificada como a Coluna Minúcia (*Columna Minucia*) (RRC 242/1; 243/1; RCV 119; 120; WILLIAMS, 2006, p. 145-146; EVANS, 2009, p. 1-5). A mesma teria sido erguida em homenagem ao prefeito da anona (*praefectus annonae*)<sup>143</sup> Lúcio Minúcio. Referências ao monumento são encontradas em Plínio e Tito Lívio. Plínio fala da prática antiga de se erguer colunas (*antiquior columnarum*), citando aquela erguida por iniciativa popular, do lado de fora da *Porta Trigemina*, em honra desse antepassado da *gens* Minúcia que teria distribuído grãos a baixo preço (Plin. *Nat.* 34. 21). Tito Lívio reconta o fato de forma semelhante, mas se refere a uma estátua de um boi dourado erguida no mesmo local não por iniciativa, mas sem a oposição do povo (Liv. 4. 13.16)<sup>144</sup>. Em Festo, há referência não a uma

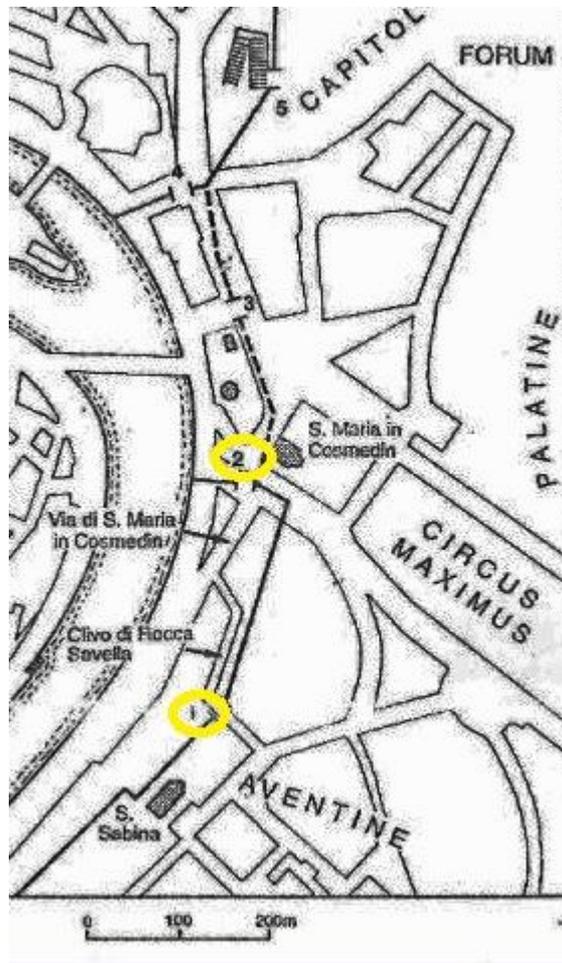
<sup>142</sup> A extensão da demanda e dos arranjos para o suprimento de Roma durante a República permanece hipotética. Para uma população de cerca de um milhão de habitantes (presumida para a cidade no final da República e início do Principado) foram estimadas que um mínimo de 237.000 toneladas de trigo, 100.000 toneladas de vinho e 18.000 toneladas de óleo de oliva teriam sido anualmente necessárias (PATTERSON, 2006, p. 356-357).

<sup>143</sup> Em 440 ou 439, L. Minúcio teria inaugurado essa magistratura excepcional do mundo romano, nomeada em momentos de emergência ou épocas de escassez extraordinárias. Broughton (*MRR* 1, p. 57) situa a atuação de L. Minúcio como prefeito da anona em 440. Williams (2006, p. 146) aponta o ano de 439 para o mesmo evento. A função do magistrado era supervisionar o suprimento de cereais para a cidade, com jurisdição na administração e nos assuntos relacionados ao preço desses no mercado (Liv. 4. 13-16). Antes, L. Minúcio fora cônsul em 458. Nos *Fasti*, ele aparece como cônsul sufeto (*consul suffectus*) (*Fast. apud* Broughton, *MRR* 1, p. 39). Lívio se refere a ele apenas como cônsul (Liv. 3.25.2; Liv. 3. 25.9; 29.3).

<sup>144</sup> *L. Minucius bove aurata extra portam Trigemina est donatus* (Liv. 4. 13.16)

coluna, mas sim a uma *Porta Minucia* próxima a um altar (Fest. 1.122)<sup>145</sup>. Já foi levantada a hipótese de que ambas (a *Porta Trigemina*, citada por Plínio, e a *Porta Minucia*, que aparece em Festo) fossem a mesma passagem (TORELLI *apud* WISEMAN, 1998, p. 94). Para Peter Wiseman, contudo, o mais provável é que tenham existido duas portas, próximas uma à outra, de forma que o mesmo monumento pudesse ser descrito em relação a ambas (WISEMAN, 1998, p. 95, **Figura 20**). Mario Torelli aposta em nomes sucessivos para uma mesma passagem da muralha serviana, inicialmente *Minucia* e, depois, *Trigemina*, após a reconstrução em virtude do incêndio ocorrido por ocasião da invasão gaulesa (TORELLI, *Columna Minucia*, LTUR I, 1993, p. 306).

**Figura 20** – Localização da Porta *Minucia* e Porta *Trigemina*



Parte ocidental da muralha da cidade de Roma sob a República. 1. Porta Minucia? 2. Porta Trigemina. 3. Porta Flumentana. 4. Porta Carmentalis. 5. Porta Catulária? (WISEMAN, 1998, p. 96)

<sup>145</sup> *Minutia porta Roma est dicta aba ara Minuti quem deum putabant* (Fest. 1.122)

Sobre a natureza do monumento, Tonio Hölscher pondera que, do lado de fora da cidade, espera-se uma tumba, não uma estátua honorífica, então o que as moedas mostram é possivelmente um monumento funerário (HÖLSCHER, 1978, p. 315-357 *apud* WISEMAN, 1996, p. 59). Outra possibilidade levantada seria a de um local de culto de uma divindade associada à *gens* Minúcia ou de expressão de um culto gentílico, no qual estaria colocado o boi dourado citado por Lívio, posteriormente retirado (WISEMAN, 1996, p. 91-93; TORELLI, *Columna Minucia*, LTUR I, 1993, p. 306). Para Jane Evans, a aparência arcaica da coluna, com suas adições pouco usuais, levam a crer que o monumento não existia de fato quando as moedas foram cunhadas. Segundo a autora, os que conceberam as peças responderam à necessidade de enfatizar os longos esforços da família, “criando uma velha coluna” em uma área particular de Roma e associando-a ao abastecimento de grãos à cidade e aos afazeres cívicos e religiosos (EVANS, 2011, p. 4). Representação de um monumento real ou materialização de uma tradição incerta, a única conclusão que pode ser obtida através da observação da Coluna Minúcia nas moedas, combinada com as informações contidas nas fontes escritas, é a de que, em 135, data da cunhagem do denário de Caio Minúcio Augurino, existia ou se acreditava haver existido em Roma um monumento erguido em homenagem a um ou mais ancestrais da *gens* Minúcia<sup>146</sup>.

No reverso das duas moedas, dois homens togados circundam a coluna. O da direita segura um *lituus*; o da esquerda carrega objetos não facilmente identificáveis, em geral apontados como pedaços de pão (RRC 242/1; WILLIAMS, 2007, p. 146). Minha tendência é a de acatar essa interpretação para os itens que ele carrega na mão esquerda e enxergar o item que ele traz na mão direita como um *simpulum*, utensílio em forma de concha utilizado pelos romanos para manusear líquidos durante as libações. Seu pé encontra-se repousado sobre um *modius*, recipiente cilíndrico romano utilizado para medir e armazenar alimentos secos, equivalente aproximadamente a sete ou oito quilos. No topo da coluna encontra-se a estátua de uma terceira figura togada, segurando um bastão. As togas indicam que se tratam de cidadãos. Da base da coluna “brotam” dois galhos de trigo, um em cada lado. No denário de

---

<sup>146</sup> Os monumentos mais conhecidos de Roma que fazem referência a *gens* Minúcia são posteriores a 135. O *Porticus Minucia Vetus* foi construído por M. Minúcio Rufo, cônsul em 110, com o espólio da longa campanha contra uma tribo trácia (Richardson, *Topog. Dict. Ancient. Rome*, p. 316). O *Porticus Minucia Frumentaria* data do início do Império e, pelo menos até a época do imperador Cláudio, distribuições regulares de trigo aconteciam no local (Richardson, *Topog. Dict. Ancient. Rome*, p. 315).

Caio Augurino, vê-se ainda a metade do corpo de dois leões agachados, também um de cada lado do monumento<sup>147</sup>.

No capítulo anterior, abordei a questão da representação do *lituus* nessas peças como símbolo associado ao Colégio dos Áugures e, conseqüentemente, ao cognome da *gens* (*Augurinus*). A religiosidade da cena, contudo, não é percebida só pela presença do bastão sacerdotal e, talvez do *simpulum*, mas também através do trigo, dos grãos, dos pedaços de pão que o homem da esquerda carrega nas mãos e da própria posição das figuras. Associado ao culto da grega Deméter e da romana Ceres, o trigo evoca a perenidade das estações, o retorno das colheitas, a alternância entre a morte do grão e sua ressurreição em múltiplos grãos. A espiga de trigo possui uma significação religiosa, associada ao sentimento de harmonia entre a vida humana e a vida vegetal, ambas submetidas a vicissitudes semelhantes. Como a origem do trigo é desconhecida, assim como a de muitas plantas de cultivo, ele surge ainda, essencialmente e em diferentes civilizações, como um presente dos deuses, ligado ao dom da vida (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1991, p. 906). Como o trigo, os grãos em geral, que morrem e se multiplicam, são símbolos das vicissitudes da vegetação. Seu simbolismo se eleva, porém, acima dos ritmos da vegetação para significar a alternância da vida e da morte, da vida no mundo subterrâneo e da vida à luz do dia, do não manifestado à manifestação (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1991, p. 477). Já o pão é o símbolo do alimento essencial, tanto do ponto de vista material quanto espiritual (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1991, p. 681). Na moeda, a figura da esquerda parece fazer uma oferenda à coluna com os pedaços de pão, olhando para o alto numa atitude de devoção diante da figura no topo do monumento (WILLIAMS, 2006, p. 146). Se, na linguagem numismática romana republicana, o trigo é utilizado para fazer referência à distribuição de grãos à população (RRC, p. 729),<sup>148</sup> o pão sendo pensado para aludir ao fornecimento de alimento não é uma associação improvável. Os leões na base da coluna no denário de Caio Augurino (13) são mais difíceis de serem interpretados. O animal é em geral associado ao poder, à sabedoria e à justiça (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1991, p. 538), mas sua representação é mais comum nas moedas do mundo grego do que em Roma. O leão é a primeira representação de animal conhecida na

<sup>147</sup> Contra Torelli (TORELLI, *Columna Minucia*, LTUR I, 1993, p. 306), segundo a qual as interpretações são de grifos, não de leões. Os grifos são aves fabulosas, com bico e asas de águia e corpo de leão, que, no mundo grego, guardam tesouros. Simbolizam a força e a vigilância, mas também o obstáculo a superar para chegar ao tesouro (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1991, p. 478).

<sup>148</sup> Pouco antes de L. Minúcio, em 440, o edil M. Márcio, da *gens* Marcia, teria distribuído grãos à plebe por um *as* o *modius* (Broughton, *MRR* 1, p. 55; Plin. *Nat.* 18, 15). O feito de M. Márcio foi lembrado em denário cunhado em 134 por seu descendente, também M. Márcio, que traz um *modius* no anverso e espigas no reverso (17).

numismática grega, sendo relacionado ao poder e à força. No caso da moeda da *gens* Minúcia de 135, é possível que seja uma alusão ao poder exercido pelos antepassados, homens públicos que se encontram também representados na peça. Da mesma forma, o bastão que a figura togada ao alto da coluna porta possivelmente é um símbolo de poder, comando e autoridade (CHEVALIER; GHEERBRANDT, 1991, p. 124). Assim, temos, em linhas gerais, dois elementos que se sobressaem na iconografia do reverso das peças: a abundância de alimentos (ou pelo menos sua não escassez) e o (exercício do) poder. Ou, colocando de outra forma, o poder público cuidando do abastecimento da comunidade. Esse item em especial, que trata de “homens públicos que abastecem a comunidade”, ganha nome e rosto através dos antepassados da *gens* Minúcia. Com exceção do ancestral áugure à direita da coluna, a identificação das outras duas figuras representadas na peça não é consensual, mas as possíveis controvérsias não comprometem o esquema homem público-distribuição de grãos citado acima. É provável que a estátua do topo se refira a L. Minúcio, o mesmo homenageado que Plínio e Lívio citam (WILLIAMS, 2006, p. 145; WISEMAN, 1998, p. 59). Porém, nenhum dos dois autores latinos faz referência a uma *estátua* de L. Minúcio, então, talvez possamos considerar que os monetários fizeram uma composição livre e adaptaram à sua maneira o monumento para deixar clara a mensagem de que este “era” efetivamente em homenagem ao *praefecto annonae*, mesmo que sua representação concreta “nunca estivesse estado lá”. Quanto à figura esquerda, que carrega pedaços de pão e cujo pé repousa sobre um recipiente de grãos, considero mais coerente a interpretação de William, que a identificou como P. Minúcio ou M. Minúcio, cônsules em 492 e 491, respectivamente, em função de outra distribuição de grãos acontecida naqueles anos (WILLIAMS, 2006, p. 146; Broughton, *MRR* 1, p. 16-17)<sup>149</sup>.

Sob nosso olhar contemporâneo, a distribuição de grãos a baixo preço parece não ter lugar nesse espaço de religiosidade, mas o conjunto faz completo sentido para os romanos, para os quais a fartura não pode ser alcançada sem a devida observância da piedade e a

<sup>149</sup>Antes, Cohen (1854, p. 218) e Wiseman (1998, p. 59) haviam identificado a figura da esquerda como o de *praefectus annonae* de 440 ou 439 (o mesmo da estátua). Penso, contudo, que uma dupla representação deste na peça não faria muito sentido. A mesma identificação foi adotada por Evans (2011, p. 3-4), mas por outra razão. Segundo a autora, a estátua no topo da coluna seria de *Consus*, o deus do armazenamento de grãos, que tinha um altar subterrâneo no Circo Máximo (Dion. Hal. 2. 31. 2-3). Considero, contudo, que a hipótese de Evans, um deus ao alto cercado por figuras humanas, destoa significativamente das outras representações em moedas do mesmo período. Verduchi aponta a estátua do topo como sendo do cônsul de 497 ou 491 e a figura da esquerda como o cônsul de 305, também Tibério Minúcio Augurino, pai do áugure do ano de 300 (TORELLI, *Columna Minucia*, LTUR I, 1993, p. 306). Richardson (*Topog. Dict. Ancient. Rome*, p. 96) levantou a hipótese de que as representações nas moedas não fossem de figuras humanas, mas sim de estátuas que existiriam ou próximas à coluna ou em outro lugar qualquer, tendo sido colocadas próximas à coluna para compor a cena. Embora não seja inviável, não há outros elementos que sustentem essa hipótese.

aquiescência do divino, ainda que atitudes práticas como as de L. Minúcio também ajudassem, é claro. Nas moedas da *gens* Minúcia, religiosidade e presença destacada na vida pública são os atributos comuns às várias gerações da família. Para enaltecê-los, há uma subversão do tempo e o fato de três indivíduos que viveram em épocas diferentes estarem presentes na mesma cena apela para a força do conjunto. É um recurso semelhante àquele utilizado por Marco Claudio Marcelo, que, em 148, ergueu três estátuas – de si próprio, de seu pai e de seu avô. As estátuas foram erguidas próximas a um templo construído pela família e uma inscrição chamava atenção para os nove consulados exercidos pelos três (embora o pai de Marcelo tivesse exercido apenas um). As realizações de três gerações de homens que partilhavam o mesmo nome são apresentadas como uma unidade, enfatizando a tradição familiar e obscurecendo o fato de porventura um ou outro ter obtido um sucesso menor (FLOWER, 1996, p. 71-72).

Além do passado reconstruído, há também as demandas do presente influenciando nessa reconstrução e a questão evocada pela iconografia das peças é a da crescente necessidade de fornecimento de alimentos para a população (TORELLI, *Columna Minucia*, LTUR 1, 1993, p. 306). O problema do abastecimento de grãos para a cidade de Roma tornou-se mais sério na segunda metade do século II, em função do aumento no número de habitantes da cidade, de uma série de eventos contingenciais que causaram a queda da produção dos grãos em algumas regiões, da especulação dos mercadores e da presença de um centro de consumo que, em certo grau, competia com Roma – o exército. Uma epigrafia da Tessália, provavelmente do ano de 129, que indica que o questor L. Cecílio Metelo se dirigiu a Liga Tessálica para organizar um carregamento de grãos para Roma, que sofria de escassez e a *lex frumentaria* de Caio Graco em 123 mostram que o abastecimento da cidade era uma preocupação presente (CRISTOFORI, 2002, p. 142-143). A tendência romana de glorificação dos antepassados é inquestionável, mas uma preocupação com a distribuição de grãos mais ou menos contemporânea à emissão das moedas não é um dado desprezível. Não é surpresa que os Minúcios desejassem restaurar seu lugar de destaque na política romana referindo-se a um tempo em que seus ancestrais tinham, com sucesso, interferido em uma crise similar e ajudado o povo, assegurando o suprimento de grãos, pelo menos de acordo com sua versão da história (EVANS, 2009, p. 2).

Oriundos de uma família tão piedosa, que tantos serviços haviam prestado à cidade, com homens públicos e áugures entre seus ascendentes, os monetários podiam, em função desse *background* familiar, pleitear serem reconhecidos como portadores de semelhantes atributos. Está subentendida, nessa perspectiva, uma promessa de dias prósperos caso

obtivessem sucesso em suas carreiras políticas e o povo os permitisse ascender a novas magistraturas. Sob esse aspecto, as iconografias dos denários de Tiberio e Caio Minúcio Augurino são altamente representativas. Combinam a tradição dos feitos passados relacionados à *gens* com as preocupações presentes, em um discurso veiculado por uma simbologia de forte conotação religiosa. Elas unem, ainda, passado e presente, projetando o futuro de uma *gens*, associada ao exercício do poder e à prática da religiosidade, mas também à capacidade de assegurar a abastança à comunidade. Na peça, todo esse capital simbólico da *gens* está organizado ao redor da coluna, uma pequena parte da paisagem urbana de Roma.

### **3.2 Imagens da cidade de Roma no denário de *Aemilius Lepidus***

Como nas moedas dos Minúcios Augurinos, representações arquitetônicas e referências às ações públicas dos antepassados da *gens* dos monetários estão combinadas em outro denário, cunhado em 114 ou 113, por iniciativa de Mânio Emílio Lépido (73). A representação arquitetônica é uma construção em forma de arcos, colocada no reverso da peça. As ações em prol da comunidade são as obras realizadas na cidade, dentre as quais a construção em forma de arcos é um dos exemplos. Os detalhes sobre a execução desse conjunto de benfeitorias em particular são encontrados principalmente em Tito Lívio, que as atribui a Marco Emílio Lépido e Marco Fúlvio Nobilior, os censores do ano de 179 (Liv. 40. 51). A censura era uma das mais importantes magistraturas romanas e seus ocupantes eram responsáveis principalmente pela realização do censo e pela vigilância dos costumes. Ao que parece, em meados da República, se envolviam também com administração das finanças do Estado no que dizia respeito à supervisão dos edifícios públicos e à construção de novas obras (Cic. *Leg.* 3.3). Tito Lívio conta que, individualmente, Emílio Lépido e Fúlvio Nobilior eram homens ilustres e de competência reconhecida, mas havia um temor em relação à ação deles em conjunto, pois os dois nutriam uma inimizade recíproca. Assim, encerrado o comício que determinou a eleição de ambos, L. Cecílio Metelo pronunciou um longo discurso, incentivando-os a deixarem a rivalidade de lado e agirem de comum acordo em prol do bem público. Em resposta, os eleitos passaram a expor as razões das diferenças que possuíam um com o outro, mas concordaram em atender ao apelo de Cecílio Metelo e dos outros cidadãos presentes, com a condição de que o colega fizesse o mesmo. A seguir, foram-lhes concedidas as rendas de um ano para serem aplicadas em construções públicas (Liv. 40. 45, 51). Aparentemente, o acordo foi cumprido e os censores realizaram e restauraram inúmeras obras. Emílio Lépido construiu um dique, um teatro e restaurou o templo do Júpiter no Capitólio.

Marco Fúlvio ergueu um porto e as pilastras de uma ponte sobre o Tibre, uma basílica, um mercado, um fórum e vários pórticos. Em conjunto, os dois censores iniciaram a construção de um aqueduto e seus arcos (Liv. 40. 51).

A partir do relato de Lívio, podemos, ao menos, constatar a existência de uma tradição estabelecida que associava os dois censores de 179 à realização de inúmeras obras públicas. Cerca de sessenta anos depois, essa tradição foi resgatada através da cunhagem do denário de Mânio Emílio Lépidio, provavelmente neto ou bisneto do censor de 179<sup>150</sup>. No reverso do denário de 114 ou 113, as letras da legenda LEP, parte do nome do monetário e de seu ancestral, estão cuidadosamente acomodadas entre os arcos da construção. *Lepidii* era um dos diversos ramos nos quais a patrícia *gens* Emília se dividia. No geral, essa *gens* era uma das mais prestigiadas de Roma e fazia suas origens remontarem aos deuses e a personagens fundadoras da cidade. Em uma versão sobre sua origem, é feita alusão a uma vestal *Aemilia*, que seria filha de Enéas e Lavínia e, mesmo, mãe de Rômulo e Remo. Outras versões ligam a *gens* a Amúlio ou a um filho de Numa Pompílio denominado *Mamercus Aemilius* (WISEMAN, 1998, p. 111; BELTRÃO, 2015, p. 12-13). Desde o século V, há *Aemilii* cônsules, senadores, pretores e questores, entre outros. Marco Emílio Lépidio, o censor de 179, por exemplo, foi ainda cônsul em 187 e 175, *triumphator*, seis vezes *princeps Senatus* e tornou-se *pontifex maximus*, o primeiro *Aemilius* registrado como tal (BELTRÃO, 2015, p. 13). Além disso, nos séculos II e I, o nome dos *Aemilii* encontra-se associado a várias construções em Roma, *via Aemilia*, *Pons Aemilius*, *Porticus Aemilia*, *Aedes Aemiliana*, talvez um *lucus Aemilius*, e a *Basilica Aemilia*, entre outros.

Nos catálogos numismáticos, a interpretação dos arcos não é única e consensual, alternando entre uma ponte e um aqueduto. Caso seja uma ponte, a opção mais provável é a *Pons Aemilius*, atual *Ponte Rotto*, sobre o Rio Tibre. Não possuímos informações sobre o seu idealizador e as circunstâncias da construção. Para Cohen, trata-se da *Pons Sublicius*, construída em madeira por Anco Marcio e depois reconstruída em pedra por um membro da *gens* Emília (COHEN, 1857, p. 11-12), porém essa associação é incerta (RICHARDSON, *Topog. Dict. Ancient. Rome*, p. 296-297). Não é inviável também que seja aquela que Tito Lívio fala que foi construída por Fúlvio Nobilior em 179. Mas, nesse caso, teria que entender que a construção da mesma, ao contrário do que diz Lívio, foi uma iniciativa dos dois

<sup>150</sup> Não possuímos informações sobre outras magistraturas exercidas por Mânio Emílio Lépidio, além do cargo de triúmviro monetário, que ele exercia no momento da cunhagem da moeda. Após o censor de 179, há um M. Emílio Lépidio pretor em 161 e cônsul em 158 e outro pretor em 129 e cônsul em 126 (Broughton, *MRR* 1, p. 526). Crawford acredita que o Mânio Emílio Lépidio, o monetário, era filho do cônsul de 126 (RRC 291/1).

censores em conjunto ou sua representação em uma moeda da *gens* Emília não faria muito sentido. Seaby (RSC, *Aemilia* 7, p. 10) e Sear (RCV 168) acreditam que a imagem possa ser um arco triunfal, sendo que Sear oferece ainda a opção de um aqueduto. A hipótese de um aqueduto é adotada por Crawford (RRC 291/1). Nesse caso, a imagem faria referência ao *Aqua Aemilia-Fulvia*, cuja construção foi iniciada pelos censores de 179 (**Figura 21**). Acredito que essa hipótese seja a mais coerente, considerando-se a importância e grandiosidade da obra (o aqueduto mais longo de Roma no momento da cunhagem da moeda, com pouco mais de 90 quilômetros de extensão, cf. Richardson, *Topog. Dict. Ancient. Rome*, p. 17; CATTALINI, *Aqua Marcia*, LTUR I, 1993, p. 67) e seu impacto no abastecimento de água de uma cidade cuja população era crescente na segunda metade do século II.

Se comparado ao reverso do denário de T. e C. Minúcio Augurino, o reverso da peça de M. Emílio Lépidio é menos rico, com poucas imagens e símbolos. A identidade da figura cuja estátua equestre encontra-se no topo dos arcos é incerta, talvez um ancestral ilustre da *gens* (RRC 291/1). Não há divindade ou símbolos religiosos atribuindo significados às imagens do reverso ou auxiliando na elaboração da mensagem. Neste particular, o denário de Mânio Emílio Lépidio se difere da grande maioria das peças analisadas no decorrer deste trabalho e também dos exemplares do mesmo tipo produzidos entre 139 e 83 que fazem parte da Coleção de Numismática do MHN/RJ e que integram o repertório que acompanha esta tese. Equivaleria às inconsistências de um sistema, conforme sugerido por Hölscher, em seu estudo que equipara a linguagem das imagens na arte romana a um sistema semântico (HÖLSCHER, 2004, p. 2; 97-100).

**Figura 21** – Ruínas do *Aqua Aemilia-Fulvia*



Ruínas do *Aqua Aemilia-Fulvia* em Tívoli, Itália

Imagem disponível em [https://it.wikipedia.org/wiki/Acqua\\_Marcia#/media/File:Tivoli\\_Acquedotto\\_Arci\\_0511-03.jpg](https://it.wikipedia.org/wiki/Acqua_Marcia#/media/File:Tivoli_Acquedotto_Arci_0511-03.jpg). Acesso em 13 de setembro de 2015

Quanto ao anverso, Seaby (RSC, *Aemilia* 7, p. 10), Crawford (RRC 291/1) e Sear (RCV 168) identificam a imagem ali representada como sendo a efígie da deusa Roma (*dea Roma*), a divindade que personifica o Estado romano. Caso essa interpretação esteja correta, trata-se de uma representação da deusa que destoa das outras do período, em função da ausência do elmo guerreiro. Crawford fundamenta sua interpretação na legenda do anverso da moeda, a qual sugere ser descritiva, porém acredito que outros atributos presentes na efígie, como os cachos do cabelo e o colar de contas, são mais significativos para essa identificação. Mais uma vez, não é possível determinar as razões dessa opção do monetário por “despir” *dea Roma* de seu elmo guerreiro; contudo, essa é a única representação da deusa com essas características dentre todas as moedas que integram o Repertório.

O reverso do denário de Mn. Emílio Lépido associa a trajetória da *gens* Emília à paisagem urbana de Roma. Seja na construção ou na representação de uma ponte ou de um aqueduto, foram feitas adaptações a partir do monumento e dos acontecimentos reais para chegar ao discurso transmitido pelo reverso da moeda. A ponte construída pelos censores de 179 não tinha arcos; esses só foram colocados posteriormente, em 142 (Platner-Ashby, p. 397-398). Já o aqueduto foi apenas “iniciado” pelos censores de 179. O próprio Tito Lívio esclarece que ocorreram problemas em relação à desapropriação de terras por onde o mesmo passaria e a construção teve que ser interrompida (Liv. 40. 51). A obra só foi concluída em 140, por iniciativa do pretor Quinto Márcio Rex, com os recursos obtidos nas campanhas vitoriosas de Roma sobre Corinto e Cartago, razão pela qual o aqueduto é conhecido pelo nome de *Aqua Marcia*. A construção tornou-se necessária porque os aquedutos existentes (*Anio Vetus* e *aqua Appia*) não eram mais suficientes para uma população que tinha aumentado muito além de todas as expectativas. Por causa da grandiosidade da obra e do empenho financeiro e organizacional que comportava, fez-se necessária uma prorrogação das magistraturas de Q. Márcio Rex (CATTALINI, *Aqua Marcia*, LTUR I, 1993, p. 67).

Assim, a iconografia em questão é uma elaboração do monetário idealizador da peça, na qual um elemento (a participação do ancestral censor na iniciativa da construção de uma obra pública) é destacado em detrimento de outros (a existência de outro censor igualmente envolvido na ação ou o fato de a obra ter sido interrompida e retomada anos depois com a atuação destacada de outro magistrado). Tal aspecto é importante para lembrarmos que, por maior que seja a importância e a validade da utilização de moedas como fontes históricas, essas não devem ser tomadas como retratos fiéis de fatos ocorridos, como uma fotografia do

passado<sup>151</sup>. São, antes de tudo, construções, que, ao mesmo tempo em que recolhem informações de um passado supostamente vivido, são memórias elaboradas a partir das demandas do presente e, como quaisquer memórias, sociais ou individuais, são seletivas (BURKE, 1992, p. 238).

Por outro lado, adotando-se a hipótese de que o denário faça referência ao *Aqua Aemilia-Fulvia*, na moeda, o extenso aqueduto encontra-se representado através de três arcos, uma pequena parcela de sua visão real. O diâmetro médio de um denário republicano gira em torno de dois centímetros e era necessário um esforço para fazer caber toda a mensagem pretendida nesse pequeno espaço. Assim, o fato de estarmos analisando uma representação contida em uma cunhagem monetária e não em um relevo, em um texto ou em um ritual, não é um dado irrelevante. Representações numismáticas obedecem a uma lógica própria que reduz, encurta e abrevia em virtude da concreta limitação de espaço disponível. As letras da legenda LEP estão colocadas entre os arcos da construção (seja ela uma ponte ou um aqueduto) e o restante do nome do monetário circunda e envolve a imagem. Com certeza, o pouco espaço contribuiu para a escolha, mas não creio que seja apenas isso. Encontramos no denário de Mânio Emílio Lépidio uma composição entre imagem e linguagem não rara de ser constada em moedas romanas. A linguagem verbal não só participa da construção da mensagem visual, mas a transmite e a completa, numa circularidade simultaneamente reflexiva e criadora (JOLY, 1994, p. 11). Moedas analisadas em outros momentos deste trabalho também exemplificam essa integração, como os denários de M. Acílio (31) e N. Fábio Pictor (47)<sup>152</sup>. Mas apenas no denário de Emílio Lépidio o nome da família integra-se à representação de parte da arquitetura de Roma, uma tradução visual das intervenções ancestrais no espaço urbano.

---

<sup>151</sup> Mesmo a fotografia que foi considerada, por ocasião de sua aparição, uma cópia perfeita do real, possui a sua parte de convenção e construção. As operações que resultam numa fotografia respondem a uma série de escolhas e de manipulações feitas antes da tomada de vista (escolha do tema, do material a ser usado, do tempo de exposição). A todas essas escolhas é preciso ainda juntar as escolhas que foram feitas no próprio momento de tirar a fotografia: enquadramento, iluminação, pose do modelo, ângulo da tomada de vista, etc. (cf. JOLY, 1994, p. 149)

<sup>152</sup> As bordas do reverso do denário de M. Acílio (31) são constituídas por uma dupla sequência de pontos com a legenda indicando o monetário (M. ACILIVS MF) entre elas. No denário de N. Fábio Pictor (47), N FABI está colocado à direita da cena do reverso, de baixo para cima e PICTOR à esquerda, de cima para baixo. Além disso, a legenda QUIRIN (o ancestral referenciado na moeda era *flamen Quirinalis*) está dentro de um escudo que integra a imagem. Vide p. 31-32.

### 3.3 *Templa et comitia*

No mundo romano há uma clara diferenciação entre o *templum*, local ritualmente definido por um áugure, correspondente a um espaço celeste, selecionado mediante a observação dos auspícios, e o *aedes* (menos frequentemente *sacellum* ou *fanum*), construção arquitetônica ou a estrutura de caráter religioso, aquilo que, em nosso vocabulário, é denominado templo (ORLIN, 2002, p. 1; EGELHAAF-GAISER, 2006, p. 205-206). Em algumas ocasiões, o *aedes* era erguido em honra a uma divindade que já estava sendo cultuada em um *templum* inaugurado, isto é, um espaço que havia passado por uma *inauguratio*, uma definição ritual, responsável pela criação de um *locus inauguratus*. Em outras ocasiões, havia um santuário no local e a construção do *aedes* marcava um novo estágio no desenvolvimento do culto. Ou ainda, a decisão de construir um templo poderia marcar a introdução de um culto novo em Roma (ORLIN, 2002, p. 1). Já os *templa* não eram locais apenas de atividades que hoje classificaríamos como religiosas; eram espaços privilegiados para o funcionamento das magistraturas, assembleias e tribunais, as reuniões públicas do povo romano (BELTRÃO, 2013a, p. 180-184).

Se nas moedas republicanas romanas cunhadas entre 139 e 83 não encontramos representações explícitas de *aedes*<sup>153</sup> o mesmo não pode ser dito sobre os *templa*. O denário de P. Licínio Nerva (77), cunhado entre 113 e 112, constitui-se no melhor exemplo de referência a esse tipo de espaço, dentre as peças que integram o Repertório que acompanha esta tese. A moeda é um dos mais festejados tipos da cunhagem republicana romana por reproduzir, em seu reverso, uma cena de votação, a única que conhecemos (TAYLOR, 1966, p. 39; RCV 169). Sua importância como fonte é grande, especialmente quando consideramos que os textos antigos não nos informam, com detalhes, como ocorriam os procedimentos eleitorais nas assembleias oficiais da República Romana, os *Comitia*. Um exemplar desse tipo numismático encontra-se na Reserva Técnica do MHN/RJ. No anverso, vê-se o busto da deusa Roma à esquerda, usando elmo com uma pena em cada lado, segurando escudo com a mão esquerda e lança com a mão direita, a qual repousa sobre o ombro, crescente acima, legenda ROMA atrás e marca de valor XVI (em monograma) na frente. No reverso, está a representação de uma prancha colocada de um lado ao outro, provavelmente a passarela (*pons*) pela qual o eleitor passava antes de depositar seu voto na cesta de votação (*cista*). A

<sup>153</sup> Um denário (RRC 385/1; RCV 312) cunhado por iniciativa de M. Volteio em 78 é o primeiro a ostentar a imagem de um templo no reverso, o de Júpiter, no Capitólio, fora, portanto do recorte temporal proposto para esta tese. Entre as peças cunhadas entre 139 e 83 há, contudo, referências indiretas a templos ou à construção desses, conforme abordarei na seção seguinte, p. 152.

função de tais passarelas era evitar abusos na hora do voto, por manter o eleitor isolado e à vista de todos. Sobre a passarela estão dois eleitores togados. Um deles, à esquerda, pega um objeto de uma terceira figura, que está em um nível mais baixo. A figura é provavelmente um *custos* (espécie de fiscal, que substituiu o antigo *rogator*, que registrava o voto oral) e o objeto é possivelmente uma tábula de votação, na qual o eleitor deveria marcar seu voto<sup>154</sup>. À direita da passarela está o outro eleitor, prestes a depositar seu voto na *cista*.

O monetário pertencia à *gens* Licínia, uma celebrada *gens* plebeia a quem pertencera o tribuno C. Licínio Calvo Stolo, um dos proponentes da lei que abriu o consulado para os plebeus (Liv. 6. 35-37). A partir daí, seus membros ocuparam cargos durante toda a República, com especial destaque para os últimos tempos. Calvo (com os cognomes Esquilino e Stolo), Crasso, Geta, Lúculo, Macer, Murena, Nerva, Sacerdos e Varo eram os principais ramos da *gens* (SMITH, 1859, v.II, p. 782).

Antes de analisar o espaço representado no denário de Licínio Nerva enquanto um *templum*, são necessárias algumas considerações na tentativa de definir que local exatamente está sendo retratado na peça. Para tal, é preciso tentar compreender o que levou o monetário a escolher essa iconografia em especial. Minha hipótese é de que, através da imagem do reverso da moeda, Licínio Nerva fez alusão, simultaneamente, a um feito de um antepassado de sua *gens*, no estilo do que era comum à aristocracia, e a uma mudança na prática eleitoral romana, empreendida por seus aliados políticos.

O antepassado lembrado na moeda seria o tribuno Caio Licínio Crasso, que em 145 teria apresentado uma lei, não aprovada, segundo a qual os membros dos colégios sacerdotais deveriam ser eleitos pelas assembleias populares e não mais pela cooptação dos próprios membros. Ao fazê-lo, foi o primeiro a conduzir o povo do *Comitium* para o *Forum*, a fim de apreciar as leis<sup>155</sup> (Cic. *Amic.* 96; Varr. *RR.* 1.2.9). Lily Ross Taylor (1966, p. 23-25), seguida por outros autores (NICOLET, 1976, p. 336), deduziu que, nesse momento da segunda metade do século II, os comícios legislativos foram transferidos do *Comitium* para o *Forum* por causa do crescimento do número de eleitores<sup>156</sup>. Dentro da tradição romana de exaltação

<sup>154</sup> Adotei aqui a interpretação de Norbert Rouland (1997, p. 211-213) para a iconografia do reverso do denário. Lily Ross Taylor (1966, p. 39) sugere que o homem à esquerda, na passarela, é o *custos* e que o eleitor é o elemento fora da passarela, recebendo a tábula. Minha opção pela aceitação de Rouland se deu pelo fato de enxergar certo paralelismo entre as duas figuras do primeiro plano, concebendo-as como dois eleitores (cf. ROULAND, 1997, p. 213).

<sup>155</sup> *atque is primus instituit in forum versus agere cum populo* (Cic. *Amic.* 96); *C. Licinius, tr. pl. cum esset, post reges exactos annis CCCLXV primus populum ad leges accipiendas septem iugera forensia e comitio eduxit* (Varr. *RR.* 1.2.9)

<sup>156</sup> As assembleias oficiais do povo romano (os comícios) aconteciam em diferentes lugares, segundo sua natureza: o *Comitium* ou o Capitólio para os Comícios Curiatas, o Campo de Marte para os Comícios Centuriatas e o *Comitium*, o *Forum* e o Campo de Marte para o Comício por Tribos. Sobre este último, ao que parece, os

dos antepassados através do discurso numismático, inúmeras vezes citada neste trabalho, é razoável supor que a moeda de Licínio Nerva contenha uma relembração desse ancestral da *gens* Licínia, ainda que de um ramo diferente do seu (RRC 292/1; RSC, *Licinia* 7, p. 56). Por outro lado, a iconografia do reverso da peça concede especial destaque ao aspecto material do processo de votação, situando em primeiro plano o eleitor sobre a passarela prestes a depositar seu voto, o que levou também à sugestão de uma alusão da moeda à lei de Mário de 119 (RRC 291/1). Na qualidade de tribuno, naquele ano, Caio Mário propôs e conseguiu fazer aprovar uma lei determinando o estreitamento das passarelas pelas quais o eleitor passava antes de depositar seu voto (Plut. *Mar.* 4; Cic. *Leg.* 3. 17). Supostamente, o estreitamento da *pons* favorecia a privacidade do eleitor, protegendo-o contra possíveis pressões e intimidações. O projeto recebeu fortes reações da aristocracia, inclusive do cônsul L. Cecílio Metelo, patrono de Mário. O então tribuno enfrentou a oposição e submeteu a lei diretamente ao povo, conseguindo que a mesma fosse acatada. Em virtude do pequeno lapso temporal existente entre a proposição da lei (119) e a cunhagem da moeda (113-112), considero essa hipótese provável. Como não se tem conhecimento de nenhum membro da *gens* Licínia envolvido no episódio da aprovação da lei de 119, a conexão para essa suposta alusão pode ser o fato de o monetário ter sido partidário ou simpatizante de Mário, conforme sugerido também por Ross Taylor (1966, p. 76). Sabemos que, em 104, ou seja, após a cunhagem da moeda, Licínio Nerva possuiu um poder designado na Sicília e enfrentou uma revolta de escravos (Dio Cass. 27. 93; Diod. 36. 3). Em sua prosopografia, Robert Broughton, a princípio, o situa como pretor em 104, mas, não descarta a possibilidade de ele ter ocupado a pretura em 105 e a propretura em 104 (Broughton, *MRR* 1, p. 562). Como os anos de 105 e 104 correspondem à ascensão política de Mário<sup>157</sup>, a coincidência de datas corrobora a possibilidade da ligação entre ambos.

Acatada a hipótese de que o reverso de Licínio Nerva faz alusão à lei de Mário, mas simultaneamente relembra a atuação do tribuno Licínio Crasso, então o reverso do denário reconstitui um Comício por Tribos, do tipo legislativo<sup>158</sup>. O local representado, por

---

Comícios Tributos eleitorais foram transferidos para o Campo de Marte já no final do século IV pela necessidade de fazer votar simultaneamente todas as tribos, enquanto os legislativos e os judiciários eram mantidos no *Comitium*. Em 145, os comícios legislativos teriam sido transferidos para o *Forum*, em função de um aumento no número de eleitores (ROSS-TAYLOR, 1966, p. 40-41).

<sup>157</sup>Com o prestígio obtido pela atuação na guerra contra o rei Jugurta da Numídia, Mário foi eleito cônsul pela primeira vez em 107. Foi novamente eleito para o cargo para o ano de 104, obtendo o comando da luta contra os cimbrios e os teutões, e reeleito mais quatro vezes até o ano 100.

<sup>158</sup>Na República Romana, cabia ao povo reunido nos Comícios por Tribos rejeitar ou aprovar os projetos de lei a ele submetidos e também eleger os magistrados menores. Corroborando a interpretação da cena do reverso do

consequência, é o *Forum*, para onde esse tipo de assembleia foi transferido após 145, conforme citado acima<sup>159</sup>. A passarela que se vê no reverso seria parte das estruturas erguidas no *Forum* para que os Comícios pudessem acontecer. Ross Taylor acredita na existência de estruturas de madeira atreladas ao *Rostra*, em um nível mais baixo, onde o banco dos tribunos (*subsellium*) era colocado, tal como colocado no denário de M. Lólio Palicano, cunhado em 45 (**Figura 22**)<sup>160</sup>. O *Rostra* era a plataforma de onde os oradores falavam ao povo nos Comícios (Assembleias) romanos. O nome deriva do fato de, em algum momento antes do século III, ter sido decorada com os aríetes (*rostra*) dos navios de guerra dos inimigos vencidos.

**Figura 22** – Denário de M.Lólio Palicano



Denário de M. Lólio Palicano, Roma, 45. RRC 473/1; RCV 465

Imagem disponível em <http://davy.potdevin.free.fr/Site/crawford5-2.html> Acesso em 08 de outubro de 2016

denário de Licínio Nerva como sendo parte de um comício tributo legislativo está a interpretação de Theodor Mommsen da representação retangular que aparece ao alto, acima da linha paralela superior. No centro da imagem há traços do que Mommsen identificou como sendo uma letra “P”, o nome de uma tribo, Papíria ou Pupúnia, por exemplo. As linhas paralelas representariam as divisões entre todas as tribos, separadas no momento do voto (MOMMSEN, 1887-8, 3,401, *apud* ROSS-TAYLOR, 1966, p. 39).

<sup>159</sup>Contra, Humm (2014, p. 333-335), que interpreta as linhas paralelas como as *saepta* do Campo de Marte. “A palavra *saepta* designava as barreiras que serviam para separar as diferentes unidades de votação (centúrias ou tribos) e que parecem igualmente ter sido utilizadas, no final da República, no *Forum*. No Campo de Marte, o termo *saepta* (no plural, como *comitia* para designar as unidades de voto) designava as localizações fechadas pelas paliçadas de madeira que constituíam as passarelas nas quais os eleitores se mantinham de pé para ir votar” (HUMM, 2014, p. 333-334).

<sup>160</sup>A imagem do reverso mostraria o *Rostra* preparado para os *Comitia* e enfatizaria o papel do pai de Palicano na restauração do poder dos tribunos (ROSS-TAYLOR, 1966, p. 45; HUMM, 2014, p. 328). De ambos os lados da estrutura partiriam as passarelas. Ross-Taylor (1966, p. 44-45) pondera que a altura do *Rostra*, aproximadamente três metros e meio, parece alta para uma passarela, o que leva a crer na existência de escadas e outros níveis na estrutura, inclusive considerando o fato de que, na cena do reverso do denário de Licínio Nerva, vemos indivíduos em níveis diferentes.

Em um artigo recente, em que analisa os espaços comiciais e o controle augural em Roma durante o período Republicano, Michel Humm (2014) lembra que, depois do fim do século XIX, os especialistas passaram a discutir se tais espaços eram ou não lugares inaugurados e, portanto, *templa* augurais (HUMM, 2014, p. 318). Em outros termos, parece não haver dúvida de que era necessário que a tribuna do alto da qual um magistrado tomava os auspícios e presidia uma assembleia do povo fosse instalada em um *templum*. Restava saber se isso se aplicava ao restante do espaço comicial, isto é, o local onde se concentravam os votantes, o *Comitium*, o *Forum* ou o Campo de Marte. Em sua análise, Humm procura enfocar a questão relacionando-a às transformações das práticas institucionais dos romanos, não somente no que concerne às diferentes localizações das assembleias através da cidade de Roma, mas também em função da evolução dos procedimentos eleitorais. Algumas de suas conclusões são especialmente úteis para pensarmos o espaço retratado no denário de Licínio Nerva enquanto um *templum*.

Humm trabalhou com o conceito de *templa* políticos, elaborado a partir da distinção de R. Fiorio entre o que seria um *templum* fixo (*auguraculum*), um local permanente de reunião, e um *templum* móvel (*templum facere*), renovável a cada ocasião, que permitia agir com o povo (FIORI, 2014, p. 115-169 *apud* HUMM, 2014, 2014, p. 321). Os Comícios se desenvolveriam a partir do estabelecimento e da definição desse segundo tipo de *templum* e, face a essa natureza, todo o espaço físico que empregava a assembleia e seus participantes estavam, de certa forma, a ele integrados. Além disso, era necessário que os comícios fossem convocados em dias próprios, que deviam ser *fastes*. Com esse controle augural, é sensato acreditar que os espaços comiciais eram locais inaugurados (HUMM, 2014, p. 314). Tais considerações já seriam suficientes para tomar seriamente a representação no reverso do denário de Licínio Nerva, como sendo a de um *templum*, mas há ainda um ponto que reforça essa interpretação. A moeda foi cunhada no momento em que o voto escrito e secreto já se encontrava firmemente estabelecido nas assembleias legislativas romanas.<sup>161</sup> Em tempos de voto oral, a questão acerca do fato de o espaço comicial poder ser considerado ou não um *locus inauguratus* dizia respeito diretamente ao espaço decisório das assembleias, o local onde se concentravam os votantes. Em tempos do voto escrito, pelo menos a urna de votação era colocada na tribuna oficial. Era necessário, portanto, que os cidadãos exprimissem seu voto dentro de um espaço inaugurado, um *templum*, onde os auspícios haviam sido tomados.

---

<sup>161</sup>Sobre as leis que instituíram o voto escrito e secreto nas assembleias romanas, vide nota nº 5.

Em nosso estudo, há a conclusão de que a representação no denário de Licínio Nerva é a de um *templum*.

O sistema eleitoral dos *Comitia* romanos encontra-se representado em, pelo menos, mais uma moeda do Repertório que acompanha esta tese (46). Nela, contudo, o processo de votação não está retratado em detalhes como no denário de Licínio Nerva. A alusão é feita através de um objeto em particular, a urna colocada atrás da efígie de *dea Roma*, no anverso. Como no denário de Licínio Nerva, há a referência, dessa vez mais evidente, da atuação de um antepassado na modificação do sistema eleitoral romano. O monetário é Caio Cássio da *gens* Cássia, que cunhou em 126. Seu ancestral ilustre é Lúcio Cássio Longino Ravilla, que, em 137, na qualidade de tribuno da plebe, propusera e conseguira fazer aprovar a *lex Cassia*, instituindo o voto escrito e secreto para os julgamentos, exceto no caso de alta traição. A *gens* Cassia era originariamente patrícia e, após, plebeia; a esse último grupo pertencem os Cássios, que obtiveram destaque e ocuparam magistraturas importantes no decorrer do século II (SMITH, 1859, v. II, p. 621-622). Lúcio Cássio Longino Ravila, o proponente da lei de 137, tornou-se cônsul em 127 e censor em 125 (Broughton, *MRR* 2, p. 544). O monetário de 126 era filho de Caio Cássio Longino, cônsul em 124 (IBIDEM, p. 543). Quanto ao magistrado propriamente dito, não há registros de que tenha ocupado outras magistraturas posteriormente. A influência augural nos *Comitia* romanos e os rituais que precediam as votações propriamente ditas seriam suficientes para afirmar que a questão religiosa não está ausente na moeda de Caio Cássio. Mas há outros aspectos iconográficos a serem considerados: o reverso da moeda reproduz a tradicional cena da quadriga em movimento conduzida por uma divindade, no caso, a deusa *Libertas*, que segura o chapéu de forma cônica, (*pileus*) na mão direita e as rédeas e o bastão (*vindicta*) na mão esquerda. Como *Concordia*, *Pietas* ou *Vitoria*, *Libertas* estava entre as divindades romanas que personificavam qualidades ou atributos especialmente caros ao povo romano. Por terem tamanha força que não poderiam ser controladas exceto por um deus, a qualidade por si só era designada “divina” (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, v.II, p. 34). Clark, que estudou especialmente tais “qualidades divinas”, rejeita a definição de “personificação de ideias abstratas”, que sugeriria para essas divindades uma posição inferior a outras no panteão romano. Segundo a autora, “recebendo o culto público, (estas divindades) eram parte da religião de Roma, a qual concedia a estes deuses, cujos nomes eram também (mais que) substantivos, uma influência no ordenamento e na explicação do mundo” (CLARK, 2007, ii). O quarto capítulo da obra de Clark traz observações interessantes sobre a representação de *Libertas* em moedas e o *pileus* como atributo da mesma, que pode aparecer ao lado da deusa (provavelmente para facilitar sua

identificação) ou sozinho. O uso do *pileus* estava originariamente ligado à ideia de liberdade em oposição à escravidão. Na linguagem numismática republicana, contudo, seu papel “semântico”<sup>se</sup> estendeu, remetendo também à liberdade política em oposição à tirania (CLARK, 2007, p. 148). A urna colocada atrás da deusa Roma, no anverso da peça, ilustra a hipótese de Clark, uma vez que o voto escrito e secreto protegia *Libertas* na esfera cívica. Morstein-Marx acredita que essas alusões eram facilmente inteligíveis pelos receptores das moedas, tanto aquelas que ele classifica como sendo de “primeira ordem” (a conexão entre *Libertas* e o sufrágio) como as de “segunda ordem” (atos individuais ou monumentos dos ancestrais dos monetários, por exemplo) (MORSTEIN-MARX, 2004, p. 82-91). Ainda segundo Clark, uma vez que *Libertas* fosse adorada, qualquer referência a ela, ainda que “mundana”, era “teológica” no sentido estrito da palavra. Assim, o sentido social, político e cultural de *Libertas* era parte – ainda que não a totalidade – do significado da divindade (CLARK, 2007, p. 18). Não discordo dessa posição da autora, porém a opção adotada nesta tese pela concepção de Roma como uma comunidade de deuses e homens, sem a separação que hoje enxergamos entre o “religioso” e o “político”, de certa forma elimina as bases constituintes desse debate.

Na moeda de Caio Cássio, *Libertas* organiza e estabelece uma relação entre os símbolos presentes na moeda, fornecendo coerência à mensagem nela contida. A representação não é exatamente realista, mas utiliza elementos realistas para simbolizar abstrações, nos termos sugeridos por Hölscher (2004, p. 86-102). As considerações desse autor aplicam-se especificamente à arte romana em períodos posteriores, mas acredito que o modelo pode ser utilizado para pensar a iconografia das moedas, especialmente se equiparmos essas à condição de monumento, proposta cuja adoção já foi anteriormente explicitada neste trabalho<sup>162</sup>. Para Hölscher, a ideia central que permeia a arte grega, “o homem e seu mundo”, é abandonada em Roma. Não há uma elaboração de novas formas de representação, mas sim o recurso à diversidade de antigas tradições, agora disponíveis para serem usadas juntas. O realismo aparece nas artes figurativas, mas com a realidade visível significando ideias abstratas. O arranjo das cenas não pode ser tomado como factual, em uma sequência biográfica, mas como uma concepção sistemática de valores ideais ou virtudes políticas primitivas: *virtus, clementia, pietas, concordia*<sup>163</sup> (HÖLSCHER, 2004, p. 86-88). A

---

<sup>162</sup>Vide p. 39.

<sup>163</sup> Um exemplo citado por Hölscher que ilustra bem a proposta do autor se refere a uma cena da Coluna de Trajano, que mostra os soldados romanos construindo uma fortificação sob a supervisão do Imperador. A presença desse último não tem função prática durante uma construção. Do ponto de vista ideológico, a coerência

essas virtudes elencadas por Hölscher, creio que podemos incluir também a *libertas*, representada no denário de Caio Cássio pela deusa do mesmo nome que a personifica. Remetendo a Brelich, também já citado<sup>164</sup>, segundo o qual o politeísmo tem uma tendência a organizar em figuras complexas e diferenciadas a totalidade das realidades não humanas com as quais uma sociedade tem necessidade de regular suas próprias relações (BRELICH, 1969, p. 465 *apud* FERRI, 2014), *Libertas* e *dea Roma* precisamente desempenham essa função na moeda em questão ao personificarem a liberdade cívica e a cidade-estado republicana, questões tão significativas para os romanos. Ambas estavam vividamente presentes nas assembleias do povo, onde os cidadãos exprimiam suas opiniões acerca das questões que afetavam a cidade, através do mecanismo do voto ao qual o decisório denário de Caio Cássio faz alusão.

### 3.4 Deuses, templos e magistrados

Embora de uma forma diferente dos *templa*, os *aedes* também não eram locais de culto às divindades. Tais construções permitiam relembrar os feitos importantes de uma família, onde o acesso à honra e aos cargos públicos era privilegiado pela recomendação dos ancestrais. Os templos materializavam a acumulação de triunfos e de magistraturas, que, por sua vez, constituíam parte do capital simbólico que favorecia o apelo aos votos e o sucesso nos comícios eleitorais. Desempenhavam, portanto, um papel importante dentro da competição aristocrática (BASTIEN, 2014, p. 41)<sup>165</sup>. É segundo esse mesmo princípio que referências a templos aparecem nas moedas cunhadas entre 139 e 83 que integram a coleção do MHN/RJ. Ou seja, a construção de templos surge no discurso numismático mais regularmente associada a um feito ancestral para ser lembrado. É o caso das moedas de D. Júnio Silano (123), a que me referi na abertura deste capítulo<sup>166</sup>.

Padrão semelhante pode ser observado no denário de L. Cássio Cassiano (102), cunhado em 102. Neste, a efígie da deusa Ceres, no anverso, se refere à fundação do templo daquela divindade por Espúrio Cássio, cônsul em 493 (Dion. Hal. *Ant. Rom.* 6, 94, 3; Tac. *Ann.*, 2, 49, 1). Na realidade, tanto a iconografia do anverso como a do reverso remetem à

---

da realidade era menos importante do que a imediata inteligibilidade do significado intelectual da imagem: *labor* dos soldados, *maiestas* do governante (HÖLSCHER, 2004, p. 89-90).

<sup>164</sup>Vide, p. 19.

<sup>165</sup>Jean-Luc Bastien estudou especificamente a competição aristocrática em torno do culto e do templo dos *Castores* sob a República Romana entre os séculos V e I (BASTIEN, 2014, p. 35-68). Anteriormente, Eric Orlin (2002) analisou o processo de promessa, construção e dedicação dos templos enquanto produtos de uma relação simbiótica entre Senado e magistrados, característica da vida política da República Romana.

<sup>166</sup>Vide p. 131.

Ceres. No anverso, a deusa aparece com vestes drapejadas, ostentando uma coroa com espigas de trigo e, no reverso, vê-se uma junta de bois. A legenda com o nome do monetário está distribuída entre anverso (CAEICIANI) e reverso (L CASSI). Imagens de bois podem simbolizar bondade, calma, força pacífica, capacidade de trabalho e sacrifício ou estarem ligadas a uma divindade específica (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1991, p. 137-138). Associadas à representação de Ceres, provavelmente referem-se ao trabalho com a terra e à preparação para a agricultura.

É possível que a referência à construção de um templo também esteja contida no complexo discurso numismático elaborado por Q. Lutátio Cerco na moeda **86**, cunhada em 109 ou 108. Cerca de cento e trinta anos antes, em 241, dois de seus antepassados, os irmãos Q. Lutátio Cerco e C. Lutátio Catulo, haviam tido simultaneamente atuação pública destacada. Lutátio Cerco era um dos cônsules do ano (Broughton, *MRR* 1, p. 219) e Lutátio Catulo comandante das frotas romanas na batalha das *Aegates Insulae*, decisiva na Primeira Guerra Púnica. As divindades que regem comportamentos fraternos notáveis são os Dióscuros. Esses deuses gregos, não raro, são associados aos Castores romanos. Segundo a tradição, o primeiro templo dessas divindades em Roma teria sido prometido em 499 ou 496 pelo ditador Postúmio, quando os Dióscuros apareceram no local após a batalha do Lago Régilo, e dedicado em 484 pelo seu filho (Liv, 2,20,12; 2,42,5; Dion. Hal. *Ant. Rom.* 6, 13). Ainda no ano de 241, o colega de Lutátio Cerco no consulado era A. Postúmio Albino, da *gens* Postúmia, a mesma responsável pela construção do templo dos Castores em Roma. Na moeda **86**, o monetário resgata esse passado de vitórias em que sua *gens* estivera envolvida. Jean-Luc Bastien interpreta as duas estrelas no elmo de *dea Roma*, no anverso, não só como uma referência aos irmãos antepassados da *gens* Lutátia, mas também ao fato de um deles ter como colega um membro da *gens* envolvida na construção do templo dos Castores em Roma<sup>167</sup> (BASTIEN, 2014, p. 46-47). Não raro, os Dióscuros são representados em moedas com as estrelas sobre suas cabeças, como em algumas peças que integram o Repertório (**57** e **89**) e outras cunhadas anteriormente (**Figura 23** e **Figura 24**).

As duas moedas que pretendo analisar a seguir, contudo, fogem do padrão de apelo a um ancestral do idealizador da peça; constituem representações elaboradas pelos monetários a partir de episódios mais ou menos contemporâneos à emissão das peças. De peculiar, ambas

<sup>167</sup> Sobre a associação dos Dióscuros gregos aos Castores romanos, vide p. 77. O cônsul era Q. Lutátio Cerco, irmão do comandante Q. Lutátio, e seu colega era A. Postúmio Albino, da *gens* Postúmia (cf. BASTIEN, 2014, p. 46-47). De acordo com a tradição, o templo foi prometido em 499 ou 496 pelo ditador Postúmio, quando os Dióscuros apareceram no local após a batalha do Lago Régilo, sendo dedicado em 484 pelo seu filho (Liv, 2,20,12; 2,42,5; Dion. Hal. *Ant. Rom.* 6, 13).

tem o fato de serem moedas que representam magistraturas em exercício no momento da cunhagem das peças. Possuem em comum com as peças anteriormente citadas o fato de, nelas, os templos serem lembrados através das representações das divindades (ou de seus atributos, como no caso dos Dióscuros) às quais as construções foram dedicadas. A iconografia referente aos deuses e seus *signa* está igualmente colocada no anverso das peças e as ações humanas melhor explicitadas no reverso, como na moeda de Lutátio Cerco (86), obedecendo ao padrão predominante. São dois denários cunhados respectivamente nos anos de 100 e 86 (110 e 150).

**Figura 23** – Denário anônimo



Denário anônimo, Roma, 209-208. RRC 75/1c; RCV 41

Imagem disponível em <http://davy.potdevin.free.fr/Site/crawford1-2.html>. Acesso em 03 de outubro de 2016

**Figura 24** – Denário de Q. Lutátio Cerco



Denário de Q. Lutátio Cerco, Roma, 206-200. RRC 125/1; RCV 57

Imagem disponível em <http://davy.potdevin.free.fr/Site/crawford2.html>. Acesso em 03 de outubro de 2016

A iconografia da moeda **110** é complexa e original. Pela leitura do Repertório que acompanha esta tese, vemos que os três monetários do ano 100 foram P. Cornélio Lântulo Marcelino, M. Servílio e P. Servílio Rulo, responsáveis pela emissão das moedas nº **111**, **112** e **113**, respectivamente. A moeda nº **110**, contudo, foi cunhada no mesmo ano por iniciativa de dois questores, L. Calpúrnio Piso e Q. Servílio Cépio e traz no seu averso a efígie do deus Saturno (*Saturnus*), à frente das legendas com o nome dos dois idealizadores (PISO e CAEPIO). Abaixo do queixo de Saturno a letra Q, de questor, a usual indicação quando o responsável pela cunhagem não era um *tresviri monetale*. Trata-se de uma emissão *ex senatus consultum*, ou seja, feita mediante autorização especial do Senado, além da produção regular daquele ano. No caso, o expediente está atestado pela legenda EX. S. C, no reverso da moeda.

Saturno é tido como uma das divindades romanas mais antigas que, juntamente com Jano, já estava presente no local antes da fundação da cidade de Roma. É também uma divindade complexa, associada principalmente ao renascimento, à libertação, à riqueza, à fertilidade e, em especial, à agricultura. Na moeda, à esquerda da efígie, está colocada uma foicinha (pequena foice curva, em geral utilizada para o corte ou colheita de ervas ou cereais), atributo das divindades agrícolas (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1991, p. 443). William Smith aponta para o fato de que os antigos identificavam Saturno com o grego *Cronos*, embora não houvesse semelhança entre os atributos de ambos, exceto o fato de estarem entre os deuses mais antigos de suas respectivas civilizações (SMITH, 1859, v.III, p. 726). Em um fragmento de Lívio Andrônico, há uma referência a Saturno como pai de Júpiter (Liv. Andron. *Od.* 2)<sup>168</sup> e sua chegada à região do Capitólio teria representado a conversão da população da região aos modos de vida ditos “civilizados” e às práticas agrícolas. Seu templo, no Capitólio, remonta provavelmente aos primeiros tempos da República e nele era guardado, durante a época republicana, o tesouro público, o *Aerarium Populi Romani* ou *Aerarium Saturni*. Talvez esse fato (ou o detalhe de Saturno ser pensado como o portador da “civilização”) esteja na origem das narrativas de Tertuliano, que credita a ele a introdução das emissões monetárias na Itália (Tert. *Apol.* 1. 8), e de Macróbio, que explica a imagem de navios nas moedas de bronze como uma alusão à chegada do deus na Itália (Macrob. *Sat.* 1.7.22)<sup>169</sup>.

Saturno é a divindade padrão do *semis* (**37**, **41**, **44**, **49**, **51**, **93**), aparecendo sempre no averso, em forma de efígie. Nos denários, porém, sua presença não é frequente. No

<sup>168</sup>*pater noster, Saturni filie* (Liv. Andron. *Frag.* 2)

<sup>169</sup>Para uma abordagem do tema, vide Garstad (2002).

Repertório que acompanha esta tese, com os denários cunhados entre 139 e 83 que integram a coleção de Numismática do MHN/RJ, Saturno aparece em apenas duas peças desse tipo<sup>170</sup>. A primeira delas é o denário cunhado em 104 por L. Apuleio Saturnino, da *gens* Apuleia, com a efígie da deusa Roma no anverso e com a quadriga em movimento no reverso sendo guiada por Saturno, uma alusão a seu cognome (98). A segunda é justamente o denário de L. Calpúrnio Piso Cesonino e Q. Servílio Cépio (110); neste, a iconografia de Saturno dialoga diretamente com a imagem dos dois questores sentados no banco, no reverso.

A questura integra o rol das magistraturas menores (Cic. *Leg.* 3.3) e os questores eram encarregados de cuidar do tesouro público. Questores eram imediatamente superiores aos *tresviri monetales* e, ao que parece, podiam cunhar por virtude de ofício, embora isso não fosse usual (RRC, p. 603). Em um artigo recente, Jonathan Prag (2014) destaca o quanto nosso conhecimento sobre a questura romana ainda é dependente da construção realizada por Theodor Mommsen no século XIX, baseado nas escassas informações fornecidas pela documentação escrita, e o quanto seria desejável um estudo atualizado sobre o tema, ainda que os elementos individuais da reconstrução de Mommsen tenham se provado notavelmente resilientes com o passar do tempo. O número inicial de dois questores provavelmente foi ampliado no decorrer da República, até atingir o total de vinte, na época de Sila (Tac. *Ann.* 11. 22). Não há dados seguros sobre essa evolução. Prag acata a construção de Mommsen, fixando, no momento da cunhagem da moeda, o número de questores em oito, dos quais dois atendiam aos cônsules (MOMMSEN, 1894, II, p. 209; PRAG, 2014, p. 202). Quanto ao restante, sugere que outros dois atuavam como questores urbanos, um sendo formalmente encarregado do erário e ao outro podendo ser atribuídas várias funções, tais como *curator uiarum* ou *res frumentaria*, conforme a necessidade. Os outros quatro questores ficariam alocados nas províncias (Sicília, Sardenha, Hispânia Citerior e Hispânia Ulterior), um em cada local, exceto em circunstâncias especiais<sup>171</sup> (PRAG, 2014, p. 202). Seguindo a distribuição de Prag, podemos supor que L. Calpúrnio Piso e Q. Servílio Cépio eram os questores urbanos no ano 100. A moeda de Piso e Cépio traz no reverso a legenda AD FRV EMV (*ad frumentum emundum*), que indica a relação das emissões monetárias extraordinárias com demandas ligadas ao abastecimento de grãos<sup>172</sup>. Além da legenda, essa

<sup>170</sup> Há um denário conhecido, cunhado no ano de 106, com a efígie de Saturno no anverso, porém o MHN/RJ não possui nenhum exemplar desse tipo (RRC 313 1a-c; RCV 190). O monetário foi L. Mêmio Galéria e a utilização do motivo permanece inexplicada.

<sup>171</sup> No caso da Sicília, por exemplo, sabe-se que dois questores foram designados para o local após a Primeira Guerra Púnica (cf. PRAG, 2014, p. 202).

<sup>172</sup> Sabemos que contemporânea à cunhagem da moeda houve uma proposta de lei apresentada pelo então tribuno Lúcio Apuleio Saturnino (o monetário de 104, idealizador da moeda 98), estabelecendo a venda de grãos a

relação está também comunicada, em termos iconográficos, pelas espigas ao redor dos questores sentados no banco, no reverso. Ao tratar das moedas dos Minúcius Augurinos, comentei o significado simbólico das representações de espigas e grãos, associados ao dom da vida e ao alimento essencial<sup>173</sup>. Representações de espigas aparecem em vários denários romanos cunhados entre 139 e 83 (**13, 4, 19, 38, 39, 91, 107, 150, 157 e 158**) e embora esse significado esteja sempre presente, quase sempre é possível associá-las também a um acontecimento específico ou a uma situação particular. Nas moedas nº **13, 17 e 19**, por exemplo, espigas e grãos relembram as distribuições de grãos efetuadas por ancestrais dos monetários<sup>174</sup>. Em outras peças monetárias, tais como as de nº **39, 91, e 107**, essa associação não é possível, Crawford as interpreta como promessa de ações futuras, caso os monetários progredissem na carreira política (RRC 261/1; 306/1; 326/2). A moeda nº **110**, contudo, nem rememora uma ação ancestral nem sugere uma promessa futura; ao contrário, lida com demandas, soluções e realidades estabelecidas no momento da sua cunhagem. Entre elas, o fato de a produção das peças ter sido custeada pelo tesouro público, mediante uma autorização especial do Senado, viabilizada pela atuação dos questores. Por essa razão, Saturno tem uma presença essencial nessa celebração. O deus remete, em primeiro lugar, ao seu templo, espaço físico da localização do erário, mas está também associado à agricultura, à fartura e à ordem (enquanto divindade civilizatória que é) e todos esses aspectos encontram-se contemplados no ato de abastecer uma população com alimentos de origem agrícola. A pequena foice, que é seu símbolo, era também o instrumento usado na colheita dos cereais. A informação acerca do custeio da emissão ter sido feito pelo tesouro público era de certa forma redundante; é de se esperar que assim fossem todas as emissões da República Romana, mas fica claro que a moeda deseja ressaltar tal aspecto. Considero que essa preocupação explica o fato de, dentre todos os denários conhecidos cunhados entre 139 e 83, este ser o único que traz, no anverso, a efígie de Saturno, o deus em cujo templo o erário público era mantido.

Outro denário, cunhado em 86 (**150**), reproduz, em termos gerais, a iconografia da moeda de Piso e Cépio: a efígie de uma divindade no anverso e dois magistrados sentados em um banco no reverso, com uma espiga ao lado. Nessa peça, a divindade do anverso é Ceres, a deusa associada pelos romanos à agricultura, ao plantio e colheita dos grãos e à fertilidade. À

---

baixo preço, que foi combatida pelo questor Quinto Cépio. A hipótese de Crawford é de que essa lei frumentária foi aprovada e o Senado ordenou a Piso e Cépio que cunhassem para financiá-la (RRC, p. 73). A hipótese é possível, porém alguns dados permanecem obscuros, considerando-se a oposição de Cépio à suposta legislação e a proximidade de Saturnino com Mário, opositor declarado do Senado. Assim, em virtude das poucas informações disponíveis, os detalhes que cercaram a emissão do denário de Piso e Cépio continuam desconhecidos.

<sup>173</sup>Vide p. 136-138.

<sup>174</sup> Idem anterior.

esquerda da efígie, a legenda AED PL, abreviatura de *aedi plebi*. No reverso, a imagem dos dois magistrados sentados no banco (*subsellium*), seus nomes abaixo (M. FAN e L. CRT), marca de controle à esquerda e espiga à direita. O fato de M. Fânio e L. Critônio terem cunhado como edis plebeus<sup>175</sup> trata-se de uma excepcionalidade sem precedentes na República, talvez explicável pelo fato de Roma viver um período de intensa instabilidade política<sup>176</sup>.

Surgidos na mesma época que os tribunos da plebe, os edis da plebe estavam vinculados a esses magistrados, como seus assistentes. Ao que parece, entre suas funções estava cuidar dos arquivos da plebe, depositados no templo da deusa Ceres. O templo de Ceres, Liber e Libera se situava na encosta mais baixa do Aventino, e havia sido prometido pelo ditador A. Postúmio Albo, seguindo uma consulta dos Livros Sibílicos, durante uma grande escassez de alimentos, em 499 ou 496 (Tac. *Ann.* 2. 49) e dedicado pelo cônsul Sp. Cássio em 493 (Dio. Hal. 6.94.3). Lívio faz referência ao fato de que, após 449, cópias das decisões do Senado que diziam respeito à plebe eram entregues a esses magistrados para serem guardadas naquele local (Liv. 3. 55.13). A deusa Ceres era uma divindade associada à plebe e seu templo provavelmente funcionava como centro de organização daquele grupo. Os edis plebeus (*aediles*), que provavelmente tiraram seu título do templo (o *aedes*), podem ter atuado como sacerdotes da organização plebeia, ainda que não haja clara evidência (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, v.1, p.70; 139; 196)<sup>177</sup>. Em uma nota explicativa sobre os edis da plebe, Mommsen afirma que o templo de Ceres era para esses magistrados o que o templo de Saturno significava para os questores, seus nomes inclusive derivando desse (*aedes*) (MOMMSEN, 1894, v. III, p. 40). Entendo que essa afirmação de Mommsen pode ser tomada no sentido de que os templos estavam ligados aos espaços de atuação dos respectivos magistrados e, sob esse aspecto, há um claro paralelismo entre os denários cunhados em 100 e 86 (**110** e **150**), com as duas divindades aludindo a seus respectivos *aedes*.

Ainda que a questão da distribuição de grãos provavelmente fosse de particular relevância no momento da cunhagem, as espigas estão igualmente ligadas aos atributos das divindades representadas – a agricultura e a colheita de grãos. Sem referências aos ancestrais

<sup>175</sup> Deixamos de adotar aqui a cronologia de Broughton (*MRR* 1, p. 63), que situa a edilidade de M. Fânio e L. Critônio em 83.

<sup>176</sup> O ano está dentro do período conhecido como *dominatio Cinnae*, vide nota nº 73.

<sup>177</sup> Outras funções foram gradualmente confiadas a eles e não é sempre fácil distinguir seus deveres daqueles que pertenciam aos censores, nem distinguir as atribuições dos edis plebeus da dos edis curuis, após a criação desses últimos. Possuíam a superintendência dos edifícios, cuidando do reparo dos edifícios públicos. Cuidavam do abastecimento de água para a cidade, das ruas, distribuição de grãos e das celebrações, como jogos e festivais (SMITH, 1875, p.18-20).

ou a feitos destacados dos antepassados, as moedas celebram as próprias magistraturas de seus idealizadores, que tornaram possíveis essas cunhagens excepcionais. Saturno e Ceres eram divindades particularmente identificadas com os espaços de atuação desses magistrados, os quais constituíam também os locais de culto desses deuses. Não causa surpresa, portanto, o fato de o discurso numismático contar com essa participação simultânea de cidadãos divinos e humanos ao tratar das ações públicas dos magistrados da República Romana.

### 3. 5 Os *ludi* e as moedas: os exemplos de Apolo e *Magna Mater*

Dentre os rituais romanos que desempenham papel crucial na interação entre deuses e homens e têm lugar no espaço urbano estão os jogos (*ludi*), que consistiam em dias ou séries de dias de entretenimento ou competições, realizados em honra ou na presença de deuses ou deusas em particular (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 66; BERNSTEIN, 2006, p. 222). As origens dos jogos remontam à Roma arcaica e sua realização ligava-se à segurança e à proteção da cidade, razão pela qual eram considerados *ludi publici*, jogos públicos (Cic. *Leg.* 2. 9. 15). Eram divididos em dois tipos, os *ludi circenses* e os *ludi scaenici*, caso envolvessem corridas, competições ou lutas no *circus* ou performances teatrais, respectivamente. As danças eram também um antigo elemento dos jogos, provavelmente profissionalizadas sob a influência etrusca e ampliadas com cenas de fundo e diálogos rudimentares. Os jogos que incluíam exibições teatrais no modelo grego, os *ludi scaeni*, eram, segundo a imagem posterior que os próprios romanos faziam, uma retomada dessas primeiras *performances*. Entre os anos de 240 e 235 há evidências de exibições teatrais de dois autores cujos nomes são conhecidos por nós, Lívio Andrônico e Cneu Névio (cf. RÜPKE, 2009, p. 9).

Constituía um tipo de cerimônia que envolvia um grande número de pessoas e é bem provável que muitos dos que compareciam aos eventos o fizessem mais pelo apelo ao divertimento do que pela tentativa de interação com o divino; mas, durante a República, os jogos jamais perderam o aspecto que hoje classificaríamos como “religioso” (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 262; BELTRÃO, 2003, p. 31; BELTRÃO, 2006, p. 141). Para Jörg Rüpke, a postura padrão da comunicação que ocorria em rituais, como os jogos, era caracterizada pela passividade<sup>178</sup>. Os cidadãos se encontravam no papel de espectadores e também os deuses eram os “cidadãos de primeira classe” a quem os jogos eram dedicados. Se esses não fossem realizados em frente aos seus respectivos templos, era-lhes reservada a

<sup>178</sup> Além dos jogos, Rüpke inclui na análise outros rituais como os festivais, as procissões e os sacrifícios (cf. RÜPKE, 2009, p. 131-135).

primeira fila da plateia, para que pudessem assisti-los (RÜPKE, 2009, p. 133). Apesar da passividade, a importância dessa comunicação religiosa não deve ser menosprezada:

Os jogos eram patrocinados como um meio efetivo de aliviar tensões nas relações com os deuses e prevenir possíveis catástrofes, derrotas militares ou pragas. Com este fim, o melhor que se podia fazer era apenas o suficiente. Os espectadores poderiam observar o processo tomando lugar com uma crescente e simultânea extravagância e profissionalismo dos envolvidos em sua realização (RÜPKE, 2009, p. 134).

A proposta desta seção é analisar, dentre as moedas que compõem o *corpus* documental desta tese, aquelas nas quais encontrei referência aos *ludi*. Três peças foram selecionadas: os denários de L. Calpúrnio Piso Frugi (125) e C. Marcio Censorino (144), cunhados em 90 e 88, respectivamente, para os quais acatei a interpretação de que fazem referência aos *ludi Apollinari*<sup>179</sup>; e o denário de P. Fúrio Crassipe (153), emitido em 84, cuja iconografia mais claramente se refere aos *ludi Megalenses*.

Os jogos em honra ao deus grego Apolo (*ludi Apollinari*) haviam sido introduzidos em Roma em 212, durante a Segunda Guerra Púnica, de acordo com Tito Lívio, por indicação de um adivinho denominado Márcio, que previra o desastre romano na batalha de Canas<sup>180</sup>. Uma segunda profecia de Márcio indicava que, se os romanos desejassem expulsar os inimigos vindos de longe, deveriam consagrar jogos a Apolo, presididos pelo pretor<sup>181</sup>, os sacrifícios sendo feitos segundo o rito grego<sup>182</sup>. Um decreto senatorial ordenou aos decênviros que consultassem os livros sibilinos e, diante da resposta positiva, os jogos foram instituídos conforme o sugerido (Liv. 25. 12; Fest. *Apollinares*). Esses são apontados como sendo, desde o seu surgimento, *ludi scaecini* (SMITH, 1875, p. 715), porém Jean Gagé julga essa

<sup>179</sup> Sobre a utilização do reverso dessas moedas na reconstituição da história dos jogos vide GAGÉ, 1955, p. 391.

<sup>180</sup> Ao que parece, o culto a Apolo foi introduzido em Roma na segunda metade do século V. Em 433, em consequência de uma epidemia um templo foi prometido a Apolo *medicus*, o qual foi dedicado em 431 pelo cônsul Cn. Júlio (Liv. 4, 25,3; 4, 29,7; Richardson, *Topog. Dict. Ancient Rome*, p. 12; VISCOGLIOSI, *Apolo, aedes in Circo*, LTUR I, 1993, p. 49).

<sup>181</sup> A tarefa da supervisão dos jogos geralmente ficava a cargo dos edis. Conforme já citado neste trabalho, o surgimento dos edis plebeus remete a época do surgimento dos tribunos da plebe, no final do séc. V (vide Cap. II, p. 158). Os edis curuis surgiram mais tarde e eram escolhidos, de início, exclusivamente entre os patrícios. Seu surgimento teria se dado em 365 quando dois edis plebeus não concordaram em celebrar os *ludi maximi* em quatro dias ao invés de três, conforme indicação do Senado. Foi emitido então um *senatus consulto* nomeando dois edis patrícios. A partir daí, quatro edis passaram a ser anualmente eleitos, dois plebeus e dois patrícios (Liv. 6. 42).

<sup>182</sup> No séc. III os romanos começaram a se referir a prática do sacrifício com a cabeça descoberta como sendo *Graeco ritu* (de acordo com o ritual grego). Na prática romana, o *pontifex maximus* sacrificava colocando a borda da toga sobre sua cabeça. A característica curiosa dessa terminologia é que o rito grego não era usado em todos os cultos gregos (SCHEID, 1995, 15-31; ORLIN, 2007, p. 64).

informação contestável justamente em função das moedas cunhadas quase um século mais tarde e que serão analisadas nesta seção (125 e 144). As representações monetárias que aludem aos jogos mostram exercícios hípicas, com proezas ao estilo tarentino. Como é provável que nos tempos em que os monetários viveram a parte dos espetáculos teatrais fosse muito desenvolvida, é necessário admitir que a primeiras celebrações possam ter sido essencialmente, se não exclusivamente, circenses. Ainda que seja provável que no início do século II as representações cênicas já estivessem presentes, a aplicação dessas aos jogos em sua origem parece uma convenção (GAGÉ, 1955, p. 396-397).

O Apolo sob cujos auspícios acontecem os *ludi scaeni* em Roma possui uma participação original e diferente da que lhe foi atribuída pelo teatro grego (GAGÉ, 1955, p. 395). Uma das mais importantes e conhecidas divindades gregas, ele é um deus portador de vários atributos. Pune e destrói os maus e arrogantes, concede ajuda e afasta o mal, inclusive quando este último vem na forma de pragas e epidemias. Ligado ao dom da profecia, o exerce através de inúmeros oráculos, principalmente o de Delfos. Aparece ainda associado à música e à proteção dos rebanhos (SMITH, v.I, 1859, p. 230-231). Celebrados em Roma naquele momento, os jogos de Apolo certamente contribuíram para neutralizar a incerteza dos tempos difíceis da guerra contra os cartagineses, mas, sobretudo, pretendiam demonstrar a filiação da cidade à comunidade cultural grega, preocupação que se tornara urgente diante dos rumos do conflito (BERNSTEIN, 2006, p. 226). Realizados inicialmente como jogos votivos extraordinários, tornaram-se anuais em 208, a partir de uma proposta do pretor Calpúrnio (Liv. 26. 23).

As moedas 125 e 144 foram cunhadas por um membro das *gens* Calpúrnia e Márcia, respectivamente, e, dentro da tradição romana de enaltecer os antepassados através da iconografia numismática, não acredito que haja dúvida que relembrem o envolvimento do pretor Calpúrnio e do adivinho Márcio na chegada dos jogos a Roma, conforme sugerido por Zehnacker (1973, p. 501-502), Crawford (RRC 340/1; 346/2a) e Seaby (RSC, *Calpurnia* 12, p. 24; *Marcia* 19, p. 64). O anverso de ambas, que ostenta a efígie laureada de Apolo, é também explicável pelo recente movimento na iconografia numismática romana, que permitia aos triúmviros não somente ocupar os reversos com os símbolos de sua escolha, mas também variar as efígies do anverso (GAGÉ, 1955, p. 392). No reverso da peça de Calpúrnio Piso Frugi, há a imagem de um cavalo galopando à direita, cavaleiro sobre o mesmo, portando folha de palmeira, tocha ou açoite, talvez referência aos diferentes tipos de corrida. O denário de Márcio Censorino praticamente reproduz a mesma iconografia do reverso, porém sem o cavaleiro, apenas o cavalo com rédeas.

As duas moedas (**125** e **144**) foram cunhadas na época da Guerra Social (91-88). As cunhagens de Calpúrnio Piso Frugi estão entre as mais significativas emissões romanas da época do conflito, fato possivelmente relacionado às demandas da guerra. Trata-se de um tipo extraordinariamente extenso e complexo, no qual as marcas de controle consistem em números, letras e símbolos, com combinações variadas, no anverso e no reverso. Além do denário, foram cunhados sete tipos de quinários, dois de sestércios, três de *quadrans*, dois de *semis*, além de um *as* (RRC 340/2a-g; 340/3a-b; 340/6a-c; 340/5a-b; 340/4). O MHN/RJ possui doze exemplares do denário de Calpúrnio Piso Frugi (**125**), sendo a peça do Repertório com maior número de amostras<sup>183</sup>.

Quanto à C. Márcio Censorino, além do denário com alusão aos *ludi Apollinari* (**144**), ele cunhou, no mesmo ano de 88, outras peças com apelos aos ancestrais ilustres da família. Os Márcios se diziam descendentes de Anco Márcio e, em outro denário, do qual o MNH/RJ não possui nenhum exemplar, a efígie desse rei de Roma ocupa o anverso, ao lado da de outro soberano, Numa Pompílio, seu suposto avô, segundo o que Crawford interpretou como uma “ficção genealógica” inventada por membros da *gens* (RRC 346/1a-i; RCV 256) (**Figura 25**). O cognome do ramo da *gens* do qual o monetário descendia, Censorino (*Censorinus*), era provavelmente decorrente do antepassado ilustre C. Márcio C.f. L.n. Rutilo Censorino, que, com base na Lei Olgúnia de 300, constituíra o primeiro registro individual de alguém que tinha exercido dois sacerdócios, como áugure e pontífice. Isso teria acontecido dez anos após um consulado, em 310, e seu prestígio na vida pública fora ratificado pelas duas vezes em que ocupara o cargo de censor posteriormente, em 294 e 265 (FS 2384, p. 790).

---

<sup>183</sup> O MHN/RJ possui ainda um exemplar do quinário de L. Calpúrnio Frugi (**126**). Quinários e sestércios possuem a mesma iconografia do denário no anverso. No reverso do quinário (**126**), vê-se a deusa Vitória, de pé, portando a coroa e a folha de palmeira, para Crawford uma alusão ao progresso romano na Guerra Social (RRC 340/2a-e). O reverso dos sestércios, dos quais o MHN/RJ não possui nenhum exemplar, traz um cavalo galopando à direita.

**Figura 25** – Denário de C. Censorino



Denário de C. Márcio Censorino. Roma, 88. RRC 346/1a-i; RCV 256  
Disponível em <http://davy.potdevin.free.fr/Site/crawford4.html>. Acesso em 09 de outubro de 2016

Ao lembrar, nas moedas, feitos dos antepassados dos monetários, Apolo cumpre um papel bastante similar àqueles desempenhado por muitas divindades em outras peças já citadas nesta tese. Porém, vistas em seu contexto, as moedas de C. Piso Frugi e C. Márcio Censorino (125 e 144) são merecedoras de algumas considerações em especial. Conforme afirmou Jean Gagé na metade do século passado, pertencem a um conjunto de cunhagens mais ou menos contemporâneas, que se destacam pelas recorrentes referências a Apolo:

É essa característica (a presença da efígie de Apolo nos aversos) e sua insistência - uma vez que das *gens* que tinham relação com Apolo desde os tempos de Aníbal, a referência ao deus se estende a um Cecílio e um Césio<sup>184</sup> que, pelo nosso conhecimento não tinham nenhuma tradição similar- que leva a identificar, acreditamos, que um movimento apolíneo esteve em certo momento presente em Roma, nos tempos da Guerra Social e nos anos que se seguiram, a ponto de, para Sila, o culto a Apolo ser considerado como um dos que podiam reconciliar os itálicos revoltosos ou que, ao menos, esses podiam respeitar (GAGÉ, 1955, p. 392).

A partir do fenômeno apontado por Gagé, T. J. Luce, em um artigo de 1968, analisou a propaganda política através das moedas republicanas romanas entre os anos de 92 e 82 e reiterou a proliferação de tipos apolíneos em cunhagens monetárias pouco antes da eclosão da Guerra Social (LUCE, 1968, p. 28)<sup>185</sup>. No Repertório que acompanha esta tese, que conta

<sup>184</sup> Moedas 80, 118 e 119 do Repertório que acompanha esta tese.

<sup>185</sup> De 92 a 87, ano em que o governo de Roma caiu nas mãos do grupo liderado por Mário e Cina, T.J. Luce identificou a representação de Apolo em sete das treze moedas de prata conhecidas. A partir daí até 82, data em

apenas com as peças cunhadas entre 139 e 83 que integram a coleção do MHN/RJ, essa concentração também pode ser percebida. Do total de cento e vinte e dois denários, doze ostentam a efígie de Apolo. Quatro dessas cunhagens foram realizadas antes de 92 (**80, 87, 118 e 119**, sendo as duas últimas variações de um mesmo tipo), ou seja, dentro de um espaço de quarenta e oito anos. As outras nove foram produzidas nos oito anos compreendidos entre 90 e 83 (**125, 132, 133, 134, 144, 149, 151, 152 e 154**), três das quais (**132, 133 e 134**) por um mesmo monetário em um mesmo ano (**Tabela 7**).

O apelo aos antepassados não é suficiente para explicar essa recorrente presença de Apolo, uma vez que, conforme citado, tal referência ancestral só pode ser claramente identificada justamente nas peças de Calpúrnio Piso e Márcio Censorino. Uma hipótese a ser considerada é a de uma motivação para as cunhagens a partir de um possível paralelismo entre os momentos da chegada dos *ludi Apollinari* em Roma e das emissões monetárias (GAGÉ, 1955, p. 392-393; LUCE, 1968, p. 32). Ambos são períodos de conflito e perigo intensos, que ameaçam a integridade da cidade, a luta contra Aníbal e a Guerra Social, respectivamente. As moedas de Calpúrnio Piso Frugi e Márcio Censorino seriam, assim, formas de refletir e elaborar o presente a partir da evocação do passado, em especial através de uma divindade a qual haviam apelado com sucesso na ocasião anterior. Até porque Apolo era uma divindade particularmente adequada a agregar apoiadores de origens variadas, em tempos nos quais a divisão da Itália era uma ameaça real. Era desembaraçado de associações com a aristocracia romana, pois nenhuma família importante de Roma alegava descender dele. Seu culto era espalhado e popular e sua boa aparência e juventude eram particularmente apelativas (LUCE, 1968, p. 34).

---

que Sila tomou o poder, Apolo aparece em treze de vinte moedas. Após e nos próximos vinte anos, apenas em quatro moedas, ainda assim, cunhadas após a morte de Sila. Para o autor, Apolo acompanha o sucesso da facção de Mário e ele se tornou o símbolo e patrono do governo no poder (cf. LUCE, 1968, p. 28-32). Cumpre notar que, dentre as moedas apontadas por Luce como ostentando a efígie de Apolo, há aquelas em que a mesma efígie é, às vezes, identificada como sendo “Júpiter jovem” ou *Veijovis*, como, por exemplo, as peças **151 e 154** (cf. RSC *Fonteia* 9, p. 48; *Licinia* 16, p. 57). Luce rejeitou essas interpretações baseado na não constatação, entre os romanos, de um culto a um “Júpiter jovem” e na associação entre *Veijovis* e Apolo (LUCE, 1968, p. 25-28). Tal associação, entre *Veijovis* e Apolo já havia sido analisada por Gagé a partir de um culto gentílico celebrado pelos Júlios em tempos remotos (GAGÉ, 1955, p. 94-98). Wiseman acatou a representação de *Veijovis* em algumas dessas moedas (**149, 151 e 154**) sem descartar, contudo, a associação desse a Apolo (WISEMAN, 2009, p. 72-78). Neste trabalho, adotei a identificação dos tipos como apolíneos, seguindo a classificação dos catálogos de Crawford (RRC, 1974) e Sear (RCV, 1978).

**Tabela 7:** tipos apolíneos das décadas de 90 e 80 da coleção do MHN/RJ

Moeda	Ano	Tipo	Monetário	
125	90	denário	Calpúrnio Piso Frugi, da <i>gens</i> Calpúrnia	Efígie de Apolo no anverso, cavaleiro sobre cavalo galopando no reverso
132	90	denário	Caio Víbio Pansa, da <i>gens</i> Víbia	Efígie de Apolo no anverso, Ceres com uma tocha em cada mão, porco à frente, no reverso
133	90	denário	Caio Víbio Pansa, da <i>gens</i> Víbia	Efígie de Apolo no anverso, Minerva conduzindo quadriga no reverso
134	90	denário	Caio Víbio Pansa, da <i>gens</i> Víbia	Efígie de Apolo no anverso, Minerva conduzindo quadriga no reverso
144	88	denário	Caio Márcio Censorino, da <i>gens</i> Márcia	Efígie de Apolo no anverso, cavalo galopando no reverso
149	86	denário	C. Gargônio, M. Vergílio e Olgúnio das <i>gens</i> Gargônia, Vergília e Olgúnia	Efígie de Apolo no anverso, Júpiter conduzindo quadriga no reverso
151	85	denário	Mneu Fonteio da <i>gens</i> Fonteia	Efígie de Apolo no anverso, no reverso, figura alada sobre uma cabra, os chapéus dos Dióscuros ao alto, tirso abaixo, tudo dentro de uma coroa de hera
152	85	denário	L. Júlio Burso, da <i>gens</i> Júlia	Efígie de Apolo no anverso com atributos de Mercúrio e Netuno, Vitória conduzindo quadriga no reverso
154	84	denário	Caio Licínio Macer da <i>gens</i> Licínia	Apolo brandindo trovão no anverso, Minerva conduzindo quadriga à direita no reverso

Por outro lado, o Apolo que aparece nas cunhagens monetárias das décadas de 90 e 80 é decididamente um cidadão romano, ainda que divino e de origem grega. Conforme Gagé

também observou, ainda na metade do século passado, os símbolos que tradicionalmente o acompanhavam nas cunhagens gregas (a lira, o tripé, os mitos helênicos) estão ausentes e são substituídos por elementos romanos e itálicos que predominam na maioria dos reversos (GAGÉ, 1955, p. 302-303)<sup>186</sup>. É precisamente o que ocorre com os denários de Calpúrnio Piso Frugi e Márcio Censorino. Apolo é lembrado a partir de um acontecimento específico, a introdução de seus jogos em Roma, e todo o contexto que envolvera essa chegada, com suas consequentes repercussões para a cidade. Trata-se de referência a Apolo não de forma genérica, mas sim a partir do momento em que o deus dera um passo no sentido de se integrar à comunidade romana. Ao mesmo tempo em que os jogos em sua homenagem passaram a ser celebrados, ele passou a olhar com mais cuidado para a cidade, como divindade protetora que era. Agora, décadas mais tarde, já melhor integrado à comunidade, continua a ser presença importante nos momentos de crise e incerteza, como os da Guerra Social, e se arrisca também a participar das disputas internas pelo poder em Roma. Divide espaço nas moedas com deuses genuinamente romanos, como Júpiter ou Minerva, e toma parte nas disputas aristocráticas travadas através do discurso numismático, como no caso dos denários de Calpúrnio Piso Frugi e Márcio Censorino. Esses dois monetários tiveram seus antepassados ligados à chegada dos *ludi apollinares* a Roma e trataram de relembrar o fato através da tradicional prática romana de validar suas referências pelas ações ancestrais<sup>187</sup>. Sob esse aspecto, as cunhagens de Calpúrnio Piso Frugi e Márcio Censorino são emissões tipicamente romanas, não só por suas intenções, mas também pelo reverso que expressa o cotidiano ligado à realização dos jogos, não obstante a figura que domina a iconografia das peças ser o deus grego Apolo.

Também no contexto da Segunda Guerra Púnica, os romanos haviam trazido para a cidade o culto de *Magna Mater*, antes Cibele, ou “a Grande Mãe do Monte Ida”, divindade oriunda da Ásia Menor. A vinda da deusa também seguiu a recomendação dos Livros Sibílicos e do Oráculo de Delfos, com a intenção de favorecer os romanos na luta contra Aníbal e os cartagineses. A pedra negra que representava a deusa chegou ao Porto de Óstia em 204 e foi acomodada no templo de Vitória até que o próprio templo de *Magna Mater* fosse dedicado, no Palatino, em 191 (Cic. *Har. Resp.* 13. 27; Liv. 29. 10-11; 36.36). A nova divindade foi recebida por P. Cipião Nasica e por Cláudia Quinta, em uma cerimônia

<sup>186</sup> No reverso das peças **133**, **134**, **149**, **152** e **154** divindades romanas (Minerva, Júpiter e Vitória) guiam quadrigas em movimento. Nas peças **133** e **134**, essa iconografia é interpretada como uma alusão ao sucesso romano na Guerra Social (RRC 342/4a-b; 342/5a-b).

<sup>187</sup> Os dois monetários, contudo, não pertenciam a famílias destacadas da aristocracia romana. Possuímos quase nenhuma informação sobre Calpúrnio Piso Frugi, talvez pretor em 74 e colega de Verres (Cic. *Verr.*2.1, 119; Broughton, *MRR* 2, p. 102). Em 95 ou 94, Caio Márcio Censorino havia acusado Sila de extorsão (Plut, *Sull*, 5, 12). Em 87, entrou em Roma com Mário e Cina (App, *BC*, 1, 71). Quando Sila tomou o poder, em 82, acabou capturado e executado.

cuidadosamente organizada pelo Senado. Teria vindo acompanhada por seus sacerdotes, os *galli* e seus rituais foram cuidadosamente incorporados ao calendário dos festivais.

Segundo Claudia Beltrão,

Apesar de seu caráter radicalmente “estrangeiro”, Cibele passou à lista das maiores divindades a partir desta data. Pela documentação percebemos que, quando chegou a Roma, sua imagem e seu culto foram cuidadosamente controlados, além de terem sido domesticada como *Magna Mater*, dado que alguns rituais e práticas exóticas do culto de Cibele não eram aceitáveis para os romanos, a começar pela autocastração de seus sacerdotes, sua autodenominação, suas vestes e penteados femininos, dentre outros elementos, que dificilmente seriam compatíveis com a notória “falocracia” romana. A própria cerimônia de recepção trazia a deusa, simultaneamente, ao centro da religião romana pelas mãos de um *paterfamilias* e uma matrona de *gentes illustrissimas* (BELTRÃO, 2012, p. 73-74).

O título que recebeu em Roma, *Magna Mater*, e o local do novo culto, no Palatino, fizeram com que ela não parecesse uma deusa nova, estrangeira, mas simplesmente a “Mãe do Monte Ida”. O Monte Ida era o local para onde se dirigiu Enéas após a destruição de Troia e de onde iniciou a viagem que o levaria ao Lácio. Assim, o culto novo possuía um contato com as raízes mais profundas da identidade romana (BELTRÃO, 2012, p. 74). Os festivais em honra à *Magna Mater* eram as *Megalensia* ou *ludi Megalenses*, que aconteciam entre os dias quatro e dez de abril e incluíam performances de teatro que eram exibidas em frente ao templo, no Palatino. Os jogos eram realizados no Circo Máximo, com provas equestres e performances no palco, incluindo *prætextæ*, um tipo de drama romano (FLOWER, 1995, p. 170-190).

Em 84, *Magna Mater* foi representada em uma moeda cunhada por iniciativa de P. Fúrio Crassipe (153). No anverso da peça está a efígie da deusa portando uma coroa com torres, atributo comum nas representações de Cibele e que identificam divindades protetoras de cidades. À sua esquerda, a imagem de um pé deformado, alusão ao cognome do monetário (*crassipes*). Acima, seguindo a regra de que quando magistrados que não são monetários cunham devem indicar sua função na moeda, sendo que a peça foi cunhada por um edil curul, está a legenda AED CVR (VR às vezes em monograma). Uma das distinções dos edis curuis em relação aos seus colegas edis plebeus era justamente a utilização da cadeira curul. Essa característica da magistratura é reforçada pela imagem do reverso da moeda, uma cadeira curul com a inscrição P. FOVRIVS e a legenda CRASSIPES no exergo.

Considerando-se que cabia aos edis a organização dos jogos e que os *ludi Megalenses* eram em homenagem à *Magna Mater*, anverso e reverso lidos em conjunto parecem fazer

referência à atuação do emissor da moeda na organização de uma edição desses jogos (RRC 356/1; RCV 275). É curioso notar, porém que nem a existência de Fúrio Crassipes nem sua edilidade curul são atestadas por nenhuma outra fonte, além da moeda. A peça se junta à de Piso e Cépio (110) e a de Fânio e Critônio (150) ao conjunto de tipos que representam magistraturas, sem apelo ao passado ancestral e como forma de dar destaque ao seu idealizador. Destaca-se, assim, de boa parte das moedas cunhadas no mesmo período e ao mesmo tempo demonstra a extrema versatilidade do discurso iconográfico numismático romano, incluindo o desempenho dos deuses na elaboração do mesmo.

Esta breve análise sobre as moedas que integram o *corpus* documental e fazem referência aos *ludi* permitem algumas reflexões finais que podem, em maior ou menor grau, serem estendidas a outras peças enfocadas nas seções que integram este Capítulo ou os Capítulos anteriores.

Assim como na iconografia numismática, nos jogos e em praticamente todas as áreas de atuação dos romanos, deuses e homens estavam presentes, compartilhando espaços e interagindo. Nos *ludi*, seres humanos executavam as ações, seres divinos as assistiam e, em troca por terem sido convidados e homenageados, protegiam aquela comunidade da qual também faziam parte.

Conforme citei acima, a peça de Fúrio Crassipes (153), ao lado de poucas outras<sup>188</sup>, destoa da maioria das moedas do período por monumentalizar um evento que lhe é contemporâneo. Seu idealizador, enquanto edil curul (legenda AED CVR no anverso), promoveu jogos em honra à *Magna Mater* e registrou o feito em uma moeda. Porém, mesmo nas moedas de Calpúrnio Piso Frugi e Márcio Censorino (125 e 144, respectivamente), em que há a alusão clara aos antepassados (pois os ancestrais dos monetários estavam envolvidos na chegada dos *ludi Apollinari* à Roma), não se trata apenas disso. Há também o apelo ao momento da emissão, através da filiação da peça ao movimento de cunhagens apolíneas do período e através do paralelo entre dois momentos de perigo vividos por Roma em função das ameaças trazidas pela guerra (a Segunda Guerra Púnica no instante da introdução dos *ludi Apollinari* e a Guerra Social por ocasião da cunhagem da moeda). Em suma, demandas presentes inspiram os resgates do passado efetuados pela iconografia numismática e mediados pelas representações divinas.

Finalmente, as três moedas e as outras analisadas nas seções anteriores deste capítulo permitem breves olhares sobre a cidade de Roma e seus habitantes através da iconografia

---

<sup>188</sup> Por exemplo, as moedas de Piso e Cépio (110) e de Fânio e Critônio (150), conforme já citado, p.172.

numismática. Não devem ser tomadas, contudo, como meros “retratos” fragmentados do real, não só por possuírem uma parte significativa de seleção, convenção e construção, mas também pela sua capacidade de interferirem no seu contexto de produção. Como lembra Hölscher, ao estudar as representações históricas na arte romana, imagens não apenas refletem a realidade, mas constroem um significado visual. E esse significado visual não se aplica apenas às representações, pois cerimônias ou rituais, por exemplo, obedecem a formatos específicos: “Estratégias visuais são adotadas na vida real bem como na arte. Realidade é também, uma imagem” (HÖLSCHER, 2015, p. 48). A oposição entre o mundo “real” e o mundo “construído” das imagens não se sustenta e as moedas também participam da elaboração da cidade de Roma enquanto espaço urbanizado e comunidade de cidadãos. As moedas produzidas por questores e edis, iniciativa que, a princípio, não fazia parte de suas atribuições, não eram apenas o reflexo de um poder ampliado; eram a própria materialização desse poder. Ainda que a Coluna Minúcia não (mais) existisse por ocasião da emissão dos denários dos Minúcios Augurinos (**13 e 19**), as cunhagens a recriam como o monumento ao redor do qual se reúne toda uma *gens* cujos membros tinham em comum a preocupação com o abastecimento da comunidade, não por acaso uma inquietude na ocasião. Assim, as moedas cunhadas em Roma entre 139 e 83 não são apenas testemunhos, mas parte integrante da trajetória da *Vrbs* no período.

## CONCLUSÃO

Como pequenos monumentos colocados em circulação, as moedas romanas emitidas entre 139 e 83 permitem olhares, às vezes inéditos, sobre as formas como as relações de poder permeavam a sociedade no momento da cunhagem e, ocasionalmente, também sobre o passado reconstruído através de suas iconografias. O florescimento dos tipos monetários no século II coincidiu com um movimento cultural mais amplo que fez ampliar no espaço público manifestações que celebravam o passado grandioso como um dos definidores da posição social no presente. Em uma sociedade particularmente sensível a demonstrações públicas de *status*, expor e reafirmar seu lugar de destaque no grupo era uma necessidade fundamental e contínua para a aristocracia romana. Tais demonstrações se materializavam através de manifestações retóricas, rituais e monumentais, entre outras. Da mesma raiz latina que *monumentum*, deriva *Moneta*, a deusa em cujo templo se localizava a principal casa de cunhagem na Roma Republicana. Mais do que puramente etimológica ou resultante da proximidade física, a relação entre *Moneta* e moedas provavelmente tem relação também com o papel da deusa enquanto a Memória romana, garantidora dos pesos e valores das peças e talvez ainda da veracidade das cenas que estampavam os reversos das dessas.

Nas moedas, o que definimos modernamente como “política” e “religião” elaboravam juntas um discurso comum, que ganhava forma e adquiria sentido principalmente através das representações de divindades, *signa religiosos* e *instrumenta sacra* gravados em suas faces. Penso que, ao final desta tese, afirmar que o discurso numismático romano republicano é impossível de ser concebido ou compreendido sem levar em consideração os elementos ditos “religiosos” é uma redundância. Não é demais, porém, afirmar que, embora as cunhagens monetárias na Antiguidade tenham sempre mantido estreita ligação com a religião, coube aos romanos combinar esses elementos com alusões a acontecimentos reais e objetos ou práticas cotidianas de um modo até então inédito. Em boa parte das mensagens veiculadas pelas moedas romanas, em especial no último quarto do século II e início de século I, as ações humanas encontravam-se no centro da narrativa, ainda que traduzidas e formatadas por seres divinos e símbolos religiosos. O discurso numismático é extremamente variado e não há uma padronização entre representações e seus significados. Um navio envolto por uma coroa pode significar uma vitória em uma batalha naval ou a origem transmarina do fundador mítico de uma *gens*. A efígie de uma divindade pode apontar para um atributo particularmente significativo dessa divindade ou lembrar a fundação de um templo em sua homenagem.

Representações dos Dióscuros podem se referir ao local de culto desses deuses ou relembrar uma façanha em que dois irmãos tiveram comportamentos notáveis. E esses mesmos Dióscuros podem estar representados em forma de efígie, de corpo inteiro ou através de seus atributos (os chapéus ou as estrelas que, em geral, pairam sobre suas cabeças). Em resumo, cada peça é única em sua iconografia. Para lê-las, todos os elementos iconográficos são importantes, anverso e reverso, e também sua observação em conjunto com outras moedas do período e em confronto com outros tipos de fontes. Ainda assim, não há como dizer que sua interpretação vá se esgotar em algum momento. Essa afirmativa, porém, é igualmente válida para qualquer documento histórico.

O fenômeno desempenhou significativo papel no quadro das disputas aristocráticas no decorrer do século II e início do século I, sendo por vezes apropriado por indivíduos ou grupos alheios aos quadros da aristocracia. Os espaços ocupados por esses discursos, isto é o anverso e reverso das moedas, não são apenas a tradução ou o reflexo de um poder, mas também a própria materialização desse poder e um dos mecanismos na busca por novos poderes.

Em sua autorrepresentação como um grupo diferenciado dos demais, a elite fundamentava sua autoridade, entre outras coisas, na evocação regular dos ancestrais como um critério de validação de suas ações. Os homens ilustres que haviam tido destaque no passado da cidade bem como suas ações importantes eram elementos sempre presentes na memória do povo romano. Dentro da própria aristocracia, colocar em destaque o que o um ancestral fez ou quem ele era em contraste com o ancestral de outro era uma prática recorrente. Assim, referências a vitórias militares, trajetórias públicas inusitadas ou benefícios concedidos em prol da comunidade eram formas que os monetários usavam para aludir a seus ancestrais nas moedas que cunhavam e as três foram abordadas, respectivamente, no decorrer desta tese. Tais referências destacavam a *gens*, de forma coletiva, e ao próprio monetário, de forma individual, pois a herança familiar contava como uma “recomendação” ou “crédito” em favor do emissor da moeda. A divisão da tese atendeu à necessidade de organização do material e a critérios próprios de escolha, pois, na prática, os três aspectos (militar, de alusão aos ancestrais de destaque e à cidade de Roma) se misturam. Isso pode ser percebido pela presença de uma peça em mais de um capítulo ou seção do trabalho.

O Capítulo I da tese procurou destacar moedas que faziam referências às ações de Roma no campo militar. Neste particular, para os romanos, tão ou mais importante que a atuação dos generais e dos exércitos no campo de batalha, era a boa vontade do divino, sem a qual não havia como vencer uma guerra, pois os deuses eram mais poderosos que os homens.

Rituais que asseguravam a manutenção de uma satisfatória relação entre deuses e homens eram cuidadosamente observados antes, durante e depois dos conflitos. Assim, as peças analisadas, que monumentalizaram em moedas as guerras e as vitórias de Roma (e também as derrotas, como no caso de Numância) o fizeram através de representações nas quais deuses e símbolos religiosos eram presença abundante ao lado de uma imagética da guerra propriamente dita. Os formatos dessas representações eram muito variados, coroas envolvendo navios ou escudos de guerra, despojos de vencidos servindo de borda para a efígie de uma divindade ou deuses, através de suas características, remetendo ao local da batalha. Isso não ocorre porque os romanos desejassem justificar suas ações bélicas através da religião, porque tais iconografias tornavam a mensagem mais inteligível para os receptores das moedas ou por qualquer outra razão que o nosso raciocínio moderno fique tentado a elaborar. Ocorre apenas porque a feitura da guerra entre os romanos, emissores e principais receptores das peças, incluía também os deuses. Obviamente, essa premissa abrangente não é uma solução final para todas as questões. Muito ainda pode ser dito sobre o tema dentro da iconografia numismática republicana, mas esse pressuposto fundamental não deve ser desconsiderado. A análise das peças desconstrói também a hipótese da existência de um discurso numismático formatado por símbolos religiosos e submetido a um controle ou mesmo a uma tendência previamente destinados a alardear os sucessos romanos. Denários como os cunhados por ocasião da não ratificação do pacto com os numantinos, expondo as posições divergentes que precederam a decisão final, demonstram a multiplicidade de poderes e relações que permeavam as emissões monetárias.

No Capítulo II, foram analisadas moedas que faziam referências aos ancestrais ilustres dos monetários. Dentro do objetivo de destacar a trajetória pretérita notável dos membros de uma *gens* através das imagens cunhadas em uma peça, os aspectos ditos “religiosos” dessa evocação são muito mais claramente perceptíveis quando a família alegava descender de um deus ou quando o antepassado ilustre havia sido um sacerdote, por exemplo. Não se trata, porém, apenas disso. As nuances desse fenômeno são muito mais abrangentes e estão presentes em exemplos que vão desde a associação do nome do monetário à representação de um deus por afinidade etimológica ou simples semelhança fonética à referência do local de origem da *gens* através da divindade especialmente cultuada naquela na região, um indicativo da forte característica de conotação local da religião romana. Encontramos também nas moedas, a demonstração de um mito ao estilo romano, caracterizado não por uma narrativa, mas por uma manifestação dos homens (no caso, os antepassados) fora do tempo ordinário, como um deus. Ainda se tratando de seres divinos e humanos em moedas, é particularmente

fascinante a análise dos objetos que os homens utilizam nos rituais (incluindo os emblemas sacerdotais) e que os deuses portam (como o caduceu de Mercúrio ou o tirso de Dionísio). Tais peças transitam pela vida pública, elaborando novos significados a partir de novos usos. Sua utilização variada em peças produzidas por diversos emissores durante a República média e tardia é ainda um campo aberto para novos estudos sobre as imagens do poder em Roma.

Finalmente, no Capítulo III, há a cidade Roma, enquanto espaço físico e conjunto de cidadãos. Através das moedas, a condição da *Vrbs* de “comunidade de deuses e homens” (Cic. *Leg.* 1.7.23) encontra-se claramente representada. Seres divinos e humanos nos contam sobre os monumentos, edifícios, espaços públicos, leis e jogos, no presente e no passado. Mais do que arquiteturas estéticas, as construções urbanas representadas em moedas são espaços sociais, reais ou imaginados, locais de convívio dos cidadãos romanos, divinos e humanos. Sob a perspectiva das relações do humano com o divino, o olhar sobre a cidade revela aspectos essenciais que, de outra forma, poderiam não ser notados. Como o fato de ser um *templum* inaugurado o local representado em uma moeda com uma urna de votação ou o detalhe de *Libertas* ser a personificação da liberdade cívica, em outra peça. Ou o curioso registro de uma magistratura através da alusão ao espaço de atuação desses magistrados no anverso e dos mesmos, “em serviço”, no reverso. Uma vez que o citado local era um templo, esse é representado pela divindade a que o *aedes* é dedicado. É importante lembrar que imagens em moedas não são, contudo, meros registros da cidade, conforme afirmei ao final do Capítulo III. Simultaneamente participam da elaboração da cidade, pois sua emissão e recepção integram a dinâmica da *Vrbs*, enquanto espaço urbano ou comunidade de deuses e homens.

Uma pesquisa histórica não se esgota em si mesma. Na medida em que vai sendo desenvolvida, surgem novas questões e se abrem novas possibilidades, de modo que é impossível afirmar que um processo dessa natureza encontra-se definitivamente concluído. Gostaria de destacar, em especial, dois pontos surgidos a partir dos estudos realizados ao longo destes quatro anos por considerá-los não necessariamente os mais relevantes, mas talvez os mais apropriados para conceder às reflexões desenvolvidas ao longo de toda a tese a pausa necessária, ao menos até o aparecimento de novas inquietações.

A riqueza e variedade da iconografia numismática republicana na segunda metade do século II e do início do século I e sua afinidade com o contexto de produção das peças convidam os pesquisadores a um olhar mais cuidadoso sobre a iconografia numismática republicana durante o período anterior aos conflitos que antecederam o final da República Romana. Em termos republicanos, estudos dessa natureza, tem, em geral, se concentrado,

cronologicamente, nas cunhagens produzidas a partir das agitações da segunda metade do século I, por iniciativa daqueles que aspiravam ao poder pessoal. Podemos afirmar hoje, porém, que símbolos religiosos em moedas na elaboração de mensagens que versavam sobre o poder não foram uma prerrogativa inaugurada pelos generais dos últimos tempos da República, mas sim utilizados pelos homens públicos que os antecederam, ainda durante o funcionamento regular das instituições republicanas, um fenômeno que utilizou recursos discursivos diversos e partiu da iniciativa de emissores variados. A relativa incipiência de estudos dessa natureza em nosso país e a ausência de uma metodologia previamente testada em moedas republicanas do período torna o campo ainda mais promissor para o desenvolvimento de novas pesquisas.

Hölkeskamp caracteriza a cultura política romana por um “alto grau de visibilidade e audibilidade, publicidade, urgência e performatividade” (2010, p. 55). No decorrer da tese procurei demonstrar as necessárias ressalvas na utilização de termos modernos para se referir a períodos remotos, mas, ainda assim, não creio que os estudos sobre o Mundo Antigo devam passar ao longe das discussões recentes no campo da historiografia e teoria da História, o que também, de certa forma, foi demonstrado pelas fartas referências ao citado autor durante o trabalho. Acrescentaria, portanto, que a cultura política romana republicana ou, se quisermos colocar de outra forma, o comportamento dos romanos da República em suas relações de poder no espaço público, era caracterizado também por uma presença de elementos que diziam respeito às relações humanas com o divino. Era uma conduta perfeitamente concebível para os romanos, uma vez que os deuses eram também parte integrante da comunidade. Penso ainda que a observância dessa característica romana fundamental reposiciona algumas questões fartamente debatidas, mas nunca satisfatoriamente respondidas sobre se a religião romana “limitava” a participação política do cidadão ou se a elite romana “controlava” a política com a ajuda da religião.

São temas que provavelmente serão objeto de meu interesse em pesquisas futuras.

## REFERÊNCIAS:

### 1. Autores antigos

APPIAN, the Spanish Wars. Horace White (trad). Loeb Classical Library. London: Heinemann, 1913. *Livius.org*.

URI: <http://www.livius.org/sources/content/appian/appian-the-spanish-wars/appian-the-spanish-wars-16/#80>

\_\_\_\_\_. The Roman History. Horace White (trad). Loeb Classical Library. London: Heinemann, 1913. *LacusCurtius*.

URI: [http://penelope.uchicago.edu/Thayer/e/roman/texts/appian/civil\\_wars/1\\*](http://penelope.uchicago.edu/Thayer/e/roman/texts/appian/civil_wars/1*).

ARNOBIVS, Adversus nationes. Blasii Amata (ed). [S.l.,s.n], [2002]. *The Latin Library*.

URI: <http://www.thelatinlibrary.com/arnobius/arnobius3.shtml>

AULUS GELLIUS, Attic nights. Vol. I-II. J.C. Rolfe (trad). Loeb Classical Library. London: [s.n.], 1927. *LacusCurtius*.

URI: [http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Gellius/1\\*.html#19](http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Gellius/1*.html#19)

Acesso em 04 Fev 2017

CASSIUS DIO. Roman History. 9 vols. Earnest Cary (trad). Loeb Classical Library.

[S.l.]Harvard University Press, 1914-1927. *LacusCurtius*.

URI: [http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Cassius\\_Dio/1\\*.html](http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Cassius_Dio/1*.html)

CICERO, Brutus. A. S. Wilkins (ed). [S.l.]: Oxonii e Typographeo Clarendoniano, 1911. *Perseus Digital Library*.

URI: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a2008.01.0544>

\_\_\_\_\_, De divinatione. C. F. W. Müller (ed). Leipzig: Teubner, 1915. *Perseus Digital Library*.

URI: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a2007.01.0034>

\_\_\_\_\_, De domo sua. Albert Clark (ed). [S.l.]: Oxonii e Typographeo Clarendoniano, 1909. *Perseus Digital Library*. URI:

<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a1999.02.0014%3atext%3dDom>.

\_\_\_\_\_, De finibus. Th. Schiche (ed). Leipzig: Teubner, 1915. *Perseus Digital Library*.

URI: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a2007.01.0036>

\_\_\_\_\_, De haruspicum responso. Albert Clark (ed). [S.l.]: Oxonii e Typographeo Clarendoniano, 1909. *Perseus Digital Library*. URI:

<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a1999.02.0014%3atext%3dHar>.

\_\_\_\_\_, De legibus. Georges de Plinval (ed). Paris: Belles Lettres, 1959. *Perseus Digital Library*.

URI: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a2007.01.0030>

\_\_\_\_\_, De natura deorum. O. Plasberg (ed). Leipzig: Teubner, 1917. *Perseus Digital Library*.

URI: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a2007.01.0037>

\_\_\_\_\_, De officiis. Walter Miller (ed). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1913. *Perseus Digital Library*.

URI: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a2007.01.0047>

\_\_\_\_\_, De republica. C. F. W. Mueller (ed). Leipzig: Teubner, 1889. *Perseus Digital Library*

URI: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a2007.01.0031>

\_\_\_\_\_, In Verrem. Albert Clark, William Peterson (ed). [S.l.] Oxford. e Typographeo Clarendoniano, 1917. *Perseus Digital Library*. URI:

<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/invalidquery.jsp?doc=Perseus:text:1999.02.0012:text=text=>

\_\_\_\_\_, Laelius de amicitia. William Armistead Falconer (ed). Cambridge: Harvard University Press, 1923. *Perseus Digital Library*.

URI: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a2007.01.0041>

\_\_\_\_\_, Pro M. Fonteio Oratio. Albert Clark (ed). [S.l.] Oxonii. e Typographeo Clarendoniano, 1909. *Perseus Digital Library*. URI:

<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a1999.02.0015%3atext%3dFont>

\_\_\_\_\_, Tusculanae Disputationes. M. Pohlenz (ed). Leipzig: Teubner, 1918. *Perseus Digital Library*. URI: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a2007.01.0044>

\_\_\_\_\_, Da amizade. Gílson César Cardoso de Souza (trad). São Paulo: Martins Fontes, 2001

\_\_\_\_\_, Da república. Amador Cisneiros (trad e notas). Bauru: São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_, Tratado das leis. Marino Kury (Introd, trad e notas). Caxias do Sul, RS: Educus, 2004.

DIODORUS SICULUS. The Library of History. C.H.Oldfather (trad. vol. 1-6). Charles L. Sherman (vol. 7). C. Bradford Welles (vol. 8). Russel M. Geer (vol. 9-10). F.R. Walton (vol. 11). Loeb Classical Library.[S.l.s.n.], 1961-1982.

*Lacus Curtius*. URI: [http://penelope.uchicago.edu/Thayer/e/roman/texts/diodorus\\_siculus/home.html](http://penelope.uchicago.edu/Thayer/e/roman/texts/diodorus_siculus/home.html)

DIONYSIUS OF HALICARNASSUS. Roman Antiquities. 7 vols. Earnest Cary (trad). [S.l.] Harvard University Press, 1937-1950.

*Lacus Curtius*. URI: [http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Dionysius\\_of\\_Halicarnassus/home.html](http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Dionysius_of_Halicarnassus/home.html)

FESTVS. De verborum significatu quae supersunt cum Pauli epítome. Budapestini. Sumptibus Academiae Litterarum Hungaricae, 1889. URI:

<https://archive.org/stream/deverborumsignif00festuoft#page/88/mode/2up>

Acesso em 23 Ago 2015.

FLORUS, Epitome of Roman History. E. S. Forster (trad). Loeb Classical Library. Cambridge, MA:[S. n], 1929. *Lacus Curtius*.

URI: [http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Florus/Epitome/1J\\*.html#2.6](http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Florus/Epitome/1J*.html#2.6)

LIVIVS ANDRONICVS. Odusia. E.H. Warmington (ed). London: [s.n.], 1926.

*The Latin Library*. URI: <http://www.thelatinlibrary.com/andronicus.html>

Acesso em 27 Mai 2017

LVCANVS, De Bello Civili Sive Pharsalia. Thomas May (ed). [S.l.s.n], [16--?].  
*The Latin Library*. URI: <http://www.thelatinlibrary.com/lucan.html>

MACROBIVS, Saturnalia. Ludwig von Jan (ed). Leipzig: Gottfried Bass, 1852.*LacusCurtius*.  
URI: [http://penelope.uchicago.edu/Thayer/L/Roman/Texts/Macrobius/Saturnalia/1\\*.html](http://penelope.uchicago.edu/Thayer/L/Roman/Texts/Macrobius/Saturnalia/1*.html)

OVIDIO, Fasti. James George Frazer (ed). London; Cambridge, MA. William Heinemann Ltd.; Harvard University Press. 1933. *Perseus Digital Library*. URI: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a2008.01.0547>

PAUSANIAS, Description of Greece. W.H.S. Jones and H.A. Ormerod (trad). Cambridge, MA: Harvard University Press; London: Heinemann, 1918.

PLINY THE ELDER, The Natural History. Karl Mayhoff (ed). [S.l.], Teubner, 1897-1909.  
*LacusCurtius*. URI: [http://penelope.uchicago.edu/Thayer/L/Roman/Texts/Pliny\\_the\\_Elder/35\\*.html](http://penelope.uchicago.edu/Thayer/L/Roman/Texts/Pliny_the_Elder/35*.html)

PLUTARCO, Numa Pompílio. In: A vida dos homens ilustres de Plutarco. Traduzidas do grego por Amyot. Tradução brasileira de Aristides da Silveira Lobo. São Paulo: Editora das Américas, 1951: 263-315

\_\_\_\_\_, Rômulo. In: A vida dos homens ilustres de Plutarco. Aristides da Silveira Lobo (trad). São Paulo: Editora das Américas, 1951: 111-177

\_\_\_\_\_, Mário. In: Vidas Paralelas. Volume 3. Gilson César Cardoso (trad). Paulo Matos Peixoto (Introd e notas). São Paulo. São Paulo: Paumape, 1991.

\_\_\_\_\_, Sila. In: Vidas Paralelas. Volume 3. Gilson César Cardoso (trad). Paulo Matos Peixoto (Introd e notas). São Paulo: Paumape, 1991.

\_\_\_\_\_, Pompey. In: Plutarch's Lives. Bernadotte Perrin (trad). Cambridge, MA. Harvard University Press. London. William Heinemann Ltd. 1917.

*Perseus Digital Library*. URI: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a2008.01.0058>

POLÍBIO, Histórias. Mario da Gama Kury (Sel. trad., introd. e notas). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

POMPONIUS, Liber singularis enchiridii. In: MOMMSEN, Th; KRUEGER, P. (ed) Corpus Iuris Civilis I. Berlin: [s.n.] 1911. URI:[http://www.hs-augsburg.de/~harsch/Chronologia/Lspost02/Pomponius/pom\\_enc0.html](http://www.hs-augsburg.de/~harsch/Chronologia/Lspost02/Pomponius/pom_enc0.html)  
Acesso em 15 Mai 2015

SOLINUS, De Mirabilibus Mundi. William L. Carey (ed). Fairfax, VA:[s.n],[20--?]  
*The Latin Library*. URI: <http://www.thelatinlibrary.com/solinus.html>

SVETONIVS, Divus Augustus. E.S. Shuckburgh (ed).[S.l.] Cambridge University Press, 1896.  
*The Latin Library*. URI: <http://www.thelatinlibrary.com/suet.html>Acesso em 26 Dez 2016

SVETONIVS, Divus Iulius.C. J. Rolfe (ed). Loeb Classical Library. London: [s.n.], 1927.  
*The Latin Library*. URI: <http://www.thelatinlibrary.com/suet.html>

TACITVS. The Histories; the Annals. 5 vols. C. H. Moore and J. Jackson (trad). Loeb Classical Library. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1925-1937.

*LacusCurtius*. URI: <http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Tacitus/home.html>

\_\_\_\_\_, Germania. D. R. Stuart (ed). New York: [s.n.], 1916. *The Latin Library*.

URI: <http://www.thelatinlibrary.com/tacitus/tac.ger.shtml>

TERTVLLIANVS, Apologeticum. London: William Heinemann Ltd; Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1931. *Perseus Digital Library*.

URI: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a2008.01.0570>

THUCYDIDES. History of the Peloponnesian War. Benjamin Jowett (trad). Oxford: Clarendon Press, 1881. *Perseus Digital Library*.

URI: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a1999.04.0105>

T. LIVIVS, Ab Vrbe Condita Libri I-XX. W. Weissenborn. H. J. Müller (eds). Leipzig: Teubner, 1898. *Perseus Digital Library*. URI:

<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.02.0169%3Abook%3D1%3Achapter%3Dpr%3Asection%3D2>

\_\_\_\_\_, Ab Vrbe Condita Libri XXI-XXX. W. Weissenborn. H. J. Müller (eds). Leipzig: Teubner, 1898. *Perseus Digital Library*. URI: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a1999.02.0170%3abook%3d21s>

\_\_\_\_\_, História de Roma. Ab Urbe Condita Libri. 6 vols. Paulo Matos Peixoto (Introd, trad e notas). São Paulo: Paumape, 1989.

VALERIUS MAXIMUS, Factorum et dictorum memorabilium, Libri Novem. Leipsig. Teubner. 1888. Keyboarding. *Perseus Digital Library*.

URI: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a2008.01.0675>

VARRO, De Lingua Latina. Roland G. Kent (trad). London: William Heinemann Ltd; Cambridge, MA: Harvard University Press, 1938.

URI: <https://archive.org/stream/onlatinlanguage01varruoft#page/n7/mode/2up>

VELEIO PATÉRCULO. Historiae Romanae. Frederick W. Shipley (trad). Loeb Classical Library. London: William Heinemann Ltd, 1924. *LacusCurtius*.

URI: [http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Velleius\\_Paterculus/home.html](http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Velleius_Paterculus/home.html)

VERGIL, Aeneid. Theodore C. Williams (trad). Boston. Houghton Mifflin Co. 1910.

*Perseus Digital Library*.

URI: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a1999.02.0054>

## 2. Catálogos, dicionários e prosopografias

ADAM, Alexander. **A Summary of Geography and History both Ancient and Modern**. London: A. Strahan, 1816.

BROUGHTON, T. Robert S. **The Magistrates of the Roman Republic**. v.1 (509 BC-100 BC.); v.2 (99BC-31BC). New York: American Philological Association, 1951-52.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1991.

COHEN, Henri. **Description générale des monnaies de la République Romaine communément appelées médailles consulaires**. Paris/Londres: M. Rollin/M. Curt, 1857.

CRAWFORD, Michael H. **Roman Republican Coinage**. 2 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

ERNOUT, Alfred; MEILLET, Alfred. **Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire dès mots**. 4<sup>a</sup> ed. Paris: Klincksieck, 2001.

URI:<https://archive.org/stream/DictionnaireEtymologiqueDeLaLangueLatine/Dictionnaire%20etymologique%20de%20la%20langue%20latine#page/n1/mode/2up>  
Acesso em 02 Jan 2017.

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba (ed); RIBEIRO, Angela Maria Gianeze Ribeiro; LO MONACO, Viviana. **A coleção de moedas romanas da Universidade de São Paulo: Museu Paulista e Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo: MAE-USP, 2015.

PLATNER, Samuel Ball; ASHBY, Thomas. **A Topographical Dictionary of Ancient Rome**. London: Oxford University Press, 1929.

*LacusCurtius*. RI:[http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Gazetteer/Places/Europe/Italy/Lazio/Roma/Rome/\\_Texts/PLATOP\\*/home.html](http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Gazetteer/Places/Europe/Italy/Lazio/Roma/Rome/_Texts/PLATOP*/home.html) Acesso em 23 Mai 2017.

RICHARDSON, Lawrence. **A New Topographical Dictionary of Ancient Rome**. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1992.

RÜPKE, Jörg. **Fasti sacerdotum. A Prosopography of Pagan, Jewish and Christian Religious Officials in the City of Rome, 300 BC to AD 499**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2008.

SEABY, H. A. **Roman Silver Coins: The Republic to Augustus**. v. 1. London: Seaby, 1967.

SEAR, David R. **Roman Coins and their Values: the Republic and the Twelve Caesars**. v. 1. London: Spink and Son Ltd, 2000.

SMITH, William. **Dictionary of Greek and Roman Biography and Mythology**. 3 vols. Boston: Litle, Brown and Company, 1859.

*Perseus Digital Library*. URI: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.04.0104>

\_\_\_\_\_, **Dictionary of Greek and Roman Antiquities**. London: John Murray, 1875.

*LacusCurtius*. URI: <http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/secondary/SMIGRA/home.html>

STEINBY, Eva Margareta (dir). **Lexicon Topographicum Urbis Romae**. 5 vols. Roma: Edizioni Quazar, 1993-1999.

### 3. Referências bibliográficas

ALFÖLDI, Andrew. Main aspects of political propaganda on the coinage of the Roman Republic. In: CARSON, Robert A. Glendinning; SUTHERLAND, Carol H. Vivian (ed). **Essays in Roman coinage presented to Harold Mattingly**. Oxford: Oxford University Press, 1956: 63-80

AYRES, Gisele O. Iconografia religiosa e discurso político nas moedas republicanas romanas do século II. **Revista Aletheia**, v. 9, n. 2, 2014a: 20-30.

URI: <https://periodicos.ufrn.br/aletheia/issue/view/412> Acesso em 22 Jan 2015

\_\_\_\_\_. Tradição e inovação em duas moedas augustanas: uma breve análise iconográfica. Comunicação apresentada no *Workshop* Augusto, religião, imagem e poder. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2014b

BASTIEN, Jean-Luc. La compétition aristocratique autour du culte e du temple des castores sous la République romaine (V – I siècle). In: LEFBVRE, Sabine (dir). **Monumenta: du centre du pouvoir aux confins de l'Empire**, Dijon: EUD, 2014: 35-68

BEARD, Mary. **The Roman Triumph**. Cambridge, Harvard University Press, 2007.

BEARD, Mary; NORTH, John; PRICE, Simon. **Religions of Rome**. 2 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BELAYCHE, Nicole. Religious Actors in Daily Life: Practices and Related Beliefs. In: RÜPKE, Jörg. **A Companion to Roman Religion**. London: The Blackwell Publishers, 2007: 275-290.

BELTRÃO, Claudia. *De haruspicum responso*: religião e política em Cícero. **Revista Mirabilia**, n. 03, 2003. URI: [http://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/2003\\_02.pdf](http://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/2003_02.pdf) Acesso em 10 Out 2016

\_\_\_\_\_. A Religião na *Vrbs*. In: SILVA, Gilvan Ventura; MENDES, Norma Musco (org). **Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006.

\_\_\_\_\_. Arte, religião e poder na Roma Antiga: inovações e conservadorismo na República tardia. In: CÂNDIDO, Maria Regina (org). **Roma e as sociedades da Antiguidade**. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2008

\_\_\_\_\_. *Epulum Iovis*: o espetáculo da ordem sagrada na Roma Republicana. **Mneme - Revista de Humanidades**, v. 12, n. 30, 2011. URI: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/1085> Acesso em 27 Mai 2017

\_\_\_\_\_. *Magna Mater*, Claudia Quinta, Claudia Metelli (Clodia): a construção de um mito no principado augustano. In: CANDIDO, Maria Regina (org). **Mulheres na Antiguidade: novas perspectivas e abordagens**. Rio de Janeiro: UERJ/NEA, Gráfica e Editora DG Ltda, 2012: 63-93

\_\_\_\_\_. *Terminatio e Limitatio*: inauguração, fundação e cena ritual na República romana. **Revista História Questões & Debates**, n. 59, Curitiba: Editora UFPR, Jul-Dez 2013a: 173-191

\_\_\_\_\_. Religião, escrita e sistematização: reflexões em torno dos *Annales Maximi*. **Revista Tempo**, vol. 19, n. 35, Jul-Dez 2013b: 229-248. URI: <http://www.historia.uff.br/tempo/site/?cat=937> Acesso em 22 Set 2014

\_\_\_\_\_. O problema da periodização da “República Romana”: algumas observações a partir do estudo da religião romana. **NEARCO - Revista Eletrônica de Antiguidade**, v. 1, 2013c: 115–136. URI: [http://www.neauerj.com/Nearco/edicoes\\_anteriores/edicoes\\_anteriores.htm](http://www.neauerj.com/Nearco/edicoes_anteriores/edicoes_anteriores.htm) Acesso em 13 Nov 2016

\_\_\_\_\_, *Diuus Iulius*: Cícero e a divinização de Júlio César (*Philippica 2*). **Calíope Presença Clássica**, Ano XXX, n. 26, 2013.2d. URI: <https://revistas.ufrj.br/index.php/caliope/issue/view/585/showToc>. Acesso em 22 Jul 2014

\_\_\_\_\_. (Re)lendo Políbio: teoria política e religião romana. **Revista Hélade**, v. 1, n. 1, 2015: 7-15. URI: [http://www.helade.uff.br/volume1\\_numero1\\_2015.html](http://www.helade.uff.br/volume1_numero1_2015.html) Acesso em 10 Mar 2017

\_\_\_\_\_. **Imagem, poder e religião em torno de uma moeda augustana**. Comunicação apresentada no *Workshop* Augusto, religião, imagem e poder. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2014

\_\_\_\_\_. Religião e poder: Augusto e o *Pontifex Maximus* (36-12 AEC). In: SILVA, Gilvan Ventura; SILVA, Érica Cristhyane Morais (org). **Fronteiras e identidades no Império Romano : aspectos sociopolíticos e religiosos**. Vitória: GM Editora, 2015.

BELTRÃO, Claudia; EICHLER, Maria. *Lumina solis*: Lucrécio e a prece a Vênus (De rerum natura I, 1-43). **Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos**, 2014, n. 4: 10-29, 2014  
URL: <http://periodicos.ufes.br/romanitas/article/view/9200/6447> Acesso em 20 Ago 2017

BERNSTEIN, Frank. Complex rituals: games and processions in Republican Rome. In: ROSENSTEIN, Nathan; MORSTEIN-MARX, Robert (org). **A Companion to the Roman Republic**. London. Blackwell Publishing, 2006: 222-234

BERTHELET, Yann. Domination patricienne et lutte plébéienne pour le pouvoir (V-IV siècles av. J.C.). Sur trois mises en scène discursives des auspices, du pouvoir et de l'autorité. **Siècles**, 2012: 35-46. URI: <http://siècles.revues.org/1528>. Acesso em 19 Jan 2016

\_\_\_\_\_, La crosse et la cruche: symboles de légitimité del'imperium ou symboles de l'augurat? **Cahiers Mondes anciens**. Journées doctorales ANHIMA 2010 et 2011, 4, 2013. URI: <http://mondessanciens.revues.org/1037> Acesso em 18 Dez 2015

\_\_\_\_\_, **Gouverner avec les dieux. Autorité, auspices et pouvoir sous la République romaine et sous Auguste**. Paris: Les Belles Lettres, 2015

BLOCH, Raymond. **Origens de Roma**. Lisboa: Verbo, 1966

BRELICH, Angelo. **Introduzione alla storia delle religioni**. Roma: Edizioni Dell'Ateneo, 1965.

BURKE, Peter. A História como Memória Social. In: **O Mundo como Teatro**. Lisboa: Difel, 1992.

BUSTAMANTE, Regina. Alteridade africana nas emissões monetárias. VIII ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ANTIGA–GTHA. Identidade no Mundo Antigo: pesquisas, diálogos e apropriações. UFRN. *Campus Natal*, 2014

BURNETT, Andrew. **Coinage in the Roman world**. London: Spink and Son Ltd, 1986

CALTABIANO, Maria Caccamo. La moneta et la rappresentazione gerarchica del potere. In: ALFARO, C; MARCOS; OTERO, P. ACTAS DO XIII CONGRESO INTERNACIONAL DE NUMISMATICA. Madrid: Ministerio de Cultura, Secretaria General Técnica, 2003. URI: [http://www.mecd.gob.es/mecd/dms/mecd/cultura-mecd/areas-cultura/museos/mc/actasnumis/volumen-i/roma/general/moneta\\_rappresentazione.pdf](http://www.mecd.gob.es/mecd/dms/mecd/cultura-mecd/areas-cultura/museos/mc/actasnumis/volumen-i/roma/general/moneta_rappresentazione.pdf) Acesso em 10 Abr 2017

CARLAN, Claudio Umpierre. **Moeda e poder em Roma: um mundo em transformação**. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas-SP, 2007.

CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos Históricos**. v. 3, n. 24, 1999: 227-250  
URL: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2100> Acesso 20 Ago 2017

CHARTIER, Roger. **A História cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CLARK, Anna J. **Divine qualities**. New York: Oxford University Press Inc, 2007

COARELLI, Filippo. *Substructio et tabularium*. **Papers of the British School at Rome**, 78, 2010: 107-132. URI: [www.jstor.org/discover/10.2307/41725290uid=2134&uid=3737664&uid=367134041&uid=2&uid=70&uid=3&uid=60sid=21104700274611](http://www.jstor.org/discover/10.2307/41725290uid=2134&uid=3737664&uid=367134041&uid=2&uid=70&uid=3&uid=60sid=21104700274611) Acesso em 30 Nov 2014

\_\_\_\_\_. **Argentum Signatum. Le origini della moneta d'argento a Roma**. Studi e Materiali, 15. Roma: Istituto Italiano di Numismatica, 2013.

CRAWFORD, Michael. Roman imperial coin types and the formation of public opinion. In: GRIERSON, Philip. **Studies in numismatic method**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1983: 47-59.

\_\_\_\_\_. Numismatics. In: CRAWFORD, Michael (ed) **Sources for Ancient History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983: 185-233.

CRISTOFORI, Alessandro. Grain distribution in late Republican Rome.  
URI: [https://www.academia.edu/853118/Grain\\_Distribution\\_in\\_Late\\_Republican\\_Rome](https://www.academia.edu/853118/Grain_Distribution_in_Late_Republican_Rome)  
Acesso em 23 Mai 2017

DARGENT, Eduardo. Lanuvium: cuna de siete familias de monederos republicanos.  
URI: <https://www.tesorillo.com/articulos/lanuvium/lanuvium.htm> Acesso em 13 Dez 2016

DENIAUX, Elizabeth. Patronage. In: ROSENSTEIN, Nathan; MORSTEIN-MARX, Robert (ed). **A companion to the Roman Republic**. London. Blackwell Publishing, 2006: 401-420.

EGELHAAF-GAISER, Ulrike. A Roman Cult sites: a pragmatic approach. In: RÜPKE, Jörg. **A companion to Roman religion**. London: The Blackwell Publishers, 2007: 205-221.

ELKINS, Nathan T. "A City of Bricks": architectural designs on roman republican coins and second style wall painting. In: VAN ALFEN, Peter G.; BRANSBOURG, Giles; AMANDRY, Michel (ed). **Fides: contributions to numismatics in honor of Richard B. Witschonke**. New York: The American Numismatic Society, 2015: 321- 333.

ESQUIVEL, Alberto Martín. Recensión de COARELLI, Filippo. *Argentum Signatum*. Le origini della moneta d'argento a Roma. **Zephyrus**, LXXIV: Universidad de Salamanca, julio-diciembre 2014: 231-234. URI: [https://www.academia.edu/10353596/Review\\_of\\_COARELLI\\_Filippo\\_2013\\_Argentum\\_Signatum\\_Le\\_origini\\_della\\_moneta\\_d\\_argento\\_a\\_Roma\\_Studi\\_e\\_Materiali\\_15\\_Roma\\_Istituto\\_Italiano\\_di\\_Numismatica\\_201\\_pp\\_I\\_SBN\\_88-85914-46-2](https://www.academia.edu/10353596/Review_of_COARELLI_Filippo_2013_Argentum_Signatum_Le_origini_della_moneta_d_argento_a_Roma_Studi_e_Materiali_15_Roma_Istituto_Italiano_di_Numismatica_201_pp_I_SBN_88-85914-46-2) Acesso em 20 Mar 2017

EVANS, Jane DeRose. The restoration of memory: Minucius and his monument. In: HOLMES, Nicholas (ed). **Proceedings of the XIV International Numismatic Congress, Glasgow, 2009**. Glasgow: University of Glasgow/ The Hunterian, 2011.

FARNEY, Gary D. **Ethnic identity and aristocratic competition in Republican Rome**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

FERRI, Giorgio. The bond between Rome and its gods. In: GASPARRO, Giulia S.; COSENTINO, Augusto; MONACA, Mariangela (ed). **Religion in the history of European Culture**. Proceedings of the 9<sup>th</sup> EASR Annual Conference and IAHR special Conference, 14-17, September 2009, Messina, Italy. Palermo: Officina di Studi Medievali, 2013: 39-54

\_\_\_\_\_. **A ligação entre os deuses e o lugar: evocatio, conquista de cidades e a interpretatio com Juno**. Seminário Escola de História/PPGH. NERO-UNIRIO, 2014.

FLOWER, Harriet I. Fabulae Praetextae in Context: When Were Plays on Contemporary Subjects Performed in Republican Rome? **The Classical Quarterly**, v. 45, n. 1, 1995: 170-190.

\_\_\_\_\_. **Ancestor masks and aristocratic power in Roman culture**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. Spectacle and Political culture in the Roman republic. In: FLOWER, Harriet I. (ed.) **The Cambridge Companion to the Roman Republic**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004: 322-343

\_\_\_\_\_, **Roman Republics**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural do Collège de France em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1984.

\_\_\_\_\_, **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal. 1990.

FRONDA, Michael P. Review of FARNEY, Gary D. *Ethnic Identity and Aristocratic Competition in Republican Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. Bryn Mawr Classical Review 2008.04.25. URI: <http://bmc.brynmaur.edu/2008/2008-04-25.html> Acesso em 10 Out 2016

GAGÉ, Jean. **Apollon Romain: essai sur le culte d'Apollon et le developpement du "ritus Graecus" à Rome des origins à Auguste**. Paris: E. de Boccard, 1955.

GALINSKY, Karl. Introduction. In: GALINSKY, Karl (ed) **Memoria romana: memory in Rome, Rome in memory**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2014: 1-12

GRANDAZZI, Alexandre. *Lavinium*, Alba Longa, Roma: à quoi sert um paysage religieux? **Revue de l'histoire des religions**, n. 4, 2010. URI: <http://rhr.revues.org/7678> Acesso em 24 Ago 2013

GOMES, Claudia dos Santos. **Arte e representação na propaganda política: uma reflexão comparativa sobre a linguagem visual na construção do poder pessoal militar em Roma (88-44 a.E.C.)**. Dissertação (mestrado). UFRJ / PPGHC. Programa de Pós-Graduação em História Comparada. Rio de Janeiro, 2014.

HABINEK, Thomas N. **The Politics of Latin Literature: Writing, Identity and Empire in Ancient Rome**. Princeton: Princeton University Press, 1998.

HÖLKESKAMP, Karl-Joachim. Under Roman roofs: family, house and household. In: FLOWER, Harriet I. (ed.) **The Cambridge Companion to the Roman Republic**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. History and collective memory in the Roman Republic. In: ROSENSTEIN, Nathan; MORSTEIN-MARX, Robert (org). **A companion to the Roman Republic**. London: Blackwell Publishing, 2006: 478-495.

\_\_\_\_\_. **Reconstructing the Roman Republic: an Ancient Political Culture and Modern Research**. Princeton, Princeton University Press, 2010.

\_\_\_\_\_, Karl-Joachim. In Defense of Concepts, Categories and other Abstractions: Remarks on a Theory of Memory (in the making). In: GALINSKY, Karl (ed). **Memoria Romana: Memory in Rome, Rome in Memory**. Ann Arbor, Michigan: The University of Michigan Press, 2014: 63-70.

HÖLSCHER, Tonio. **The Language of Images in Roman Art**. Cambridge University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. Roman historical representations. In: BORG, Barbara E. (ed). **A Companion to Roman Art**. London: Blackwell Publishing, 2015: 34-51.

HOPE, Valerie M. Trophies and Tombstones: Commemorating the Roman Soldier. **World Archaeology**, v. 35, n. 1, Jun 2003: 79-97.

HUMM, Michel. The Curiate Law and the Religion Nature of the Power of Roman Magistrates. In: TELLEGEN-COUPERUS, Olga (ed) **Law and Religion in the Roman Republic**. Leiden: Boston-Brill, 2012, p. 57-84.

\_\_\_\_\_, *Espaces Comitiaux et Contraintes Augurales à Rome pendant la Période Républicaine. Ktêma: civilisations de l'Orient, de la Grèce et de Rome Antiques*, n. 39, Strasbourg, 2014.

JEHNE, Martin. *Methods, models and historiography*. In: ROSENSTEIN, Nathan; MORSTEIN-MARX, Robert (org). **A companion to the Roman Republic**. London: Blackwell Publishing, 2006: 03-28.

JENKINS, G.K. **Ancient Greek coins**. London: Barrie & Jenkins, 1972.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Lisboa. Ed. 70, 1994.

KONDRATIEFF, Eric. The column and coinage of Caius Duilius: innovations in iconography in large and small media in the Middle Republic. **Scripta Classica Israelica**, v. 23, 2004: 1-39. URI:<https://works.bepress.com/eric-kondratieff/6/download/> Acesso em 20 Jun 2015

KONRAD, C.F. From the Gracchi to the first civil war (133-70). In: ROSENSTEIN, Nathan; MORSTEIN-MARX, Robert (org). **A Companion to the Roman Republic**. London. Blackwell Publishing, 2006: 167-189.

LAIGNOUX, Raphaëlle. **L'utilisation de la religion dans la légitimation du pouvoir: quelques pistes de recherche pour les années 44-42 av J.C.** Journées doctorales ANHIMA 2008 et 2009. Cahiers Mondes Anciens 2, 2011.

LACROIX, Léon. **La chouette et la croissant sur les monnaies d'Athènes. L'Antiquité Classique**. T. 34. Fasc. 1, 1965, p. 130-143. URI: <http://www.jstor.org/stable/41649133> Acesso em 10 Abr 2017

LUCE. T.J. **Political propaganda on Roman Republican coins: circa 92-82 B.C.** American Journal of Archeology, v. 72, 1, Jan. 1968: 25-39.

MACHADO, Diego S. F. **Dea Roma: a personificação da urbs em moedas no período das Guerras Púnicas**. Trabalho de conclusão de curso de licenciatura em História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO. Rio de Janeiro, 2014.

MAGDELEIN, André. **Recherches sur l'imperium. La loi curiate et les auspices d'investiture**. Paris: Presses universitaires de France, 1968.

\_\_\_\_\_. Note sur la loi curiate e les auspices des magistrats. In: MAGDELAIN, André. **Jus imperium auctoritas: études de droit romain**. Rome: École Française de Rome, 1990: 307-333

MARKLE, Minor M. A shield monument from Veria and the Cronology of Macedonian Shield Types, **Hesperia: The Journal of the American School of Classical Studies at Athens**, v. 68, n. 2, Apr. Jun. 1999: 219-254.

URI:<http://www.jstor.org/action/showShelf?action=remove&doi=10.2307%2F41725290&canidate=10.2307%2F148374> Acesso em 20 Jun 2015.

MEADOWS, Andrews; WILLIAMS, Jonathan. Moneta and the Monuments: coinage and politics in Republican Rome. **The Journal of Roman Studies**, v. 91, 2001: 27-49.

MILLAR, Fergus. **The crowd in Rome in the late Republic**. Ann Arbor. University of Michigan Press, 1998.

MOEDE, Katja. Reliefs, Public and Private. In: RÜPKE, Jörg. **A companion to Roman religion**. London: The Blackwell Publishers, 2007: 164-175

MOL, Eva; VERSLUYS, Miguel John. Material Culture and Imagined Communities in the Roman World. In: RÜPKE, Jörg. **A companion to Roman religion**. London: The Blackwell Publishers, 2007: 451-461

MOMMSEN, Theodor. **The History of Rome**. 5 Vols. London: Richard Bentley and Son, 1894

MONTANARI, Enrico. *Fumosae imagines identità e memória nell'aristocrazia repubblicana*. Roma: Bulzoni Editore, 2009.

MORSTEIN-MARX, Robert. **Mass oratory and political power in the late Roman Republic**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entrevista. **Oficina do Historiador**. Porto Alegre. EDIPUCRS, V. 2, 2010: 109-116.URL:  
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/8100/5777>  
Acesso em 20 Ago 2017

MOURITSEN, Henrik. **Plebs and politics in late Republican Rome**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002

NICOLET, Claude. **Le métier de citoyen dans la Rome republicaine**. Paris: Gallimard, 1976

ORLIN, Eric M. **Temples, religion and politics in Republican Rome**. Boston; Leiden: Brill, 2002.

\_\_\_\_\_, Urban religion in the Midle and Late Republic. In: ROSENSTEIN, Nathan; MORSTEIN-MARX, Robert (org). **A Companion to the Roman Republic**. London. Blackwell Publishing, 2006: 58-70.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

PATTERSON, John R. The City of Rome. In: ROSENSTEIN, Nathan; MORSTEIN-MARX, Robert (org). **A Companion to the Roman Republic**. London. Blackwell Publishing, 2006: 345-364.

PEREZ, Christine. Images Monétaires et Pratiques Semiologiques. **Dialogues d'Histoires Ancienne**. Vol. 11, 1985: 110-140.

POBJOY, Mark. Epigraphy and Numismatics. In: ROSENSTEIN, Nathan; MORSTEIN-MARX, Robert (org). **A Companion to Roman Republic**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006: 51-80.

PORTO, Vagner Carvalheiro. **Imagens monetárias Judeia/Palestina sob dominação romana**. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo/ Museu de Arqueologia e Etnologia. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. São Paulo. 2007.

\_\_\_\_\_. As moedas romanas na Península Ibérica e na Síria- Palestina: uma tentativa de diálogo. *Revista Mare Nostrum*, 3. São Paulo, 2012: 13-32

POTTER, David. Holding court in Republican Rome. *American Journal Philology*, 132, 2011: 59-80. URI: [http://www.academia.edu/926427/Holding\\_Court\\_in\\_Republican\\_Rome](http://www.academia.edu/926427/Holding_Court_in_Republican_Rome) Acesso em 11 Mai 2015.

POWELL, T.G.E. **Os celtas**. Lisboa: Editorial Verbo, 1965.

PRAG, Jonathan. The quaestorship in the third and second centuries BC. In: DUBOULOZ, J; PITTIA, S; SABATINI, G. (eds.), **L'imperium Romanum en perspective. Les savoirs d'empire dans la République romaine et leur héritage dans l'Europe médiévale et moderne**. Besançon: Presses universitaires de Franche-Comté, 2014: 193-209.

PUCCINI, Daniela Bessa. **Moeda e discurso político: emissões monetárias na Cirenaica entre 322 e 258 a.C.** Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo/ Museu de Arqueologia e Etnologia. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. São Paulo, 2008.

REVELL, Louise. **Roman imperialism and local identities**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

ROSA, Pedro Paula. O caso de Claudia Quinta e *Magna Mater* sob a perspectiva dos estudos do feminino e da religião romana. **Revista Eletrônica História em Reflexão**. Vol. 7 nº 13. Dourados: UFGD, jan/jul 2013. URI:<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/2516/1469> Acesso em 18 Fev 2017

ROSENSTEIN, Nathan. **Imperatores Victi: the case of C. Hostilius Mancinus**. *Classical Antiquity*. Volume 5. Nº 2. October 1986

\_\_\_\_\_. **Imperatores Victi: Military Defeat and Aristocratic Competition in the Middle and Late Republic**. Berkely: University of California Press, 1990.

\_\_\_\_\_. Nathan. Aristocratic Values. In: ROSENSTEIN, Nathan; MORSTEIN-MARX, Robert (org). **A Companion to the Roman Republic**. London. Blackwell Publishing, 2006: 365-382.

ROULAND, Norbert. **Roma, democracia impossível? Os agentes de poder na Urbe romana**. Brasília. Editora da Universidade de Brasília, 1997

RÜPKE, Jörg. Roman Religion – Religions of Rome. In: RÜPKE, Jörg. **A Companion to Roman Religion**. London: The Blackwell Publishers, 2007: 1-9.

\_\_\_\_\_. Between Rationalism and Ritualism: on the origins of religious discourse of late Roman Republic. **Archiv für Religionsgeschichte** 11 – S 123 – 143, 2009. URI: [https://www.academia.edu/4667403/2009\\_-\\_Between\\_Rationalism\\_and\\_Ritualism\\_-\\_Archiv\\_f%C3%BCr\\_Religionsgeschichte\\_11\\_-\\_S\\_123-143](https://www.academia.edu/4667403/2009_-_Between_Rationalism_and_Ritualism_-_Archiv_f%C3%BCr_Religionsgeschichte_11_-_S_123-143) Acesso em 25 Jan 2017

\_\_\_\_\_, **Religion in Republican Rome: Racionalization and Ritual Change**. Philadelphia, Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2012.

SAN VICENTE, José Ignacio. El foedus de Mancino, la Pax Caudina y Tito Livio. In: MARTÍNEZ, Javier. **Mundus vult decipi: Estudios Interdisciplinarios sobre Falsificación Textual y Literaria**. Madrid: Ediciones Clásicas, 2012: 319-334

\_\_\_\_\_, La victoria como justificación del *bellum pium* y la *pax deorum*: el caso de Numancia. **Arys**, 11, 2013: 173-192

SANTANGELO, Federico. **Sulla, the Elites and the Empire: a Study of Roman Policies in Italy and the Greek East**. Leiden/Boston: Brill, 2007

SCHEID, John. Numa et Jupiter ou les dieux citoyens de Rome. **Archives des sciences sociaux des religions**, n. 59/1, 1985: 41-53.

\_\_\_\_\_, **Religion et Pieté à Rome**. Paris: La Découverte, 2001.

\_\_\_\_\_, Religion, institutions et société de la Rome antique. **L'annuaire Du Collège de France**, 109, 2010. Annuaire 2008-2009. URI: [annuaire-cdf.revues.org/197](http://annuaire-cdf.revues.org/197) Acesso em 05 Nov 2014

\_\_\_\_\_, **Le dieux, l'État et l'individu. Réflexions sur la Religion Civique à Rome**. Paris: Éditions du Seuil, 2013.

SCHULTZ, Celia E. Juno Sospita and Roman insecurity in the Social War. In: SCHULTZ, Celia E.; HARVEY JR., Paul B. **Religion in Republican Italy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SMITH, Christopher. J. **The Roman Clan: the gens from Ancient ideology to modern Anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

STEWART, Peter. **Statues in Roman Society. Representation and Response**. New York. Oxford University Press, 2004.

STEWART, Roberta. The jug and *lituus* on Roman Republican coin types: ritual symbols and political power. **Phoenix**. Vol. 51, 2, 1997: 170-189

SPRINGER, Lawrence A. The cult and temple of Jupiter *Feretrius*. **The Classical Journal**, 50, 1, Oct, 1954: 27-32. URI: [http://www.jstor.org/stable/3293441?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/3293441?seq=1#page_scan_tab_contents) Acesso em 21 Jul 2015

STROSZECK, Jutta, Greek Trophy Monuments. In: BOUVRIE S. des (ed.), **Myth and Symbol II. Symbolic Phenomena in Ancient Greek Culture**. Bergen: Norwegian Institute at Athens, 2004: 303-332. URI: [https://digitalt.uib.no/bitstream/handle/1956.2/2968/Greek%20trophy%20monuments\\_Stroszeck.pdf?sequence=1](https://digitalt.uib.no/bitstream/handle/1956.2/2968/Greek%20trophy%20monuments_Stroszeck.pdf?sequence=1) Acesso em 03 Mar 2017

SUSPÈNE, Arnaud. Sur la loi monétaire de c. 212 (?) **Cahiers Glotz**, XIII, 2002: 33-43

TAYLOR, Lily Ross. **Roman Voting Assemblies from the Hannibalic War to the Dictatorship of Ceaser**. Jerome Lectures 8<sup>th</sup> Series. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1966

UNGERN-STERNBERG, Jünger von. The crisis of the Republic. Translated by H. Flower. In: FLOWER, Harriet I. (ed.) **The Cambridge Companion to the Roman Republic**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004 : 89-109

VAN HAEPEREN, Françoise. **Le Collège Pontifical (3ème s.a.C.-4ème s.p.C.): Contribution à l'étude de la Religion Publique Romaine**. Bruxelles-Rome: Institut Historique Belge de Rome, Brepols Publishers, 2002

\_\_\_\_\_. Auspices d'investiture, loi curiate et légitimité dès magistrats romains. **Cahier Glotz**, XXIII, 2012: 71-72

VOUKELATOS, John. **The triskeles on Ancient Greek Coins**. 2011. URI: [https://www.academia.edu/3760013/The\\_Triskeles\\_on\\_Ancient\\_Greek\\_Coins](https://www.academia.edu/3760013/The_Triskeles_on_Ancient_Greek_Coins)  
Acesso em 05 Mar 2017

WALLACE-HADRILL, Andrew. **Rome's Cultural Revolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

WELCH, Katherine E. Art and Architecture in Republican Rome. In: ROSENSTEIN, Nathan: MORSTEIN-MARX, Robert (ed). **A Companion to the Roman Republic**. London. Blackwell Publishing, 2006: 496-542

WILLIAMS, Jonathan. Religion and Roman Coins. In: RÜPKE, Jörg. **A Companion to Roman religion**. London: The Blackwell Publishers, 2007: 143-163.

WIRSZUBSKI, Charles. **Libertas as a political idea at Rome during the late Republic and early Principate**. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

WISEMAN, T. P. The Last of the Metelli. **Latomus**. T. 24, Fasc. 1. Janvier-Mars 1965: 52-56. Published by Societe d'Etudes Latines de Bruxelles. URI: [http://www.jstor.org/stable/41524440?seq=2#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/41524440?seq=2#page_scan_tab_contents) Acesso 11 Jun 2015

\_\_\_\_\_. **New Men in the Roman Senate**. 139 B.C. 14 A.D. Oxford University Press, 1971

\_\_\_\_\_. The *Minucii* and their monument. In: LINDERSKY, Jerzy (ed) **Imperium sine fine**. T. Robert S. Broughton and the Roman Republic. Stuttgart. Steiner, 1996, p. 57-74.

\_\_\_\_\_. **Roman Drama and Roman History**. Exeter, UK. University of Exeter Press, 1998.

\_\_\_\_\_. **Remembering the Roman People. Essays on Late-Republican Politics and Literature**. New York: Oxford University Press, 2009.

\_\_\_\_\_. Popular Memory. In: GALINSKY, Karl (ed) **Memoria romana: memory in Rome, Rome in memory**. Ann Arbor, Michigan: The University of Michigan Press, 2014: 43-62

YAKOBSON, Alexander. Popular power in the Roman republic. In: ROSENSTEIN, Nathan; MORSTEIN-MARX, Robert (org). **A Companion to the Roman Republic**. London: Blackwell Publishing, 2006: 383-400

ZANKER, Paul. **The Power of Images in the Age of Augustus**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1990.

ZEHNACKER, Hubert. **Moneta: Recherches sur l'organisation et l'art des émissions monétaires de la République Romaine**. École Française de Rome Palais Farnèse: Rome, 1973.